

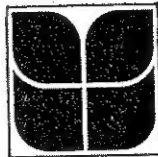
NELSON WERNECK SODRÉ

Coleção
PERSPECTIVAS DO HOMEM
Volume 45
Série *Economia*

Direção de MOACYR FELIX

Fundamentos de Economia Marxista

(A ECONOMIA CAPITALISTA)



civilização
brasileira

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
INSTITUTO DE ECONOMIA
UNICAMP

1189100020

FUNDAMENTOS DE ECONOMIA MARXISTA

Depois dos *Fundamentos da Estética Marxista*, a antologia que se impunha era, sem dúvida, esta, a dos *Fundamentos de Economia Marxista*, em que, através de textos selecionados, o organizador, Nelson Werneck Sodré, deu sentido didático à matéria, dispondo-a de sorte a que os estudiosos encontrassem respondidas as perguntas mais comuns a respeito de cada um dos aspectos de uma teoria tão discutida, tão controversa e, entretanto, menos conhecida do que se supõe em geral, pelo menos em nosso meio. Aqui estão, pois, na disposição coordenada que permite entender a relação entre eles, os conceitos fundamentais da teoria econômica inicialmente elaborada por Karl Marx, ora subordinados ao método histórico, ora ao método lógico. Desde logo, o organizador compreendeu que deveria limitar o assunto, sob pena de tornar o trabalho muito longo, à economia capitalista, tal como foi ela ampla e profundamente estudada por Marx, que lhe esmiuçou as origens e a estrutura, no século XIX, como pelos seus seguidores que, em nosso século, apreciaram o seu desenvolvimento, desde o advento do imperialismo até o fenômeno dos dias atuais, do capitalismo monopolista de Estado e um de seus aspectos mais característicos, o da militarização da economia.

A amplitude dos problemas contidos neste trabalho é, assim, máxima e permite ao leitor situar-se diante da monumental construção teórica levantada por Marx, com a ajuda de seu companheiro Engels, entendendo-lhe o travejamento e dirimindo as dúvidas em torno de cada uma das

colocações e cada um dos princípios. Essa clareza, que permite a fácil consulta e o entendimento rápido, deriva, em boa parte, da metódica disposição da matéria, iniciada com uma parte calcada no método histórico, em que são apreciadas as origens do regime capitalista, com a expansão manufatureira, a criação do mercado mundial e a expropriação e acumulação primitiva, passando à caracterização desse regime, e agora com predominância do método lógico, analisadas as categorias principais, o trabalho, a força de trabalho, a mais-valia, o salário, a mercadoria e o capital; encerrando-se com a parte que trata da decadência e da agonia do capitalismo, em que são estudados o imperialismo e a crise geral do regime.

O vasto e complexo panorama da economia marxista e de seus instrumentos é apresentado, assim, na reconstituição e na interpretação e conceituação de seus criadores e de seus mais eminentes seguidores, permitindo ao leitor e ao estudioso uma visão de conjunto e o conhecimento das partes e dos elementos constitutivos, sempre segundo a palavra dos mais autorizados mestres. Seria supérfluo lembrar, e o organizador toma esse cuidado na introdução, que este trabalho não esgota todos os assuntos de que trata, servindo apenas como elemento de informação a cada um dos aspectos da economia marxista. Mas seria, por outro lado, desnecessário também frisar que a sua utilidade está em permitir a aproximação e facilitar o entendimento de teorias que demandam preparação do tipo que esta antologia proporciona. Daí a utilidade destes *Fundamentos de Economia Marxista*, com a organização dada à matéria por Nelson Werneck Sodré.

A. VEIGA FIALHO

UNIDADE.....	1. B.
Nº CHAMADA:	9.35.4
	S. 1. 1. 1.
V.....	EX
TOMBO:	454431
PROC.....	
C.....	D. L.
PREÇO:	
DATA:	27.10.68
N. C.P.D.	

CM 000055511

Exemplar Nº 1615

Desenho de capa:
MARIUS LAURITZEN BERN

Diagramação e supervisão gráfica:
ROBERTO PONTUAL

Direitos desta edição reservados à
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.
Rua 7 de Setembro, 97
RIO DE JANEIRO

1968

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

OBRAS DE

NELSON WERNECK SODRÉ

História da Literatura Brasileira. Seus Fundamentos Econômicos, S. Paulo, 1938; 2ª edição, Rio, 1940; 3ª edição, Rio, 1960; 4ª edição, Rio, 1964 — *Panorama do Segundo Império*, S. Paulo, 1939 — *Oeste. Ensaio sobre a Grande Propriedade Pastoral*, Rio, 1941 — *Orientações do Pensamento Brasileiro*, Rio, 1942 — *Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil*, S. Paulo, 1943 — *Formação da Sociedade Brasileira*, Rio, 1944 — *O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*, Rio, 1945; 2ª edição, Rio, 1960; 3ª edição, Rio, 1967 — *Introdução à Revolução Brasileira*, Rio, 1958; 2ª edição, Rio, 1963; 3ª edição, Rio, 1967 — *Narrativas Militares*, Rio, 1959 — *A Ideologia do Colonialismo*, Rio, 1961; 2ª edição, Rio, 1965 — *Formação Histórica do Brasil*, S. Paulo, 1962; 2ª edição, S. Paulo, 1963; 3ª edição, S. Paulo, 1964; 4ª edição, S. Paulo, 1967 — *Quem é o Povo no Brasil?*, Rio, 1962; 2ª edição, Rio, 1962; 3ª edição, Rio, 1963 — *Quem Matou Kennedy*, Rio, 1964 — *História da Burguesia Brasileira*, Rio, 1964; 2ª edição, Rio, 1967 — *História Militar do Brasil*, Rio, 1965; 2ª edição, Rio, 1968 — *O Naturalismo no Brasil*, Rio, 1965 — *Ofício de Escritor. Dialética da Literatura*, Rio, 1965 — *História da Imprensa no Brasil*, Rio, 1966 — *Memórias de um Soldado*, Rio, 1967 — *Evolución Economía y Social del Brasil*, Buenos Aires, 1964 — *Fundamentos de Estética Marxista*, Rio, 1968.

A aparecer:

Memórias de um Escritor — *Introdução à Geografia do Brasil* — *História da Propriedade no Brasil* — *Fundamentos do Materialismo Histórico*.

Índice

INTRODUÇÃO 1

RELAÇÃO DAS FONTES

FORMAÇÃO DO CAPITALISMO

EXPANSÃO MANUFATUREIRA 11

* Capitalismo e corporações 11

* Capitalismo e oficina 12

Origem da manufatura 12

* Manufatura e máquina 15

* Divisão do trabalho 16

Trabalho e corporações 19

Máquina e ofícios 19

A manufatura gera a máquina 21

Manufaturas na Itália 26

Manufaturas de lã 26

Capitalismo e Reforma 27
Grêmios e manufaturas 27
Avanço da manufatura 28

criação do Mercado Mundial

* Mercado colonial 31
Metais preciosos 32
Tráfico negroiro 32
Metais e salários 33
Descobertas marítimas 34
Subordinação do comércio 34
Capital comercial 35
Mercados coloniais 38
Empresa de colonização 39
Ouro e salário 39
* Máquinas e matérias-primas 40
* Fontes de matérias-primas 40
Produção colonial 41
Desenvolvimento colonial 44

EXPROPRIAÇÃO E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

* Gênese do salário 45
* Assalariados e artesãos 47
Mercado interno 48
* Processos de acumulação 48
* Expropriação dos produtores 51
* Condições do capitalismo 53
* Mercadoria e capital 54
Câmbio e tesouro 54
Capital usurário 56
Expansão comercial 58
Riqueza mobiliária 60
Germinação do capitalismo 61
Apropriação e comércio 64
* Início da acumulação 65
Resistência do campo 65
Capital natural 67

Produção e produtor 67
Dinheiro e capital 68
Manufatura e indústria 69
Pré-capitalismo e agricultura 71
Mercantilismo e capitalismo 71

CARACTERIZAÇÃO DO CAPITALISMO

TRABALHO

Comércio e trabalho 75
* Processo de trabalho 76
* Matéria-prima 78
* Consumo produtivo 79
Escravidão e instrumentos 79
Sobretabalho e escravidão 80
Escravidão e tráfico 81
* Máquina e trabalhador 82
Máquina e família 83
Trabalho e preconceito 84
Condições do escravismo 84
Origem do escravismo 85
Os homens e as coisas 86
* Trabalho não pago 87
Trabalho e riqueza 87
Homem e natureza 88

FÓRÇA DE TRABALHO

* Trabalho e valor de uso 91
* Trabalho mais meios de produção 94
* Tempo extra e sobretabalho 94
* Degradação do trabalho 95
* Consumo produtivo e consumo individual 95
* Trabalho e capital 95
* Valor da força de trabalho 96
* Valor e uso da força de trabalho 96
* Variação no valor 96
* Limites do trabalho 97
* Composição do capital 97

Trabalho abstrato 98
Valor e dinheiro 98
Origem do trabalho abstrato 99
Valor e trabalho abstrato 99
Fôrça de trabalho como mercadoria 100
Trabalho acumulado 101

MAIS-VALIA

Qualidade da mais-valia 103
Sobretalho e mais-valia 104
Taxa de mais-valia 105
Mais-valia e lucro 105
A essência do sistema 106
Mais-valia e apropriação 106
Mais-valia e circulação 106
A relação essencial 106
Mercadoria específica 107
Como surge a mais-valia 107
Lucro e mais-valia 109
Estudo da mais-valia 110

SALÁRIO

Função do salário 113
Salário e lucro 114
Salário e preço 115
Lei do salário 115
Valor do trabalho 116
Salário e mais-valia 118
Produto social 118
Preço do salário 118
Custo da fôrça de trabalho 118
Salário real e nominal 119
Lucro e salário 120
Salário e máquinas 120

MERCADORIA

Acumulação mercantil 121
Utilidade e comércio 121
Início do capital 122
Circulação do capital 122
Mercado e crise 122
Impôsto e mercadoria 123
Fôrça de trabalho e mercadoria 123
Mercadoria e circulação 123
Mercadorias coloniais 124
Mercadoria e regime 124
Capital-mercadoria 125
Capitalismo e trabalho 125
Capital e comunicações 126
Valôres e preços 127
Comércio exterior 128
Moeda e mercadoria 128
Preço e custo 128
Mercadoria e capital 129
Valor e preço 129
Lucro e preço 130
Mercadoria e valor 130
Contradição e mercadoria 130
A cétula mercadoria 131
Análise da mercadoria 131

CAPITAL

Capital e direção 133
Capital e cooperação 133
Capital e agricultura 134
Capital e fertilidade 135
Capital e luxo 135
Capital e reprodução 136
Capital e crédito 136
Capital e população 137
Capital e polarização 137
Capital e escravidão 137
Capital e dinheiro 138

- Capital e justiça 139
- Capital e fé 139
- Capital e propriedade imobiliária 139
- Essência do capital 142
- Formas do capital 142
- Capital constante e capital variável 143
- Capital fixo e capital circulante 144
- Capital e sementes 145
- Crédito no capitalismo 145
- Capitalismo e escravismo 146
- Capitalismo e agricultura 146
- Capitalismo e classe 146
- Características do capitalismo 146
- Capital comercial 147
- Capital na circulação 148
- Capital financeiro 150
- Traços do capital comercial 150
- Capital e mais-valia 151
- Sociedade e Estado 153
- Terra e escravo 153
- Relações capitalistas 154
- Terra e trabalho 155
- Trabalho e máquina 156
- Propriedade privada 156
- Evolução da propriedade 157
- Produção e distribuição 157
- Propriedade e trabalho 159
- Fundo social de produção 159
- Renda da terra 160
- O sistema e as crises 160
- Conceito de valor 161
- Estado e finanças 162
- Aristocracia financeira 162
- Função do capital 162
- Gastos na produção 163
- Distribuição e consumo 163
- Imposto e classe 164
- Família e capital 164
- Origem da propriedade 164
- Colônia na América 164
- Conceito de propriedade 165
- Capitalismo e mercantilismo 166
- Limitações do capitalismo 166
- Movimento do capital 166
- Capital e trabalho 168
- Capitalismo e crises 168
- CATEGORIAS DO CAPITALISMO
- Lei da correspondência 171
- Lei e classe 172
- Lei e azar 172
- Dialética do desenvolvimento 173
- Contradição fundamental 173
- Trabalho e mais-valia 173
- Trabalho produtivo 174
- Fôrça de trabalho 175
- Tempo de trabalho 177
- Mais-valia 177
- Produtividade do trabalho 179
- Teoria do valor 181
- Lei do valor 184
- Troca e valor 186
- Preço e valor 186
- Capitalismo e valor 186
- Fim da lei 187
- Teoria da acumulação 187
- Lei geral da acumulação capitalista 188
- Acumulação do capital 189
- Lei da acumulação 190
- Taxa de lucro 190
- Taxa média de lucro 192
- Lucro e exploração 193
- Relações agrárias no capitalismo 194
- Renda da terra 197
- Renda imobiliária 198
- Lucro comercial 199
- AGONIA DO CAPITALISMO
- IMPERIALISMO
- Monopólios e imperialismo 203
- Concorrência e monopólio 204

Nóvo papel dos bancos 204
Contrôle bancário 205
Banco e indústria 205
Capital financeiro 206
Capital e democracia 206
Balanços e filiais 207
Lucro financeiro 208
Exportação de capitais 208
Partilha do mundo 210
Partilha colonial 210
Monopólio e matérias-primas 213
Imperialismo e independência 214
Caracterização do imperialismo 215
Imperialismo e guerra 216
Imperialismo e estagnação 216
Imperialismo e trabalho 217
Imperialismo e exploração 218
Imperialismo e agonia 218
Face histórica do imperialismo 218

CRISE GERAL

Definição da crise 221
Premissas da crise 223
Traços da crise 223
Primeira etapa 224
Segunda etapa 224
Sistema colonial 225
Decomposição do sistema 226
Crise financeira 226
Contradições internas 229
Decadência econômica 230
Emulação pacífica 231
Desenvolvimento desigual 231
Comércio não equivalente 233
Exploração comercial 234
Atraso e ajuda 235
Ajuda e atraso 239
Imperialismo e subdesenvolvimento 239
Submissão colonial 242
Colonialismo e população 243
Colonialismo e renda 243

Neocolonialismo 244
Teorias do desenvolvimento 244
Decomposição colonial 246
Contração do mercado 247
Economia keynesiana 248
Monopólio e estagnação 249
Inutilidade da técnica 250
Desemprêgo crônico 250
Alterações do ciclo 251
Desenvolvimento desigual 252
Capitalismo monopolista de Estado 252
Militarização da economia 253
A ilusão da militarização 255

Introdução

SE QUALQUER antologia apresenta, como traço comum, a amplitude, variando a escolha dos textos de pessoa para pessoa e jamais se chegando, no conjunto, a uma solução que satisfaça a muitos, uma antologia destinada a proporcionar conhecimento de economia marxista acentua aquele traço de diversidade de escolha. Há, assim, sempre muitas soluções; esta é apenas uma delas. Pretende, ainda assim, proporcionar um conhecimento mínimo de economia marxista, o conhecimento pelo menos de suas categorias fundamentais. Para isso, o arranjo dos trechos escolhidos devia subordinar-se a determinado critério, para proporcionar certa ordem, certa progressividade nos assuntos. Partimos do critério histórico, que nos pareceu o mais válido, no caso. Mas já depois de ter verificado que era impossível ultrapassar, neste volume, os limites da economia capitalista.

Essa limitação, no nosso modo de ver, além de natural, para evitar que a obra assumisse proporções muito grandes, em nada a enfraquece, uma vez que é o modo de produção capitalista aquêle que nos preocupa mais de perto, nesta fase.

A obediência ao critério histórico levou à divisão do trabalho em três partes, a de formação, a de caracterização e a de agonia do capitalismo, que é a que estamos vivendo. Para as duas primeiras, os textos, de forma absolutamente predominante, foram extraídos da obra de Marx, particularmente de *O Capital*, mas também, e intencionalmente, de outros escritos seus, como *Trabalho Assalariado* e *Capital e Trabalho, Preço e Lucro*, em que, pela necessidade das pessoas a que eram dirigidos, as explicações são mais fáceis, mais acessíveis. Havendo, conseqüentemente, predominância absoluta de trechos de um autor — e não havia como fugir a tal imposição da realidade — parece desnecessário, no índice, ligar os títulos de verbetes ao autor de cada um, como pareceu dispensável o índice final de nomes citados.

Critério inteiramente diverso deveria ser obedecido na terceira e última parte, aquela que trata da agonia do capitalismo. Como é sabido, coube a Lênin formular a teoria do imperialismo, que batizou como a etapa superior e última do regime capitalista. Coube aos marxistas contemporâneos mais próximos, e continua a caber, a análise teórica da crise geral do capitalismo, discriminando suas etapas. Nesse sentido, é importante assinalar que sucessivas reuniões e congressos internacionais têm sido realizados, oportuniades em que marxistas eminentes discutem as formas que o capitalismo apresenta em nossos dias. O material informativo, nesse terreno, é muito grande. Mas é também verdade, e isso exige certo cuidado na utilização daquele material, que as discussões continuam abertas e as opiniões ainda diversificadas para que seja permitido supor ter o conhecimento científico atingido a um ponto pacífico.

As fontes estão indicadas no quadro que antecede a obra: preferimos, de *O Capital*, utilizar a edição francesa Costes, em catorze volumes, sempre com o cuidado de confrontar com outras edições, em caso de dúvida; na medida do possível, utilizamos textos já traduzidos, e até já

editados em nosso País, para permitir ao leitor a verificação e a ampliação de seu conhecimento dos mesmos e de outros. Sempre que isso aconteceu, a tradução pertence aos indicados naquelas edições; quando o texto é de outra língua, e ainda não conhecido em português — caso de *O Capital*, por exemplo — a tradução corre sob nossa responsabilidade.

Temos plena confiança na utilidade de antologias como esta e a série que temos em preparo. Nesse ponto, ao que parece, não há muito que discutir, e menos ainda que sentir. Mas desejamos ser o primeiro a chamar a atenção para a possibilidade de determinam inconveniente, que obras do tipo desta sempre apresentam, de acôrdo com o leitor: a de servir como uma espécie de formulário, como fonte única, como repertório de citações isoladas, extraídas de contextos em que são plenamente válidas. É deformação que tôda e qualquer antologia apresenta e que não retira às antologias sua utilidade. Cumpre ao leitor iniciante, entretanto, prevenir-se contra essa deformação — que não é prioritativa dêste trabalho, mas do gênero — indo mais além, procurando os textos consagrados e completos. Estudando, em suma, aprofundando os seus conhecimentos. E apenas fazendo da leitura dêstes textos o ponto de partida para conhecimento mais amplo, sem dúvida indispensável. Se nem mesmo os clássicos do marxismo podem ser relegados à situação de fontes de receiptuários, menos, e muito menos, esta antologia pode desempenhar tal papel. Mas êste é o limite extremo negativo; e há limites positivos amplíssimos que justificam o esforço que dispensamos à organização de antologias como esta, atendendo, além de tudo, à enorme curiosidade que o marxismo desperta hoje, no Brasil, como, de resto, em todo o mundo.

NELSON WERNECK SODRÉ

Relação das Fontes

- AFANASSIEV, V. S. — “A Mudança Revolucionária Realizada por Marx e Engels na Economia Política” — In: *Academia de Ciências Sociais da Urss: História das Doutrinas Econômicas*, Rio, 1967. (AFANASSIEV: *Mudança*.)
- AVARIN, v.l. — *Descomposición del Sistema Colonial*, Buenos Aires 1959: (AVARIN: *Sistema*.)
- DANGE, S. — “O papel da Classe Operária na Luta contra o Colonialismo” — In: *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, nº 8, *Os Países subdesenvolvidos*, Paris, 1958. (DANGE: *Luta*.)
- DOBB, M. — “As Transformações do Capitalismo após a Segunda Guerra Mundial” — In: *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, nº 5, *Aspectos do Capitalismo Contemporâneo*, Paris, 1957.

DRAGUIEV, M. — *La Crisis General del Capitalismo*, Moscú, 1960. (DRAGUIEV: *Crisis*.)

ENGELS, F. — *Anti-Dühring. La Subversión de la Ciencia por el Señor Eugen Dühring*, 2ª ed, Montevideu, 1960. (ENGELS: *Anti-Dühring*.)

ENGELS, F. — *Contribuição ao Problema da Habitação* — In MARX e ENGELS: *Obras Escolhidas*, 2ª ed., 3 vols., Rio, 1961. (ENGELS: *Habitação*.)

ENGELS, F. — *O Capital de Marx* — In MARX e ENGELS: *Obras Escolhidas*, 2ª ed., 3 vols., Rio, 1961. (ENGELS: *Capital*.)

ENGELS, F. — *Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem* — In MARX e ENGELS: *Obras Escolhidas*, 2ª ed., 3 vols., Rio, 1961. (ENGELS: *Trabalho*.)

GOMULKA, W. — “A Competição Pacífica e os Países Subdesenvolvidos” — In *La Nouvelle Critique*, nº 125, Paris, 1961. (GOMULKA: *Competição*.)

GROMEKA, V. I. — “A Economia Política Burguesa e as Conseqüências Sócio-Econômicas da Atual Revolução Técnico-Científica” — In: Academia de Ciências Sociais da URSS: *História das Doutrinas Econômicas*, Rio, 1967. (GROMEKA: *Revolução*.)

KAIGL, V. — “Particularidades Novas do Sistema Capitalista Mundial” — In: *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, nº 5, *Aspectos do Capitalismo Contemporâneo*, Paris, 1957. (KAIGL: *Particularidades*.)

KOSTKA, W. — “Um Problema Maior do Capitalismo Contemporâneo” — In: *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, nº 8, *Os Países Subdesenvolvidos*, Paris, 1958. (KOSTKA: *Problema*.)

LÊNIN, V. I. — *El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo*, Moscú, s/d. (LÊNIN: *Imperialismo*.)

LÊNIN, V. I. — *Marx-Engels-Marxisme*, Moscú, 1946. (LÊNIN: *Marxisme*.)

MARX, K. — *Oeuvres Complètes — Le Capital*. Trad. par J. Roy. Introduction de Karl Kautsky, 14 vols., Paris, 1949. (MARX: *Capital*.)

MARX, K. — *Trabalho Assalariado e Capital* — In MARX e ENGELS: *Obras Escolhidas*, 2ª ed., 3 vols., Rio 1961. (MARX: *Trabalho*.)

MARX, K. — *Trabalho, Preço e Lucro* — In MARX e ENGELS: *Obras Escolhidas*, 2ª ed., 3 vols., Rio, 1961. (MARX: *Preço*.)

MARX, K. — *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850* — In MARX e ENGELS: *Obras Escolhidas*, 2ª ed., 3 vols., Rio, 1961. (MARX: *Lutas*.)

MARX, K. — *Crítica ao Programa de Gotha* — In MARX e ENGELS: *Obras Escolhidas*, 2ª ed., 3 vols., Rio, 1961. (MARX: *Gotha*.)

MARX, K. e ENGELS, F. — *La Ideologia Alemana*, Montevideu, 1959. (MARX-ENGELS: *Ideologia*.)

MARX, K. e ENGELS, F. — *Manifesto do Partido Comunista*, 4ª ed., Rio, 1957. (MARX-ENGELS: *Manifesto*.)

NIKITIN, P. — *Fundamentos de Economia Política*, Rio, 1967. (NIKITIN: *Fundamentos*.)

PERLO, V. — “Fisionomia Econômica do Imperialismo Americano de Após-Guerra” — In *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, nº 5 *Aspectos do Capitalismo Contemporâneo*, Paris, 1957. (PERLO: *Fisionomia*.)

ROSENAL, M. — *Les Problèmes de la Dialectique dans Le Capital de Marx*, Paris, 1959. (ROSENAL: *Dialectique*.)

ROSENAL, M. e STRAKS, G. M. — *Categorias del Materialismo Dialectico*, México, 1958. (ROSENAL-STRAKS: *Materialismo*.)

RUBINSTEIN, M. — “Alguns Problemas Econômicos” — In *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, nº 8, *Os Países Subdesenvolvidos*, Paris, 1958. (RUBINSTEIN: *Problemas*.)

SCHMIDT, J. L. — “Novos Problemas da Teoria do Ciclo” — In *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, nº 5, *Aspectos do Capitalismo Contemporâneo*, Paris, 1957. (SCHMIDT: *Problemas*.)

TUCHINOV, A. V. — “Sobre o Trabalho de Marx Teorias da Mais-Valia” — In Academia de Ciências Sociais da URSS: *História das Doutrinas Econômicas*, Rio, 1967. (TUCHINOV: *Teorias*.)

VIGODSKI, S. L. — “Teorias do Desenvolvimento Econômico” — In Academia de Ciências Sociais da URSS: *História das Doutrinas Econômicas*, Rio, 1967. (VIGODSKI: *Desenvolvimento*.)

Formação do Capitalismo

Expansão Manufatureira

Capitalismo e corporações A indústria corporativa da Idade Média procurava impedir o mestre, o chefe de corporação, de se transformar em capitão, limitando num máximo estrito o número de operários que ele tinha o direito de empregar. O possuidor de dinheiro ou de mercadorias não se torna capitalista, na realidade, senão quando a soma mínima que adianta para a produção ultrapassa já muito o máximo da Idade Média. Aqui, como nas ciências naturais, confirma-se a lei constatada por Hegel, na sua Lógica, lei segundo a qual simples mudanças na quantidade, depois de certo grau, acarretam diferenças na qualidade. MARX: *Capital*, pág. 200/201, II.)

Capitalismo e oficina

A produção capitalista não começa de fato a se estabelecer senão onde um só senhor explora muitos assalariados de uma só vez, onde o processo de trabalho, executado em grande escala, exige mercado extenso para escoamento de seus produtos. Uma multidão de operários, funcionando ao mesmo tempo, ao comando do mesmo capital, no mesmo espaço, no mesmo campo de trabalho, se acharem melhor, para produzir o mesmo gênero de mercadorias, eis o histórico ponto de partida da produção capitalista. É assim que, em seu início, a manufatura propriamente dita apenas se distingue dos ofícios da Idade Média pelo maior número de operários explorados simultaneamente. A oficina do chefe de corporação não faz senão alargar as suas dimensões. A diferença começa por ser puramente quantitativa. (MARX: *Capital*, pág. 218, II.)

Origem da manufatura

A manufatura tem dupla origem. Uma só oficina pode reunir, sob as ordens do mesmo capitalista, artesãos de ofícios diferentes, pelas mãos dos quais um produto deve passar, para chegar ao seu perfeito acabamento. Uma carroça foi o produto coletivo do trabalho de grande número de artesãos, independentes uns dos outros, tais como carpinteiros, seleiros, talhadores, serralheiros, cintureiros, torneiros, passamaneiros, vidraceiros, pintores, envernizadores, douradores, etc. A manufatura carroceira os reuniu a todos no mesmo local, onde trabalham ao mesmo tempo, e de mão em mão. Não se pode, na verdade, dourar uma carroça antes que esteja feita; mas, se não se faz muitas carroças de uma só vez, forta-se constantemente trabalho aos douradores, enquanto outras passam por outros processos de fabricação. Até aqui, estamos ainda no terreno da cooperação simples, que acha totalmente preparado seu material, em homens e objetos. Cedo, entretanto, nela se introduziu essencial modificação. O talhador, o serralheiro, o cintureiro, etc., não se ocupam senão da fabricação de carroças, perdem pouco a pouco o hábito, e com ele, a capacidade de exercer o seu ofício em toda a extensão. De outro lado, sua habilidade, limitada agora a uma especialidade, adquire a forma mais apropriada a

esta esfera de ação restrita. Na origem, a fabricação de carroças apresentava-se como combinação de ofícios diferentes, independentes. Ela se torna, pouco a pouco, uma divisão da produção carroceira, em seus diversos processos especiais, que se cristalizam cada um como mister particular de um trabalhador e cujo conjunto é executado pela reunião desses trabalhadores parciais. Foi assim que a manufatura dos panos e grande número de outras saíram da aglomeração de ofícios diferentes, sob o comando do mesmo capital.

Mas a manufatura pode surgir de maneira em tudo oposta. Um grande número de operários, em que cada um fabrica o mesmo objeto, seja papel, caracteres de imprensa, agulhas, etc. pode ser ocupado simultaneamente pelo mesmo capital, na mesma oficina. É a cooperação em sua forma mais simples. Cada um desses operários (pode ser com um ou dois companheiros) faz a mercadoria inteira, executando, uma depois da outra, as diversas operações necessárias e continuando a trabalhar, assim, de acôrdo com o modo antigo. As circunstâncias exteriores, entretanto, dão lugar, cedo, ao emprêgo de outro modo da concentração dos operários no mesmo local e da simultaneidade dos seus trabalhos. Uma quantidade superior de mercadorias deve, por exemplo, ser entregue em dado tempo. O trabalho, então, se divide. Em lugar de fazer executar as diversas operações pelo mesmo operário, uma depois das outras, separa-se, isola-se essas operações, depois confia-se cada uma a um operário especial, e todas em conjunto são executadas, ao mesmo tempo e lado a lado, pelos cooperadores. Esta divisão, feita uma vez acidentalmente, renova-se, mostra suas vantagens particulares, e ossifica-se, pouco a pouco, em divisão sistemática de trabalho. De produto individual de um operário independente, fazendo uma porção de coisas, a mercadoria se torna produto social de uma reunião de operários, em que cada um não executa constantemente senão a mesma operação de detalhe. (...)

A origem da manufatura, sua proveniência dos ofícios, apresenta, portanto, dupla face. De um lado, ela tem por ponto de partida a combinação de ofícios diversos e independentes, que se desagrega e simplifica até o ponto em que não são mais do que operações parciais e complementares

umas das outras, na produção de uma só e mesma mercadoria; de outro lado, ela se apodera da cooperação de artesãos do mesmo gênero, decompõe o mesmo ofício em suas operações diversas, isola-as e torna-as independentes, até o ponto em que cada uma delas se torna a função exclusiva de um trabalhador parcial. A manufatura, portanto, tanto introduz a divisão do trabalho num ofício ou bem a desenvolve como combina ofícios distintos e separados. Mas, qualquer que seja seu ponto de partida, sua forma definitiva é a mesma — um organismo de produção cujos membros são homens. (...)

É então evidente que o operário parcial transforma seu corpo inteiro em órgão exclusivo e automático da única e mesma operação simples, executada por ele a vida toda, de sorte que ele emprega *menos tempo* que o artesão que executa toda uma série de operações. Ora, o artesanismo vivo da manufatura, o trabalhador coletivo, não se compõe senão de idênticos trabalhadores parciais. Comparado ao ofício independente, a manufatura fornece, portanto, mais produtos em menos tempo ou, o que vem a dar no mesmo, multiplica a força produtiva do trabalho. Isto não é tudo: desde que o trabalho parcelado torna-se função exclusiva, seu método se aperfeiçoa. Quando se repete constantemente um ato simples e se concentra a atenção nêle, chega-se, pouco a pouco, pela experiência, a atingir o desejado efeito útil, com o menor dispêndio de força. É como sempre diversas gerações de operários vivem e trabalham juntos nas mesmas oficinas, os processos técnicos adquiridos, o que se chama as *ficelles du métier*, acumulam-se e transmitem-se. A manufatura produz a virtuosidade do trabalhador de detalhe, reproduzindo e levando ao extremo a separação entre os ofícios, tal como aconteceu nas cidades da Idade Média. De outro lado, sua tendência em transformar o trabalho parcelado em vocação exclusiva de um homem durante toda a sua vida responde pela propensão das sociedades antigas a tornar os ofícios hereditários, a petrificá-los em castas, e ainda, quando as circunstâncias históricas particularmente ocasionaram uma variação de indivíduos, incompatível com o regime de castas, a ossificar ao menos em corporações os diversos ramos das indústrias. Estas castas e estas corporações formam-se seguindo a mesma lei natural que regula a divisão das plantas

e dos animais em espécies e em variedades, com esta diferença, entretanto, que, atingido certo grau de desenvolvimento, a hereditariedade das castas e o exclusivismo das corporações são decretados *leis sociais*. (...)

A produtividade do trabalho não depende somente da virtuosidade do operário mas ainda da perfeição dos instrumentos. Os utensílios da mesma espécie, tais como os que servem para furar, cortar, riscar, quebrar, etc. são empregados em diferentes processos de trabalho e, do mesmo modo, um só instrumento pode servir, no mesmo processo, a diversas operações. Mas, desde que as diversas operações de um processo de trabalho são destacadas umas das outras e que cada operação parcial adquire, na mão de um operário parcial, a forma mais adequada, e por isso mesmo, torna-se necessário transformar os instrumentos que até então serviam a diferentes fins. A experiência das dificuldades que sua forma antiga opunha ao trabalho parcelado indica a direção das alterações a introduzir. Os instrumentos da mesma espécie perdem então sua forma comum. Eles se subdividem cada vez mais em diferentes espécies, de que cada uma possui uma forma fixa para um só uso e não presta todo o serviço de que é capaz senão na mão de um operário especial. Esta diferenciação e especialização dos instrumentos de trabalho caracterizam a manufatura. (...) O período manufatureiro simplifica, aperfeiçoa e multiplica os instrumentos de trabalho, acomodando-os às funções separadas e exclusivas de operários parciais. Ela cria, por isso mesmo, uma das condições materiais de emprêgo das máquinas, as que consistem em combinação de instrumentos simples. (MARX: *Capital*, pág. 241/246, II.)

Manufatura e máquina

No período manufatureiro, não se tardou em reconhecer que o seu princípio não consistia senão na diminuição do tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias, e exprimi-se, nesse ponto, muito claramente. Com a manufatura, desenvolveu-se, também, aqui e ali, o uso de máquinas, sobretudo para certos trabalhos preliminares simples, que não podem ser executados senão em grande e com considerável dispêndio de força. Assim, por exemplo, na manufatura de pa-

pel, a trituração dos restos se fez, muito cedo, por meio de moinhos *ad-hoc*, da mesma forma que, nos estabelecimentos metalúrgicos, a trituração do mineral por meio dos moinhos chamados *brocards*. O Império Romano havia transmitido, com o *moinho d'água*, a forma elementar de toda espécie de máquina produtiva. O período dos ofícios havia legado as grandes invenções da bússola, da pólvora para canhão, da imprensa e do relógio automático. As máquinas não gozaram, em geral, no período manufatureiro, senão aquêle papel secundário que assinou Adam Smith, ao lado da divisão do trabalho. Seu emprêgo esporádico tornou-se muito importante no século dezessete, porque forneceu aos grandes matemáticos da época ponto de apoio e estímulo para a criação da mecânica moderna. É o trabalhador coletivo, formado pela combinação de grande numero de operários parciais, que constituiu o mecanismo específico do período manufatureiro. (MARX: *Capital*, pág. 255/256, II.)

Divisão do trabalho

Se se considera o trabalho em si mesmo, pode-se designar a separação da produção social em seus grandes ramos, indústria, agricultura, etc.; sob o nome de divisão do trabalho em geral; a separação desses gêneros de produção em espécies e variedades, sob o de divisão do trabalho em particular e, enfim, a divisão na oficina, sob o nome de divisão do trabalho em detalhe.

A divisão do trabalho na sociedade e a limitação correspondente dos indivíduos a uma esfera ou a uma vocação particular, desenvolve-se, como a divisão do trabalho na manufatura, partindo de pontos opostos. Numa família e na família ampliada, a tribo, uma divisão espontânea de trabalho estende-se, na base das diferenças de idade e de sexo, quer dizer, numa base puramente fisiológica. Ela ganha mais terreno com a extensão da comunidade, o crescimento da população e, sobretudo, o conflito entre as diversas tribos e a submissão de uma por outra. De outro lado, como já notamos, a troca de mercadorias tem, então, nascimento, nos pontos em que diversas famílias, tribos ou comunidades entram em contato, porque são as coletividades e não os indivíduos que, na origem da civilização, abordam-se e tratam umas com as ou-

tras, em plena independência. Diversas comunidades encontram, em sua *entourage naturel* meios de produção e meios de subsistência diferentes. Daí uma diferença em seu modo de produção, seu gênero de vida e seus produtos. Das relações entre as comunidades diversas, uma vez estabelecidas, a troca reciproca de seus produtos cedo se desenvolve e os converte, pouco a pouco, em mercadorias. A troca não cria a diferença das esferas de produção; ela não faz senão pô-las em relação e as transforma assim em ramos mais ou menos dependentes do conjunto da produção social. Aqui, a divisão social do trabalho deriva da troca entre esferas de produção diferentes e independentes umas das outras. Lá onde a *divisão fisiológica* do trabalho forma o ponto de partida, são, ao contrário, os órgãos particulares de um todo compacto que se destacam uns dos outros, decompõem-se, principalmente em consequência do impulso dado pela troca com as comunidades estrangeiras, e isolam-se até o ponto em que o laço entre os diferentes trabalhos não é mais mantido pela troca de seus produtos.

Tôda divisão do trabalho desenvolvida, que se mantém por intermédio da troca de mercadorias, tem por base fundamental a separação entre a cidade e o campo. Pode-se dizer que a história econômica da sociedade rola sobre o desenvolvimento dessa antítese, na qual, entretanto, não nos detemos aqui. Do mesmo modo que a divisão do trabalho na manufatura supõe, como base material, certo número de operários ocupados, ao mesmo tempo, do mesmo modo a divisão do trabalho na sociedade supõe certa grandeza da população, acompanhada de certa densidade, que substitui a aglomeração na oficina. (...)

A divisão territorial do trabalho, que associa certos ramos de produção a certos distritos de um país, recebe, igualmente, novo impulso da indústria manufatureira, que explorara as especialidades por toda a parte. A expansão do mercado universal, enfim, e o sistema colonial, que fazem parte das condições gerais de exigência do período manufatureiro, fornecem-lhe ricos materiais para a divisão do trabalho na sociedade. Não é aqui o lugar para mostrar como esta divisão infestou não somente a esfera econômica mas ainda todas

as outras esferas sociais, introduzindo, por tóda parte, o desenvolvimento das especialidades, aquêle fracionamento do homem que arrancou ao mestre de Adam Smith, A. Ferguson, este grito: "Somos nações inteiras de ilotas e não temos mais cidadãos livres".

Malgrado as numerosas analogias e as relações que existem entre a divisão do trabalho na sociedade e a divisão do trabalho na oficina, há, entretanto, entre elas, uma diferença, não de grau mas de essência. A analogia aparece, incontestavelmente, da maneira mais chocante, onde o liame íntimo entrelaça diversos ramos de indústria. O criador de gado, por exemplo, produz peles; o curtidor as transforma em couros; o sapateiro, do couro faz sapatos. Cada um fornece aqui um produto gradual e a forma última e definitiva é o produto coletivo de seus trabalhos especiais. Distinguimos ali os diversos ramos de trabalho que fornecem instrumentos, etc., ao criador de gado, ao curtidor e ao sapateiro. Pode-se facilmente figurar, como Adam Smith, que essa divisão social do trabalho não se distingue da divisão manufatureira que *subjetivamente*, isto é, o observador vê aqui, de um só golpe de vista, os diferentes trabalhos parciais de uma vez só, enquanto que, ali, sua dispersão numa extensa área e o grande número de operários ocupados em cada trabalho particular não lhe permite apanhar suas relações de conjunto. Mas que é que constitui a relação entre os trabalhos independentes do criador de gado, do curtidor e do sapateiro? É que é que, ao contrário, caracteriza a divisão manufatureira do trabalho? É que os trabalhadores parciais não produzem mercadorias. Não é senão o seu produto coletivo que se torna mercadoria. O intermediário dos trabalhadores independentes na sociedade é a compra e a venda de seus produtos; a relação de conjunto dos trabalhos parciais da manufatura tem por condição a venda de diferentes forças de trabalho coletiva. A divisão manufatureira do trabalho supõe concentração de meios de produção na mão de um capitalista; a divisão social do trabalho supõe sua disseminação entre grande número de produtores mercantis independentes uns dos outros. (MARX: *Capital*, pág. 260/266, II.)

Trabalho e corporações

As leis das corporações da Idade Média impediam metódicamente a transformação do mestre em capitalista, limitando por rigorosos éditos o número máximo de aprendizes que ele tinha o direito de empregar, e ainda proibia o emprego de aprendizes em qualquer outro gênero de ofício que não o seu. A corporação se reservava, também, com ciumento zêlo, contra toda infiltração do capital mercantil, a única forma livre do capital que a defrontava. O mercador podia comprar tóda sorte de mercadorias — exceto o trabalho. Ele não era suportado senão como fornecedor de produtos. Quando as circunstâncias exteriores necessitavam uma progressiva divisão do trabalho, as corporações existentes se subdividiavam em gêneros, ou, então, formavam-se novas corporações, ao lado das antigas, sem que ofícios diferentes fossem reunidos numa mesma oficina. A organização corporativa excluiu, portanto, a divisão manufatureira do trabalho, ainda que desenvolvesse as condições de sua existência, isolando e aperfeiçoando os ofícios. Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam soldados, como o caracol e sua casca. Assim, a base primitiva da manufatura, isto é, a forma capital dos meios de produção, estava ausente.

Enquanto a divisão social do trabalho, com ou sem troca de mercadorias, pertence às formações econômicas das mais diversas sociedades, a divisão manufatureira é uma criação especial do modo de produção capitalista. (MARX: *Capital*, págs. 271/272, II.)

Máquina e ofícios

O que é verdadeiro na divisão manufatureira do trabalho no interior da oficina o é, igualmente, na divisão do trabalho no seio da sociedade. Enquanto o ofício e a manufatura formam a base geral da produção social, a subordinação do trabalhador a uma profissão exclusiva e a destruição da variedade original de suas aptidões e de suas ocupações podem ser consideradas como necessidades do movimento histórico. Sobre essa base, cada indústria se estabeleceu empiricamente, lentamente se aperfeiçoou, e logo se tornou estacionária, depois de ter atingido certo grau de amadurecimento. O que, de tempos em tempos, provoca mudanças é a importação de mer-

cadórias estrangeiras pelo comércio e a transformação sucessiva do instrumento de trabalho. Este, também, desde que atingiu forma mais ou menos conveniente, cristaliza-se e se transmite, muitas vezes, durante séculos, de uma geração a outra.

Um fato dos mais característicos é que, até o século dezoito, os ofícios levam o nome de *mystères*. No célebre *Livre des Métiers*, de Etienne Boileau, acha-se, entre outras prescrições, a seguinte: "Todo aprendiz, logo que admitido na ordem dos mestres, deve prestar compromisso de amar fraternalmente seus irmãos, de os apoiar, cada um na ordem de seu ofício, quer dizer, de não divulgar voluntariamente os segredos do ofício".

De fato, os diferentes ramos da indústria, surgidos espontaneamente da divisão do trabalho social, formavam, uns face aos outros, outros tantos compartimentos fechados que era vedado ao profano fraquear. Eles guardavam, com zelo inquieto, os segredos de sua rotina profissional, cuja doutrina permanecia um enigma mesmo para os iniciados.

Este véu, que furtava aos olhares dos homens o fundamento material de sua vida, a produção social, começou a ser levantado durante a época manufatureira e foi inteiramente rompido com o advento da grande indústria. Seu princípio, que é o de considerar cada procedimento em si mesmo e de analisá-lo em seus movimentos constituintes, independentemente de sua execução pela força muscular ou a aptidão manual do homem, criou a ciência inteiramente moderna da tecnologia. Ela reduziu as configurações da vida industrial, baralhadas, estereotipadas e sem laço aparente, a aplicações variadas da ciência natural, classificadas segundo seus diferentes fins de utilidade.

A tecnologia descobriu ainda o pequeno número de formas fundamentais nas quais, apesar da diversidade dos instrumentos empregados, todo movimento produtivo do corpo humano pode se repartir, do mesmo modo que o maquinismo mais complicado não esconde senão o jogo de potências mecânicas simples.

A indústria moderna não considera e não trata jamais como definitivo o modo atual de um procedimento. Sua base é, portanto, revolucionária, enquanto todos os modos anteriores de produção eram essencialmente conservadores. Por

meio de máquinas, processos químicos e outros métodos, ela subverte a base técnica da produção e, com ela, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do trabalho, de que não cessa de revolucionar a divisão estabelecida, lançando, sem interrupção, capitais e operários de um ramo de produção em outro.

Se a própria natureza da grande indústria necessita a mudança no trabalho, a fluidez das funções, a mobilidade universal do trabalhador, ela reproduz, por outro lado, sob sua forma capitalista, a antiga divisão do trabalho, com as suas particularidades ossificadas. Vimos que esta contradição absoluta entre as necessidades técnicas da grande indústria e as características sociais de que ela se reveste sob o regime capitalista, acabou por destruir tôdas as garantias de vida do trabalhador, sempre ameaçado de se ver despojado, com o meio de trabalho, dos meios de existência, e de ser êle próprio tornado supérfluo pela supressão de sua função parcelária; sabemos, também, que êsse antagonismo faz nascer a monstruosidade de um exército industrial de reserva, mantido na miséria a fim de estar sempre disponível para a demanda capitalista; que leva às hecatombes periódicas da classe operária, à dilapidação mais desenfreada das forças de trabalho e às tempestades da anarquia social, que faz de cada progresso econômico uma calamidade pública. É êste o lado negativo. (MARX: *Capital*, págs. 175/177, III.)

A manufatura gera a máquina

É necessário acrescentar que a manufatura não podia dominar a produção social em tôda a sua extensão, nem subvertê-la em sua profundidade. Como obra de arte econômica, ela se levantava sobre a larga base dos corpos de ofícios das cidades e de seu corolário, a indústria doméstica do campo. Mas, desde que atingiu certo grau de desenvolvimento, sua estreita base técnica entrou em conflito com as necessidades de produção que ela própria havia criado.

Uma de suas obras mais perfeitas foi a oficina de construção em que se fabricavam os instrumentos de trabalho e os aparelhos mecânicos mais complicados, já empregados em algumas manufaturas. "Na infância da mecânica — diz Ure — uma oficina de construção apresentava à vista a divisão do

trabalho em suas numerosas graduações: a lima, o furador, a roda tinham, cada um, seus operários por ordem de habilidade.”

Esta oficina, este produto da divisão manufatureira do trabalho, gerou, por sua vez, as *máquinas*. Sua intervenção suprimiu a mão-de-obra como princípio regulador da produção social. De um lado, não houve mais necessidade técnica de apropriar o trabalhador por toda a sua vida numa função parcial; de outro lado, as barreiras que esse mesmo princípio opunha ainda à dominação do capital ruíram. (...)

“Resta ainda saber, disse John Stuart Mill, em seus *Princípios de Economia Política*, se as inovações mecânicas feitas até hoje aliviarão o trabalho cotidiano de qualquer ser humano”. Este não era o seu fim. Como todo desenvolvimento da força produtiva do trabalho, o emprego capitalista das máquinas não visa senão diminuir o preço das mercadorias, encurtar a parte da jornada em que o operário trabalha para ele mesmo, a fim de alongar a outra, em que ele trabalha para o capitalista. É um método particular de fabricar mais-valia relativa. A força de trabalho na manufatura e o meio de trabalho na produção mecânica são os pontos de partida da revolução industrial. (...) Nos primeiros dias das manufaturas têxteis, a localização da fábrica dependia da existência de um ribeirão possuindo queda suficiente para mover uma roda hidráulica, e ainda que o estabelecimento dos moinhos d'água desse o primeiro golpe no sistema de indústria doméstica, os moinhos situados junto às correntes e muitas vezes a distâncias consideráveis uns dos outros constituíam um sistema mais rural do que urbano. Foi necessário que a potência do vapor substituísse a da água para que as fábricas fossem reunidas nas cidades e nas localidades em que a água e o carvão exigido para a produção do vapor se encontrassem em quantidade suficiente. A máquina a vapor é a mãe das cidades manufatureiras. (...)

Havia ofícios mecânicos, máquinas a vapor, etc., antes que houvesse operários ocupados exclusivamente em sua fabricação. As grandes invenções de Vaucanson, de Arkwright, de Watt, etc. não podiam ser aplicadas porque o período manufatureiro havia legado número considerável de hábeis operários mecânicos. Estes operários eram artesãos independentes e de diversas profissões, ou achavam-se agru-

pados nas manufaturas rigorosamente organizadas segundo o princípio da divisão do trabalho. A medida que as invenções e a demanda de máquinas crescia, sua construção se subdividia cada vez mais em ramos variados e independentes, e a divisão do trabalho se desenvolveu proporcionalmente em cada um desses ramos. A manufatura forma, portanto, historicamente, a base técnica da grande indústria.

Nas esteras de produção em que se introduzem máquinas fornecidas pela manufatura, esta, com ajuda de suas próprias máquinas, é suplantada pela grande indústria. A indústria mecânica levantou-se sobre base inadequada, que ela elabora sob sua forma tradicional, mas que é forçada a revolucionar e de conformar aos seus próprios princípios, desde que atinja certo grau de maturidade. (...)

À parte a falta das máquinas fabricadas desta maneira — e isto é problema do capitalista industrial — o progresso das indústrias já fundadas sobre o modo de produção mecânico e sua introdução nos novos ramos, permaneceram inteiramente submetidos a uma só condição: o aumento de operários especializados, cujo número, graças à natureza quase artística de seu trabalho, não podia crescer senão lentamente.

Isto não é tudo: em certo ponto de seu desenvolvimento, a grande indústria entrou em conflito, mesmo do ponto de vista tecnológico, com a sua base, fornecida pela oficina e pela manufatura.

As dimensões crescentes do motor e da transmissão, a variedade das máquinas-utensílios, sua construção cada vez mais complicada, a regularidade matemática que exigiam o número, a multiformidade e a delicadeza de seus elementos constituintes, à medida em que elas se distanciavam do modelo fornecido pelo ofício e tornado incompatível com as formas prescritas por suas funções puramente mecânicas, o progresso do sistema automático e o emprego de um material de uso difícil, o ferro por exemplo, em lugar da madeira — a solução de todos esses problemas, que as circunstâncias faziam surgir sucessivamente, chocou-se sem cessar contra os limites pessoais de que mesmo o trabalhador coletivo da manufatura não sabia se desembaraçar. Com efeito, máquinas tais como a impressora moderna, a oficina a vapor e a máquina de cardar não poderiam ser fornecidas pela manufatura.

A subversão do modo de produção numa esfera industrial acarretou subversão análoga noutra. Nota-se, então, que os ramos da indústria entrelaçam-se como fases de um processo de conjunto, ainda que a divisão social do trabalho os haja separado, e transformado seus produtos em tantas mercadorias independentes. Foi assim que a fição mecânica tornou necessária a tecelagem mecânica e ambas levaram à revolução mecânico-química, da lavandaria, da impressão e da tinturaria. De outro lado, ainda, a revolução na fição do algodão provocou a invenção do *gin* para separar as fibras dessa planta de seu caroço, invenção única que tornou possível a produção de algodão na imensa escala que se tornou hoje indispensável. A revolução na indústria e agricultura necessitou uma revolução nas condições gerais do processo de produção social, quer dizer, nos meios de comunicação e de transporte. Os meios de comunicação e de transporte de uma sociedade que tinha por pivô, segundo a expressão de Fourier, a pequena agricultura, e como corolário a economia doméstica e os ofícios das cidades, eram completamente insuficientes para atender às necessidades da produção manufatureira, com a sua divisão ampliada do trabalho social, sua concentração de operários e de meios de trabalho, seus mercados coloniais, de tal forma que foi necessário transformá-los. Do mesmo modo, os meios de comunicação e de transporte legados pelo período manufatureiro tornaram-se logo obstáculos insuperáveis para a grande indústria, com a velocidade febril de sua produção centuplicada, seu lançamento contínuo de capitais e de trabalhadores de uma esfera de produção em outra, e as condições novas do mercado universal que ela criou. À parte as mudanças radicais introduzidas na construção dos navios à vela, o serviço de comunicações e de transporte foi, pouco a pouco, apropriado às exigências da grande indústria, ao meio de um sistema de navios a vapor, de ferrovias e de telégrafos. As massas enormes de ferro que é preciso, desde logo, forjar, soldar, cortar, brocar e modelar exigem máquinas monstrosas, cuja criação era interdita ao trabalho manufatureiro.

A grande indústria foi, portanto, obrigada a adaptar o seu meio característico de produção, a própria máquina para produzir outras máquinas. Ela criou, assim, base técnica adequada e pôde, então, marchar sem pausas. A medida que, no

primeiro terço do século dezenove, ela se desenvolve, o maquinismo se apodera, a pouco e pouco, da fabricação de máquinas-utensílios e, no segundo terço, somente a construção imensa das ferrovias e a navegação a vapor oceânica fizeram surgir as máquinas ciclópicas consagradas à construção dos primeiros motores.

A condição *sine qua non* da fabricação de máquinas era um motor suscetível de todo grau de potência e, ao mesmo tempo, fácil de controlar. Ele existia já, na máquina a vapor. Tratava-se, ao mesmo tempo, de produzir mecanicamente as formas estritamente geométricas, tais como a linha, o plano, o círculo, o cone e a esfera, que certas partes das máquinas exigiam. No começo deste século, Henry Maudsley resolveu este problema, pela invenção do *slide rest*, que se tornou logo automático; do banco de torneiro, ao qual era inicialmente destinado, passou, em seguida, a outras máquinas de construção. Este engenho não substitui apenas um utensílio particular, como também a mão do homem, que não interveém na produção de formas determinadas senão dirigindo e ajustando a lâmina de seu utensílio contra o objeto de trabalho. Chegou-se, assim, a "produzir as formas geométricas desejadas com um grau de exatidão, de facilidade e de rapidez que nenhuma experiência acumulada poderia emprestar à mão do mais hábil operário". (...) O meio de trabalho adquire, no maquinismo, uma existência material que exige a substituição de força do homem pelas forças naturais e a da rotina pela da ciência. (...) Os ianques inventaram máquinas para quebrar e moer as pedras. Os ingleses não as empregam porque o "miserável" (*wretch* é o nome que a economia política inglesa dá ao trabalhador agrícola) que faz esse trabalho recebe uma parte tão reduzida do que lhe é devido que o emprêgo da máquina encareceria o produto para o capitalista. Na Inglaterra, são utilizadas ainda, ao longo dos canais, mulheres em lugar de cavalos e de máquinas para o reboque, porque as despesas de cavalos e de máquinas são quantidades fornecidas matematicamente, enquanto que as das mulheres, colhidas no rebotelho da população, escapam a qualquer cálculo. (MARX: *Capital*, págs. 284/285, II e 7/39, III.)

Manufaturas na Itália

Na Itália, onde a produção capitalista se desenvolveu mais cedo que alhures, o feudalismo, igualmente, desapareceu mais cedo. Os servos, ali, foram, portanto, emancipados de fato, antes de terem tido tempo de se assegurarem dos antigos direitos de prescrição sobre as terras que possuíam. Uma boa parte desses proletários, livres e móveis como o ar, afluíram às cidades, legadas na maior parte pelo Império Romano e que os senhores tinham de bom grado preferido como lugar de residência. Quando as grandes mudanças, sobrevindas pelo fim do século quinze no mercado universal, despojaram a Itália setentrional de sua supremacia comercial e levaram ao declínio de suas manufaturas, produziu-se um movimento em sentido contrário. Os operários das cidades foram expulso em massa para o campo onde, por isso, a pequena cultura tomou, desde logo, impulso sem precedentes, executada como jardinagem. (MARX: *Capital*, pág. 236, IV)

Manufaturas de lã

A revolução que iria lançar os primeiros fundamentos do regime capitalista teve o seu prelúdio no último terço do século dezesseis. Então, a baixa de numerosos séquitos senhoriais — de que Sir James Steuart diz, pertinentemente, que atravancavam a torre e a casa — lançou de improviso no mercado de trabalho u'a massa de proletários sem lar nem povo. Se bem que o poder real, oriundo êle próprio do desenvolvimento burguês, fôsse, em sua inclinação para a soberania absoluta, levado a ativar essas baixas por medidas violentas, isto não foi a única causa. Em guerra aberta com a Coroa e o Parlamento, os grandes senhores criaram um proletariado considerável, de outro lado, usurpando os bens comunais dos camponeses e expulsando-os do solo que êles possuíam pelos mesmos títulos feudais que os seus senhores. O que, na Inglaterra, deu sobretudo lugar a êstes atos de violência foi a expansão das manufaturas da lã na Flandres e a alta no preço da lã que resultou disso. A longa guerra das Duas Rosas, tendo devorado a antiga nobreza, a nova, filha de sua época, encarava o dinheiro como a potência das potências. Transformação das terras aráveis em pastagens, tal foi o seu grito de guerra. (MARX: *Capital*, pág. 239, IV)

Capitalismo e Reforma

A Reforma e a espoliação dos bens da Igreja, que se seguiu, veio dar nôvo e terrível impulso à expropriação violenta do povo, no século dezesseis. A Igreja Católica era, na época, proprietária feudal da maior parte do solo inglês. A supressão dos claustrôs, etc., atirou os habitantes no proletariado. Mesmo os bens do clero caíram nas guarras dos favoritos reais ou foram vendidos, a preço vil, a cidadãos, a rendeiros especuladores que começaram por expulsar em massa os velhos foreiros hereditários. O direito de propriedade das pobres gentes sobre uma parte dos dízimos eclesiásticos foi fãcilmente confiscado. (...) O protestantismo é essencialmente uma religião burguesa. (MARX: *Capital*, págs. 243/244, IV.)

Grêmios e manufaturas

A divisão do trabalho entre as diferentes cidades trouxe como consequência imediata o nascimento das manufaturas, como ramos de produção que ultrapassavam já os marcos do regime gremial. O primeiro florescimento das manufaturas — na Itália e, mais tarde, na Flandres — teve como premissa histórica o intercâmbio com nações estrangeiras. Em outros países — na Inglaterra e na França, por exemplo — as manufaturas começaram limitando-se ao mercado interno. À parte as premissas já indicadas, as manufaturas pressupõem concentração já avançada da população — sobretudo no campo — e do capital, que começa a reunir-se em poucas mãos, já no interior dos grêmios, a despeito das ordeanças gremiais, já entre os comerciantes. (...) Com a manufatura isenta das travas gremiais, mudaram também, ao mesmo tempo, as relações da propriedade. O primeiro passo adiante sobre o capital natural-estável havia ocorrido com o aparecimento dos comerciantes, cujo capital foi, desde o primeiro momento, um capital móvel, quer dizer, um capital no sentido do moderno da palavra, na medida em que isso era possível nas circunstâncias daquele tempo. O segundo passo adiante a manufatura o deu quando, por sua vez, mobilizou u'a massa de capital natural e incrementou em geral a massa do ca-

pital móvel face a êste. (...) A manufatura trouxe consigo, ao mesmo tempo, uma atitude diferente do trabalhador ante o patrão. Nos grêmios, persistia a velha relação patriarcal entre oficiais e mestres; na manufatura, essa relação foi suplantada pela relação monetária entre o trabalhador e o capitalista; no campo e nas pequenas cidades, esta relação continuou tendo côr patriarcal, mas nas grandes cidades, nas cidades manufatureiras por excelência, perderam, em seguida, quase em absoluto, êsse matiz. (MARX-ENGELS: *Ideologia*, págs. 59/61.)

Avanço da manufatura

A manufatura e, em geral, o movimento da produção tiveram enorme auge graças à expansão do comércio, como consequência do descobrimento da América e da rota marítima para as Índias orientais. Os novos produtos importados dessas terras e principalmente as massas de ouro e prata lançadas na circulação fizeram mudar totalmente a posição das classes, umas em relação às outras, e assentaram rude golpe na propriedade feudal da terra e nos trabalhadores, ao passo que as expedições de aventureiros, a colonização e, sobretudo, a expansão dos mercados ao comércio mundial, que agora se tornava possível e se ia realizando dia após dia, faziam surgir uma nova fase do desenvolvimento histórico, na qual em geral não nos deteremos aqui. A colonização dos países recém-descobertos serviu de nôvo incentivo à luta comercial entre as nações e lhe deu, portanto, maior extensão e maior impulso. (...) O segundo período começou em meados do Século XVII e durou quase até o fim do XVIII. O comércio e a navegação haviam se desenvolvido mais rapidamente que a manufatura, que desempenhava papel secundário; as colônias começaram a converter-se em consumidoras importantes e as diferentes nações foram tomando posição, mediante largas lutas, no mercado mundial que se abria. Este período começa com as leis de navegação e os monopólios coloniais. A concorrência entre umas e outras nações era eliminada, dentro do possível, por meio de alvarás, proibições e tratados; em última apelação, a luta de concorrência se

travava e decidia, por meio da guerra (principalmente da guerra marítima). A nação mais poderosa no mar, a Inglaterra, mantinha sua supremacia no comércio e na manufatura. Aqui vemos já a concentração em um só país. (MARX-ENGELS: *Ideologia*, págs. 61/63.)

Criação do Mercado Mundial

Mercado colonial

Esta marcha singular da indústria, que não encontramos em nenhuma época anterior da humanidade, era igualmente impossível no período da infância da produção capitalista. Então, o progresso técnico sendo lento e se generalizando mais lentamente ainda, as mudanças na composição do capital social apenas se faziam sentir. Ao mesmo tempo, a extensão do mercado colonial recentemente criado, a multiplicação correspondente das necessidades e dos meios de satisfazê-las, o nascimento de novos ramos da indústria, ativavam, com a acumulação, a demanda de trabalho. Ainda que pouco rápida, do ponto de vista de nossa época, o progresso da acumulação veio se chocar com os limites naturais da população, e veremos mais tarde que não conseguiu recuar êsses limites senão à força

de golpes de Estado. É somente sob o regime da grande indústria que a produção de uma população supérflua se torna expediente regular da produção de riquezas. (MARX: *Capital*, pág. 114, IV.)

Metais preciosos Enquanto o camponês independente e o jornaleiro, cultivando, além disso, por sua própria conta, enriqueciam pelo seu trabalho pessoal, a condição do rendeiro e seu campo de produção permaneceram igualmente medíocres. A revolução agrícola dos últimos trinta anos do século quinze, prolongada até o derradeiro quarto do século dezessete, enriqueceu-o tão depressa quanto empobreceu a população dos campos. A usurpação das pastagens comunais, etc., permitiu-lhe aumentar rapidamente e quase sem despesas o seu gado, de que tirou logo grandes lucros, pela venda, pelo emprêgo como animais de tração e, enfim, por uma adubação mais abundante do solo.

No Século dezesseis, produziu-se um fato considerável, que proporcionou colheitas de ouro aos rendeiros, como aos outros empresários capitalistas. Foi a progressiva depreciação dos metais preciosos e, em consequência, da moeda. Isto fez baixar, na cidade e no campo, as taxas de salários, cujo movimento não acompanhou senão de longe a alta de todas as outras mercadorias. Uma parte do salário dos trabalhadores rurais entrou, desde logo, nos lucros da quinta. A alta continua do trigo, da lã, da carne, de todos os produtos agrícolas em suma, aumentou o capital dinheiro do rendeiro, sem que êle nada fizesse para isso, enquanto a renda territorial, que êle tinha de pagar, diminuía na razão da depreciação do dinheiro sobrevinda durante a duração do arrendamento. (MARX: *Capital*, págs. 280/281, IV.)

Tráfico negroire Com o desenvolvimento da produção capitalista, durante o período manufatureiro, a opinião pública européia foi despojada dos últimos resquícios de consciência e de pudor. Cada nação fazia glória cínica de toda infâmia capaz de acelerar a acumulação de capital. Leia-se, por exemplo, os ingênuos *Anais do Co-*

mércia, do honesto Anderson. Este bravo homem admira como traço de gênio da política inglesa que, após a paz de Utrecht, a Inglaterra tenha arrancado à Espanha, pelo tratado de Assiento, o privilégio de fazer, entre a África e a América espanhola, o tráfico de negros, que fazia, até então, apenas entre a África e suas possessões na Índia oriental. A Inglaterra obteve, assim, o fornecimento, até 1743, de quatro mil e oitocentos negros por ano à América espanhola. Isto lhe serviu, ao mesmo tempo, para cobrir com véu oficial as proezas de seu contrabando. Foi o tráfico negroire que estabeleceu os fundamentos da grandeza de Liverpool; para esta cidade ortodoxa, o tráfico de carne humana constituiu todo o método de acumulação primitiva. E, até os nossos dias, as notabilidades de Liverpool cantaram as virtudes específicas do comércio de escravos "que desenvolve o espírito de empresa até a paixão, forma marinheiros incomparáveis e proporciona dinheiro enormemente". Liverpool empregava no tráfico: 15 navios, em 1730, 53 em 1751, 74 em 1760, 96 em 1770, e 132 em 1792. (MARX: *Capital*, págs. 305/306, IV.)

Metais e salários O modo de produção capitalista, baseado no salário, o pagamento desse salário em dinheiro e, em geral, na transformação das prestações em natureza em prestações em dinheiro não se pode desenvolver, em toda a sua amplitude e toda a sua profundidade requeridas, se não existe no país u'a massa de dinheiro suficiente para a circulação e para a constituição de um tesouro, de um fundo de reserva. Tal é a hipótese histórica. Não é o caso de imaginar, entretanto, que se forma primeiro um tesouro suficiente e a produção capitalista só começa em seguida. Esta produção se desenvolve ao mesmo tempo que suas condições, e uma dessas condições é um afluxo suficiente de metais preciosos. Foi por isso que o crescimento desse afluxo de metais preciosos constituiu, desde o Século dezesseis, fator essencial na história do desenvolvimento da produção capitalista. (MARX: *Capital*, págs. 150/151, VII.)

Descobertas marítimas

É de toda evidência que as grandes revoluções que as descobertas geográficas do Século XVI e do Século XVII operaram no comércio, e que deram rápido impulso ao capital comercial, contribuíram enormemente para substituir o sistema feudal pela produção capitalista. A súbita extensão do mercado mundial, a multiplicação das mercadorias em circulação, o desejo das nações européias de apossar-se porfiadamente dos produtos da Ásia e dos tesouros da América, o sistema colonial, contribuíram essencialmente para quebrar as barreiras feudais da produção. Não obstante, o modo de produção moderno não se desenvolveu, no primeiro período, o período manufatureiro, senão onde encontrou, na Idade Média, as condições requeridas. É suficiente comparar a Holanda e Portugal. E a revolução operada nos Séculos XVI e XVII teve por base sobretudo a produção capitalista já criada. É o mercado mundial que constitui a base desse modo de produção. Mas como esse modo tem, como tendência imanente, expandir a produção sem cessar, é necessário alargar sem cessar o mercado mundial; não é o comércio que revoluciona a indústria, é a indústria que revoluciona constantemente o comércio. É mesmo a dominação comercial é, então, ligada à maior ou menor preponderância das condições da grande indústria. Exemplo: a Inglaterra e a Holanda. A história da decadência da Holanda, enquanto nação comercial, é a história da subordinação do capital comercial ao capital industrial. (MARX: *Capital*, págs. 115/116. XI.)

Subordinação do comércio

Na origem, a transformação dos ofícios e da agricultura em explorações capitalistas tinha como condição o comércio. Este transforma o produto em mercadoria, seja porque lhe abre saídas ou cria novos equivalentes, seja porque fornece à produção novas matérias-primas ou auxiliares e faça nascer novas responsabilidades, repousando diretamente no comércio: elas produzem para o mercado nacional e as condições de sua produção decorrem do mercado mundial. Com o seu progresso, a manufatura e a grande indústria sobretudo criaram um mercado que elas conquistaram com as suas mercadorias. Então, o comércio é subordinado à produção industrial, que

não pode viver sem expandir continuamente o mercado. Com efeito, a produção em grosso invade cada vez mais o mercado existente e força o recuo dos seus limites. O que limita a produção em massa não é o comércio, enquanto ele não é mais do que a expressão da demanda, mas a grandeza do capital em função e a força produtiva do trabalho. O capitalista industrial tem sempre os olhos fixos no mercado mundial, ele é forçado mundial, ele é forçado a comparar e compara sem cessar seus próprios preços de custo de fabricação com os preços do mercado de seu país e do mundo inteiro. Antes, os comerciantes eram os únicos quase a fazer esta comparação e asseguravam, assim, ao capital comercial a supremacia sobre o capital industrial.

O primeiro estudo teórico sobre o modo de produção moderno, o sistema mercantil, partia necessariamente dos fenômenos superficiais do processo de circulação, tais como se manifestavam no movimento do capital comercial; não se apoiava, portanto, senão em aparências, em primeiro lugar porque o capital comercial é a primeira manifestação autônoma do capital; depois, porque, nas primeiras alterações da produção feudal, e no início da produção moderna, ele exerceu influência preponderante. A verdadeira ciência da economia moderna não começa senão no dia em que o estudo teórico passa do processo de circulação ao processo de produção. O capital que produz juros, é bem, na verdade, a forma antiga do capital. (MARX: *Capital*, págs. 120/122, XI.)

Capital comercial

No sistema escravista, na servidão, no suzerano feudal, o proprietário de escravos, o senhor feudal, o Estado suzerano que é proprietário, portanto, vendedor do produto. Concentradas em suas mãos, as compras e as vendas cessam de ser ligadas às necessidades imediatas do comprador como comerciante. (...) Menos a produção é desenvolvida e mais a fortuna dinheira se concentra nas mãos dos comerciantes ou aparece como a forma específica absolutamente diferente, o capital comercial não aparece como capital senão numa função particular. Nos antigos modos de produção, a função por excelência do capital parece ser figurar como capital comercial. (...)

Na história moderna da Inglaterra, a classe comercial propriamente dita, e as cidades comerciais, são reacionárias em política, ligadas à aristocracia territorial e financeira, contra o capital industrial. Compare-se, por exemplo, o papel político de Liverpool com o de Manchester e de Birmingham. Não foi senão depois da supressão dos direitos sobre o trigo que o capital comercial e a aristocracia financeira reconheceram a dominação absoluta do capital industrial. (...)

O desenvolvimento autônomo é predominante do capital como capital comercial significa que o capital não é submetido à produção, mas que se desenvolve segundo uma forma social que se lhe tornou estranha. O desenvolvimento autônomo do capital comercial está, portanto, na razão inversa do desenvolvimento econômico geral da sociedade.

No capital comercial autônomo, considerado como forma predominante do capital, o processo de circulação torna-se independente de seus extremos, os produtores que fazem as trocas. O produto torna-se, aqui, mercadoria pelo comércio e não é o comércio que é devido ao movimento das mercadorias produzidas. O capital como capital manifesta-se, portanto, em primeiro lugar, no processo de circulação, onde o dinheiro se converte em capital. É na circulação que o produto começa a se desenvolver como valor de troca, como mercadoria e como dinheiro. O capital pode e deve formar-se no processo de circulação, antes de saber dominar seus extremos, as esferas de produção entre as quais a circulação serve de meio termo. A circulação de dinheiro e de mercadorias pode servir de intermediária às esferas de produção das organizações as mais diversas que, por sua estrutura interna, são principalmente orientadas para a produção de valores de uso. Este caráter autônomo do processo de circulação, em que as esferas de produção são ligadas por um terceiro elemento, exprime duas coisas: em primeiro lugar, que a circulação não se apossou ainda da produção, mas supõe-na; depois, que o processo de produção não absorveu ainda a circulação como simples elemento. É totalmente ao contrário, na produção capitalista. O processo de produção repousa completamente na circulação, e a circulação não é senão uma fase transitória da produção, a simples realização do produto criado como mercadoria, a substituição de seus elementos de produção produzidos como mercadorias. O capital comercial, esta forma di-

retamente oriunda da circulação, aparece aqui simplesmente como uma das formas do capital engajado em seu movimento de reprodução.

A lei segundo a qual o desenvolvimento do capital comercial está na razão inversa do desenvolvimento da produção capitalista encontra sua aplicação sobretudo na história do comércio de intermediários, tal como o praticaram Veneza, Gênova, Holanda. O lucro principal não provém da exportação dos próprios produtos nacionais, mas de que esses países serviam de intermediários para a troca de produtos de outras regiões econômicas e comercialmente menos desenvolvidas e explorando os dois países produtores. Neste caso, o capital comercial é puro, separado de seus extremos, as esferas de produção, entre as quais serve de termo médio. Esta é uma das principais fontes de sua formação. Mas esse monopólio do trânsito desaparece e, com êle, o próprio comércio, à medida em que progride o desenvolvimento econômico dos dois povos explorados, cuja falta de desenvolvimento constitua a base de sua existência. Esta não é somente a decadência de um ramo particular do comércio, mas do predomínio dos povos puramente comerciantes; este é o desaparecimento de sua riqueza comercial, que não tinha outro fundamento. Esta não é mais do que forma particular em que se exprime, no progresso da produção capitalista, a subordinação do capital comercial ao capital industrial. O sistema colonial, em geral, e a velha Companhia das Índias Holandesas, em particular, mostram-nos o que faz o capital comercial nos países em que domina diretamente a produção. (...)

Anteriormente à sociedade capitalista, é o comércio que domina a indústria; é o contrário na sociedade moderna. O comércio reagirá mais ou menos sobre os grupamentos que dêle participam; cada vez mais êle orientará a produção para o valor de troca, porquanto os meios de subsistência e de gozo dependerão cada vez mais da venda e da utilização imediata do produto. Êle destrói, portanto, a antiga organização. Êle não absorve mais simplesmente o excedente da produção; domina, pouco a pouco, a produção inteira. Mas este efeito depende muito da natureza do grupamento produtor.

Enquanto o capital comercial assegura a troca dos produtos entre grupamentos pouco desenvolvidos, o lucro co-

mmercial não tem apenas a aparência da burla, éle dela pro-
vém, em sua maior parte. Este capital explora a diferença
entre os preços de produção de diferentes países, perseguin-
do, assim, a repartição igual dos impostos e a fixação dos va-
lores das mercadorias; mas éle se apropria ainda da maior
parte do sobreproduto. Com effeito, serve de intermediário
entre os grupamentos em que a produção é essencialmente
orientada para o valor de uso e para cuja organização eco-
nômica a venda dos produtos pelo seu valor não apresenta
nenão importância secundária; ou bem os proprietários prin-
cipais de sobreproduto, com os quais o negociante tem ne-
gócios, o dono de escravos, o senhor feudal, o Estado (o
déspota oriental, por exemplo) representam a classe dos
aproveitadores, aos quais o commerciante não cessa de armar
um laço. O capital comercial, se é o único senhor, represen-
ta, portanto, um sistema de pilhagem; seu desenvolvimento
é marcado, aliás, nos povos commerciantes da antiguidade
como nos tempos modernos, de devastação, de pilhagem marí-
tima, de escravidão e de servidão nas colônias. Foi este o
caso de Cartago, de Roma, de Veneza, entre os portugue-
ses, os holandeses, etc. (MARX: *Capital*, págs. 105/113,
XI.)

Mercados coloniais A descoberta da América, a circunavegação
da África ofereceram à burguesia em as-
censão nôvo campo de ação. Os mercados
da Índia e da China, a colonização da América, o comércio
colonial, o incremento dos meios de troca e, em geral, das
mercadorias imprimiram impulso desconhecido até então ao
comércio, à indústria, à navegação e, por conseguinte, desen-
volveram rapidamente o elemento revolucionário da socieda-
de feudal em decomposição.

A antiga organização feudal da indústria, em que esta
era circunscrita a corporações fechadas, já não podia satis-
fazer as necessidades que cresciam com a cobertura de no-
vos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena bur-
guesia industrial suplantou os mestres das corporações; a di-
visão do trabalho entre as diferentes corporações desapare-
ceu diante da divisão do trabalho dentro da própria ofici-
na. (...)

A grande indústria criou o mercado mundial, prepara-
do pela descoberta da América. O mercado mundial accele-
rou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da na-
vegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento
reagiu, por sua vez, sobre a extensão da indústria; e à me-
dida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias fér-
reas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus
capitais e relegando a segundo plano as classes legadas pela
Idade Média. (MARX-ENGELS: *Manifesto*, págs. 25/26.)

Empresa de colonização Os grandes descobrimentos geográficos e
as empresas de colonização que os seguem
multiplicam os mercados e aceleram o pro-
cesso de transformação do trabalho artesão em manufatura.
E a luta não irrompe somente entre os produtores locais in-
dividuais; as contendas locais vão assumindo, por sua vez, vo-
lume nacional; e surgem as guerras commerciaes dos Séculos
XVII e XVIII. Até que, por fim, a grande indústria e o
aparecimento do mercado mundial dão caráter universal à
luta, ao mesmo tempo que lhes imprimem inaudito impulso.
(ENGELS: *Anti-Dühring*, pág. 336.)

Ouro e salário Nossas necessidades e nossos prazeres têm sua
origem na sociedade; medimo-los, consequen-
temente, em relação à sociedade; não os medi-
mos em relação aos objetos que os satisfazem. Como éles são
de natureza social, sua natureza é relativa. Por consequen-
te, em geral, o salário não é determinado somente pela quan-
tidade de mercadorias que eu possa obter em troca dele.
Éle encerra diversas relações. O que os operários recebem
imediatamente pela sua força de trabalho é uma soma de-
terminada de dinheiro. É o salário determinado apenas por
este preço em dinheiro?

No Século XVI, o ouro e a prata em circulação na Eu-
ropa aumentaram em consequência da descoberta de minas
mais ricas e mais fáceis de explorar na América. Por isso o
valor do ouro e da prata baixou, em relação às outras mer-
cadorias. Os operários continuaram a receber a mesma
quantidade de prata amoedada pela sua força de trabalho.

O preço em dinheiro de seu trabalho permaneceu o mesmo e, contudo, seu salário baixou, pois, em troca da mesma quantidade de dinheiro, passaram a receber menor quantidade de outras mercadorias. Esta foi uma das circunstâncias que favoreceram o crescimento do capital e a expansão da burguesia, no Século XVI. (MARX: *Trabalho*, pág. 73, I.)

Máquinas e matérias-primas

Quanto às matérias-primas, não há a menor dúvida que a marcha triunfante das fiações de algodão deu enorme impulso à cultura do algodão nos Estados Unidos, estimulando, por sua vez, o tráfico negroiro na África e sua procura nos *Border Slaves States*. Em 1790, quando se realizou, nos Estados Unidos, o primeiro recenseamento de escravos, o seu número atingiu a cifra de 697.000; em 1861, tinha se elevado a 4 milhões. De outro lado, não é menos certo que a crescente prosperidade da fiação mecânica da lã provocou, na Inglaterra, a conversão progressiva das terras de trabalho em pastagens, o que levou à expulsão em massa de trabalhadores agrícolas, tornados extranumerários. A Irlanda sofreu ainda, nesse momento, a dolorosa operação que diminuiu sua população, já reduzida à metade desde vinte anos, ao baixo nível correspondente às necessidades de seus proprietários territoriais e aos senhores ingleses fabricantes de lã. (MARX: *Capital*, págs. 111/112, III.)

Fontes de matérias-primas

De um lado, as máquinas provocam aumento das matérias-primas como, por exemplo, o *cotton-gin* aumentou a produção de algodão; de outro lado, o baixo preço dos produtos fabricados e o aperfeiçoamento das vias de comunicação e de transporte fornecem armas para a conquista de mercados estrangeiros. Arruinando pela concorrência de mão-de-obra indígena, a indústria mecânica os transforma forçosamente em campos de produção das matérias-primas de que necessita. É assim que a Índia foi constrangida a produzir algodão, lã, indigo, etc., para a Grã-Bretanha.

Tornando extranumerário, ali onde ela reside, parte da classe produtora, a grande indústria necessita da emigração e, por consequência, da colonização de territórios estrangeiros, que se transformam em celeiros de matérias-primas para a mãe-pátria; é assim que a Austrália se torna imenso depósito de lã para a Inglaterra. (MARX: *Capital*, pág. 123, III.)

Produção colonial Tõda população de tal zona, do Michigan, por ex. dedica-se, então, exclusivamente à agricultura e faz a produção em massa, que só pode trocar com produtos manufaturados ou mercadorias coloniais. Tõda sua superprodução consiste, portanto, em trigo. É o que estabelece a diferença primordial entre os estados coloniais fundados sobre o mercado mundial moderno e os estados da Antiguidade. Graças ao mercado mundial, recebiam tõdas as manufaturas, os produtos como vestimentas, utensílios, etc., que, em outras condições, seriam obrigados a estabelecer eles próprios. Foi assim que os Estados do sul puderam consagrar-se principalmente à cultura do algodão. A divisão do trabalho no mercado mundial permitiu-lhes isso. Quando parecem, portanto, não considerar senão sua juventude e a cifra relativamente fraca de sua população, faz à superprodução em massa, essa aparência não se deve à fertilidade de seu solo nem à produtividade de seu trabalho, mas à especialização de seu trabalho e à superprodução que dele resulta. (...)

Nas colônias, os colonos não têm que empatar senão pouco capital; os agentes principais da produção são o trabalho e a terra. Cada chefe de família tenta constituir para si e os seus um campo de ocupação independente. Mesmo antes do modo de produção capitalista, deve ter sido assim, na agricultura própria dita. Para o pastoreio e a criação em geral, encarados como ramos independentes da produção, a exploração se fazia mais ou menos em comum, e era extensiva por definição. O modo de produção capitalista procede de modos anteriores, em que os meios de produção eram, de fato e de direito, propriedade do explorador, em que a agricultura não passava, portanto, de simples ofício. Não foi senão pouco a pouco que se estabeleceu a concentração dos meios de produção e sua transformação em

capital *vis-à-vis* dos produtores imediatos, transformados em assalariados. É pela pastagem e pela criação que o modo de produção capitalista inicia aqui de forma característica; continua, depois, não pela concentração do capital numa super-fície relativamente menor, mas pela produção em maior escala e redução das despesas de produção. Na realidade, o capital empregado no mesmo terreno não é mais elevado. As leis naturais da agricultura exigem, de outro lado, que, com certo desenvolvimento da cultura e o esgotamento correspondente do solo, o capital, isto é, o conjunto dos meios de produção já produzidos, seja o elemento decisivo. Enquanto a terra cultivada não é senão pequena superfície, relativamente à terra não cultivada, e que a força do solo não está ainda esgotada (e é o caso quando há predomínio da criação e da alimentação em carne), o modo de produção se opõe à exploração pelo camponês, sobretudo pela extensão da área cultivada por conta de um só capitalista, portanto pela utilização extensiva do capital para áreas mais consideráveis. (...)

Mas tudo passa. Os vapores transatlânticos, as ferrovias das duas Américas e das Índias fizeram-nas regiões tôdas particulares em condições de concorrer com as outras no mercado europeu. É necessário contar com as planícies da América do Norte, com os pampas da República Argentina, as estepes que a própria natureza havia preparado para a charrua, terras virgens que, durante anos, com uma cultura primitiva, sem adubos, davam rendimentos abundantes. É necessário contar com as terras das coletividades comunistas russas e indianas, forçadas a vender uma parte crescente de sua produção a fim de conseguir o dinheiro necessário ao pagamento dos impostos que o implacável despotismo do Estado lhes extorquia, muitas vezes pela tortura. Essas produções eram vendidos sem levar em conta as despesas de produção, ao preço que o mercado lhes oferecia, porque o camponês estava absolutamente necessitado de dinheiro para a vida da cobrança. E contra essa concorrência das terras virgens das estepes ou do camponês russo ou indiano esmagado pelos impostos, o rendeiro e o camponês da Europa eram impotentes. Uma parte das terras da Europa foi, definitivamente, no que concerne à cultura do trigo, eliminada da concorrência, as rendas baixaram por toda parte. (...)

Não falamos aqui senão das colônias agrícolas. O que lhes dá o caráter de colônias não é somente a massa de terrenos férteis ainda em estado natural, é principalmente o fato de que esses terrenos não têm ainda proprietários, não foram ainda englobados na propriedade imobiliária. O que estabelece a enorme diferença entre os velhos países e as colônias é, na medida em que a terra entra em linha de conta, a não existência, de direito e de fato, da propriedade imobiliária. Wakefield e, muito tempo antes d'êle, Mirabeau, o pai, e outros economistas mais antigos mesmo, fizeram notar isso com justa observação. Pouco importa que os colonos se apropriem diretamente do solo ou que o obtenham do Estado, pagando um preço nominal, que não passa, em suma, de adiamento pela outorga de título jurídico de propriedade. Pouco importa, igualmente, que os colonos mais antigos sejam proprietários jurídicos do solo. Com efeito, a propriedade imobiliária não impõe aqui limite algum à colocação do capital ou ao emprêgo do trabalho sem capital. Ainda que os colonos antigos tenham tomado posse de uma parte do solo, os recém-chegados podem achar terrenos onde fazer valer seu capital ou seu trabalho. Quando se trata, portanto, de saber como a propriedade imobiliária influi sobre o preço dos produtos do solo e sobre a renda, é absurdiamente falar de livres colônias burguesas onde não se encontra nem o modo de produção capitalista na agricultura, nem a forma de propriedade imobiliária que lhes corresponde. Mais do que isso: esta última é de fato inexistente. Foi o que fez, entretanto, Ricardo, em seu capítulo sobre a renda imobiliária. Ele declara, de início, que vai estudar o efeito da apropriação do solo sobre o valor dos produtos agrícolas; depois, apoia-se nas colônias, supondo que a terra se ache aí em condições relativamente elementares e que a exploração não é obstada pelo monopólio da propriedade imobiliária.

A simples propriedade jurídica do solo não proporciona a renda imobiliária ao proprietário. Mas ela lhe confere a faculdade de subtrair sua terra à exploração, até que a situação econômica lhe permita tirar proveito dela, cedendo-a, seja para a cultura propriamente dita, seja como terreno para construir, etc. Ele não pode crescer nem diminuir a quanti-

dade absoluta de sua terra, mas pode aumentar ou reduzir a quantidade que se encontra no mercado. Há, portanto, como Fourier já assinalou, o fato característico de que, em todos os países civilizados, uma parte relativamente considerável do solo é sempre subtraída à cultura. (MARX: *Capital*, págs. 97/163, XIII e 18/20, XIV.)

Desenvolvimento colonial

Em troca, em países como a América do Norte, que começam, desde o início, em época histórica já muito avançada, o processo de desenvolvimento marcha muito rapidamente. Estes países não têm mais premissas naturais que os indivíduos que ali se instalam como colonos, movidos a isso pelas formas de intercâmbio dos velhos países, que já não correspondem às suas necessidades. Começam, pois, com os indivíduos mais progressistas dos velhos países e, portanto, com a forma de intercâmbio mais desenvolvida, correspondente a estes indivíduos, antes mesmo que esta forma de intercâmbio tenha podido impor-se nos velhos países. Tal é o que acontece com todas as colônias, quando não se trata de simples estações militares ou feitorias comerciais. (MARX-ENGELS: *Ideologia*, pág. 81.)

Expropriação e Acumulação Primitiva

Gênese do salariado

A relação oficial entre o capitalista e o assalariado é de caráter puramente mercantil. Se o primeiro desempenha o papel de senhor e o segundo o de servidor é graças a contrato pelo qual este se coloca não somente a serviço e, portanto, na dependência daquele, mas pelo qual ele renunciou a qualquer título de propriedade sobre o seu próprio produto. Mas por que o assalariado faz essa troca? Porque ele não possui nada além de sua força pessoal, o trabalho em estado potencial, enquanto todas as condições exteriores requeridas para dar corpo a esta potência, a matéria e os instrumentos necessários ao exercício útil do trabalho, o poder de dispor das subsistências indispensáveis à manutenção da força obreira e à sua conversão em movimento produtivo, tudo isso se acha do outro lado.

No fundo do sistema capitalista há, portanto, a separação radical do produtor e dos meios de produção. Esta separação se reproduz, em escala progressiva, desde que o sistema capitalista se estabeleceu; mas, como aquela forma a base desta, éle não poderia se estabelecer sem ela. Para que venha ao mundo, é necessário, portanto, que, ao menos parcialmente, os meios de produção tenham sido já arrancados sem conversa aos produtores, que os empregavam para realisar o seu próprio trabalho, e que já estejam na posse dos produtores mercantis que os empregam para especular sobre o trabalho de outrem. O *movimento histórico* que estabelece o divórcio entre o trabalho e suas condições exteriores, eis a palavra final da acumulação chamada "primitiva" porque pertence à idade pré-histórica do mundo burguês.

A ordem econômica capitalista sai das entranhas da ordem econômica feudal. A dissolução de uma desmembrada os elementos constitutivos de outra. Quanto ao trabalhador, ao produtor imediato, para poder dispor de sua própria pessoa é necessário, desde logo, cessar de ser prêsô à gleba ou enfeudado a outra pessoa; éle não poderá tornar-se livre vendedor de trabalho, levando sua mercadoria onde encontra mercado, sem ter escapado ao regime das corporações, com os seus mestrados, os seus juramentos, as suas leis de aprendizagem, etc. O movimento histórico que converteu os produtores em assalariados apresenta-se, portanto, como sua libertação da servidão e da hierarquia industrial. De outro lado, essas franquias não os tornam vendedores de si mesmos senão depois de despojados de todos os seus meios de produção e de toda as garantias de existência oferecidas pela antiga ordem de coisas. A história dessa expropriação não é matéria de conjectura: está escrita nos anais da humanidade em letras de sangue e fogo indelévels.

Quanto aos capitalistas empresários, êstes novos potentes deviam deslocar não sòmente os mestres dos officios, como também os detentores feudais das fontes de riqueza. Seu advento apresenta-se, dêsse lado, como resultado de lucta vitoriosa contra o poder senhorial, com suas revoltantes prerrogativas, e o regime corporativo, com os entraves que apresentava ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem. Mas os cavaleiros de industria não suplantaram os cavaleiros de espada senão ex-

plorando os acontecimentos que não os favoreciam. Triunfaram por meios tão vis como os de que se serviu o liberto romano para tornar-se o senhor de seu patrão.

O conjunto do desenvolvimento, compreendendo, ao mesmo tempo, a gênese do assalariado e a do capitalista, tem por ponto de partida a servidão dos trabalhadores; o progresso que cumpre consiste em mudar a forma de submissão, a levar à transformação da exploração feudal em exploração capitalista. Para compreender a marcha dêsse processo não nos é necessário remontar muito. Se bem que os primeiros esboços da produção capitalista tenham aparecido cedo em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista não data senão do século dezesseis. Por onde-ela reponitou, a abolição da servidão tornou-se, depois de algum tempo, fato consumado, e o regime das cidades soberanas, esta glória da Idade Média, já está em plena decadência.

Na história da acumulação primitiva, toda revolução faz época quando serve de fermento ao avanço da classe capitalista em vias de formação, aquelas sobretudo que, despojando grandes massas de seus meios de produção e existência tradicionais, lançam-nas de improviso no mercado de trabalho. Mas a base de toda essa evolução é a expropriação dos cultivadores. Ela não se realizou ainda de maneira radical, senão na Inglaterra; êste país desempenhará, portanto, necessariamente, o papel principal em nossa exposição. Mas todos os outros países da Europa ocidental percorrem o mesmo movimento, se bem que, segundo o meio, éle mude de côr local, ou se encerre em círculo mais estreito, ou apresente caráter menos fortemente pronunciado, ou siga ordem de successão diferente. (MARX: *Capital*, págs. 233/236, IV.)

Assalariados e artesãos

A classe assalariada, que surgiu na segunda metade do século cartoze, não formava, então, assim como no século seguinte, senão fraca porção da população. Sua posição era fortemente protegida, no campo, pelos camponeses independentes, na cidade, pelo regime corporativo das officinas; no campo como na cidade, mestres e operários eram socialmente aproximados. O modo de produção técnica não tendo ainda nenhum caráter especificamente capitalista, a subordinação

do trabalho ao capital não existia senão na forma. O elemento variável do capital sobrepujava o seu elemento constante. A demanda de trabalho assalariado aumentava, portanto, rapidamente, a cada nova acumulação do capital, enquanto a oferta de trabalhadores não seguia senão lentamente. Grande parte do produto nacional, transformado mais tarde em fundos de acumulação capitalista, entrava ainda, então, nos fundos de consumo do trabalhador. A legislação sobre o trabalho assalariado, marcada, desde a origem, pela exploração do trabalhador e, daí por diante, sempre dirigida contra ele, foi inaugurada, na Inglaterra, em 1349, pelo *Statute of Labourers*, de Eduardo III. Este estatuto tem por correspondente, na França, a ordenança de 1350, promulgada em nome do rei João. A legislação inglesa e a legislação francesa seguiram marcha paralela e seu conteúdo é idêntico. (MARX: *Capital*, págs. 271/272, IV.)

Mercado interno

Os acontecimentos que transformaram os cultivadores em assalariados e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criam para este o mercado interno. Antes, a mesma família camponesa amanhava a terra primeiro, depois consumia diretamente — ao menos em grande parte — os víveres e as matérias brutas, frutos de seu trabalho. Agora, transformados em mercadorias, eles são vendidos em grosso pelo rendeiro, ao qual as manufaturas fornecem o mercado. De outro lado, os trabalhos como fios, telas, lãs ordinárias, etc. — cujos materiais comuns se achavam ao alcance de qualquer família camponesa — até então produtos do campo, convertiam-se, daí por diante, em artigos manufaturados, aos quais o campo serve de colocação, enquanto a multidão de compradores dispersos, cujo aproveitamento local se fazia a retalho de numerosos pequenos produtores trabalhando todos por sua conta, concentra-se, desde logo, e não forma senão o grande mercado para o capital industrial. (MARX: *Capital*, pág. 287, IV.)

Processos de acumulação

A gênese do capitalismo industrial não se realizou a pouco e pouco, como a do rendeiro. Não há dúvida que muitos chefes

de corporações, muitos artesões independentes, e mesmo trabalhadores assalariados tornaram-se, então, capitalistas em germe e que, pouco a pouco, graças a uma exploração cada vez mais extensa do trabalho assalariado, seguida de acumulação correspondente, eles tenham surgido de sua casca capitalista de súbito. A infância da produção capitalista oferece, sob mais de um aspecto, as mesmas fases que a infância da cidade na Idade Média, na qual a questão de saber qual dos servos evadidos seria senhor e qual servidor era, em grande parte, decidida pela data mais ou menos recuada de sua fuga. Esta marcha a passo de tartaruga não correspondia de modo algum às necessidades comerciais do novo mercado universal, criado pelas grandes descobertas do fim do século quinze. Mas a Idade Média havia transmitido duas espécies de capital que, surgidos de regimes de economia social os mais diversos, antes da era moderna, monopolizam eles apenas o lugar de capital. É o *capital usurário* e o *capital comercial*. (...) A descoberta das terras auríferas e argentíferas da América, a redução dos indígenas à escravidão, seu enfunamento nas minas ou seu extermínio, o início da conquista e pilhagem nas Índias Orientais, a transformação da África numa espécie de reserva comercial para a caça aos peles negras, eis os processos idílicos da acumulação primitiva, que assinalam a aurora da era capitalista. Cedo explode a guerra mercantil: ela engloba o mundo inteiro como teatro. Abrindo-se com a revolta da Holanda contra a Espanha, toma proporções gigantescas na cruzada da Inglaterra contra a Revolução Francesa, e prolonga-se até os nossos dias, em expedições de piratas, como as famosas guerras do ópio contra a China.

Os diferentes métodos de acumulação primitiva que a era capitalista faz surgir, repartem-se, então, por ordem mais ou menos cronológica, a Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra, até que esta os combina a todos, no último terço do século dezessete, em conjunto sistemático, abraçando, de uma só vez, o regime colonial, o crédito público, a finança moderna e o sistema protecionista. Alguns desses métodos repousam no emprêgo da força bruta, mas todos, sem exceção, exploram o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade, a fim de precipitar violentamente a passagem da ordem econômica feudal à ordem econô-

mica capitalista e abreviar as fases de transição. Com efeito, a força é a parteira de toda a velha sociedade em trabalho. A força é um agente econômico. (...)

O regime colonial deu grande impulso à navegação e ao comércio. Gerou as sociedades mercantis, dotadas pelos governos de monopólios e privilégios, servindo de poderoso fermento à concentração de capitais. Assegurou colocação às manufaturas nascentes, cuja facilidade de acumulação redobrou, graças ao monopólio do mercado colonial. Os tesouros diretamente extorquidos fora da Europa pelo trabalho forçado dos indígenas, reduzidos à escravidão, pela concussão, a pilhagem e o morticínio, refluíram à mãe-pátria, para nela funcionar como capital. A verdadeira iniciadora do regime colonial, a Holanda, tinha já, em 1648, atingido ao apogeu de sua grandeza. Ela estava na posse quase exclusiva do comércio das Índias Orientais e das comunicações entre o sudoeste e o nordeste da Europa. Suas pescarias, sua marinha, suas manufaturas, ultrapassavam as dos outros países. Os capitais da República eram talvez mais importantes que todos os do resto da Europa tomados em conjunto.

Em nossos dias, a supremacia industrial implica na supremacia comercial, mas na época manufatureira propriamente dita é a supremacia comercial que confere a supremacia industrial. (...) O sistema do Crédito Público, isto é, da dívida pública, em que Veneza e Gênova, na Idade Média, deram os primeiros passos, invadiu a Europa, definitivamente, durante a época manufatureira. O regime colonial, com o seu comércio marítimo e suas guerras comerciais, servindo como apêrto, instalou-o então na Holanda. A dívida pública, isto é, a alienação do Estado, seja ele despótico, constitucional ou republicano, marca, com sua empresa, a época capitalista. A única parte da chamada riqueza nacional que entra, realmente, na posse coletiva dos povos modernos. Não há, portanto, de que espantar da doutrina moderna de que quanto mais um povo se endivida mais se enriquece. O crédito público, eis o credo do capital. (...)

Com as dívidas públicas, nasceu um sistema de crédito internacional que esconde muitas vezes uma das fontes da acumulação primitiva neste ou naquele povo. É assim, por

exemplo, que as rapinas e as violências venezianas formam uma das bases da riqueza em capital da Holanda, a que Veneza em decadência emprestava somas consideráveis. A Holanda, por seu turno, declinando, pelo fim do século dezesseis, de sua supremacia industrial e comercial, viu-se constrangida a fazer valer enormes capitais, emprestando-os no estrangeiro e, de 1701 a 1776, especialmente à Inglaterra, sua vitoriosa rival. E, do mesmo modo, isso acontece no presente, da Inglaterra aos Estados Unidos. Muitos capitais que fazem, hoje, o seu aparecimento nos Estados Unidos, sem certidão de nascimento, não são mais do que o sangue de crianças das fábricas, capitalizado ontem na Inglaterra. (MARX: *Capital*, págs. 291/301, IV.)

Expropriação dos produtores

A propriedade privada do trabalhador sobre os meios de sua atividade produtiva é o corolário da pequena indústria agrícola ou manufatureira, e esta constitui a pepineira da produção social, a escola em que se elaboram a habilidade manual, a aptidão engenhosa e a livre individualidade do trabalhador. Certo, esse modo de produção se encontra na escravidão, na servidão e em outros estados de dependência. Mas não prospera, não mostra toda a sua energia, não reveste sua forma integral e clássica senão onde o trabalhador é o livre proprietário das condições de trabalho que é próprio pôe em sua obra, o camponês, do solo que cultiva, o artesão, de seu utensílio, que maneja como virtuose de seu instrumento.

O regime industrial de pequenos produtores independentes, trabalhando por sua conta, pressupõe o fracionamento do solo e a repartição dos outros meios de produção. Como exclui a concentração, exclui também a cooperação em grande escala, a sub-divisão do labor na oficina e no campo, o maquinismo, a dominação consciente do homem sobre a natureza, o livre desenvolvimento das potências sociais do trabalho, o concerto e a unidade nos fins, os meios e os esforços de atividade coletiva. Ele não é compatível senão com um estado de produção e de sociedade estreitamente limitado. Eternizá-lo seria, como diz pertinentemente Pecqueur,

“decretar a mediocridade em tudo”. Mas, atingido certo grau, ele engendra, por si mesmo, os agentes materiais de sua destruição. A partir desse momento, forças e paixões que ele comprime começam a agitar-se no seio da sociedade. Ele deve ser, é aniquilado. Seu movimento de eliminação, transformando os meios de produção individuais e esparsos em meios de produção socialmente concentrados, fazendo da propriedade negada de grande número a propriedade colossal de alguns, esta dolorosa, esta espantosa expropriação do povo trabalhador, eis a origem, eis a gênese do capital. Ela compreende toda uma série de processos violentos, de que passamos em revista os mais marcantes sob o título de métodos de acumulação primitiva.

A expropriação dos produtores imediatos executa-se com vandalismo impiedoso que incita os móveis mais infames, as mais sórdidas paixões e as mais odiosas em sua pequenez. A propriedade privada, fundada sobre o trabalho pessoal, essa propriedade que solda, por assim dizer, o trabalhador isolado e autônomo às condições exteriores do trabalho, vai ser suplantada pela propriedade privada capitalista, fundada sobre a exploração do trabalho alheio, sobre o salariado.

Desde que esse processo de transformação decompôs suficientemente e em profundidade a velha sociedade, que os produtores se transformaram em proletários e suas condições de trabalho em capital que, enfim, o regime capitalista se sustenta pela só força econômica das coisas, então a socialização ulterior do trabalho, assim como a metamorfose progressiva do solo e dos outros meios de produção em instrumentos socialmente explorados, em uma palavra, a eliminação ulterior das propriedades privadas, vai revestir nova forma. O que vai ser expropriado, agora, não é mais o trabalhador independente, mas o capitalista, o chefe de um exército ou de uma esquadra de assalariados.

Esta expropriação se processa pelo jôgo das leis iminentes da produção capitalista, as quais conduzem à concentração de capitais. Correlativamente a essa centralização, à expropriação do grande número de capitalistas pelo pequeno, desenvolve-se, em escala sempre crescente, a aplicação da ciência à técnica, a exploração da terra com método e con-

junto, a transformação do utensílio em instrumentos poderosos sômente pelo uso comum, levando a economia dos meios de produção, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado universal, donde o caráter universal impresso ao regime capitalista. À medida que diminui o número de potentes do capital, que usurpam e monopolizam tôdas as vantagens desse período de evolução social, cresce a miséria, a opressão, a escravidão, a degradação, a exploração, e também a resistência da classe operária, crescendo sem cessar e cada vez mais disciplinada, unida e organizada pelo próprio mecanismo da produção capitalista. O monopólio do capital tornou-se entrave para o modo de produção que cresceu e prosperou com êle e sob seus auspícios. À socialização do trabalho e a centralização de seus meios materiais chegam a um ponto em que não podem mais conter-se em seu invólucro capitalista. Esse invólucro rompe-se em estilhaços. A hora da propriedade capitalista soou. Os expropriadores são por sua vez expropriados. (MARX: *Capital*, págs. 309/312, IV.)

Condições do capitalismo

Um negro é um negro. Não é senão sob determinadas condições que se torna escravo. Esta máquina é a máquina de fiar algodão. Não é senão sob determinadas condições que se torna capital. Fora dessas condições, ela é tão pouco capital quanto o ouro por si mesmo é moeda e o açúcar é o preço do açúcar. O capital é uma relação social de produção. É uma relação de produção histórica. (...) A primeira condição da produção capitalista é que a propriedade do solo tenha sido já arrancada das mãos da massa. A essência de toda colônia livre consiste, ao contrário, em que a massa do solo é ainda propriedade do povo e que cada colono pode apropriar-se de uma parte, que lhe servirá de meio de produção individual, sem impedir com isso que os colonos vindos depois façam outro tanto. Este é o segredo da prosperidade das colônias, mas também o seu mal inveterado — a resistência ao estabelecimento nelas do capital. (...) Como, nas colônias, o trabalhador não foi ainda divorciado das condições materiais do trabalho, nem de sua raiz, o solo — ou não o é senão aqui e ali, enfim em escala muito restrita — a agricultura não se acha separada também da manufatura, nem

a indústria doméstica do campo destruída, e então onde encontrar para o capital o mercado interno? (MARX: *Capital*, págs. 319/320, IV.)

Mercadoria e capital

De outro lado, as circunstâncias que produzem a condição fundamental da produção capitalista, isto é, a existência de uma classe de trabalhadores assalariados, levam, igualmente, à transformação de toda produção de mercadorias em produção capitalista de mercadorias. Na medida em que esta se desenvolve, age como decompone e dissolve sobre todas as formas anteriores da produção que, não tendo sobretudo em vista senão as necessidades pessoais imediatas, não transformam em mercadorias senão o excedente da produção. Ela põe em primeiro plano a venda do produto, sem tocar, desde logo, ao menos em aparência, no próprio modo de produção: foi esse, por exemplo, o primeiro efeito do comércio mundial capitalista sobre povos como os chineses, os indianos, os árabes, etc. Mas, por onde ela se implantou, destruiu todas as formas da produção de mercadorias fundadas no trabalho pessoal do produtor ou simplesmente sobre a venda como mercadorias dos produtos excedentes. Ela generaliza, então, a produção de mercadorias e transforma gradualmente, em seguida, toda produção de mercadorias em produção capitalista. (MARX, *Capital* págs. 63/64, V.)

Câmbio e tesouro O comércio de dinheiro decorre, desde logo, das relações internacionais. Desde que há diferentes moedas nacionais, os comerciantes que compram no estrangeiro são forçados a converter sua própria moeda em moeda local, e inversamente, a trocar sua moeda contra prata ou ouro em barras. Daí os agentes de câmbio, cuja profissão constitui uma das bases naturais de nosso comércio em dinheiro. Constituem-se, em seguida, agências de câmbio onde a prata metal e o ouro, considerados como moeda universal, dinheiro de banco ou dinheiro de comércio, funcionam no lugar e espaço de espécies monetárias. O câmbio, enquanto consiste em remeter letras a viajantes sobre banqueiros de outros países, existia já entre os

gregos e os romanos. (...) Muitos príncipes e cidades tinham o direito de bater moeda, e por isso as peças eram muito diferentes em liga e effigie. Daí a necessidade, nas transações, de se servir da moeda local. Para seus pagamentos à vista, os comerciantes que freqüentavam os mercados estrangeiros muniam-se de dinheiro não amoeadoado ou mesmo de ouro. Antes de voltar à sua pátria, trocavam a moeda recebida por ouro ou prata não amoeada. O câmbio, a troca de moeda local por ouro ou prata em barra, e inversamente, tornou-se profissão muito difundida e muito lucrativa. (...) Foi, provavelmente, nas cidades comerciais dos Países Baixos que a instituição dos tesoureiros conservou melhor seu caráter primitivo e particular. A função desses tesoureiros coincidia, em grande parte, com a dos antigos bancos de Amsterdã. O tesoureiro recebe dos comerciantes que recorrem a seus serviços certa soma de dinheiro e abre-lhes, em troca, crédito em seus registros; os comerciantes lhe remetem, igualmente, créditos, que êle encaixa e leva a seu crédito; mas êsse tesoureiro efetua, igualmente, pagamentos à ordem de comerciantes e leva o montante a seu passivo. Para estas entradas e saídas, retira pequena comissão, e não é verdadeiramente indenizado de seu trabalho senão realização de muitas operações desse gênero. Se dois comerciantes, operando com o mesmo tesoureiro, têm de se fazer recíprocos pagamentos, simples reversões são suficientes: os tesoureiros não têm senão que efetuar todos os dias as operações necessárias. O verdadeiro papel dos tesoureiros é, portanto de servir de intermediários para os pagamentos. Aham-se, pois, excluídas as empresas industriais, as especulações, as aberturas de crédito a descoberto. A regra deve ser que o tesoureiro não fará jamais pagamento ultrapassando o crédito daquele por quem êle paga. A propósito das ordens de tesoureiro, de uso em Veneza: "Levados pela necessidade e a situação particular de Veneza, onde era mais difícil do que em qualquer parte fazer a circulação em espécie de grandes somas, os negociantes em grosso da cidade introduziram ordens de tesoureiro, com tôdas as garantias de segurança e administração. Os associados depositavam certa soma, remetiam a seus credores ordens, a soma paga era levada a seu passivo, em folio especial de grande livro *ad-hoc*, e inscrita no ativo

do tomador. Estas associações eram antigas. Mas, se lhes fixarmos a data no século XII, confundimo-las com a caixa oficial, criada em 1171. (MARX: *Capital*, págs. 91/94, XI.)

Capital usurário O capital produtivo, isto é, para lhe dar o seu nome antigo, o capital usurário, faz parte, como o seu irmão gêmeo, o capital comercial, das formas antiluvianas do capital, anteriores ao modo de produção capitalista e constatadas nas formações econômicas as mais diversas da sociedade. Para que o capital usurário exista, é suficiente que parte ao menos dos produtos se transforme em mercadorias e que, simultaneamente, com as transações comerciais o dinheiro se desenvolva em suas diversas funções. O desenvolvimento do capital usurário liga-se ao do capital comercial, e especialmente ao capital do comércio de dinheiro. (...)

Anteriormente ao modo de produção capitalista, o capital usurário revestia-se de duas formas características. Digo bem: formas características. Estas formas se reencontram na produção capitalista, como formas secundárias. Não são mais, aqui, formas que determinam o caráter do capital produtor de lucros. Estas duas formas são: 1.ª — usura por empréstimo de dinheiro permitido a senhores pródigos, principalmente proprietários de terras; 2.ª — usura por empréstimo de dinheiro permitido ao pequeno produtor, senhor de suas próprias condições de trabalho, aí compreendidos os artesãos e sobretudo o camponês, constituindo este último, antes do modo de produção capitalista, a grande maioria dos pequenos produtores independentes.

Arruinando os grandes proprietários de terras e ainda explorando os pequenos produtores, a usura tornou possível a constituição e a concentração de grossos capitais em dinheiro. Até que ponto esse processo fêz desaparecer o antigo modo de produção, como aconteceu na Europa moderna, como o substituiu pelo modo de produção capitalista? Isto depende do movimento histórico e das circunstâncias. O capital usurário, enquanto forma característica do capital produtor de lucros, corresponde à predominância da pequena produção, da pequena exploração agrícola, dos pequenos artesãos. (...)

De uma parte, a usura ataca e destrói, portanto, a antiga riqueza feudal. E, de outra parte, faz o mesmo com a pequena produção camponesa ou burguesa, com todas as formas, numa palavra, em que o produtor aparece ainda como proprietário, do campo que cultiva, da matéria-prima que trabalha, etc. A esta expropriação do produtor corresponde, aqui, grande subversão no modo de produção. Em lugar de permanecer isolados, os operários são reunidos em vastas oficinas, onde seu trabalho se encadeia e se completa; o instrumento cede lugar à máquina. O modo de produção não permite mais a dispersão dos instrumentos de produção, que existia na pequena propriedade, assim como não permite o isolamento do operário. Na produção capitalista, a usura não pode mais separar as condições de produção do produtor, esta separação sendo já fato consumado.

A usura centraliza a fortuna em dinheiro ali onde os meios de produção estão disseminados. Ela não modifica o modo de produção; liga-se a êle, como parasita e torna-o miserável. Enfraquece-o, debilita e força a reprodução a operar-se em condições cada vez mais lamentáveis. Eis a origem do ódio votado pelo povo à usura, ódio particularmente forte na antiguidade, quando o direito de propriedade de do produtor sobre suas condições de trabalho constituía, ao mesmo tempo, a base da organização política e da independência do cidadão. (...)

O capital usurário possui o modo de exploração do capital sem dêle possuir o modo de produção. (...) Face à riqueza que consome, a usura tem importância histórica, porque constitui o processo de que sai o capital. O capital usurário e o capital comercial contribuem para formar uma fortuna em dinheiro independente da propriedade territorial. O dinheiro aparece cada vez mais como riqueza verdadeira, como a riqueza universal, face à sua representação restrita, sob forma de valores de uso, desde que o produto se mostre menos como mercadoria e que o valor de troca se apodere menos de toda a produção. Eis a base do entesouramento. Sem ter em conta seu papel como moeda universal ou tesouro, é sobretudo como meio de pagamento que o dinheiro toma a forma absoluta de mercadoria. É esta última função, notadamente, que desenvolve o juro e, por consequência, o

capital-dinheiro. (...) A usura parece viver nos poros da produção, como os deuses nos intermúdios de Epicuro. (...)

O que distingue o capital produtor de juros, elemento essencial do modo de produção capitalista, do capital usurário não é a natureza nem o caráter desse capital. São as condições diferentes em que ele funciona, é a figura totalmente transformada do emprestador que se dirige àquele que empresta dinheiro. Um homem sem fortuna não obtém crédito, como industrial ou comerciante, senão porque se espera que, com o capital emprestado, funcionará como capitalista e se apropriará de trabalho não pago. Ele é considerado como capital em potencial. (MARX: *Capital*, págs. 218/223, XII.)

Expansão comercial

Além disso, no seio da Idade Média, gerou-se a classe chamada a levantar, no curso de seu desenvolvimento posterior, o moderno postulado da igualdade, a burguesia. A burguesia, que havia começado sendo também estamento feudal, imprimiu grau relativamente alto de desenvolvimento à indústria, preferentemente artesã, e ao intercâmbio de produtos dentro da sociedade feudal, quando, nos fins do Século XV, os grandes descobrimentos marítimos abriram para ela campo muito mais amplo. O comércio extra-europeu, que até então só se conhecia entre a Itália e os portos do Levante, torna-se, agora, extensivo à América e à Índia, e logo supera em importância ao intercâmbio dos países europeus uns com os outros e ao tráfico interno de cada um deles. A prata e o ouro americanos invadiram a Europa e penetraram, como ácido corrosivo, em todos os poros, fendas e vazios da sociedade feudal. A produção artesã já não bastava para cobrir as necessidades crescentes; nas indústrias mais importantes dos países mais adiantados, teve de ceder lugar à manufatura.

Esta gigantesca revolução nas condições econômicas da vida da sociedade, entretanto, não foi seguida de perto pela adequada mudança de sua estrutura política. O regime do Estado continuava a ser feudal, enquanto a sociedade se ia tornando cada vez mais burguesa. O comércio em grande escala é, portanto, principalmente o comércio internacional, e

muito mais ainda o mundial, requer proprietários de mercadorias, desembaraçados e sem obstáculo algum em seus movimentos, que pudessem celebrar todos êles transações apoiando-se num direito igual para todos, ao menos dentro de cada localidade. A passagem do artesanato à manufatura pressupõe a existência de certo número de trabalhadores livres — livres, de um lado, dos entraves gremiais e, de outro, dos meios necessários para explorar por si mesmos sua força de trabalho — que possam fechar contrato com o fabricante, alugando-lhe sua força de trabalho e que, portanto, possam contratar de igual para igual. Por último, a igualdade e a validade igual de todos os trabalhos humanos, enquanto todos são, em geral, trabalhos do *homem*, encontram sua expressão mais forte, ainda que inconsciente, na lei do valor da economia burguesa moderna segundo a qual o valor de uma mercadoria se mede pelo trabalho socialmente necessário nela contido. Mas aí onde as condições econômicas clamavam por liberdade e igualdade de direitos, a ordem política lhes opunha, a cada passo, os entraves gremiais e os privilégios especiais. Por toda a parte, alçavam-se privilégios locais, tributos diferenciadores, leis de exceção de todo gênero, entorpecendo o comércio, não só dos estrangeiros e dos habitantes das colônias, mas muitas vezes, de categorias inteiras dos próprios súditos do país; por toda a parte lhe apareciam no caminho e se interpunham ao desenvolvimento da manufatura os privilégios dos grêmios. Por lado nenhum se via caminho livre e igualdade de possibilidades para os competidores burgueses e, no entanto, esta exigência era primordial e cada vez mais premente.

A emancipação dos entraves feudais e a implantação da igualdade jurídica, ao abolir as desigualdades do feudalismo, eram demandas que, uma vez colocadas na ordem do dia pelo progresso econômico da sociedade, logo teriam de ganhar novas dimensões. Proclamado no interesse da indústria e do comércio, não houve mais remédio que torná-lo extensivo também, êste postulado de igualdade de direitos, à grande massa de camponeses que, sujeitos a toda uma gradação de vasalagem que chegava até à plena servidão, passava a maior parte do tempo trabalhando gratuitamente para o bondoso senhor feudal e, além disso, tinha de pagar-lhe ainda, a êle

e ao Estado, um sem número de tributos. Postos nesse caminho, não havia mais remédio que exigir também a abolição dos privilégios feudais, da isenção de impostos da nobreza, dos privilégios políticos de cada estamento. E como a sociedade já não vivia num império mundial como o romano, mas num sistema de Estados independentes, que mantinham entre si trato de igualdade e que haviam atingido grau quase igual de desenvolvimento burguês, era natural que aquelas tendências assumissem caráter geral, ultrapassando as fronteiras dos Estados, era natural que a liberdade e a igualdade se proclamassem como *direitos humanos*. Para compreender o caráter especificamente burguês desses direitos humanos, nada mais eloqüente do que a Constituição norte-americana, a primeira em que se definem os direitos do homem, ao passo que, na mesma assentada, se sanciona a escravidão dos negros, vigente então nos Estados Unidos; respeitam-se os privilégios de classe, e os privilégios de raça são santificados. (ENGELS: *Anti-Dühring*, págs. 128/130.)

Riqueza mobiliária

Para a economia clássica, o capital e o lucro, ou o capital e o crédito, são algo tão inseparáveis, acham-se tão enlaçados entre si como a causa e o efeito, o pai e o filho, o ontem e o hoje. Mas a palavra capital, em seu sentido econômico moderno, não aparece, até à época em que surge o próprio objeto, até à época em que a riqueza mobiliária vai assumindo cada vez mais a função de capital, ao explorar o sobretabalho de operários livres para a produção de mercadorias, e é introduzida pela primeira nação capitalista da história, a Itália dos Séculos XV e XVI. Foi Marx, ao analisar até suas raízes e antes que ninguém o regime de apropriação característico do moderno capital, ao pôr o conceito de capital em consonância com os fatos históricos dos quais, em última instância, havia, sido abstraído e a que devia sua existência; foi Marx, ao emancipar, assim, este conceito econômico de todas as idéias confusas e flutuantes a ele aderidas na economia burguesa clássica e ainda entre os socialistas anteriores; foi precisamente Marx quem procedeu com essa "última e mais rigorosa cientificidade" que o Sr. Dühring não tira dos lábios

e que tão dolorosamente encontramos de menos nele. (ENGELS: *Anti-Dühring*, pág. 254/255.)

Germinação do capitalismo

Antes de sobrevir a produção capitalista, quer dizer, na Idade Média, regia com caráter geral a pequena indústria, baseada na propriedade privada do operário sobre seus meios de produção: no campo, predominava a agricultura dos pequenos lavradores, livres ou servos; nas cidades, os ofícios artesanais. Os meios de trabalho — a terra, os utensílios de lavar, a oficina, as ferramentas — eram meios de trabalho individuais, destinados tão só ao uso individual e, portanto, forçosamente pequenos, mínimos, limitados. Mas isto mesmo fazia com que pertencessem, no geral, ao próprio produtor. O papel histórico do modo capitalista de produção e de seu expoente, a burguesia, consistiu precisamente em concentrar e desenvolver estes dispersos e mínimos meios de produção, transformando-os na potente alavanca produtora dos tempos atuais. Marx, na seção quarta de *O Capital*, expõe detalhadamente como a burguesia realizou historicamente esse processo, desde o Século XV passando por três etapas: a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria. Mas a burguesia, como também fica demonstrado na referida obra, não podia converter aqueles limitados meios de produção em poderosas forças produtivas sem convertê-los de meios individuais de produção em meios de produção sociais, só manejáveis por uma *coletividade de homens*. A roca, o tear manual, o martelo de ferroiro foram substituídos pela máquina de fiar, pelo tear mecânico, pelo martelo movido a vapor; a oficina individual cedeu lugar à fábrica, que impõe a cooperação de centenas e milhares de operários. E, tal como com os meios de produção, a própria produção se transformou, de uma série de atos individuais numa série de atos sociais, e os produtos se transformaram de produtos individuais em produtos sociais. O fio, as telas, os objetos metálicos que saíam agora das fábricas eram o produto comum de grande número de operários, por cujas mãos tinham de passar, sucessivamente, para sua elaboração. Já nenhum indivíduo podia dizer: eu fiz isto, é produto meu. (...)

A produção individual foi sucumbindo num terreno de- pois do outro, e a produção social revolucionou todo o anti- go modo de produção. Este seu caráter revolucionário, no entanto, passava tão despercebido que se implantava uni- camente como meio para aumentar e fomentar a produção de mercadorias. A produção social nasceu em ligação direta com certos recursos já existentes da produção e da troca de mer- cadarias: o capital mercantil, a indústria artesã e o trabalho assalariado. Ao surgir, como nova forma de produção de mercadorias, as formas imperantes de apropriação da produ- ção de mercadorias permaneciam plenamente vigentes para ela. (...)

Na produção de mercadorias, tal como se havia desen- volvido na Idade Média, não tinha razão de ser a questão de a quem deviam pertencer os produtos do trabalho. O produ- tor individual as criava, geralmente, com matérias-primas de sua propriedade, produzidas não poucas vezes por ele mes- mo, com os seus próprios meios de trabalho, e elaborados com o seu próprio trabalho manual ou o de sua família. Não ne- cessitava, portanto, apropriar-se deles, pois eram seus de per- lho pessoal. E, ainda naqueles casos em que se empregava a ajuda alheia, esta era coisa incidental, no comum, e recebia, frequentemente, além do salário, outra compensação: o aprendiz ou o oficial dos grêmios não trabalhavam tanto pelo salário e a alimentação como para aprender e chegar a ser mestres algum dia. Sobrevém a concentração dos meios de produção em grandes oficinas e manufaturas, sua transfor- mação em meios de produção realmente sociais. Estes meios de produção e seus produtos foram considerados, no entanto, como se continuassem sendo o que eram antes: meios de produção e produtos individuais. E se, até aqui, o proprietá- rio dos meios de trabalho se apropriava dos produtos porque eram, geralmente, de sua própria produção, e a ajuda alheia constituía exceção, agora o proprietário dos meios de traba- lho continuava apropriando-se do produto ainda que este já não fosse produto *seu próprio*, mas fruto exclusivo do tra- balho alheio. Deste modo, os produtos criados agora social- mente passavam a ser propriedade, não daqueles que haviam pôsto realmente em marcha os meios de produção e que eram

seus verdadeiros criadores, mas do *capitalista*. Os meios de produção e a produção se haviam tornado essencialmente so- ciais. E, entretanto, viam-se submetidos a uma forma de apropriação que pressupõe a produção privada individual, quer dizer, aquela em que cada um é dono de seu próprio pro- duto e, como tal, ocorre com êle ao mercado. O modo de produção se vê sujeito a esta forma de apropriação, apesar de que destrói o suporte sôbre que descansa. Nesta contradição, que imprime ao nóvo modo o seu caráter capitalista, *encer- ra-se já, em germe, todo o conflito dos tempos atuais*. E quan- to mais o nóvo regime de produção se impõe e impera em to- dos os campos fundamentais da produção e em todos os pai- ses econômicamente importantes, deslocando a produção in- dividual, salvo vestígios insignificantes, *maior é a evidência com que se revela a incompatibilidade entre a produção so- cial e a apropriação capitalista*.

Os primeiros capitalistas se encontraram, como foi dito, já com a forma do trabalho assalariado. Mas como exceção, como ocupação secundária, como mera ajuda, como ponto de transição. O lavrador que saía, de vez em quando, a ganhar um jornal, tinha várias fânegas de terra próprias, de que po- dia viver, em caso extremo. Os estatutos gremiais velavam para que os oficiais de hoje se tornassem os mestres de ama- nhã. Mas, tão depressa como os meios de produção se con- verteram em sociais e se concentraram nas mãos dos capita- listas, as coisas mudaram. Os meios de produção e os pro- dutos do pequeno produtor individual foram se desvalori- zando cada vez mais, até que a este pequeno produtor não restou outro recurso que colocar-se a ganhar um jornal pago pelo capitalista. O trabalho assalariado, que antes era exce- ção e mera ajuda, transformou-se em regra e forma funda- mental de tóda a produção, e a que antes era ocupação aces- sória converteu-se em ocupação exclusiva do operário. O trabalhador assalariado temporário converteu-se em assala- riado para tóda a vida. Ademais, a multidão desses assala- riados por tóda a vida viu-se gigantesicamente reforçada pe- la ruína simultânea da ordem feudal, pela dissolução do sé- quito dos senhores feudais, a expulsão dos camponeses de suas terras, etc. Realizou-se o divórcio completo entre os meios de produção concentrados em mãos dos capitalistas,

de um lado, e os produtores, reduzidos a não possuir mais que sua própria força de trabalho, de outro. *A contradição entre a produção social e a apropriação capitalista se manifesta como o antagonismo entre o proletariado e a burguesia.* (ENGELS: *Anti-Dühring*, págs. 326/330.)

Apropriação e comércio

Não precisamos explicar que, ainda quando a forma de apropriação permanece invariável, o caráter da apropriação sofre uma revolução, pelo processo que descrevemos, em grau não menor que a própria produção. A apropriação de produto próprio e a apropriação de produto alheio são, naturalmente, dois modos muitos distintos de apropriação. E advertimos, de passagem, que o trabalho assalariado, no que se contém já o germe de todo o modo capitalista de produção, é muito antigo; coexistiu, durante séculos inteiros, em casos isolados e dispersos, com a escravidão. Este germe só se pode desenvolver, entretanto, até formar o regime capitalista de produção, quando se deram as condições históricas adequadas. (...)

Na sociedade medieval, e sobretudo em seus primeiros séculos, a produção estava destinada principalmente ao consumo próprio, e satisfazia preferentemente só as necessidades do produtor e de sua família. E onde, como acontecia no campo, subsistiam relações de dependência pessoal, contribuía também para satisfazer as necessidades do senhor feudal. Não se fazia, pois, comércio algum, nem os produtos revestiam, portanto, o caráter de mercadorias. A família do lavrador produzia quase tudo o que necessitava: utensílios de lavoura e roupas não menos do que viveres. Só começou a produzir mercadorias quando conseguiu criar um remanescente de produtos, depois de cobrir suas próprias necessidades e os tributos em espécie que tinha de pagar ao senhor feudal; este remanescente, lançado no mercado, à troca social, para a venda, converteu-se em mercadoria. Os artesãos das cidades, por certo, tiveram que produzir para a troca desde o primeiro momento. Mas êles mesmos elaboravam a maior parte dos produtos de que necessitavam para seu consumo; tinham suas hortas e seus pequenos campos,

apasantavam seu gado nos bosques comunais que, além disso, lhes forneciam madeira e lenha; suas mulheres fiavam o linho e a lã, etc. A produção para a troca, a produção de mercadorias, estava em seu início. O intercâmbio era limitado por isso, o mercado reduzido, o modo de produção estável, e por isso os produtores se encastelavam, face ao exterior, e se associavam, no interior: a *marca*, no campo, os *grêmios*, nas cidades. (ENGELS: *Anti-Dühring*, págs. 392/331.)

Início da acumulação

Mas, antes de fazê-lo, poderíamos perguntar: de onde provém esse fenômeno singular, de que no mercado encontramos um grupo de compradores, que possuem terras, maquinaria, matérias-primas e meios de vida, coisas essas que, exceto a terra, em seu estado bruto, são *produtos de trabalho* e, por outro lado, um grupo de vendedores que nada têm a vender senão sua força de trabalho, os seus braços laboriosos e cérebros? Como se explica que um dos grupos compre constantemente para realizar lucro e enriquecer, enquanto o outro grupo vende constantemente para ganhar o pão de cada dia? A investigação desse problema seria a investigação do que os economistas chamam *acumulação prévia* ou *originária*, mas que deveria chamar-se *expropriação originária*. E veremos que esta chamada *acumulação originária* não é senão uma série de processos históricos que resultaram na *decomposição da unidade originária* existente entre o homem trabalhador e seus instrumentos de trabalho. (MARX: *Preço*, pág. 358, I.)

Resistência do campo

Dêsse modo, a Alemanha encontra-se, hoje, em grande parte, numa situação industrial que, à primeira vista, corresponde à que predominava, de maneira geral, antes do aparecimento das máquinas. Mas, só à primeira vista. Antes, a indústria a domicílio, ligada à horticultura e ao pequeno cultivo, pelo menos nos países que se desenvolviam industrialmente, era a base de uma situação material suportável e às vezes acomodada entre as classes trabalhadoras mas também de sua nulidade intelectual e política. O produto feito à mão e seu custo de-

terminavam o preço no mercado; e, com a produtividade do trabalho de então, insignificante em comparação com a de nossos dias, os mercados, em geral, aumentavam mais rapidamente que a oferta. Foi o que se verificou na metade do século passado na Inglaterra e, parcialmente, na França, sobretudo na indústria têxtil. Ocorria exatamente o contrário na Alemanha que, naquela época, mal se refazia dos destroços causados pela Guerra dos Trinta Anos e se esforçava por levantar a cabeça em meio a circunstâncias menos favoráveis. A única indústria a domicílio que trabalhava para o mercado mundial, a que produzia tecidos de linha, achava-se tão oprimida pelos impostos e encargos feudais que não elevou o camponês-tecelão acima do nível, por sinal muito baixo, do resto do campesinato. Contudo, os trabalhadores industriais rurais tinham, naquele tempo, assegurada até certo ponto a sua existência.

Com a introdução da máquina, tudo se modificou. O preço passou a ser determinado pelo produto feito à máquina e o salário do trabalhador industrial a domicílio desceu segundo aquele preço. Era obrigado a aceitá-lo ou procurar outro trabalho, o que não podia fazer sem converter-se em proletário, isto é, fôsse proprietário ou arrendatário — sem abandonar a sua casinha, a sua horta e o seu pedaço de terra. E só em pouquíssima ocasiões resignava-se a isso. Assim é que a horticultura e o pequeno cultivo dos velhos tecelões rurais foi a causa de se prolongar durante muito tempo, em toda parte, a luta do tecido à mão contra o tear mecânico — luta que, na Alemanha, ainda não terminou. Nessa luta, revelou-se, pela primeira vez, sobretudo na Inglaterra, que a mesma circunstância que, antes, havia propiciado relativo bem estar aos trabalhadores — a posse de seus meios de produção — convertera-se, para eles, em obstáculo e em desgraça. Na indústria, o tear mecânico substituiu o tecido à mão; na agricultura, a grande empresa agrícola eliminou sua pequena fazenda. Mas, enquanto, em ambos os domínios da produção, o trabalho associado de muitos e o emprego das máquinas e das ciências convertiam-se em regra social, sua casinha, sua horta, sua parcela de terra e seu tear encadeavam o trabalhador ao método antiquado da produção individual e do trabalho à mão. A posse de uma casa e de uma horta era, agora, de valor muito inferior à plena liberdade de mo-

vimento. Nenhum operário de fábrica teria trocado a sua situação com o pequeno tecelão rural, que morria de fome, lenta mas inexoravelmente. (...)

Vemos, aqui, claramente, como o que, em etapa anterior, era a base do bem estar relativo dos operários — a combinação do cultivo e da indústria, a posse de uma casa, de uma horta e de um sítio, a segurança de uma habitação — hoje, sob o reinado da grande indústria, converte-se não somente na pior das cadeias para o operário, mas também na maior desgraça para toda a classe operária, na base de declínio sem precedentes do salário abaixo de seu nível normal. E isso não apenas em alguns ramos da indústria, mas em escala nacional. Não é surpreendente que a grande e a pequena burguesias, que vivem e se enriquecem com esses enormes descontos de salário, exaltem a indústria rural, a posse de uma casa para cada operário e vejam na criação de novas indústrias domiciliares o único remédio para todas as misérias rurais. (ENGELS: *Habitação*, págs. 113/115, II.)

Capital natural

O capital, nessas cidades (na Idade Média) era capital natural, constituído pela casa, as ferramentas de ofício e a clientela tradicional e hereditária, capital irrealizável, pela razão do incipiente intercâmbio e da circulação escassa, e que passava de pais a filhos. Não era, como nos tempos modernos, capital transformável em dinheiro, de que tanto faz que se inverta em tais ou quais coisas, mas capital diretamente entrelaçado com o trabalho determinado e concreto de seu possuidor e dele inseparável; era, portanto, nesse sentido, capital estável. (MARX-ENGELS: *Ideologia*, pág. 56.)

Produção e produtor Num certo grau de desenvolvimento da produção mercantil, os meios de produção separam-se dos produtores. Formam-se duas categorias de possuidores de mercadorias: os proprietários de dinheiro e de meios de produção, de um lado, e os operários livres, vendedores de sua força de trabalho, privados de todo meio de produção, do outro lado. A essa condição, e a

ela sómente, a mercadoria e o dinheiro, que por si mesmos não são capital, transformam-se em capital.

A *acumulação dita primitiva* não é, portanto, nada mais que o *processo histórico de separação do produtor e dos meios de produção*. Aparece como *primitiva* porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção correspondente. (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 71.)

Dinheiro e capital

Marx explica, com efeito, no capítulo indicado, que toda soma de dinheiro ou de valor não se transforma em capital: é necessário, para esse fim, que um mínimo do possuidor individual de valores de troca esteja nas mãos do possuidor individual de moeda ou de mercadorias. A metamorfose do artesão em capitalista é mudança qualitativa que implica, necessariamente, mudança quantitativa prévia, o que significa, concretamente, que este artesão dispõe de um mínimo de dinheiro. Após haver-lo provado por cálculos precisos, Marx conclui: "Aqui, como nas ciências da natureza, confirma-se a lei, constatada por Hegel em sua *Lógica*, lei segundo a qual simples mudanças na quantidade, atingido certo grau, levam a diferenças na qualidade". (...)

Marx não analisou, até aqui, as diferenças qualitativas das duas formas históricas de circulação mercantil senão como "diferenças formais". Passando, agora, às diferenças qualitativas essenciais, às diferenças de conteúdo, mostra que o valor não se pode acrescer, no curso de seu movimento, senão pela existência de mercadoria de uma ordem à parte, cujo uso no processo de produção torna-se fonte de valor novo, fonte de auto-acrescimento de valor. Esta mercadoria qualitativamente diferente das outras é a força de trabalho.

Marx confere extrema importância à explicação das particularidades qualitativas das condições históricas no curso das quais o dinheiro se transforma em capital. A produção e a circulação mercantis existiam em graus diversos, desde milênios, sem que o dinheiro sofresse transformação radical, qualitativa, sem que ele se transformasse em capital. Só condições determinadas, portanto, só premissas novas, permitiram essa transformação. Não foi senão no momento em que

apareceu o operário "livre", isto é, privado dos meios de produção, e o proprietário, possuidor desses meios, que se situou a transformação qualitativa do dinheiro em capital.

Marx nota que a produção capitalista é a forma geral da produção mercantil, o que tem lugar quando a força de trabalho se torna mercadoria e que o operário a vende aos possuidores dos meios de produção. A exploração dos trabalhadores desprovidos de meios de produção e constrangidos a vender sua força de trabalho é, portanto, a qualidade específica do capital. A análise das condições particulares da transformação do dinheiro em capital é de importância maior, do ponto de vista do método. Marx mostra que a passagem de uma qualidade antiga a uma nova não deve ser jamais isolada da situação histórica em que se opera. (...)

Marx nota que a conversão de dinheiro em capital é a passagem de mudanças quantitativas em mudanças qualitativas. Para que um capitalista possa empregar um número de operários suficiente para realizar a produção, é necessário um mínimo de dinheiro. Esse agrupamento dos operários em vista de sua exploração (a cooperação no trabalho) é o índice qualitativo característico do capital, que o distingue das formas precedentes de produção. Marx mostra que a cooperação já existira anteriormente, entre os povos caçadores e nas comunidades primitivas, na sociedade antiga e na Idade Média, mas para destacar assim o caráter próprio da cooperação sob o capitalismo, o que a distingue das formas anteriores. Na comunidade primitiva, a cooperação repousava na posse comum dos meios de produção e no liame indissolúvel do membro da comunidade com o conjunto do grupo social. Na antiguidade e na Idade Média, ela não existia senão esporadicamente, ocasionalmente, fundava-se em relações de dominação e de dependência diretas! Ao contrário, a forma capitalista de cooperação supõe, desde logo, um operário assalariado livre, vendendo sua força de trabalho ao capitalista. (ROSENAL: *Dialectique*, págs. 127/135.)

Manufatura e indústria

Todavia, como o próprio Marx frisou, a cooperação sob sua forma simples, a simples reunião em processo social único de trabalhadores até então isolados e dispersos, não engendra

nenhuma forma estável nem característica da produção capitalista. Isso não é senão primeira etapa, que acaba por ceder lugar a etapa qualitativamente mais elevada, a da manufatura capitalista. Marx mostra em que esta é específica e se distingue qualitativamente da cooperação simples que, sem dúvida, criou uma força produtiva nova e coletiva, unificando o trabalho, mas deixa inmutável o modo de produção, quanto à sua natureza, não suscita nele nem revolução nem subversão técnica. O que é típico, ao contrário, na manufatura, é que ela dá nascimento a uma nova divisão do trabalho no interior da oficina e desmembra o ato de produção, outrora único, em grande número de operações distintas. A divisão social do trabalho existia bem antes do capitalismo, mas só o modo de produção capitalista fez nascer a divisão do trabalho própria da manufatura.

Diferentemente da cooperação simples, a manufatura revoluciona o trabalho dos indivíduos. Desenvolve neles, de modo artificial, aptidão única e unilateral e abafa o seu talento. Acresce a capacidade produtiva do trabalho e constitui meio mais aperfeiçoado de obter a mais-valia relativa. Ela, portanto, não cria ainda, ela também, base técnica adequada ao modo de produção capitalista. Qualquer que seja a revolução sofrida pelo modo de trabalho, o ofício permanece a base. A manufatura prepara grau novo, qualitativamente mais elevado, de produção capitalista: o da grande indústria mecanizada. (...) A transição da manufatura à grande indústria não é simples desenvolvimento quantitativo. É um salto gigantesco, na evolução da produção capitalista. (...)

Produção e emprêgo de máquinas, tal é o traço qualitativo novo que caracteriza essa etapa. Falta de base técnica suficientemente larga, a manufatura não podia ampliar a produção à escala do modo de produção capitalista; ela limitava a exploração dos operários pela burguesia e não levava à eliminação das antigas relações patriarcais que freavam a expansão do capitalismo. Tudo isto não podia ser realizado senão pela grande indústria. Eis porque Marx nota que a grande indústria capitalista devia possuir um meio de produção específico: a máquina, e produzir máquinas com máquinas. Tal é a única base técnica adequada. (ROSENAL: *Dialectique*, págs. 136/138.)

Pré-capitalismo e agricultura

Nas formações pré-capitalistas, tudo, mesmo a indústria embrionária, tem tintura agrícola; a produção dominante aí é a agricultura, com tôdas as relações que decorrem disso. Ao contrário, em regime capitalista, a hegemonia do modo de produção burguês confere a tôdas as coisas, aí compreendida a agricultura, tintura burguesa, e nada em seguida pode ser compreendido senão à luz da lei econômica fundamental do regime capitalista. (ROSENAL: *Dialectique*, págs. 402/403.)

Mercantilismo e capitalismo

A forma mercantil do produto é espectral, em que se reflete o caráter histórico do trabalho social, das relações sociais. Marx pôs estas a nu, mostrando que o invólucro exterior das coisas, das mercadorias, esconde relações sociais essenciais. Analisando a mercadoria e o trabalho que a produz, Marx mostra o que a produção mercantil tem de específico, o que a distingue das outras formas históricas da produção; atinge a célula original, sem o que nada se pode compreender do capitalismo. Certo, a forma mercantil do produto do trabalho não surgiu do modo capitalista de produção, que precedeu de muito tempo. Mas sem forma mercantil não há capitalismo, e é somente sob esse regime que ela se torna dominante. É unicamente sob o capitalismo que a força de trabalho se torna mercadoria. (ROSENAL: *Dialectique*, págs. 170/171.)

Caracterização do Capitalismo

Trabalho

Comércio e trabalho É sómente na sua troca que os produtos do trabalho adquirem, como valores, uma existência social idêntica e uniforme, distinta de sua existência material e multiformes como objetos de utilidade. Esta cisão do produto do trabalho em objeto útil e objeto de valor amplia-se, na prática, desde que a troca adquira certa extensão e importância para que os objetos úteis sejam produzidos em vista da troca, de sorte que o caráter de valor desses objetos é já levado em consideração na sua própria produção. A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores adquirem de fato duplo caráter social. De um lado, devem ser trabalho útil, satisfazer neces-

sidades sociais e afirmar-se, assim, como partes integrantes do trabalho geral, de um sistema de divisão social do trabalho, que se forma espontaneamente; de outro lado, eles não satisfazem as necessidades diversas dos próprios produtores senão porque cada espécie de trabalho privado útil é trocável com todas as outras espécies de trabalho privado útil, quer dizer: é reputado seu igual. A igualdade de trabalhos, que diferem *foto coelo* uns dos outros, não pode consistir senão numa abstração de sua desigualdade real, senão na redução a seu caráter comum de dispêndio de força humana, de trabalho humano em geral, e é a troca só que opera esta redução pondo em presença uns dos outros, em pé de igualdade, os produtos de trabalhos os mais diversos. (MARX: *Capital*, págs. 94/95, 1.)

Processo de trabalho Eis os elementos simples, nos quais o processo de trabalho se decompõe: 1.º — atividade pessoal do homem, ou trabalho propriamente dito; 2.º — objeto sobre o qual o trabalho age; 3.º — meio pelo qual ele age.

A terra (e sob esse termo, do ponto de vista econômico, se compreende também a água), ao mesmo tempo que fornece ao homem, desde o começo, víveres preparados, é também o objeto universal de trabalho que se encontra sem sua intervenção. Todas as coisas que o trabalho não faz senão destacar de sua conexão imediata com a terra são objetos de trabalho pela graça da natureza. É assim com o peixe, que a pesca retira de seu elemento de vida, a água; com a madeira abatida na floresta primitiva; com o mineral extraído de seu veio. O objeto já filtrado por um trabalho anterior, por exemplo o mineral lavado, chama-se matéria-prima. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima; ele não se torna matéria-prima senão depois de ter sofrido uma transformação qualquer efetuada pelo trabalho.

O meio de trabalho é uma coisa ou conjunto de coisas que o homem interpõe entre ele e o objeto de seu trabalho, como condutores de sua ação. Ele se serve de propriedades mecânicas, físicas, químicas de certas coisas, para fazê-las agir como forças sobre outras coisas, conforme seus fins.

Se deixarmos de lado a tomada de posse de substâncias todas achadas — a colheita de frutos, por exemplo, em que são os órgãos do homem que lhe servem de instrumento — vemos que o trabalhador apodera-se imediatamente não do objeto mas do meio de seu trabalho. Ele converte, assim, as coisas exteriores em órgãos de sua própria atividade, órgãos que ajunta aos seus, de maneira a alongar, a despeito da Bíblia, sua estatura natural. Como a terra é o seu armazém primitivo de víveres, ela é também o arsenal primitivo de seus meios de trabalho. Ela lhe fornece, por exemplo, a pedra de que ele se serve para esfregar, cortar, apertar, lançar, etc. A própria terra torna-se meio de trabalho, mas não começa a funcionar como tal, na agricultura, sem que toda uma série de outros meios de trabalho seja previamente empregada. Desde que pouco desenvolvido, o trabalho não dispensa meios já trabalhados. Nas mais antigas cavernas, encontram-se instrumentos e armas de pedra. Ao lado de conchas, pedras, madeiras e ossos adornados, vê-se figurar, em primeiro lugar, entre os primitivos meios de trabalho, o animal domado e domesticado, isto é, já modificado pelo trabalho. O emprêgo e a criação de meios de trabalho, ainda que sejam encontrados em germe, entre algumas espécies animais, caracterizam eminentemente o trabalho humano. Por isto, Franklin dá esta definição do homem: "o homem é um animal que fabrica instrumentos", a *toolmaking animal*. Os restos dos antigos meios de trabalho têm, para o estudo das formas econômicas das sociedades desaparecidas, a mesma importância que a estrutura dos ossos fósseis para o conhecimento da organização das raças extintas. O que distingue uma época econômica de outra é menos o que se fabrica do que a maneira de fabricar, os meios de trabalho com os quais se fabrica. (...)

Por outro lado, as coisas que servem de intermediários, de condutores da ação do homem sobre seu objeto, os meios de trabalho, compreendem, em sentido mais largo, todas as condições materiais, que, sem entrar diretamente nessas operações são, entretanto, indispensáveis, e cuja ausência torná-lo-ia defeituoso. O instrumento gerla desse gênero é ainda a terra, porque ela fornece ao trabalhador o *locus standi*, sua base fundamental, e à sua atividade o campo em que ela pode se deslocar, seu *field of employment*. Dos meios de tra-

balho desta categoria, mas já devidos a um trabalho anterior, são as oficinas, os estaleiros, os canais, as estradas, etc.

No processo de trabalho, a atividade do homem efetua, portanto, com a ajuda dos meios de trabalho, uma modificação desejada de seu objeto. O processo se extingue no produto, quer dizer: num valor de uso, uma matéria natural assimilada às necessidades humanas por uma mudança de forma. O trabalho, combinando-se com o seu objeto, materializou-se, e a matéria é trabalhada. O que era movimento, no trabalhador, aparece, agora, no produto, como propriedade em repouso. O operário teceu, e o produto é um tecido.

Se se considera o conjunto desse movimento, do ponto de vista de seu resultado, então todos os dois, meio e objeto de trabalho, apresentam-se como meios de produção, e o próprio trabalho como trabalho produtivo. (MARX: *Capital*, págs. 12/14, II.)

Matéria-prima O objeto do trabalho é fornecido pela natureza apenas na indústria extrativa — exploração das minas, caça, pesca, etc. — e mesmo na agricultura, quando esta se limita a desbravar terras ainda virgens. Todos os outros ramos da indústria manipulam matérias-primas, quer dizer: objetos já filtrados pelo trabalho como, por exemplo, as sementes na agricultura. Os animais e as plantas que, de hábito, considera-se como produtos naturais, são, em suas formas atuais, produto do trabalho, não somente do ano anterior mas ainda de transformação continuada, durante os séculos, sob a vigilância e pela intervenção do trabalho humano. Quanto aos instrumentos propriamente ditos, a maior parte deles mostra, ao olhar mais superficial, os traços de trabalho passado.

A matéria-prima pode formar a substância principal de um produto ou nele entrar apenas sob a forma de matéria auxiliar. Esta é então consumida pelo meio de trabalho, como a hulha para a máquina a vapor, a hulha para a roda, o feno para o cavalo de tração; ou bem ela é juntada à matéria-prima para nela operar modificação, como o cloreto de tela crua, o carvão ao ferro, a cor à lã, ou bem ela ajuda o próprio trabalho a cumprir-se, como, por exemplo, as matérias usadas na iluminação e aquecimento da oficina. A diferença entre

matérias principais e matérias auxiliares confunde-se, na fabricação química propriamente dita, em que algumas das matérias empregadas não reaparecem como substância do produto. (MARX: *Capital*, pág. 15, II.)

Consumo produtivo O trabalho usa seus elementos materiais seu objeto e seus meios, e é por consequência ato de consumo. Este consumo produtivo se distingue do consumo individual, em que este consume os produtos como meio de gozo do indivíduo, enquanto aquele os consome como meios de funcionamento do trabalho. O produto do consumo individual é, por consequência, o próprio consumidor; o resultado do consumo produtivo é um produto distinto do consumidor.

Enquanto seus meios e seu objeto são já produtos, o trabalho consome produtos para criar produtos, ou melhor: emprega produtos como meios de produção de produtos novos. Mas o processo de trabalho que se passa primitivamente entre o homem e a terra — que é encontrado fora de si — não cessa jamais de empregar meios de produção de proveniência natural, não representando combinação alguma entre os elementos naturais e o trabalho humano. (MARX: *Capital*, pág. 18, II.)

Escravidão e instrumentos ... o desperdício de instrumentos e de matéria-prima representa despesa inútil no trabalho já realizado que, por consequência, não é computado no produto e não lhe junta valor (1)

(1) Esta circunstância é das que encarece a produção fundada na escravidão. Nesta, segundo o depoimento chocante dos antigos, o trabalhador é compelido a se distinguir somente como *instrumentum vocale* do *instrumentum semivocale*, o animal, e do *instrumentum mutum*, os instrumentos inanimados. Mas o escravo, éle próprio, faz sentir bem aos animais e aos instrumentos de trabalho que eles estão longe de ser seus iguais, que éle é homem. Para se conceder esse prazer, éle os maltrata com amoré. É também princípio econômico aceito nesse modo de produção que é necessário em-

pregar os mais rudes e pesados instrumentos de trabalho, porque sua grosseria e seu peso os tornam mais difíceis de deteriorar. Até o irrompimento da guerra civil, encontravam-se nos Estados escravistas, situados no golfo do México, charruas de construção chinesa que fochinavam a terra, como o porco e a toupeira, sem fendê-la ou revolvê-la. V. J. C. Cairus: *The Slave Power*, Londres, 1862, págs. 42 e seg. Eis, por outro lado, o que conta Olmsted, em sua obra intitulada *Sea Board Slave States*: "Mostraram-me aqui instrumentos que, entre nós, nenhum homem sensato desejaria pôr nas mãos de um operário; porque seu peso e sua grosseria tornariam o trabalho pelo menos dez por cento mais difícil do que é com os que nós empregamos. Estou convencido de que são necessários aos escravos tais instrumentos, porque não seria econômico fornecer-lhes outros, mais leves e menos grosseiros. Os instrumentos que entregamos aos nossos operários e com os quais alcançamos lucros não durariam um só dia nos campos de trigo da Virgínia, ainda que a terra aí seja mais leve e menos pedregosa do que a nossa. Do mesmo modo, quando indago porque as mulas substituem universalmente os cavalos nas quintas, a primeira razão que me oferecem, e seguramente a melhor, é que os cavalos não podem suportar o tratamento de que são objeto da parte dos negros. Eles estão sempre extenuados ou estropiados, enquanto as mulas recebem as saraivadas de golpes e passam sem alimento sem se mostrarem muito incomodadas. Elas não sentem frio e não ficam doentes, quando desleixadas ou sobrecarregadas de trabalho. Não tenho necessidade de ir mais longe do que a janela do quarto em que escrevo, para testemunhar a cada instante os maus tratos dispensados às bestas de carga, tais como nenhum proprietário nortista poderia assistir sem expulsar imediatamente o empregado de sua fazenda". (MARX: *Capital*, págs. 35/36, II.)

Sobretabalho e escravidão

Mas, desde que os povos cuja produção se move ainda nas formas inferiores da escravidão e da servidão são atrelados ao mercado internacional, dominado pelo modo de produção capitalista, e que, em consequência, a venda de seus produtos no estrangeiro se torna o seu principal interesse, desde esse

momento os horrores do sobretabalho, esse produto da civilização, vem se juntar à barbaia da escravidão e da servidão. Enquanto a produção, nos Estados do sul da União Americana, era principalmente dirigida para a satisfação das necessidades imediatas, o trabalho dos negros apresentava caráter moderado e patriarcal. A medida, porém, que a exportação do algodão tornou-se o interesse vital desses Estados, o negro foi sobrecarregado e a consumação de sua vida em sete anos de trabalho tornou-se parte integrante de um sistema friamente calculado. Não se tratava mais de obter dele certa massa de produtos úteis. Tratava-se da produção de mais-valia ao máximo. O mesmo aconteceu com o servo, por exemplo, nos principados danubianos. (MARX: *Capital*, pág. 91, II.)

Escravidão e tráfico

O proprietário de escravos compra seu trabalhador como compra seu boi. Perdendo um escravo, perde um capital que não pode restabelecer senão por novo desembolso no mercado. Mas, "por fatal, e destrutivo que seja a influência dos campos de arroz da Geórgia e dos mangues do Mississippi sobre a constituição do homem, a destruição da vida humana que aí ocorre não é assaz grande que não possa ser reparada pela plenitude das reservas da Virgínia e do Kentucky. As considerações econômicas que poderiam, até certo ponto, assegurar ao escravo um tratamento humano, se a sua conservação e o interesse do senhor fôsem idênticos, mudam-se em outras tantas razões de ruína absoluta para ele, quando o comércio de escravos é permitido. Desde então com efeito, ele pode ser facilmente substituído por negros estrangeiros, a duração de sua vida torna-se menos importante que a sua produtividade. Assim, é uma máxima, nos países escravistas, que a economia mais eficaz consiste em pressionar o rebanho humano (*human chattle*), de tal sorte que forneça o maior rendimento possível no prazo mais curto. É sob os trópicos, ali mesmo onde os lucros anuais da cultura igualam muitas vezes o capital inteiro das plantações, que a vida dos negros é sacrificada sem o menor escrúpulo. É esta agricultura da Índia Ocidental, berço secular de fabulosas riquezas, que destruiu milhões de homens de raça africana. É, hoje, em Cuba,

cujos lucros se contam por milhões e cujos plantadores são nababos, onde vemos a classe dos escravos não somente nutrida do modo mais grosseiro e vítima dos vexames mais encarniçados, mas ainda diretamente destruída pela longa tortura de um trabalho excessivo e a falta de sono e de repouso. (Cairus)

Mutato nomine de te fabula narratur! Em vez de comércio de escravos, leia-se mercado de trabalho, em vez de Virgínia e Kentucky, leia-se Irlanda e os distritos agrícolas da Inglaterra, da Escócia e do País de Gales, em vez de África, leia-se Alemanha. É notório que o excesso de trabalho ceifa os refinados de Londres, e por isso o mercado de trabalho em Londres regurgita constantemente de candidatos ao refinamento, alemães na maior parte, votados à morte prematura. A cerâmica é, igualmente, dos ramos da indústria que faz mais vítimas. Falta-lhe, por isso, trabalhadores? Josiah Wedgwood, o inventor da cerâmica moderna, antes simples operário éle próprio, declarava, em 1785, diante da Câmara dos Comuns, que todas as manufaturas ocupavam de 15 a 20.000 pessoas. Em 1861, só a população das áreas dessa indústria disseminadas nas cidades da Grã-Bretanha compreendia 101.302. "A indústria algodoeira data de 90 anos... Em três gerações da raça inglesa, devorou nove gerações de operários." (MARX: *Capital*, págs. 136/137. II.)

Máquina e trabalhador

O ofício, como vimos, permaneceu, no período manufatureiro, a base da indústria. Os trabalhadores urbanos, legados pela Idade Média, não eram suficientemente numerosos para suplementar a demanda dos novos mercados coloniais, e as manufaturas nascentes povoaram-se em grande parte de cultivadores apropriados e expulsos do solo durante a decadência do regime feudal. Naquele tempo, o que chocava sobretudo a observação era, portanto, o lado positivo da cooperação e da divisão do trabalho nas oficinas, sua propriedade de tornar mais produtivo o trabalho dos operários ocupados.

Muito antes do período da grande indústria, sem dúvida, a cooperação e a concentração dos meios de trabalho aplicados na agricultura ocasionaram grandes transformações,

súbitas e violentas, no modo de produzir e, em consequência, nas condições de vida e nos meios de ocupação da população rural. Mas a luta que essas mudanças provocaram passou-se entre os grandes e os pequenos proprietários do solo, mais que entre o capitalista e o assalariado. De outro lado, quando os trabalhadores foram atraídos fora do emprego pelos meios de produção agrícola, pelos cavalos, pelos carneiros, etc., eram atos de violência imediata que, nesses casos, tornaram possível a revolução econômica. Foram expulsos trabalhadores dos campos para substituí-los por carneiros. Esta usurpação violenta do solo, tal como se praticou em larga escala na Inglaterra, preparou, em primeiro lugar, o terreno para a grande agricultura. Desde o seu início, esta subversão agrícola teve, portanto, a aparência mais de uma revolução política do que econômica.

Sob sua forma de máquina, ao contrário, o meio de trabalho torna-se imediatamente o concorrente do trabalhador. O rendimento do capital está, desde logo, na razão direta do número de operários a que a máquina aniquila as condições de existência. (MARX: *Capital*, págs. 91/92. III.)

Máquina e família

Por terrível e desgostante que pareça, no meio atual, a dissolução dos antigos laços de família, a grande indústria, graças ao papel decisivo que designa para as mulheres e para as crianças, fora do círculo doméstico, nos processos de produção socialmente organizados, não criou menos a nova base econômica sobre a qual se elevará uma forma superior de família e das relações entre os sexos. É também absurdo considerar como absoluto e definitivo o modo germano-cristão da família, como seus modos oriental, grego e romano, os quais formam entre si, aliás, uma série progressiva. Mesmo a composição do trabalho coletivo por indivíduo dos dois sexos e de todas as idades, esta fonte de corrupção e de escravidão sob o reino capitalista, leva em si os germes de nova evolução social. Na história, como na natureza, a podridão é o laboratório da vida. (MARX: *Capital*, págs. 181, III.)

Trabalho e preconceito

A natureza não impede que a carne de uns sirva de alimento a outros; da mesma forma, não ergue obstáculo insuperável a que um homem possa chegar a trabalhar para mais de um homem, nem que um outro consiga descarregar sobre ele o seu fardo de trabalho. A esse fato natural, entretanto, emprestou-se algo de misterioso, ensaiando-se explicá-lo, à maneira escolástica, por uma qualidade "oculta" do trabalho, sua produtividade inata, produtividade acabada de que a natureza tivesse dotado o homem pondo-o no mundo.

As faculdades do homem primitivo; ainda em germe e como adormecidas sob sua crosta animal, não se formam senão lentamente, ao contrário, sob a pressão de suas necessidades físicas. Quando, graças a rudes trabalhos, os homens chegaram a elevar-se acima de seu primário estado animal e, em consequência, o seu trabalho é já, em certa medida, socializado, então, e só então, surgem condições em que o sobre-trabalho de um pode tornar-se fonte de vida para outro e isso não acontece jamais sem ajuda da força que submete um ao outro.

Na origem da vida social, as forças de trabalho mobilizadas são seguramente mínimas, mas as necessidades também o são, não se desenvolvendo senão com os meios de satisfazê-las. Ao mesmo tempo, a parte da sociedade que subsiste pelo trabalho de outrem quase não conta ainda, comparativamente à massa dos produtores imediatos. Ela cresce absoluta e relativamente à medida que o trabalho social se torna mais produtivo. (MARX: *Capital*, págs. 208/209, III.)

Condições do escravismo

Não a todo senhor o escravo é útil. Para poder servir-se dele, faz falta dispor de duas coisas: faz falta dispor, em primeiro lugar, dos instrumentos e objetos necessários para o trabalho do escravo e, em segundo lugar, dos meios indispensáveis para o seu sustento. Assim, pois, antes de que seja possível a escravidão, é mister que a produção haja alcançado já certo nível de progresso, e que, na distribuição, se haja chegado a certo grau de desigualdade. E para que o trabalho dos escravos possa converter-se no modo de produção predominante de toda uma sociedade, é preciso que, nesta, a

produção, o comércio e a acumulação de riquezas se haja desenvolvido já em grau muito superior. Nas primitivas comunidades organizadas sobre o regime da propriedade comum do solo, ou não se dá a escravidão sob forma alguma, ou só desempenha papel secundário. Assim acontecia, também, na antiga Roma labrega; mas, ao converter-se Roma em "cidade universal" e concentrar-se a propriedade do solo itálico cada vez mais em mãos de uma classe pouco numerosa de ricos-simos proprietários, a população de labregos foi suplantada por uma população de escravos. Sabemos que nos tempos das guerras médicas, o número de escravos se elevava, em Corinto, a 460.000, em Egina a 470.000; havia dez escravos para cada cidadão livre. É evidente que, para chegar a esse estado de coisas, não bastava a "violência", mas faziam falta artes industriais e artesanais muito desenvolvidas e um comércio extenso. Nos Estados Unidos da América, a escravidão não repousava tanto, nem muito menos, na violência como na indústria inglesa do algodão; nas regiões não algodoeiras e que não se dedicavam, como os Estados fronteiriços, à criação de escravos com destino aos Estados do lado direito, a escravidão foi se extinguindo por si mesma, sem necessidade da violência, pela simples razão de que não era rentável. (ENGELS: *Anti-Dühring*, págs. 195/196.)

Origem do escravismo

A divisão original do trabalho, no seio da família lavradora, permitiu, ao atingir determinado grau de bem estar, a incorporação de uma ou de várias forças de trabalho alheias à família. Assim aconteceu sobretudo naqueles países em que a antiga propriedade comum sobre o solo se havia desmoronado já, ou em que, ao menos, o sistema antigo de cultivo em comum havia cedido lugar ao cultivo individual das parcelas pelas respectivas famílias. A produção se havia desenvolvido em tais proporções que já a força humana de trabalho podia criar mais do que o necessário para seu simples sustento; contava-se com os meios indispensáveis para sustentar mais forças de trabalho, assim como com o necessário para lhes dar ocupação; a força de trabalho assumiu um valor. Mas nem a própria comunidade nem o agrupamento de que fazia parte forneciam forças de trabalho disponíveis, sobrantes. Era

a guerra que as fornecia, e a guerra datava pelo menos dos tempos em que começaram a coexistir simultaneamente vários grupos de comunidades. Até então, não haviam sabido o que fazer com os prisioneiros de guerra, e por isso simplesmente os aniquilavam; em tempos anteriores, os comiam. Mas, ao chegar a essa etapa da "situação econômica", os prisioneiros de guerra adquiriram valor; por isso se os deixou viver e se aproveitou o seu trabalho. Assim, a violência, longe de imperar sobre a situação econômica, foi posta, como se vê, a serviço desta. Havia-se inventado a *escravidão*. Não tardou esta em converter-se na forma predominante da produção, em todos os povos que já haviam superado as fronteiras das comunidades primitivas, para acabar, por último, convertendo-se numa das causas principais de sua ruína. Foi a escravidão que fez possível a divisão do trabalho em maior escala entre a agricultura e a indústria, graças à qual pôde florescer o mundo antigo, a civilização grega. (...) Não deveríamos esquecer jamais que todo o nosso desenvolvimento econômico, político e intelectual teve como condição prévia um estado de coisas em que a escravidão era instituição não só necessária, mas sancionada e acatada de modo geral. Nesse sentido, podemos legitimamente afirmar: sem a escravidão não existiria o socialismo moderno. (ENGELS: *Anti-Dühring*, págs. 219/220.)

Os homens e as coisas

Em primeiro lugar, a riqueza das antigas comunidades de tribos e das rurais não era de maneira nenhuma um poder sobre os homens. E, em segundo lugar, até nas sociedades que se desenvolvem sobre os antagonismos de classe, a riqueza, enquanto inclui a dominação sobre os homens, é preferente e quase exclusivamente uma dominação em razão e por intermédio da dominação sobre as coisas. A partir do momento, remotíssimo, em que o apresamento e a exploração de escravos se converteram em negócios distintos, os exploradores do trabalho escravizado tiveram de comprar escravos e adquiriram, desse modo, o poder sobre o homem por meio do poder sobre as coisas, quer dizer, sobre o preço e sobre os meios de vida e instrumentos de trabalho do escravo. Durante toda a Idade Média, a grande propriedade da terra é a

condição prévia graças à qual a nobreza feudal consegue vilões censitários e lavradores sujeitos a prestações. E, hoje, até um menino de seis anos sabe que, se a riqueza afirma seu poderio sobre os homens, é pura e exclusivamente graças aos objetos de que dispõe. (ENGELS: *Anti-Dühring*, pág. 227.)

Trabalho não pago

Seria tolice, porém, acreditar que o trabalho não pago somente surgiu sob as condições atuais, em que a produção está a cargo de capitalistas, por um lado, e de operários assalariados, por outro. Nada mais longe da verdade. Em todas as épocas da história, a classe oprimida viu-se forçada a trabalhar sem retribuição. Durante os longos séculos em que a escravidão era a forma dominante de organização do trabalho, os escravos eram obrigados a trabalhar muito mais do que lhes era pago sob a forma de meios de subsistência. Sob o domínio da servidão da gleba, e até que fosse abolida a dependência pessoal do camponês, acontecia o mesmo aqui, inclusive adquiria forma tangível a distinção entre o tempo durante o qual o camponês trabalhava para o seu próprio sustento e o trabalho suplementar para o senhor feudal, precisamente porque este era executado em lugar diferente daquele. Presentemente, mudou a forma, mas a essência continua sendo a mesma, e enquanto uma parte da sociedade possuir o monopólio dos meios de produção, o operário — seja livre ou não livre — não terá outro remédio senão acrescentar ao tempo durante o qual trabalha para o seu sustento próprio, um tempo de trabalho adicional, ao longo do qual produz os meios de vida destinados aos possuidores dos instrumentos de produção. (ENGELS: *Capital*, pág. 30.)

Trabalho e riqueza

O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (que são os que verdadeiramente integram a riqueza material) nem mais nem menos que o trabalho, que não é mais que a manifestação de uma força natural, da força de trabalho do homem. Essa frase encontra-se em todas as cartilhas e só é correta se se subentender que o trabalho é efetuado com os correspondentes objetos e instru-

mentos. (...) Na medida em que o homem se situa de antemão como proprietário, diante da natureza, primeira fonte de todos os meios e objetos de trabalho, e a trata como possessão sua, seu trabalho converte-se em fonte de valores de uso e, portanto, em fonte de riqueza. Os burgueses têm razões muito fundadas para atribuir ao trabalho uma *força criadora sobrenatural*; pois precisamente do fato de que o trabalho está condicionado pela natureza deduz-se que o homem que não dispõe de outra propriedade senão sua força de trabalho tem que ser, necessariamente, em qualquer estado social e de civilização, escravo de outros homens, daqueles que se tornaram donos das condições materiais de trabalho. E não poderá trabalhar nem, por conseguinte, viver, a não ser com a sua permissão. (MARX: *Gotha* pág. 211.)

Homem e natureza Contudo, não nos deixemos dominar pelo entusiasmo, em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias, a natureza adota sua vingança. É verdade que as primeiras consequência dessas vitórias são as previstas por nós, mas em segundo e em terceiro lugar aparecem consequências muito diversas, totalmente imprevistas e que, com frequência, anulam as primeiras. Os homens que, na Mesopotâmia, na Ásia Menor e outras regiões, devastavam os bosques, para obter terra de cultivo, nem sequer podiam imaginar que, eliminando com os bosques os centros de acumulação e reserva de umidade, estavam assentando as bases da atual aridez dessas terras. Os italianos dos Alpes, que destruíram, nas encostas meridionais, os bosques de pinheiros, conservados com tanto carinho nas encostas setentrionais, não tinham idéia de que com isso destruíam as raízes da indústria de lactínios em sua região; e muito menos podiam prever que, procedendo desse modo, deixavam a maior parte do ano secas as suas fontes de montanha, com o que lhes permitiam, chegado o período das chuvas, despejar com maior fúria suas torrentes sobre a planície. Os que difundiram o cultivo da batata na Europa não sabiam que, com esse tubérculo fari-náceo, difundiam por sua vez a escrofulose. Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza

não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de desconhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada. (...)

Mas, se foram necessários milhares de anos para que o homem aprendesse, em certo grau, a prever as remotas consequências *naturais* no sentido da produção, muito mais lhe custou aprender a calcular as remotas consequências *sociais* desses mesmos atos. Falamos acima da batata e de seus efeitos quanto à difusão da escrofulose. Mas que importância pode ter a escrofulose, comparada com os resultados que teve a redução da alimentação dos trabalhadores a batatas puramente, sobre as condições de vida das massas do povo de países inteiros, com a fome que se estendeu, em 1847, pela Irlanda, em consequência de uma doença provocada por esse tubérculo e que levou à sepultura um milhão de irlandeses, que se alimentavam exclusivamente de batatas, e obrigou a que emigrassem para além-mar outros dois milhões? Quando os árabes aprenderam a destilar o álcool, nem sequer ocorreru-lhes pensar que haviam criado uma das armas principais com que iria ser exterminada a população indígena do continente americano, então ainda desconhecido. E quando, mais tarde, Colombo descobriu a América, não sabia que, ao mesmo tempo, dava nova vida à escravidão, há muito tempo desaparecida na Europa, e assentava as bases do tráfico dos negros. Os homens, que nos Séculos XVII e XVIII, haviam trabalhado para criar a máquina a vapor não suspeitavam de que estavam criando um instrumento que, mais do que nenhum outro, haveria de subverter as condições sociais em todo o mundo e que, sobretudo na Europa, ao concentrar a riqueza nas mãos de uma minoria e ao privar de toda propriedade a imensa maioria da população, haveria de proporcionar primeiro o domínio social e político à burguesia, e provocar depois a luta de classe entre a burguesia e o proletariado, luta que só pode terminar com a liquidação da burguesia e a abolição de todos os antagonismos de classe. (ENGELS: *Trabalho*, págs. 279/280.)

Fôrça de Trabalho

Trabalho e valor de uso Para poder tirar valor de troca do valor de uso de uma mercadoria seria necessário que o homem dos escudos tivesse a feliz oportunidade de descobrir, no seio da circulação, no próprio mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possuísse a virtude particular de ser fonte de valor de troca, de sorte que consumí-la seria realizar trabalho e, por consequência, criar valor.

E o nosso homem encontra, efetivamente, no mercado, uma mercadoria dotada dessa virtude específica: ela se chama poder de trabalho ou fôrça de trabalho. Sob esse nome é necessário compreender o conjunto das faculdades físicas e intelectuais que existem no corpo de um homem, em sua personalidade viva e que êle deve pôr em movimento, para produzir coisas úteis.

Para que o possuidor de dinheiro ache no mercado a força de trabalho, a título de mercadoria, é necessário, entretanto, que diversas condições sejam previamente satisfeitas. A troca de mercadorias por si mesmas não acarreta outras relações de dependência, além das que decorrem de sua natureza. Nesses dados, a força de trabalho não se pode apresentar, no mercado, como mercadoria, senão quando é oferecida e vendida pelo seu próprio possuidor. Este, portanto, deve dela poder dispor, isto é, ser livre proprietário de seu poder de trabalho, de sua própria pessoa. O possuidor de dinheiro e êle se encontram no mercado e entram em relação um com o outro, como mercadores, com os mesmos direitos. Êles não diferem senão nisso: um compra e o outro vende e, por isso mesmo, são pessoas juridicamente iguais.

Para que esta relação persista, é necessário que o proprietário da força de trabalho não a venda jamais senão por um tempo determinado porque, se êle a vende em bloco, de uma vez por tôdas, vende-se a si próprio e, de livre que era, transforma-se em escravo, de mercador em mercadoria. Se êle quer manter sua personalidade, não deve pôr sua força de trabalho senão temporariamente à disposição do comprador, de tal sorte que, alienando-a, não renuncia por isso à sua propriedade sobre ela.

A segunda condição essencial para que o homem dos estudos chegue a comprar a força de trabalho é que o possuidor desta, em lugar de poder vender mercadorias nas quais o seu trabalho se realizou, seja forçado a oferecer e pôr à venda, como mercadoria, sua força de trabalho, e a própria, a que não reside senão em seu organismo. (...)

A transformação do dinheiro em capital exige, portanto, que o possuidor de dinheiro encontre no mercado o *trabalhador livre*, e *livre* sob o duplo ponto de vista. Primeiramente, o trabalhador deve ser uma pessoa livre, dispondo à sua vontade de sua força de trabalho, como mercadoria que lhe pertence; secundariamente, não deve ter outra mercadoria para vender; ser, por assim dizer, livre de tudo, completamente desprovido das coisas necessárias à realização de seu poder de trabalho. (...)

Certas condições históricas devem ser cumpridas, para que o produto do trabalho possa se transformar em mercadoria. Enquanto, por exemplo, êle não é destinado senão a satisfazer imediatamente as necessidades de seu produtor, não se transforma em mercadoria. Se levassemos mais longe nossas pesquisas, se indagássemos em que circunstâncias todos os produtos, ou pelo menos a maior parte dêles, tomam a forma de mercadorias, verificaríamos que isso não acontece senão à base de um modo de produção inteiramente especial, a produção capitalista. Mas tal estudo teria sido feito inteiramente fora da simples análise da mercadoria. A produção e a circulação mercantil podem ter lugar mesmo quando a maior parte dos produtos consumidos por seus próprios produtores, não entra na circulação a título de mercadorias. Neste caso, falta muito para que a produção social seja regulada em tôda a sua extensão e tôda a sua profundidade pelo valor de troca. O produto, para tornar-se mercadoria, exige na sociedade uma divisão de trabalho de tal forma desenvolvida que a separação entre o valor de uso e o valor de troca, que não começa senão a despontar no comércio de troca, já esteja cumprida. Um tal grau de desenvolvimento, entretanto, é como prova a história, compatível com as formas econômicas mais diversas da sociedade.

De outro lado, a troca de produtos deve já possuir a forma de circulação de mercadorias, para que a moeda possa entrar em cena. Suas funções diversas, como simples equivalente, meio de circulação, meio de pagamento, tesouro, fundo de reserva, etc. indicam, por seu turno, pela predominância comparativa de uma sobre outra, fases muito diversas da produção social. A experiência, entretanto, nos ensina que uma circulação mercantil relativamente pouco desenvolvida é suficiente para fazer surgir tôdas essas formas. Não é o que acontece com o capital. As condições históricas de sua existência não coincidem com a circulação de mercadorias e de moeda. Êle não se produz senão onde o detentor dos meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre, que aí vem vender sua força de trabalho, e esta condição histórica única contém todo um mundo nôvo. O capital se anuncia, desde então, como uma época da produção social. (MARX: *Capital*, págs. 228/233, I.)

Trabalho mais meios de produção

O capitalista paga, por exemplo, o valor jornalheiro da força de trabalho cujo uso, portanto, lhe pertence, em consequência, durante a jornada, tal como um cavalo que é alugado para a jornada. O uso da mercadoria pertence ao comprador e, dando o seu trabalho, o possuidor da força de trabalho não dá, na realidade, senão o valor de uso que ele vendeu. Desde sua entrada na oficina, a utilidade de sua força de trabalho pertence ao capitalista. Comprando a força de trabalho, o capitalista incorpora o trabalho, como fermento de vida, aos elementos passivos do produto, de que ele também se provê. De seu ponto de vista, o processo de trabalho não é senão o consumo da força de trabalho, da mercadoria que ele comprou, mas que não saberia consumir sem lhe ajuntar os meios de produção. O processo de trabalho é uma operação entre coisas que ele comprou, que lhe pertencem. O produto desta operação lhe pertence, portanto, da mesma forma que o produto da fermentação em seu celeiro. (MARX: *Capital*, pág. 20, II.)

Tempo extra e sobretrabalho

O período de atividade que ultrapassa os limites do trabalho necessário custa, é verdade, trabalho ao operário, dispêndio de força, mas não forma nenhum valor para ele. Forma, para o capitalista, todos os encantos de criação *ex-nihilo*. Denomino esta parte da jornada de trabalho, *tempo extra*, e o trabalho nela despendido, *sobretrabalho*. Se é de importância decisiva para a compreensão do valor em geral ver nisso mais uma simples coagulação de tempo de trabalho do que trabalho realizado, é de igual importância, para a compreensão da mais-valia, aceitá-lo como simples coagulação de tempo de trabalho extra, como sobretrabalho realizado. As diferentes formas econômicas apresentadas pela sociedade, a escravidão, por exemplo, e o salariado, não se distinguem que pelo modo como este sobretrabalho é impoído e extorquido ao produtor imediato, ao operário. (MARX: *Capital*, pág. 63, II.)

Degradação do trabalho

O emprego capitalista da máquina altera essencialmente o contrato, cuja primeira condição era que o capitalista e o operário deviam apresentar-se, um face ao outro, como pessoas livres, mercadores ambos, um possuidor do dinheiro ou de meios de produção, o outro possuidor de força de trabalho. Tudo isto é subvertido desde que o capital compra mineiros. Antes, o operário vendia sua própria força de trabalho, de que podia dispor livremente; agora, vende mulher e filhos, torna-se mercador de escravos. Com efeito, a demanda de trabalho de crianças parece muitas vezes, mesmo pela forma, a demanda de escravos negros, tal como encontramos nos jornais americanos. (MARX: *Capital*, pág. 42, III.)

Consumo produtivo e consumo individual

O consumo do trabalhador é duplo. No ato da produção, *êle consome para o seu trabalho* meios de produção a fim de convertê-los em produtos de valor superior ao do capital adiantado. Eis o seu *consumo produtivo*, que é, ao mesmo tempo, consumo de sua força pelo capitalista ao qual ela pertence. Mas o dinheiro dado na compra dessa força é despendido pelo trabalhador em meios de subsistência, e é isto que forma o seu *consumo individual*. O consumo produtivo e o consumo individual do trabalhador são, portanto, perfeitamente distintos. No primeiro, *êle age como força motriz do capital e pertence ao capitalista*; no segundo, *êle pertence a si próprio e cumpre suas funções vitais fora do processo de produção*. O resultado de um é a vida do capital; o resultado do outro é a vida do próprio operário. (MARX: *Capital*, pág. 17, IV.)

Trabalho e capital

O *capital pressupõe o trabalho assalariado*; o *trabalho assalariado pressupõe o capital*. *Um é a condição do outro; eles se criam mutuamente*. Produz o operário de uma fábrica de tecidos de algodão apenas tecidos? Não, produz capital. Produz valôres que, por seu turno, servem para impor-se sobre seu trabalho, a fim de criar, por meio dêle, novos valôres. O capital só pode multiplicar-se sendo trocado pela força de tra-

balho, criando o trabalho assalariado. A força de trabalho do operário assalariado só pode ser trocada pelo capital, aumentando-o, reforçando o poder de que ela é escrava. O aumento do capital é, conseqüentemente, o aumento do proletariado, isto é, da classe operária. (MARX: *Trabalho*, pág. 71, I.)

Valor da força de trabalho

Que é, pois, o valor da força de trabalho? Como o de toda outra mercadoria, este valor se determina pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la. A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. (...) Depois do que dissemos, o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho. (MARX: *Preço*, pág. 359 I.)

Valor e uso da força de trabalho

O valor da força de trabalho se determina pela quantidade de trabalho necessária para a sua conservação, ou reprodução, mas o uso dessa força só é limitado pela energia vital e a força física do operário. O valor diário ou semanal da força de trabalho difere completamente do funcionamento diário ou semanal desta mesma força de trabalho: são duas coisas completamente distintas, como a ração consumida por um cavalo e o tempo em que este pode carregar o cavaleiro. A quantidade de trabalho que serve de limite ao valor da força de trabalho do operário não limita de modo algum a quantidade de trabalho que sua força de trabalho pode executar. (MARX: *Preço*, pág. 360, I.)

Variação no valor

O número ou a massa das mercadorias fabricadas em determinado tempo de trabalho, ou mediante determinada quantidade de trabalho, depende da força produtiva do trabalho empregado e não da sua extensão ou duração. (...) Assim sucederia porque o

preço da libra-pêso de fio é determinado pelo total do trabalho que encerra e não pela proporção em que este total se divide em trabalho pago e não pago. O fato, antes apontado por mim, de que um trabalho bem pago pode produzir mercadorias baratas, e um mal pago mercadorias caras, perde, com isso, a sua aparência paradoxal. Não é mais que a expressão da lei geral de que o valor de uma mercadoria se determina pela quantidade de trabalho nela invertido e de que esta quantidade de trabalho invertido depende exclusivamente da força produtiva do trabalho empregado, variando, por conseguinte, ao variar a produtividade do trabalho. (MARX: *Preço*, pág. 367, I.)

Limites do trabalho Mas há certos traços peculiares que distinguem o valor da força de trabalho ou valor do trabalho, dos valores de todas as demais mercadorias. O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de caráter histórico e social. Seu limite mínimo é determinado pelo elemento físico, quer dizer — para poder manter-se e se reproduzir, para perpetuar a sua existência física, a classe operária precisa obter os artigos de primeira necessidade absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação. O valor destes meios de subsistência indispensáveis constitui, pois, o limite mínimo do valor do trabalho. Por outra parte, a extensão da jornada de trabalho também tem seus limites máximos, se bem que sejam muito elásticos. Seu limite máximo é dado pela força física do trabalhador. (MARX: *Preço*, págs. 373/374, I.)

Composição do capital

Com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, acelera-se a acumulação do capital, inclusive a despeito de taxa de salário relativamente alta. Daqui poderia inferir-se, conforme fez Adam Smith, em cujos tempos a indústria moderna ainda estava na sua infância, que a acumulação acelerada do capital tem forçosamente que fazer pender a balança a favor do operário, por garantir procura crescente de seu trabalho. Situando-se no mesmo ponto de vista, há muitos autores con-

temporâneos que se assumiram de que, apesar de, nos últimos vinte anos, o capital inglês ter crescido mais rapidamente do que a população inglesa, os salários nem por isso registram aumento maior. Mas é que, simultaneamente, com a acumulação progressiva, opera-se *mudança progressiva* na composição do capital. A parte do capital global formada por capital fixo: maquinaria, matérias-primas, meios de produção de todo gênero, cresce com maior rapidez que a outra parte do capital, destinada a salários, ou seja, à compra de trabalho. (...) Estas breves indicações bastarão para demonstrar, precisamente, que o próprio desenvolvimento da indústria moderna contribui por força para inclinar cada vez mais a balança a favor do capitalista, contra o operário, e que, em consequência, a tendência geral da produção capitalista não é para elevar o nível médio normal do salário, mas, ao contrário, para fazê-lo baixar, empurrando o *valor do trabalho* mais ou menos até seu *limite mínimo*. (MARX: *Preço*, pág. 376, I.)

Trabalho abstrato O liame entre uma espécie concreta de trabalho e a mais-valia é puramente externo, nulamente necessário. Para Marx, o que importa é destacar a conexão interna necessária, e tal correlação não existe senão entre o trabalho *abstrato*, isto é, o dispêndio de força de trabalho humano, no sentido fisiológico do termo, independentemente de sua forma concreta, e a mais-valia. Esta é o efeito, o resultado do dispêndio de trabalho abstrato e não do trabalho do cultivador ou do sapateiro particularmente. Dai a distinção importante entre o trabalho que conserva ou transfere ao novo produto o valor dos meios de produção, e o trabalho que cria valor novo. O primeiro não é possível senão graças ao caráter concreto do trabalho, o segundo graças ao trabalho abstrato. (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 33.)

Valor e dinheiro O trabalho reveste esse caráter, na época em que reina a propriedade privada dos meios de produção e em que o conjunto dos trabalhos privados constitui o trabalho total da sociedade, em que os

produtores não entram em contato social senão graças à troca. Dai o duplo caráter do trabalho e da mercadoria. Marx desdiz a forma valor, não como apêndice externo, mas como propriedade inerente ao produto do trabalho em condições históricas determinadas. Sobre esta base, oferece uma análise histórica concreta do dinheiro como forma do valor, não enquanto simples instrumento técnico de troca, mas como encarnação da riqueza, ou, para retomar os termos de Marx, a "forma social absoluta" da riqueza, o valor das mercadorias separado delas e tornado autônomo. (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 70.)

Origem do trabalho abstrato Na produção mercantil, o caráter social de cada trabalho individual não se pode expressar, senão indiretamente, pela redução de todas as formas concretas de trabalho a uma forma qualitativa única, totalmente indiferenciada, dito de outro modo: ao trabalho abstrato. Este último é um dispêndio de trabalho em geral, qualquer que seja sua forma concreta, seu fim particular. O trabalho concreto produz o valor de uso, enquanto o trabalho abstrato produz o valor. Se diferentes mercadorias podem ser trocadas, é que cada uma delas, abstração feita de seu valor de uso, contém valor, quer dizer, trabalho abstrato incorporado. Não é senão sob esta forma, indireta no mais alto grau, que o trabalho privado se expressa como trabalho social. (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 178.)

Valor e trabalho abstrato Os conceitos de valor e, consequentemente, de trabalho abstrato, não poderiam surgir senão no momento em que a indiferença em relação à forma concreta do trabalho torna-se o princípio das relações econômicas, e onde aparece uma produção mercantil altamente desenvolvida, cujo mecanismo espontâneo opera maciçamente e a cada hora a redução dessas formas concretas à sua expressão comum: o trabalho em geral. "É necessário — escreveu Marx — que a produção mercantil tenha se desenvolvido completamente antes que a própria experiência esclareça esta verdade cien-

tífica: que os trabalhos privados, executados independentemente uns dos outros, ainda que se entrelaçem como ramificações do sistema social e espontâneo da divisão social do trabalho, são constantemente referidos à sua medida social proporcional". (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 250.)

Fôrça de trabalho como mercadoria

Se se perguntasse a operários: a quanto monta vosso salário? Um responderia: "Recebo de meu patrão um marco por dia de trabalho"; outro afirmaria: "Recebo dois marcos"; etc. Segundo os diversos ramos de trabalho a que pertencem, enumerariam as diversas quantias que recebem de seus respectivos patrões pela produção de determinado trabalho como, por exemplo, tecer uma vara de pano ou a composição de uma página tipográfica. Malgrado a diversidade de suas declarações, seriam unânimes num ponto: em que o salário é a soma de dinheiro que o patrão paga por um tempo de trabalho determinado, ou pelo fornecimento de determinado trabalho.

O patrão, ao que parece, *compra-lhes*, portanto, o trabalho por dinheiro. É por dinheiro que eles lhe *vendem* seu trabalho. Mas isso só ocorre na aparência. O que vendem, na realidade, ao capitalista, em troca de dinheiro, é sua *fôrça de trabalho*. O capitalista compra essa fôrça de trabalho por um dia, uma semana, um mês, etc. E, tendo-a comprado, utiliza-a, fazendo com que o operário trabalhe durante o tempo estipulado. Por essa mesma quantia com a qual o patrão comprou sua fôrça de trabalho, dois marcos, digamos, poderia ter comprado duas libras de açúcar ou determinada quantidade de qualquer outra mercadoria. Os dois marcos com os quais compra duas libras de açúcar são o preço das duas libras de açúcar. Os dois marcos com os quais comprou doze horas de utilização da fôrça de trabalho são o preço das doze horas de trabalho. A fôrça de trabalho é, pois, uma mercadoria, assim como o açúcar; nem mais, nem menos. Mede-se a primeira com o relógio; a segunda, com a balança. (MARX: *Preço*, págs. 61/62, I.)

Trabalho acumulado

O capital se compõe de matérias-primas, de instrumentos de trabalho e de meios de subsistência de toda sorte, que são empregados na produção de novas matérias-primas, de novos instrumentos de trabalho e de novos meios de subsistência. Todas estas partes constitutivas do capital são criação do trabalho, produtos do trabalho, *trabalho acumulado*. O trabalho, acumulado, que serve de meio para nova produção, é capital. (...)

Como, então, uma soma de mercadorias, de valores de troca, se transforma em capital? Conservando-se e multiplicando-se, como *fôrça social independente*, isto é, *fôrça de uma parte da sociedade*, através de *sua troca, pela fôrça de trabalho imediata, viva*. A existência de uma classe que possui apenas sua capacidade de trabalho é condição preliminar, necessária ao capital. É exclusivamente o domínio do trabalho acumulado, passado, materializado, sobre o trabalho, vivo, que transforma o trabalho acumulado em capital. O capital não consiste em que o trabalho acumulado sirva de meio ao trabalho vivo, para nova produção. Consiste em que o trabalho vivo serve de meio ao trabalho acumulado para manter e aumentar o valor de troca deste último. (MARX: *Preço*, págs. 68/70, I.)

Mais-Valia

Qualidade da mais-valia

O ciclo M-D-M tem por ponto inicial uma mercadoria e por ponto final uma outra mercadoria, que não circula mais e cai no consumo. A satisfação de uma necessidade, um valor de uso, tal é, portanto, a sua finalidade definitiva. O ciclo D-M-D, ao contrário, tem como ponto de partida o dinheiro e a êle torna, seu motivo, sua finalidade específica é, portanto, a troca. Na circulação simples, os dois termos extremos têm a mesma forma econômica; êles são, todos os dois, mercadorias. São, também, mercadorias do mesmo valor. Mas são, ao mesmo tempo, valores de uso de qualidades diferentes, por exemplo: queijo e roupa. O movimento leva à troca dos produtos, à permutação de matérias diversas, nas quais se manifesta o trabalho social. A circulação D-M-D,

ao contrário, parece vazia de sentido, ao primeiro olhar, porque ela é tautológica. Os dois extremos têm a mesma forma econômica. Eles são, todos os dois, dinheiro. Não se distinguem qualitativamente, como valores de uso, porque o dinheiro é o aspecto transformado das mercadorias, no qual seus valores de uso particulares são extintos. Trocar 100 libras de algodão e, de novo, o mesmo algodão por 100 libras, isto é, trocar, por um desvio, dinheiro por dinheiro, *idem* por *idem*, tal operação parece tão tola quanto inútil. Uma soma de dinheiro, enquanto representa valor, não pode se distinguir de uma outra soma senão por sua quantidade. O movimento D-M-D não tira sua razão de ser de qualquer diferença qualitativa de seus extremos, porque eles são, todos os dois dinheiro, mas somente de sua diferença quantitativa. Finalmente, é subtraído à circulação mais dinheiro do que nela foi atraido. O algodão comprado por 100 libras é revendido por 100+10 ou 110 libras. A forma completa desse movimento é, portanto, D-M-D', na qual D'=D+ΔD, isto é, igual à soma primitivamente adiantada mais um excesso. Este excedente ou este acréscimo eu o chamo *mais-valia* (em inglês *surplus value*). Não somente, portanto, o valor adiantado se conserva na circulação, mas ele aí ainda muda a sua grandeza, e ajunta um mais, torna-se valor maior, e esse movimento é que o transforma em capital. (MARX: *Capital*, págs. 202/203, I.)

Sobretabalho e mais-valia

O trabalho excedente, o trabalho que excede do tempo necessário para a conservação do operário, e a apropriação por outros do produto desse sobretabalho, a exploração do trabalho, são, portanto, comuns a todas as formas de sociedade existentes até os nossos dias, presididas pela lei dos antagonismos de classe. Mas só a partir do momento em que o produto deste sobretabalho reveste a forma de mais-valia, em que o proprietário dos meios de produção se encontra com o operário livre — livre de entaves sociais e livre de bens próprios — como o objeto de exploração, explorando-o para a produção de mercadorias; só a partir de então, assumem os meios de produção, segundo Marx, o caráter específico de capital. É este fenômeno não se opera em grande escala até

fins do Século XV e começos do Século XVI. (ENGELS: *Anti-Dühring*, pág. 242.)

Taxa de mais-valia

A taxa de mais-valia dependerá, se todas as outras circunstâncias permanecerem invariáveis, da proporção existente entre a parte da jornada que o operário tem que trabalhar para reproduzir o valor da força de trabalho e o *sobretempo* ou *sobretabalho* realizado para o capitalista. Dependerá, por isso, da *proporção em que a jornada de trabalho se prolongue além do tempo* durante o qual o operário, com o seu trabalho, se limita a reproduzir o valor de sua força de trabalho ou a re- por o seu salário. (MARX: *Preço*, pág. 361, I.)

Mais-valia e lucro

A mais-valia, ou seja, àquela parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o *sobretabalho* ou *trabalho não remunerado*, eu chamo lucro. Este lucro, não o embolsa, na sua totalidade, o empregador capitalista. O monopólio do solo permite ao proprietário da terra embolsar uma parte desta *mais-valia*, sob a denominação de *renda territorial*, quer o solo seja utilizado na agricultura ou se destine a construir edifícios, ferrovias ou a outro qualquer fim produtivo. Por outro lado, o fato de ser a *posse dos meios de trabalho* o que possibilita ao empregador capitalista produzir *mais-valia* ou, o que é o mesmo, *apropriar-se de determinada quantidade de trabalho não remunerado*, é precisamente o que permite ao proprietário dos meios de trabalho, que os empresta total ou parcialmente ao empregador capitalista, numa palavra, ao *capitalista que empresta o dinheiro*, reivindicar para si mesmo outra parte desta *mais-valia*, sob o nome de *juro*, de modo que, ao capitalista empregador, como tal, só lhe sobra o chamado *lucro industrial* ou *comercial*. (...)

A *renda territorial*, o *juro* e o *lucro industrial* nada mais são que *nomes diferentes para exprimir as diferentes partes da mais-valia* de uma mercadoria ou do *trabalho não remunerado*, que nela se materializa, e toda *mais-valia* irá parar em seu bôlso. (MARX: *Preço*, págs. 363/364, I.)

A essência do sistema

A lei econômica fundamental do capitalismo é a da *mais-valia*, a da produção e acréscimo do lucro capitalista. É ela que determina os traços essenciais da produção capitalista, sua essência, seus aspectos principais, as etapas de seu desenvolvimento. (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 197.)

Mais-valia e apropriação

"A troca de equivalentes", isto é, a troca da "propriedade" do trabalhador — sua força de trabalho — pelos meios de subsistência fornecidos pelo capitalista pelo seu trabalho não constitui mais que uma "aparência exterior", uma "forma vazia", estranha ao seu conteúdo específico e apropriada somente para lhe mascarar a natureza. Quanto à realidade, ao conteúdo efetivo dessa "troca", está no fato de que o capitalista se apropria do trabalho alheio sem nenhum equivalente, e que ele se serve desse trabalho não pago para adquirir de novo uma força de trabalho que lhe proporcionará — sem nenhum equivalente, pelo menos desta vez — uma nova *mais-valia*, e assim por diante. Vê-se que diferença imensa separa a propriedade do capitalista e a "propriedade" do trabalhador. Para o capitalista, ela é o direito de se apropriar do trabalho alheio não pago; para o trabalhador, é a impossibilidade de se apropriar do produto do seu próprio trabalho. (ROSENAL: *Dialectique*, págs. 206/207.)

Mais-valia e circulação

Assim, êle (Marx) mostra que a *mais-valia* não pode nascer da circulação, mas que ela não pode, também, nascer fora da circulação. O capitalista deve encontrar no mercado, quer dizer, na esfera da circulação, uma mercadoria particular — a força de trabalho — cuja exploração na produção de mercadorias gera precisamente a *mais-valia*. (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 318.)

A relação essencial

Quanto à categoria da *mais-valia*, ela expressa precisamente a particularidade qualitativa, a especificidade do modo de produção

capitalista, sua essência profunda; é por esta razão que ela é incomparavelmente mais concreta que o valor. Todavia, ela é, ao mesmo tempo, "mais geral" e "mais abstrata" que o lucro, o capital de empréstimo, a renda, etc. Assim, Marx a estuda antes dessas categorias mais concretas. Este "caráter abstrato", quer dizer, o fato que a *mais-valia* expressa as relações capitalistas em sua forma mais pura, a menos alterada, o fato que ela contém a essência do capitalismo, sua lei econômica fundamental, mil vezes mais exatamente e mais profundamente que as categorias as mais "concretas", como, por exemplo, o lucro, o preço de produção, etc. (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 365.)

Mercadoria específica Marx dá, então, a fórmula geral do capital, tal como aparece à superfície dos fenômenos, e mostra que o seu movimento é um auto-acréscimo do dinheiro adiantado pelo capitalista. Esta, em seguida, com a ajuda da análise, a essência desse movimento, e mostra que o auto-acréscimo do capital não é possível senão porque o capitalista encontra uma mercadoria específica, a força de trabalho, que possui a virtude particular de ser fonte de novo valor. Marx analisa essa mercadoria original e descobre que, ao contrário das outras mercadorias todas, ela possui um valor e um valor de uso. Põe em evidência a diferença importante que existe entre o valor da força de trabalho e seu valor de uso. Se o primeiro não faz senão reproduzir-se, no curso do trabalho do operário, o segundo pode ser e é a fonte de auto-acréscimo do valor. É, precisamente, a natureza específica do valor de uso dessa mercadoria que explica o mistério da *mais-valia*. (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 420.)

Como surge a mais-valia Examinando a circulação da moeda e das mercadorias como capital, Marx, antes de tudo, estabelece que a *mais-valia* não surge no processo de troca. Do ponto-de-vista do valor de uso, a troca é útil a ambos os lados. Em consequência da troca de mercadoria por dinheiro, o vendedor e o comprador recebem o valor de uso pelo qual cada um deles se in-

teressa. "E se o valor de uso da mercadoria", escreveu Marx, "for mais útil para o comprador que para o vendedor, sua forma monetária será mais útil para o vendedor que para o comprador". Do ponto-de-vista do valor, a troca de mercadorias é uma troca de equivalentes, que exclui o enriquecimento de qualquer um dos lados. (...)

Criticando as diferentes teorias burguesas, que procuram a origem das rendas capitalistas na circulação, Marx aponta sua inconsistência prática e metodológica, o fato de que "por trás das tentativas, a circulação de mercadorias como fonte da mais-valia, esconde-se a habitual... confusão entre valor de uso e valor de troca". A mais-valia não pode surgir tão pouco no processo de circulação monetária, uma vez que a moeda, sendo ela própria uma encarnação, uma materialização do trabalho abstrato, não contém em si mesma fontes interiores de autocrescimento. A mais valia não surge da circulação, mas não pode surgir fora da circulação — eis a conclusão fundamental retirada por Marx da análise da fórmula geral do capital.

A mais-valia pode surgir no processo de circulação da moeda e das mercadorias como capital (D-T-D') apenas a partir do valor de uso da mercadoria como tal, ou seja, do consumo da mercadoria e não de seu valor, uma vez que a troca de mercadorias é uma troca de equivalentes. Mas a extração de mais-valia do consumo da mercadoria ocorre somente no caso de encontrar-se uma mercadoria cujo valor de uso constitua fonte de valor. E esta mercadoria existe no mercado capitalista. É a força de trabalho assalariado. Assim, a abordagem da análise das relações capitalistas a partir do caráter duplice do trabalho deu a Marx uma orientação correta na descoberta da fonte da mais-valia.

O maior mérito de Marx é a descoberta do fato decisivo de que não é o trabalho, e sim a força de trabalho que constitui a mercadoria transacionada entre o capitalista e o operário. Precisamente esta descoberta, formulada por Marx pela primeira vez em manifesto dos anos de 1857-58 (variante inicial de *O Capital*), permitiu que, pela primeira vez na história, se desse uma explicação científica à origem da mais-valia. A análise do caráter duplice da própria força de trabalho — seu valor de uso e seu valor — abriu o caminho para a compreensão da lei da mais-valia. Marx mostrou que

mente do valor de uso de qualquer outra mercadoria. Ele reside na aptidão ao trabalho da força de trabalho, na capacidade desta de criar valor maior do que seu próprio valor. A mais-valia é a parte do valor novo criado pelo operário que supera o equivalente do valor da força de trabalho. A descoberta da mais-valia como a diferença entre todo o valor criado pelo operário e o valor da própria força de trabalho seria impossível sem a doutrina do caráter duplice do trabalho operário que produz a mercadoria. (AFANASSIEV: *Mutuações*, pág. 154/156.)

Lucro e mais-valia Ricardo não encara a mais-valia separadamente de suas formas particulares, mas à medida que em seus raciocínios sobre o lucro e o salário ele se afasta da parte constante do capital (sупondo que todo o capital é aplicado apenas em salários) e por isso mesmo "faz da mais-valia e não do lucro o objeto de sua pesquisa", nessa medida, pode-se falar por isso de uma teoria da mais-valia em Ricardo. O próprio Ricardo acreditava que fazia a pesquisa do lucro, e não da mais-valia. Por isso, diz Marx, quando falamos de uma teoria da mais-valia em Ricardo, devemos recordar que o próprio Ricardo falava de uma teoria do lucro. Ele confundia o lucro com a mais-valia, quando examinava o lucro em relação apenas ao capital variável. Marx estuda detalhadamente os elementos da categoria da mais-valia na teoria de Ricardo, e aponta seus aspectos frágeis.

Marx mostra que, para Ricardo, tanto quanto para toda a Economia Política burguesa, resultou insolúvel o problema de troca entre o trabalho materializado e o trabalho vivo. Esta contradição, que se encontra no sistema de Smith, não foi resolvida tampouco por Ricardo. Através de toda a pesquisa dêste, encontra-se a idéia de que a determinação do valor das mercadorias pelo tempo de trabalho, não contradiz o *salário*... Mas porque a troca realizada à base da lei do valor entre o trabalho materializado e o trabalho vivo é uma troca de não-equivalentes — é uma pergunta à qual ele não responde e nem sequer a coloca. Ele apenas constata o fato de que a quantidade de trabalho despendido na confecção

o valor de uso da força de trabalho se diferencia radicalmente de uma determinada mercadoria e a quantidade de trabalho que se pode comprar com essa mercadoria não são iguais. Mas não diz porque isso ocorre dessa maneira.

A Economia Política burguesa não podia resolver a contradição citada, uma vez que os seus teóricos contrapunham diretamente o trabalho vivo a uma quantidade determinada de trabalho materializado. Sem a definição da força de trabalho como uma mercadoria especial, sem a diferenciação dos conceitos de "trabalho" e "força de trabalho", era impossível resolver esse problema. Ricardo tampouco podia fazer isto, não podia fundar a teoria da mais-valia. Marx demonstra detalhadamente a confusão que havia em Ricardo, na compreensão das relações mútuas entre trabalho e força de trabalho.

O valor do trabalho (salário) era determinado por Ricardo pela quantidade de meios de subsistência que, por tradição, numa dada sociedade, são necessários à manutenção dos operários e à continuação de sua espécie. Mas ele não responde à pergunta de por que o "valor do trabalho" é determinado dessa maneira. Ele apenas afirma que a lei da oferta e da procura reduz o "preço do trabalho" ao valor dos meios de subsistência necessários. Basicamente, ele afasta-se da lei do valor, na determinação do salário. Isto não lhe permitiu compreender "a diferença específica que existe entre mercadoria e capital, entre a troca de uma mercadoria por outra e a troca de capital por mercadorias — de modo correspondente à lei das trocas mercantis". (TUCHINOV: *Teorias*, págs. 188/189.)

Estudo de mais-valia

A um certo grau de desenvolvimento da produção de mercadorias, o dinheiro se transforma em capital. (...) É este acréscimo do valor primitivo do dinheiro pôsto em circulação que Marx chama mais-valia. Este acréscimo de dinheiro na circulação capitalista é um fato de todos conhecido. É precisamente esse acréscimo que transforma o dinheiro em *capital*, enquanto relação social de produção particular, historicamente determinada. (...) O acréscimo de mais-valia é possível graças a dois processos essenciais: o prolongamento da

tempo de trabalho necessário (*mais-valia relativa*). (...) Em sua análise da produção da mais-valia relativa, Marx estuda os três grandes estádios históricos do acréscimo da produtividade do trabalho para o capital: 1) a cooperação simples; 2) a divisão do trabalho e a manufatura, e 3) as máquinas e a grande indústria. (LÊNIN: *Marxismo*, págs. 26/28.)

Salário

Função do salário A forma salário, ou pagamento direto do trabalho, faz, portanto, desaparecer todo traço da divisão da jornada em trabalho necessário e sobretrabalho, em trabalho pago e não pago, de sorte que todo trabalho do operário livre é admitido como pago. Na servidão, o trabalho do corveável para êle próprio e seu trabalho forçado para o senhor são nitidamente separados um do outro, no tempo e no espaço. No sistema escravista, a parte especial da jornada em que o escravo não faz senão repor o valor de sua subsistência, em que trabalha de fato para êle mesmo, não parece ser senão trabalho para o seu proprietário. Todo o seu trabalho reveste a aparência de trabalho não pago. É o inverso com o trabalhador assalariado: mesmo o sobretrabalho, ou trabalho não pago, reveste a

jornada de trabalho (*mais-valia absoluta*) e a redução do aparência de trabalho pago. Ali a relação de propriedade dissimula o trabalho do escravo para si mesmo; aqui, a relação monetária dissimula o trabalho gratuito do assalariado para o seu capitalista.

Compreende-se, agora, a importância imensa que possui, na prática, esta mudança de forma, que faz aparecer a retribuição da força de trabalho como salário do trabalho, o preço da força como preço da sua função. Esta forma, que não exprime senão as falsas aparências do trabalho assalariado, torna invisível a relação real entre capital e trabalho e mostra precisamente o contrário dela; é daí que derivam todas as noções jurídicas do assalariado e do capitalista, todas as mistificações da produção capitalista, todas as ilusões liberais e todos os falsos suportes apologeticos da economia vulgar. (Marx: *Capital*, pág. 249, III.)

Salário e lucro O salário não é, portanto, a parte do operário na mercadoria que êle produz. O salário é a parte de mercadorias já existentes, com a qual o capitalista compra, para si próprio, uma determinada quantidade de força de trabalho produtiva. É necessário, entretanto, que o capitalista recupere êsse salário no preço pelo qual êle vende o produto fabricado pelo operário; é necessário que êle o torne a receber, de tal forma que, em geral, lhe sobre ainda um excedente sobre o custo de produção — um lucro. O preço de venda da mercadoria produzida pelo operário se divide em três partes para o capitalista: *primeira*, para repor o preço desembolsado com matérias-primas e indenizar os desgastes com os instrumentos, máquinas e outros meios de trabalho que êle adiantou; *segunda*, a reposição do salário que êle adiantou; *terceira*, o excedente que resta, o lucro do capitalista. Enquanto a primeira parte não substitui senão os valores que existiam anteriormente, é evidente que a reposição do salário, bem como o lucro (o excedente) do capitalista provém, na sua totalidade, do novo valor criado pelo trabalho do operário e acrescido às matérias-primas. É é nesse sentido que podemos considerar tanto o salário como o lucro — quando compararmos um ao outro — partes do que produz o operário. (Marx: *Trabalho*, pág. 74, I.)

Salário e preço Quando consideramos as mercadorias como valores vemos-as somente sob o aspecto de trabalho social realizado, plasmado ou, se assim quiserdes, cristalizado. Consideradas dêsse modo, só podem distinguir-se umas das outras enquanto representam quantidades maiores ou menores de trabalho; assim, por exemplo, num lenço de sêda pode encerrar-se uma quantidade maior de trabalho do que num tijolo. Mas como se medem as quantidades de trabalho? Pelo tempo que dura o trabalho, medindo êste em horas, em dias, etc. Naturalmente, para aplicar esta medida, todas as espécies de trabalho se reduzem a trabalho médio, ou simples, como a sua unidade.

Chegamos, portanto, a esta conclusão. Uma mercadoria tem um valor por ser uma cristalização de um trabalho social. A grandeza de seu valor, ou seu valor relativo, depende da maior ou menor quantidade dessa substância social que ela encerra, quer dizer, da quantidade relativa de trabalho necessário à sua produção. Portanto, os valores das mercadorias se determinam pelas correspondentes quantidades ou somas de trabalho invertidas, realizadas, plasmadas nelas. As quantidades correspondentes de mercadorias, que foram produzidas no mesmo tempo de trabalho são iguais. Ou, dito de outro modo, o valor de uma mercadoria está para o valor de outra assim como a quantidade de trabalho plasmada numa está para a quantidade de trabalho plasmada na outra. (Marx: *Preço*, pág. 352, I.)

Lei do salário Se se trata de trocar trabalho fluido, força de trabalho em ação, por produtos de trabalho haverá que reconhecer que aquêle tem caráter de mercadoria, nem mais nem menos que o produto pelo qual se troca. E, então, o valor da força de trabalho não se poderá determinar de modo algum pelo seu produto, mas pelo trabalho social nêle encarnado, isto é, atendo-se à lei natural do salário.

Mas precisamente disso é que se quer fugir. O que se pretende é trocar o trabalho fluido, a força de trabalho, pelo seu produto íntegro. Quer dizer: trocá-la, não pelo seu valor, mas pelo seu valor de uso; quer dizer, a lei do valor rege para todas as demais mercadorias, mas fica abolida para a

fôrça de trabalho. Esta confusão, que se destrói por si mesma, é a que se oculta atrás dessa idéia de "valor do trabalho". (ENGELS: *Anti-Dühring*, págs. 379/380.)

Valor do trabalho

Devemos, agora, voltar à expressão *valor ou preço do trabalho*. Vimos que, na realidade, este valor nada mais é que o da fôrça de trabalho, medido pelos valores das mercadorias necessárias à sua manutenção. Mas como o operário só recebe o seu salário *depois* de realizar o seu trabalho e como, ademais, sabe que o que entrega realmente ao capitalista é o seu trabalho, éle necessariamente imagina que o valor ou preço de sua fôrça de trabalho é o *preço* ou *valor do seu próprio trabalho*. Se o preço de sua fôrça de trabalho é 3 xelins, nos quais se materializam 6 horas de trabalho, e éle trabalha 12 horas, forçosamente o operário considerará esses 3 xelins como o valor ou preço de 12 horas de trabalho, se bem que estas 12 horas representem um valor de 6 xelins. Dondé se chega a um duplo resultado:

Primeiro: O *valor ou preço da fôrça de trabalho* toma a aparência do *preço ou valor do próprio trabalho*, ainda que a rigor as expressões de valor e preço do trabalho careçam de sentido.

Segundo: Ainda que só se *pague* uma parte do trabalho diário do operário, enquanto a outra parte fica *sem remuneração*, e ainda que este trabalho não remunerado ou *so-bretrabalho* seja precisamente o fundo de que se forma a *mais-valia ou lucro*, fica parecendo que todo o trabalho é trabalho pago.

Esta aparência enganadora distingue o *trabalho assalariado* de outras formas *históricas* do trabalho. Dentro do sistema do salariado, até o trabalho *não remunerado* parece *trabalho pago*. Ao contrário, no trabalho dos escravos parece ser trabalho não remunerado até a parte do trabalho que se paga. Claro está que, para poder trabalhar, o escravo tem que viver, e uma parte de sua jornada de trabalho serve para repor o valor de seu próprio sustento. Mas como, entre éle e seu senhor, não houve trato algum, nem se celebra entre éles nenhuma compra e venda, todo o seu trabalho parece dado de graça.

Tomemos, por outro lado, o camponês servo, tal como existia, quase diríamos ainda ontem mesmo, em todo o Oriente da Europa. Este camponês, por exemplo, trabalhava três dias para si, na sua própria terra, ou na que lhe havia sido atribuída, e nos três dias seguintes realizava trabalho compulsório e gratuito, na propriedade de seu senhor. Como vemos, aqui as duas partes do trabalho, a paga e a não paga, aparecem visivelmente separadas, no tempo e no espaço, e os nossos liberais podem estourar de indignação moral ante a idéa disparatada de que se obrigue um homem a trabalhar de graça.

Mas, na realidade, tanto faz uma pessoa trabalhar três dias na semana para si, na sua própria terra, e outros três dias de graça, na gleba do senhor, como trabalhar diariamente na fábrica, ou na oficina, 6 horas para si e 6 para o seu patrão; ainda que neste caso a parte do trabalho pago e a do não remunerado apareçam inseparavelmente confundidas e o caráter de toda a transação se disfarce por completo, com a *interferência de um contrato* e o *pagamento* recebido no fim da semana. No primeiro caso, o trabalho não remunerado é visivelmente arrancado pela fôrça; no segundo, parece entre-gue voluntariamente. Eis a única diferença. (...)

O valor de uma mercadoria se determina pela *quantidade total de trabalho* que encerra. Mas uma parte desta quantidade de trabalho representa um valor pelo qual se pagou um equivalente em forma de salários; outra parte se materializa num valor pelo qual *nenhum* equivalente foi pago. Uma parte do trabalho incluído na mercadoria é trabalho remunerado. Logo, quando o capitalista vende a mercadoria pelo seu valor, isto; é, como *crystalização da quantidade total de trabalho* nela invertido, o capitalista deve, necessariamente, vendê-la com lucro. Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja custado o trabalho do seu operário. O custo da mercadoria, para o capitalista, e o custo real da mercadoria, são coisas inteiramente distintas. Repito, pois, que lucros normais e médios se obtêm vendendo as mercadorias não acima do que valem e sim pelo seu *verdadeiro valor*. (MARX: *Preço*, págs. 361/363, I.)

Salário e mais-valia

A parte do valor da mercadoria que representa unicamente o valor das matérias-primas e das máquinas, numa palavra, o valor dos meios de produção consumidos, *não gera nenhum rendimento*, mas se limita a repor o *capital*. Mas, afora isso é falso que a outra parte do valor da mercadoria, que *forma o rendimento*, ou pode ser gasta sob a forma de salário, lucro, renda territorial e juro, seja *constituída* pelo valor dos salários, pelo valor da renda territorial, o valor do lucro, etc. Por ora, deixaremos de lado os salários e só trataremos do lucro industrial, do juro e da renda territorial. Acabamos de ver que a *mais-valia* contida na mercadoria, ou a parte do valor desta na qual está incorporado o *trabalho não remunerado*, por sua vez, se decompõe em várias partes, designadas por três nomes diferentes. Afirmar, porém, que seu valor se acha *integrado* ou *formado* pela *soma total dos valores independentes destas três partes constituintes*, seria afirmar o inverso da verdade. (MARX: *Preço*, pág. 365, I.)

Produto social

A indústria moderna oculta precisamente a parte de cada um no produto, enquanto que, no antigo trabalho individual à mão, ela se exprime claramente no produto elaborado. (ENGELS: *Habituação*, pág. 125, II.)

Preço do salário

O salário é, como vimos, o *preço de determinação* da mercadoria, a força de trabalho. O salário é, portanto, determinado pelas mesmas leis que determinam o preço de qualquer outra mercadoria. (MARX: *Trabalho*, pág. 64, I.)

Custo da força de trabalho

A determinação do preço pelo custo de produção é idêntica à determinação do preço pelo tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, pois o custo de produção se compõe, 1.º de matérias-primas e do desgaste das ferramentas, isto é, de produtos industriais, cuja produção custou certo número de jornadas de trabalho, represen-

tando, conseqüentemente, determinada quantidade de tempo de trabalho; 2.º) de trabalho imediato, cuja medida é precisamente o tempo. Ora, essas mesmas leis gerais, que regulam o preço das mercadorias em geral, regulam também, naturalmente, o *salário*, o *preço do trabalho*.

O salário irá ora subir, ora descer, segundo as relações entre a oferta e a procura, de acôrdo com a forma que tomará a concorrência entre os compradores da força de trabalho, os capitalistas, e os vendedores da força de trabalho, os operários. As flutuações do salário correspondem, em geral, às flutuações dos preços das mercadorias. *Entretanto, dentro dos limites dessas flutuações, o preço do trabalho será determinado pelo custo de produção, pelo tempo de trabalho necessário para produzir esta mercadoria: a força de trabalho. É o custo necessário para conservar o operário como tal e para formar um operário.* (MARX: *Trabalho*, págs. 67/68, I.)

Salário real e nominal

Nossas necessidades e nossos prazeres têm sua origem na sociedade; medimo-los, conseqüentemente, em relação à sociedade; não os medimos em relação aos objetos que os satisfazem. Como eles são de natureza social, sua natureza é relativa. Por conseguinte, em geral, o salário não é determinado somente pela quantidade de mercadorias que eu posso obter em troca dele. Ele encerra diversas relações. (...)

Conseqüentemente, o preço em dinheiro do trabalho, o salário nominal, não coincide com o salário real, isto é, com a quantidade de mercadorias que ele pode adquirir com este em troca do salário. Logo, quando falamos da alta ou da baixa do salário, não devemos considerar exclusivamente o preço em dinheiro do trabalho, o salário nominal. Mas, nem o salário nominal, isto é, a lista, nem o salário real, isto é, a quantidade de mercadorias que ele pode adquirir com este dinheiro, esgotam as relações contidas no salário.

O salário é determinado, acima de tudo, por sua relação com o ganho, com o lucro do capitalista — o salário relativo proporcional. O salário real exprime o preço da força de trabalho em relação ao preço das outras mercadorias; por ou-

tro lado, o salário relativo expressa a parte do trabalho direto no novo valor que ele criou, em relação à parte que cabe ao trabalho acumulado, ao capital. (MARX: *Trabalho*, págs. 73/74, I.)

Lucro e salário Mas qual é, então, a lei geral que determina a elevação e o rebaixamento do salário e do lucro em suas relações recíprocas? Eles estão em relação inversa. A parte do capital, o lucro, sobe na mesma medida em que a parte do trabalho, o salário, baixa, e vice-versa. O lucro sobe, na medida em que o salário baixa; baixa na medida em que o salário sobe. (...) Mesmo a situação mais favorável para a classe operária, o crescimento mais rápido possível do capital, por mais que melhore a vida material do operário, não suprime o antagonismo entre seus interesses e os interesses do capitalista. Lucro e salário permanecem, agora como dantes, na razão inversa um do outro. (MARX: *Trabalho*, págs. 75/76, I.)

Salário e máquinas Quanto mais aumenta o capital produtivo, tanto mais se estendem a divisão do trabalho e o emprego da máquina, quanto mais a divisão do trabalho e o emprego do maquinismo aumentam, mais a concorrência entre os operários cresce e mais se contrai seu salário. (...) Dêsse modo, vemos que, enquanto o capital aumenta rapidamente, a concorrência entre os operários aumenta de maneira infinitamente mais rápida, isto é, os meios de ocupação e de subsistência para a classe operária diminuem proporcionalmente ainda mais e que, apesar disso, o crescimento rápido do capital é a condição mais favorável para o trabalho assalariado. (MARX: *Trabalho*, págs. 81/82, I.)

Mercadoria

Acumulação mercantil A riqueza das sociedades nas quais reina o modo de produção capitalista aparece como "imensa acumulação de mercadorias". A análise da mercadoria, forma elementar dessa riqueza, será, por consequência, o ponto de partida de nossas pesquisas. (MARX: *Capital*, pág. 39, I.)

Utilidade e comércio Desde que as coisas se tornaram uma vez mercadorias, na vida comum com o estrangeiro, tornam-se, igualmente, por efeito, na vida comum interior. A proporção na qual elas se trocam é, então, puramente acidental. Elas se tornam trocáveis por atos voluntários de seus possuidores, que se decidem a aliená-las

reciprocamente. Pouco a pouco, a necessidade de objetos úteis, provenientes do estrangeiro, se faz sentir cada vez mais e se consolida. A repetição constante da troca faz dela atividade social regular e, com a passagem do tempo, parte ao menos dos objetos úteis é produzida intencionalmente em vista da troca. A partir desse instante, opera-se, de maneira nítida, a separação entre a utilidade das coisas para as necessidades imediatas e sua utilidade para a troca a efetuar entre elas, isto é, entre o seu valor de uso e o seu valor de troca. De outro lado, a proporção na qual elas se trocam começa a se regular por sua produção. O hábito fixa-as como quantidades de valor. (MARX: *Capital*, págs. 115/116, I.)

Início do capital A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Ela não aparece senão onde a produção mercantil e o comércio já atingiram certo grau de desenvolvimento. A história moderna do capital data da criação do comércio e do mercado dos dois mundos, no século dezesseis. (MARX: *Capital*, pág. 197, I.)

Circulação do capital O dinheiro, enquanto dinheiro, e o dinheiro, enquanto capital, não se distinguem, à primeira vista, que por suas diferentes formas de circulação. A forma imediata da circulação de mercadorias é M-D-M, transformação da mercadoria em dinheiro e transformação do dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Mas, ao lado dessa forma, encontramos outra, perfeitamente distinta, a forma D-M-D, transformação do dinheiro em mercadoria, comprar para vender. Todo dinheiro que, em seu movimento, descreve este último ciclo, transforma-se em capital e já é, por destinação, capital. (MARX: *Capital*, pág. 198, I.)

Mercado e crise Mas foi somente na época em que a indústria mecânica, tendo lançado raízes assaz profundas, exerceu influência preponderante sobre toda a produção nacional; quando, graças a esta, o comércio estrangeiro começou a primar sobre o comércio interno; quan-

do o mercado universal anexou, sucessivamente, as vastas áreas do Novo Mundo, da Ásia, da Austrália; quando, enfim, as nações industriais, entrando em liça, tornaram-se numerosas, somente dessa época datam os ciclos renascentes, cujas fases sucessivas compreendem anos e que levam sempre a uma crise geral, fim de um ciclo e ponto de partida de outro. Até aqui, a duração periódica desses ciclos é de dez ou onze anos, mas não há razão alguma para considerar essa cifra como constante. Ao contrário, deve-se inferir das leis da produção capitalista, tais como as vimos se desenvolver, que é variável e que o período dos ciclos se encurtará gradualmente. (MARX: *Capital*, pág. 116, IV.)

Imposto e mercadoria O camponês da Idade Média produzia o *grain du champart*, para o senhor feudal, o *grain de la dime*, para o cura. Mas nem um nem outro se tornavam mercadoria pelo fato de serem produzidos por outrem. Para tornar-se mercadoria, é necessário que o produto seja transferido, pela troca, a outra pessoa, a que serve, como valor de uso. (MARX: *Capital*, pág. 331, IV, nota de Engels.)

Fôrça de trabalho e mercadoria O que é característico não é que a mercadoria fôrça de trabalho possa ser comprada, mas que a fôrça de trabalho possa aparecer como mercadoria. (MARX: *Capital*, pág. 53, V.)

Mercadoria e circulação Para que o capital possa se formar e dominar a produção, é necessário já certo desenvolvimento do comércio, da circulação de mercadorias, portanto, e de sua produção. Nenhum artigo pode, com efeito, entrar, como mercadoria, na circulação, a menos que seja produzido para a venda, isto é, como mercadoria. Mas a produção de mercadorias não aparece como caráter normal e dominante da produção que na produção capitalista. (...) Este estado de coisas já exige, em consequência, alto grau de circulação dos produtos e exten-

são assaz grande da produção de mercadorias. Desde que a produção pelo trabalho assalariado se torna geral, a forma geral de produção não pode deixar de ser a produção de mercadorias. (MARX: *Capital*, págs. 59/63, V.)

Mercadorias coloniais

Pouco importa que as mercadorias sejam o produto do trabalho de escravos, ou de camponeses (chineses, indianos), ou da comunidade (as índias neerlandesas), ou do Estado (outro- ra na Rússia, ao tempo da servidão), ou de povos caçadores e semi-selvagens. Enquanto mercadorias e dinheiro, elas se apresentam em face do dinheiro e das mercadorias em que se acha representado o capital industrial e entram no ciclo desse capital, assim como no da mais-valia contida no capital-mercadoria, enquanto esta mais-valia é despendida como lucro; elas entram, portanto, nos dois ramos do capital-mercadoria. O caráter do processo de produção de que provêm é absolutamente indiferente: é como mercadorias que elas funcionam no mercado e entram no ciclo do capital industrial, assim como na circulação da mais-valia contida nesse capital. (MARX: *Capital*, págs. 188/189, V.)

Mercadoria e regime

A economia monetária é comum a toda produção de mercadorias, e o produto aparece como mercadoria nos mais diversos organismos sociais de produção. O que caracteriza a produção capitalista é, portanto, somente a extensão segundo a qual o produto é fabricado como artigo de comércio, como mercadoria, e segundo a qual os seus próprios elementos constitutivos devem entrar de novo como artigos de comércio, como mercadorias, na economia de que provêm o produto.

Na realidade, a produção capitalista é a produção de mercadorias, como forma genérica de produção; mas ela não o é e não se torna cada vez mais em seu desenvolvimento porque o trabalho aí aparece como mercadoria êle próprio, porque o operário vende o seu trabalho, quer dizer, o funcionamento de sua força de trabalho, e vende, como supusemos, ao seu valor, determinado pelo custo de sua produção. O produtor torna-se capitalista industrial na medida em que o tra-

balho se torna trabalho assalariado; é por isso que a produção capitalista, nela compreendida a produção de mercadorias, não aparece em toda a sua extensão, senão quando o produtor direto, o produtor camponês, torna-se, êle próprio, assalariado. Na relação entre capitalista e assalariado, o laço dinheiro, o laço comprador e vendedor, torna-se relação imamente da própria produção. Mas essa relação é fundada no caráter social da produção, e não do modo de comunicação; o último sai do primeiro. De resto, pertence às concepções burguesas, em que o "pequeno comércio" ocupa o primeiro lugar, não procurar no caráter do modo de produção a base do modo de comunicação correspondente, mas fazer justamente o contrário. (MARX: *Capital*; págs. 199/201, V.)

Capital — mercadoria

A exceção dos produtos empregados diretamente por cada produtor capitalista, sem que nisso haja venda nem compra, como novos meios de produção, toda a massa da produção social, encareado o modo de produção capitalista, circula no mercado sob a forma de capital-mercadoria. É evidente, portanto, que do capital-mercadoria são tirados todos os elementos, fixos ou circulantes, do capital produtivo, como também todos os elementos do fundo de consumo. Isto quer dizer que, no modo de produção capitalista, os meios de produção e os meios de consumo se apresentam antes sob a forma de capital-mercadoria, ainda que estejam destinados a servir, mais tarde, como meios de produção ou de consumo; assim como a força de trabalho figura antes no mercado sob a forma de mercadoria, tudo isso não sendo capital-mercadoria. (MARX: *Capital*, págs. 99/100, VI.)

Capitalismo e trabalho

O capitalista produz a mercadoria, não por ela mesma, pelo seu valor de uso, nem para o seu consumo pessoal. O produto que, na realidade, interessa ao capitalista não é o próprio produto material, mas o excedente do valor do produto sobre o valor do capital consumido. O capitalista adianta o capital total sem se preocupar do papel diferente que os elementos desse capital terão na produção da mais-valia. É ao

mesmo título que éle adianta todos êsses elementos, não somente para reproduzir o capital adiantado mas para produzir excedente de valor. O valor do capital variável, que éle adianta, só pode ser convertido em valor superior trocado contra trabalho vivo, pela exploração de trabalho vivo. Mas éle não pode explorar o trabalho senão adiantando, ao mesmo tempo, tudo o que é necessário à realização dêsse trabalho, os meios e os objetos de trabalho, as máquinas, as matérias-primas, etc., quer dizer, convertendo em condições de trabalho uma soma de valor de que dispõe, mesmo que não seja capitalista e não possa explorar o trabalho senão porque, face ao operário, éle é proprietário da força de trabalho, é proprietário das condições de trabalho. Assim, como vimos antes, é precisamente esta propriedade dos meios de trabalho pelos não trabalhadores que cria os assalariados e os capitalistas. (MARX: *Capital*, págs. 74/75, IX.)

Capital e comunicações O meio principal para reduzir o tempo de circulação é a melhoria das comunicações. Dêsse ângulo, os últimos cinquenta anos trouxeram uma revolução que não encontra paralelo senão na Revolução Industrial da segunda metade do século findo. Na terra, a estrada macadamizada cedeu lugar às ferrovias, no mar a navegação à vela foi suplantada pela navegação a vapor, e os fios telegráficos estenderam sua rede ao mundo inteiro. Não foi senão depois de rasgado o canal de Suez que a Ásia oriental e a Austrália foram verdadeiramente abertas à navegação a vapor. O tempo de circulação de uma mercadoria expedida da Ásia oriental era, em 1847, de menos doze meses, em nossos dias não alcança quase outras tantas semanas. Os dois grandes focos de crise de 1825-1857, a América e as Índias, foram aproximadas de 70 a 90% dos países industriais da Europa, graças à revolução dos meios de comunicações, e se tornaram muito mais perigosos. O tempo de rotação do comércio mundial foi reduzido tanto e a capacidade produtiva dos capitais interessados foi dobrada, às vêzes triplicada. Diga-se, de passagem, que a taxa de lucro devia ressentir-se disso. (MARX: *Capital*, pág. 120, IX.)

Valôres e preços Mesmo levando em conta o fato que a lei dos valôres domina os preços, a natureza das coisas exige que consideremos, do ponto de vista histórico como em teoria, os valôres das mercadorias como elemento primordial dos preços de produção. Tal é o caso em que o operário é proprietário dos meios de produção, por exemplo, na antiguidade como em nossos dias, do pequeno proprietário agrícola ativo e do artesão. Isto está de acôrdo, de resto, com o que dissemos antes: que a conversão dos produtos em mercadorias tem por origem, não a troca entre os membros da mesma comunidade, mas a troca entre coletividades diferentes. É o que se aplica a êsses estágios primitivos, aplica-se, igualmente, aos estágios posteriores, fundados sobre a escravidão e a servidão, assim como à organização corporativa dos ofícios, ainda muito tempo enquanto os meios de produção estabelecidos para cada ramo particular não passam senão com dificuldade de uma esfera a outra e são uns para outros, em esferas de produção diferentes e até um certo grau, como países estrangeiros e coletividades comunistas estrangeiras umas às outras. (MARX: *Capital*, págs. 62/63, X.)

Comércio exterior Os capitais colocados no comércio exterior podem dar uma taxa de lucro mais elevada, porque apresentam mercadorias que os outros países não produzem com as mesmas facilidades, de sorte que o país mais adiantado vende as suas mercadorias acima do valor, cedendo-as, apesar de tudo, melhor cotadas que os países concorrentes. Na medida em que o trabalho do país mais avançado é utilizado como trabalho de um pêso específico superior, a taxa de lucro aumenta, porque se vende como de qualidade superior trabalho que não o é. A mesma situação pode se apresentar face a um país com o qual se faz importação e exportação. Êste país pode fornecer em natureza mais trabalho realizado do que éle recebe, e receber, entretanto, a mercadoria em melhor conta do que se éle próprio a produzisse. Ê, em suma, a situação do fabricante que utiliza uma invenção nova, antes que seja conhecida de todos; éle pode vender menos caro que seus concorrentes e, entretanto, acima do valor individual de sua mercadoria, explo-

rar, em sumá, como sobretabalho, a produtividade específica superior do trabalho que emprega. Quanto aos capitais colocados nas colônias, eles podem dar uma taxa de lucro superior por causa do fraco desenvolvimento da produção, a taxa de lucro é mais elevada nesses países, pelo emprêgo de escravos e de cules, permite intensificar a exploração do trabalho. Não se vê o que impeça essas taxas de lucro mais elevadas, fornecidas por capitais colocados em certos ramos de intervir uma vez chegados à mãe-pátria, e que eles não se furtem aos monopólios, para uniformizar e aumentar a taxa de lucro geral. (MARX: *Capital*, págs. 166/167, X.)

Moeda e mercadoria Vimos que o movimento da massa de dinheiro circulante, como meio de compra e de pagamento, é determinado pela metamorfose das mercadorias, por sua extensão e sua rapidez que, sabemos agora, não são mais do que elementos do processo total da reprodução. Quanto ao ato pelo qual se procura ouro e prata em suas fontes de produção, reduz-se à troca direta de mercadorias; o ouro e a prata, enquanto mercadorias, trocam-se contra outras mercadorias, tal como acontece com o ferro e os outros metais. Quanto ao movimento dos metais preciosos no mercado mundial (não falamos do movimento que se liga aos empréstimos, e que se opera, igualmente, sob a forma de capital-mercadoria), é absolutamente determinado pela troca internacional de mercadorias, tal como o movimento de dinheiro como meio nacional de compra e de pagamento é determinado pela troca interna de mercadorias. A passagem dos minerais preciosos de uma estera nacional de circulação a outra, na medida em que não tem outra causa que a depreciação da moeda nacional ou o bimetalismo, é estranho à circulação monetária como tal; trata-se apenas de corrigir erros arbitrários impostos por razão de Estado. (MARX: *Capital*, págs. 95/96, XI.)

Preço e custo Acabamos de ver que as oscilações da oferta e da procura fazem sempre voltar o preço de uma mercadoria ao custo de sua produção. O preço real de uma mercadoria está sempre, em verdade, acima ou

abaixo de seu custo de produção; mas a alta e a baixa se com- pensam mutuamente, de forma que, se, num período de tempo determinado, computarmos o total do fluxo e do refluxo da indústria, as mercadorias terão sido trocadas entre si de con- formidade com os seus custos de produção; seus preços te- rão sido determinados pelos custos de sua produção. (MARX: *Trabalho*, pág. 67, I.)

Mercadoria e capital Como, então, uma soma de mercadorias, de valores de troca, se transforma em capital? Conservando-se e multiplicando-se, como fôr- ça independente, isto é, força de *uma parte da sociedade, através de sua troca pela força de trabalho imediata, viva*. A existência de uma classe que possui apenas sua capacidade de trabalho é condição preliminar necessária ao capital. É exclu- sivamente o domínio do trabalho acumulado, passado, mate- rializado, sobre o trabalho imediato, vivo, que transforma o trabalho acumulado em capital. O capital não consiste em que o trabalho acumulado sirva de meio ao trabalho vivo para nova produção. Consiste em que o trabalho vivo serve de meio ao trabalho acumulado, para manter e aumentar o valor de troca deste último. (MARX: *Trabalho*, pág. 70, I.)

Valor e preço Os valores das mercadorias estão na razão di- reta do tempo de trabalho invertido em sua produção e na razão inversa das forças produ- tivas do trabalho empregado. Como até aqui só temos falado do valor, acrescentarei algumas palavras acêrca do preço, que é forma particular tomada pelo valor. Em si mesmo, o preço outra coisa não é senão a expressão em dinheiro do valor. (...) Se vos aprofundardes mais na expressão em dinheiro do valor, ou, o que vem a ser o mesmo, na conversão do va- lor em preço, vereis que se trata de processo por meio do qual aos valores de todas as mercadorias uma forma indepen- dente e homogênea, por meio do qual exprimis estes valo- res como quantidades de igual trabalho social. (MARX: *Preço*, pág. 355, I.)

Lucro e preço

Para explicar, portanto, o caráter geral do lucro, não teréis outro remédio senão partir do teorema de que as mercadorias se vendem, em média, pelos seus verdadeiros valores e que os lucros se obtêm vendendo as mercadorias pelo seu valor, isto é, em proporção à quantidade de trabalho nelas materializado. Se não conseguirdes explicar o lucro sobre esta base, de nenhum outro modo conseguireis explicá-lo. Isto parece um paradoxo e contrário à observação de todos os dias. Parece também paradoxal que a Terra gire em torno do Sol e que a água seja formada por dois gases altamente inflamáveis. As verdades científicas são sempre paradoxais, se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas. (MARX: *Preço*, pág. 357, l.)

Mercadoria e valor

Após ter estabelecido que a mercadoria compreende o valor de uso e o valor, indica que, em todas as formações sociais, o trabalho criou bens de consumo, mas somente em condições históricas particulares é que ele produz também valor e confere ao fruto do trabalho a forma valor. (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 89.)

Contradição e mercadoria

Marx põe em evidência que toda a dificuldade é devida a que, em regime capitalista, as mercadorias não se trocam simplesmente, enquanto tais, mas enquanto produto de capitais que pretendem a igualdade na repartição da massa total de mais-valia criada pelos operários.

Tal é o nó do problema. No quadro da produção capitalista, as mercadorias são produtos do capital, portadoras de mais-valia engendrada no curso da produção. É por isso que a entrada dessas mercadorias no circuito de troca deve acrescentar a seu proprietário um lucro ao menos igual ao que outro capitalista tira de capital equivalente. Não há lugar, aqui, para a troca simples de valores existentes sob uma forma contra valores existentes sob outra, como é o caso na circulação mercantil simples. (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 116.)

A célula mercadoria

Marx estuda em detalhe a mercadoria, esta forma elementar, esta "célula" da produção capitalista, e nela descobre as contradições essenciais. Mostra que a mercadoria é, de um lado, valor de uso, de outro lado, valor; que o trabalho, produtor de mercadorias, implica, também ele, numa contradição interna, sendo unidade do trabalho abstrato e do trabalho concreto, do trabalho privado e do trabalho social. (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 172.)

Análise da mercadoria

A mercadoria é, em primeiro lugar, uma coisa que satisfaz uma necessidade qualquer do homem; em segundo lugar, é uma coisa que se troca por outra. A utilidade de uma coisa faz dela valor de uso. O valor de troca (ou valor, tão simplesmente) é, então, a relação, a proporção, na troca, de certo número de valores de uso de uma espécie por certo número de valores de uso de outra espécie. A experiência cotidiana nos mostra relações de equivalência entre valores de uso os mais diversos e os mais diferentes. Que há, entretanto, de comum, entre estas coisas diferentes, continuamente convertidas umas nas outras, em determinado sistema de relações sociais? O que elas têm de comum é serem produtos do trabalho. Trocando produtos, os homens estabelecem relações de equivalência entre os gêneros de trabalho os mais diferentes. A produção de mercadorias é um sistema de relações sociais no qual os diversos produtores criam produtos variados (divisão social do trabalho) e os tornam equivalentes, no momento da troca. Em consequência, o que é comum a todas as mercadorias não é o trabalho concreto de um ramo da produção determinado, não é o trabalho de um gênero particular, mas o trabalho humano abstrato, o trabalho humano em geral. Na sociedade estudada, toda a força de trabalho representada pela soma de valores de todas as mercadorias é uma só e mesma força de trabalho humano: bilhões de trocas o demonstram. Cada mercadoria tomada à parte não é, portanto, representada senão por certa porção de tempo de trabalho socialmente necessário. A grandeza do valor é determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessário ou pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produ-

ção de dada mercadoria. "Reputando iguais, na troca, seus produtos diferentes, eles (os produtores) estabelecem de fato que seus diferentes trabalhos são iguais. Eles o fazem sem o saber". O valor é uma relação entre duas pessoas, disse um velho economista; deveria simplesmente juntar: uma relação fechada sob o invólucro das coisas. E somente considerando os sistemas das relações sociais de produção de uma formação histórica determinada, relações aparecendo no fenômeno de massa da troca, que se repete bilhões de vezes, que se pode compreender o que é o valor. "Enquanto valôres, tódas as mercadorias não são mais que trabalho humano cristalizado". Depois de uma análise aprofundada do duplo caráter do trabalho incorporado nas mercadorias, Marx passa ao exame da *forma do valor* e do *dinheiro*. Ao fazê-lo, sua preocupação principal é procurar a origem da forma monetária do valor, de estudar o *processus histórico* do desenvolvimento da troca, começando pelos atos de troca particulares e fortuitos ("forma simples, particular ou acidental do valor": quantidade determinada de uma mercadoria é trocada por quantidade determinada de outra mercadoria) para passar à forma geral do valor, quando várias mercadorias diferentes são trocadas por uma só e mesma mercadoria, terminando pela forma monetária do valor, onde o ouro aparece como essa determinada mercadoria, como o equivalente geral. Produto supremo do desenvolvimento da troca e da produção mercantil, o dinheiro esfuma, dissimula o caráter social do trabalho individual, o liame social entre os diversos produtores, ligados uns aos outros pelo mercado. Marx submete a uma análise extremamente detalhada as diversas funções do dinheiro e importa frisar que também aqui (como nos primeiros capítulos do *Capital*) a forma abstrata da exposição, que parece, por vezes, puramente dedutiva, reproduz, em realidade, documentação extremamente rica sobre a história do desenvolvimento da troca e da produção mercantil. "A troca dos produtos deve já possuir a forma da circulação das mercadorias para que a moeda possa entrar em cena. Suas funções diversas, como simples equivalente, meio de circulação, meio de pagamento, tesouro, fundo de reserva, etc., indicam, por sua vez, pela predominância comparativa de uma sobre outra, fases muito diversas da produção social" (LÊNIN: *Marxisme*, págs. 24/26.)

Capital

Capital e direção O capitalista não é capitalista porque é diretor industrial; ao contrário, êle se torna diretor industrial porque é capitalista. O comando, na indústria, torna-se atributo do capital, da mesma forma que, nos tempos feudais, a direção da guerra e a administração da justiça eram atributos da propriedade territorial. (MARX: *Capital*, pág. 233, II.)

Capital e cooperação A cooperação, tal como a encontramos na origem da civilização humana, entre os povos caçadores, na agricultura das comunidades indianas, etc., repousa na propriedade em comum das condições de produção e no fato de que cada indivíduo adere ainda à sua tribo ou à comunidade tão fortemente como

uma abelha ao enxame. Estas duas características distinguem-na da cooperação capitalista. O emprêgo esporádico da cooperação em grande escala, na Antiguidade, na Idade Média e nas colônias modernas funda-se em relações imediatas de dominação e de servidão, geralmente sobre a escravidão. Sua forma capitalista pressupõe, ao contrário, o trabalhador livre, vendedor de sua força. Na história, ela se desenvolve em oposição à pequena cultura dos camponeses e o exercício independente dos ofícios, quer possuam estes ou não a forma corporativa. (MARX: *Capital*, pág. 235, II.)

Capital e agricultura Na esfera da agricultura, a grande indústria age mais revolucionariamente que por toda a parte, aliás, no sentido de que faz desaparecer o camponês, resto da antiga sociedade, e o substitui pelo assalariado. As necessidades da transformação social e a luta de classes são, assim, levadas no campo ao mesmo nível que nas cidades.

A exploração mais rotineira e mais irracional é substituída pela aplicação tecnológica da ciência. O modo capitalista de produção rompe definitivamente entre a agricultura e a manufatura os laços que as unia em sua infância; mas cria, ao mesmo tempo, as condições materiais de uma síntese nova e superior, quer dizer, a união da agricultura e da indústria, na base do desenvolvimento de cada uma no período de sua completa separação. Com a sempre crescente preponderância da população das cidades, que ela aglomera nos grandes centros, a produção capitalista, de um lado, acumula a força motora histórica da sociedade; de outro lado, destrói, não somente a saúde física dos operários urbanos e a vida intelectual dos trabalhadores rústicos, mas perturba também a circulação material entre o homem e a terra, tornando cada vez mais difícil a restituição de seus elementos de fertilidade, os ingredientes químicos que lhe são retirados e usados sob a forma de alimentos, vestuário, etc. Mas, subvertendo as condições em que uma sociedade atrasada atende, quase espontaneamente, essa circulação, ela força o seu restabelecimento sistemático, sob forma apropriada ao desenvolvimento humano integral, e como lei reguladora da produção social. (MARX: *Capital*, págs. 200/201, III.)

Capital e fertilidade A produção capitalista, uma vez estabelecida, a grandeza do sobretabalho variará, as demais circunstâncias permanecendo as mesmas, segundo as condições naturais do trabalho e sobretudo a fertilidade do solo. Disso não se segue, entretanto, de forma alguma, que o solo mais fértil seja também o mais próprio e o mais favorável ao desenvolvimento da produção capitalista, que supõe o domínio do homem sobre a natureza. Uma natureza muito pródiga "retém o homem pela mão, como uma criança em gatinhas"; ela o impede de se desenvolver, não fazendo de seu desenvolvimento necessidade natural. A pátria do capital não se encontra sob o clima dos trópicos, em meio a vegetação luxuriante, mas na zona temperada. Não é a fertilidade absoluta do solo, antes a diversidade de suas qualidades químicas, de sua composição geológica, de sua configuração física, e a variedade de seus produtos naturais que formam a base natural da divisão social do trabalho e que excitam o homem, em razão das condições multiformes do meio em que está colocado, a multiplicar as suas necessidades, as suas faculdades, os seus meios e modos de trabalho. (MARX: *Capital*, págs. 211/212, III.)

Capital e luxo As mercadorias que o capitalista compra com uma parte da mais-valia, como meios de produção e de valorização; o trabalho que ele paga para o mesmo fim não é, também, trabalho produtivo. A compra dessa mercadoria e desse trabalho, em lugar de enriquecê-lo, empobrece-o correspondentemente. Ele dissipa, assim, a mais-valia, como lucro, em lugar de fazê-la frutificar, como capital. Em oposição à nobreza feudal, impaciente por devorar mais do que o seu haver, fazendo praça de seu luxo, de sua domesticidade numerosa e decadente, a economia política burguesa devia, portanto, pregar a acumulação como o primeiro dos deveres cívicos e não se cansar de ensinar que, para acumular, é necessário ser sábio, não gastar todo o lucro, mas consagrar boa parte dele ao pagamento dos trabalhadores produtivos, rendendo mais do que recebem. (...)

À origem da produção capitalista — e esta fase histórica se renova na vida privada de todo industrial *parvenu* — a

avareza e o desejo de enriquecer o empolgam, exclusivamente. Mas o progresso da produção não cria somente um novo mundo de prazeres: ele abre, com a especulação e o crédito, mil fontes de enriquecimento súbito. A um certo grau de desenvolvimento, impõe-se mesmo ao infeliz capitalista uma prodigalidade toda convencional, a um tempo ostentação de riqueza e meio de crédito. O luxo torna-se uma necessidade do ofício e entra nas despesas de representação do capital. Isto não é tudo: o capitalista não enriquece, como o camponês e o artesão independentes, proporcionalmente ao seu trabalho e à sua frugalidade pessoal, mas na razão do trabalho gratuito de outrem, que ele absorve, e da renúncia a todos os prazeres da vida que impõe a seus operários. Se bem que a sua prodigalidade não se revista jamais, portanto, das francas *altures* do senhor feudal, se bem que ela apenas possa dissimular a avareza mais sórdida e o mais mesquinho espírito de cálculo, engrandece-se, entretanto, à medida que ele acumula, sem que sua acumulação seja necessariamente restringida pela sua despesa, mas esta por aquela. Cedo surge, nêle um conflito, à Fausto, entre a tendência à acumulação e a tendência à fruição. (MARX: *Capital*, págs. 49/50, IV.)

Capital e reprodução O processo de produção capitalista, considerado em sua continuidade, ou como reprodução, não produz, portanto, somente mercadoria, nem somente mais-valia; ele produz e eterniza a relação social entre capitalista e assalariado. (MARX: *Capital*, pág. 28, IV.)

Capital e crédito O desenvolvimento da produção capitalista gera uma potência inteiramente nova, o crédito, que, em suas origens, introduziu-se sorrateiramente como ajuda modesta da acumulação, cedo tornou-se arma adicional e terrível da guerra de concorrência e se transformou, enfim, em imenso maquinismo social destinado a centralizar os capitais.

À medida que a acumulação e a produção capitalista se expandem, a concorrência e o crédito, os agentes mais poderosos da centralização, tomam impulso. Do mesmo modo,

o progresso da acumulação aumenta a matéria a centralizar — os capitais individuais — e o desenvolvimento do modo de produção capitalista cria, com a necessidade social, também as facilidades técnicas dessas vastas empresas, cuja operação exige prévia centralização do capital. Em nosso tempo, a força de atração entre os capitais individuais e a tendência à centralização impulsionam-nas mais do que em qualquer período anterior. (MARX: *Capital*, pág. 101, IV.)

Capital e população Produzindo a acumulação do capital e, na medida em que ela triunfa, a classe assalariada produz, portanto, ela própria, os instrumentos de sua retirada ou de sua transformação em superpopulação relativa. Eis a lei de população que distingue a época capitalista e corresponde ao seu modo de produção particular. Com efeito, cada um dos modos históricos de produção tem também sua lei própria de população, lei que não se aplica senão a êle, que passa com êle e que, em consequência, não tem senão valor histórico. Uma lei de população abstrata e imutável não existe senão para a planta e o animal, e ainda somente enquanto não sofrer a influência do homem. (MARX: *Capital*, págs. 111/112, IV.)

Capital e polarização Enfim, a lei que sempre equilibra o progresso da acumulação e o da superpopulação relativa, ata o trabalhador ao capital mais fortemente que as cadeias de Vulcano atavam Prometeu ao seu rochedo. É esta lei que estabelece uma correlação fatal entre a acumulação do capital e a acumulação da miséria, de tal sorte que a acumulação de riqueza em um pólo é igual à acumulação de pobreza, de sofrimento, de ignorância, de em-brutecimento, de degradação moral, de escravidão no pólo oposto, do lado da classe que produz o próprio capital. (MARX: *Capital*, pág. 134, IV.)

Capital e escravidão No sistema escravista, o capital-dinheiro adiantado para compra da força de trabalho desempenha o papel de forma dinheiro do capital fixo, que é substituído, progressivamente, ao longo e

à medida que termina o período ativo na vida do escravo. Para os atenienses, o benefício que um proprietário de escravos tirava diretamente da utilização industrial de seu escravo, ou indiretamente na locação desse mesmo escravo a outros empregadores industriais, para as minas por exemplo, era olhada simplesmente como interesse e amortização do capital-dinheiro adiantado, da mesma forma que, na produção capitalista, o capital industrial faz entrar em linha de conta, como interesse e substituição de seu capital fixo, uma fração de mais-valia mais a usura do capital fixo. É o que fazem, igualmente, em regra geral, os capitalistas que o dão em locação do capital fixo, casas, máquinas, etc. Os escravos domésticos, quer sirvam em trabalhos necessários ou sirvam apenas à ostentação, não entram em linha de conta; correspondem aos nossos domésticos modernos. Mas a escravidão, porquanto era, na agricultura, indústria, navegação, a forma dominante do trabalho produtivo, como no caso dos Estados mais adiantados da Grécia e em Roma, conserva um elemento da economia natural. O mercado de escravos é alimentado, sem cessar, em mercadoria-fôrça de trabalho, pela guerra, as corridas dos corsários, etc., e essas operações não têm como intermediário um processo de circulação; é a apropriação natural, por um constrangimento físico direto, da fôrça de trabalho estrangeira. Mesmo nos Estados Unidos, depois que as terras situadas entre os Estados assalariados do Norte e os Estados escravistas do Sul foram transformadas em terras de criação de escravos, e que, em consequência, o escravo atirado ao mercado se tornou, êle próprio, elemento da reprodução anual, esta organização não foi suficiente, com o decorrer do tempo, e fez-se apêlo ao tráfico para importar da África o que preencher a lacuna. (MARX: *Capital*, págs. 132/133, VIII.)

Capital e dinheiro O dinheiro considerado como expressão especial de um valor sob a forma de dinheiro ou de mercadoria, pode, na produção capitalista, transformar-se em capital e tornar-se, assim, valor em vias de crescer. Êle dá lucro, quer dizer, permite ao capitalista tirar dos operários e apropriar-se de certa quanti-

dade de trabalho não pago, de sobreproduto e de mais-valia. Além de seu valor de uso, êle adquire um valor de uso adicional, o de funcionar como capital. O seu valor de uso consiste, precisamente, no lucro que produz, uma vez transformado em capital. Nesta qualidade de capital, possível, suscetível de produzir lucro, torna-se mercadoria de gênero especial. Em outros termos: o capital como capital torna-se mercadoria. (MARX: *Capital*, pág. 124, XI.)

Capital e justiça A justiça das transações que se operam entre os agentes da produção vem de que estas transações são a consequência natural das condições de produção. As formas jurídicas onde estas transformações aparecem como atos de vontade dos interessados e como contratos, tendo, face a particulares, fôrça legal, não podem em nada determinar êsse conteúdo. Êle é justo desde o momento que responde de maneira adequada ao modo de produção. Na produção capitalista, a escravidão é injusta; do mesmo modo, todo embuste sobre a qualidade das mercadorias. (MARX: *Capital*, págs. 125/126, XI.)

Capital e fé O sistema monetário é essencialmente católico; o crédito, sobretudo protestante. "O escocês odeia o ouro". Enquanto papel, o dinheiro que representa as mercadorias não tem senão existência social. Ê a fé que salva: a fé no valor monetário tomado como espírito imanente das mercadorias, a fé nesse modo de produção e o seu papel predestinado, a fé nos agentes particulares da produção, considerados como simples personificações do próprio capital. Mas assim como o protestantismo não se pôde libertar dos fundamentos do catolicismo, o crédito soube dispensar as bases do sistema monetário. (MARX: *Capital*, pág. 217, XII.)

Capital e propriedade imobiliária A hipótese de que o modo de produção capitalista dominou a agricultura implica em que êste modo de produção domina tôdas as esferas da produção e a sociedade bur-

guesa e que tôdas as suas condições existem em plena expansão: a livre concorrência dos capitais, a possibilidade de transferi-los de uma esfera a outra, o lucro médio, etc. A forma que consideramos aqui é uma forma histórica específica da propriedade imobiliária, a forma modificada sob a ação do capital e do modo de produção. Pouco importa que se trate da propriedade feudal, da pequena agricultura explorada pelos camponeses para satisfação de suas necessidades pessoais e na qual o produtor imediato encontra na propriedade da terra uma de suas condições de produção, como a condição mais vantajosa da prosperidade de seu modo de exploração. Se o modo de produção capitalista supõe, de maneira geral, que o trabalhador é despojado da propriedade de suas condições de trabalho, éle supõe, na agricultura, que os trabalhadores agrícolas são despojados da terra e subordinados a um capitalista que faz da exploração agrícola unicamente caminho para dela auferir lucro. (...)

A propriedade imobiliária admite que certas pessoas têm o monopólio de dispor à sua vontade, e com exclusão de tôdas as outras, de certas áreas do globo terrestre. Isto suposto, trata-se de desenvolver o valor econômico, isto é, a transformação desse monopólio em produção capitalista. Não é suficiente dizer que aquelas pessoas têm o poder jurídico de usar e abusar de certas áreas do globo terrestre. O uso que elas fazem dêse poder depende, absolutamente, de condições econômicas independentes de sua vontade. A hipótese jurídica, ela própria, significa, simplesmente, que a propriedade de imobiliária pode dispor da terra, como todo proprietário de mercadorias pode dispor de suas mercadorias; e esta hipótese não se realiza, no mundo antigo, senão no momento da desagregação do organismo social e, no mundo moderno, quando do desenvolvimento da produção capitalista. Os europeus não a realizaram na Ásia senão esporadicamente. Este modo de produção supõe, de um lado, que o produtor direto não constitui mais simples elemento do solo, sob a forma de escravo, de servo, etc., e, de outro lado, que a massa do povo foi desapossada da terra. Nesse sentido, o monopólio da propriedade imobiliária é uma hipótese histórica e permanece o fundamento permanente do modo de produção capitalista, como de todos os modos anteriores fundados, de

uma forma qualquer, sôbre a exploração das massas. Mas a forma sob a qual o modo de produção capitalista encontra a propriedade imobiliária não convêm ao seu caráter. Éle cria a sua forma adequada, subordinando a agricultura ao capital. E, dêse modo, malgrado a diferença de suas formas jurídicas, tôda a propriedade imobiliária feudal, tôda a propriedade de clã ou de pequeno cultivador de tendência comunal reveste esta forma econômica, correspondente ao nôvo modo de produção. O modo de produção capitalista tem tido, sobretudo, o resultado de transformar em aplicação científica da agronomia a agricultura, que não era, até então, que a perpetuação de processos empiricos e mecânicos, imaginados pela parte menos cultivada da sociedade; de liberar a propriedade imobiliária do regime da escravidão e da servidão, de estabelecer servidão muito mais nítida entre a terra, condição de trabalho, e a propriedade imobiliária ou o proprietário imobiliário, para o qual a terra não representava, em suma, senão contribuição determinada, que seu monopólio lhe permitia reclamar do capitalista industrial, o rendimento; de instaurar um estado de coisas permitindo ao proprietário imobiliário passar tôda a sua vida em Constantinopla, ainda que as suas propriedades estivessem na Escócia. A propriedade imobiliária adquire, assim, sua verdadeira forma econômica: ela deixou cair tôdas as *floritures*, tôdas as complicações políticas de outrora, todos êsses suplementos tradicionais que os capitalistas industriais, êles próprios, e os seus porta-vozes, os teóricos da economia política, tinham, no arador de sua luta contra a propriedade privada, denunciado como algo de inútil, de absurdo, de superfetação. A organização racional da agricultura, que permite a exploração social, a redução da propriedade imobiliária ao absurdo, eis os grandes méritos do modo de produção capitalista. Como todos os outros progressos, começou por reduzir à miséria mais negra o produtor imediato.

Para evitar qualquer mal-entendido, é preciso fazer ainda algumas observações preliminares: A hipótese, no modo de produção capitalista, é esta: os verdadeiros agricultores são assalariados, ocupados por um capitalista, o rendeiro, que não vê na agricultura senão um campo especial de exploração do capital, a colocação de seu capital numa esfera particular de produção. Este capitalista-rendeiro paga ao proprietário

imobiliário, ao proprietário do solo explorado, uma contribuição fixada por contrato e vencível em momento determinado, em vista de ser autorizado a colocar o seu capital nesse campo particular de produção. A soma paga chama-se renda imobiliária, quer se aplique à terra cultivável, aos terrenos para construir, às minas, aos pesqueiros, às florestas, etc. Ela é paga em toda a duração do tempo no qual o proprietário alugou o solo ao rendeiro. A renda imobiliária é, portanto, aqui, a forma sob a qual a propriedade imobiliária se realiza e frutifica do ponto de vista econômico. As três classes que constituem os quadros da sociedade moderna, assalariado, capitalista industrial, proprietário imobiliário, aí se encontram reunidas e reciprocamente opostas. (MARX: *Capital*, págs. 7/12, XIII.)

Essência do capital

O capital não é uma coisa, mas uma relação de produção, uma relação social determinada. A terra, ao contrário, não é uma relação social mas a natureza inorgânica. O valor é determinado pela quantidade de trabalho materializada na mercadoria. A mais-valia não pode, portanto, ser um produto da terra, um dom da natureza. (ROSENAL: *Dialectique*, página 32.)

Formas do capital

As duas formas do valor-capital revestidas nos estágios de circulação são as de capital-dinheiro e capital-mercadoria; no estágio de produção, toma a forma de capital produtivo. O capital que, no curso de todo o seu movimento circulatório, reveste essas formas e as abandona, turno a turno, depois de ter desempenhado, sob cada uma delas, a função correspondente, é capital industrial — industrial no sentido de que compreende todo o ramo de produção explorado segundo o modo capitalista.

Os termos capital-mercadoria, capital-produtivo não designam, aqui, portanto, espécies particulares de capital, cujas funções constituíam a matéria de ramos de negócios igualmente autônomos e independentes. Eles designam, simples-

mente, formas funcionais especiais, que o capital industrial reveste, sucessivamente. (MARX: *Capital*, págs. 88/89, V.)

Capital constante e capital variável

Pelos papéis diferentes que desempenham no problema da produção do valor e, em seguida, na criação de mais-valia, os meios de produção e a força de trabalho, enquanto formas de existência do valor-capital adiantado, distinguem-se em capital constante e capital variável. Enquanto partes diferentes do capital produtivo, eles se distinguem, de outro lado, em que os primeiros, propriedade do capitalista, permanecem em seu capital, mesmo fora do processo de produção, enquanto a força de trabalho não toma a forma de existência de capital individual que no processo de produção. Se a força de trabalho não é mercadoria senão nas mãos de seu vendedor, o assalariado, ela não se torna capital senão nas mãos de seu comprador, o capitalista, que lhe adquire a disposição, momentaneamente. Os próprios meios de produção não tomam formas materiais do capital produtivo que a partir do momento em que a força de trabalho lhe possa ser incorporada, enquanto forma pessoal desse mesmo capital. Como a força de trabalho, os meios de produção não são capital por sua natureza. Eles não adquirem esse caráter social específico senão em condições determinadas e historicamente desenvolvidas, que são igualmente indispensáveis para dar aos metais preciosos o caráter de dinheiro e ao dinheiro o caráter de capital-dinheiro. (MARX: *Capital*, págs. 65/66, V.) (...)

O capital variável. Seu valor é igual ao valor da força de trabalho social empregada nesse ramo da produção, igual, por conseguinte, à soma dos trabalhos pagos. Quanto à matéria, ela se compõe da força de trabalho em ação, quer dizer, do trabalho vivo posto em movimento por este valor capital. O capital constante. É o valor de todos os meios de produção empregados nesse ramo. Estes meios se decompõem, por sua vez, em capital fixo: máquinas, utensílios, construções, gado, etc., e em capital circulante: materiais de produção tais como matérias-primas ou auxiliares, os semifabricados, etc. (MARX: *Capital*, págs. 241/242, VII.)

Capital fixo e capital circulante

Vimos que, em todo processo de trabalho, e não importa em que condições sociais, os meios de produção se dividem em meios de trabalho e em objeto de trabalho. Mas não é senão no modo de produção capitalista que todos os dois se tornam capital, capital produtivo, assim como estabelecemos na seção precedente. É por isso que a diferença, implicada na natureza do processo de trabalho, entre os meios de trabalho e o objeto de trabalho, reflete-se na nova forma da diferença entre o capital fixo e o capital circulante. Então somente uma coisa que funciona como meio de trabalho torna-se capital fixo. Se, pelas suas propriedades naturais, ela pode servir a outras funções que a de meio de trabalho, ela é ou não capital fixo segundo a função que exerce. Os animais, como animais de trabalho, são capital fixo; como animais de engorda, são matéria-prima que entra, no fim de contas, na circulação, como produto; isto não é, portanto, capital fixo, mas capital circulante.

A fixação mais ou menos longa de um meio de produção em processos de trabalho repetidos, mas conexos, contínuos e formando, em consequência, um período de produção, quer dizer, todo o tempo de produção necessário para terminar o produto, exige absolutamente, como o capital fixo, adiantamentos mais ou menos prolongados da parte do capitalista, sem fazer, todavia, de seu capital, capital fixo. As sementes, por exemplo, não são capital fixo, mais matérias-primas fixadas cerca de um ano no processo de produção. (...) Certos meios de trabalho, aí compreendidas as condições gerais de trabalho, são fixados localmente, desde que entram como meios de trabalho no processo de produção, quer dizer, desde que estão prestes a funcionar produtivamente, como as máquinas. Outros são produzidos, desde logo, sob esta forma fixa, ligada ao próprio lugar, como, por exemplo, os implementos agrícolas, as usinas, os altos-fornos, os canais, as ferrovias. A existência material dos meios de trabalho implica aqui sua fixação no processo de produção em que devem funcionar. De outro lado, um meio de trabalho pode constantemente mudar de lugar, mover-se, e permanecer, entretanto, no processo de produção, tais as locomotivas, os navios, os animais de tração, etc. Num dos casos, a imobilidade não lhe dá o caráter de capital, como, no outro

caso, a mobilidade não o retira. Mas o fato de que os meios de trabalho são localmente fixados, são enraizados de alguma sorte na terra, dá a esta parte do capital fixo papel particular na economia das nações. Estes meios de trabalho não podem ser exportados nem circular como mercadorias no mercado mundial. Este capital pode mudar de proprietário, ser comprado e vendido, portanto circular virtualmente. Os títulos de propriedade podem mesmo, sob forma de ações, circular nos mercados estrangeiros. Mas a mudança das pessoas que são dessa forma proprietárias de capital fixo não modifica em nada a proporção que existe num país entre a parte imóvel e materialmente fixa da riqueza e sua parte móvel. (MARX: *Capital*, págs. 19/22, VI.)

Capital e sementes Quer as sementes sejam tiradas diretamente do produto, ou que todo o produto seja vendido, sendo o preço consagrado, em parte, à compra de novas sementes, nos dois casos há simples substituição, sem criação de lucro. Num dos casos, a semente entra na circulação com o resto do produto; no outro, ela não figura senão na contabilidade, como elemento de valor do capital adiantado. Nos dois casos, permanece elemento circulante do capital produtivo. É consumida na totalidade, para estabelecer o produto e deve ser substituída, na totalidade, pelo produto, para que a produção seja possível. (MARX: *Capital*, págs. 88/89, VI.)

Crédito no capitalismo Assim se coloca esta questão absurda: a produção capitalista, tal como existe atualmente, seria possível sem o sistema de crédito, quer dizer, apenas com a circulação metálica? Evidentemente, não. Ela teria, talvez, como limites os próprios limites da produção de metais preciosos. Mas, de outro lado, é preciso não ter ilusões sobre a força produtiva do sistema de crédito, enquanto põe à nossa disposição capital-dinheiro. (MARX: *Capital*, págs. 155/156, VII.)

Capitalismo e escravismo

Um dos pontos que diferenciam a produção capitalista da produção baseada na escravidão é que o valor ou o preço da força de trabalho nela aparece como o valor ou o preço do próprio trabalho, como salário. (MARX: *Capital*, página 58, IX.)

Capitalismo e agricultura

A moral desta história, moral que, de resto, poderia ser tirada de outras considerações sobre a agricultura, é que o sistema capitalista se opõe a uma agricultura racional, ou que a agricultura racional é incompatível com o sistema capitalista (se bem que este lhe favoreça o desenvolvimento técnico), e que ela tem necessidade, portanto, seja da mão do pequeno proprietário explorando, seja do controle dos produtores associados. (MARX: *Capital*, pág. 206, IX.)

Capitalismo e classe

De tudo isso, ressalta que cada capitalista individual, como o conjunto de capitalistas de cada esfera de produção particular, é interessado na exploração da totalidade da classe operária pelo capital total e no grau dessa exploração, não por simples simpatia geral de classe mas, diretamente, economicamente, porque, sendo dadas todas as outras circunstâncias, nela compreendido o valor do capital constante total adiantado, a média da taxa de lucro depende do grau de exploração do trabalho total pelo capital total. (MARX: *Capital*, págs. 96/97, X.)

Características do capitalismo

Três fatos principais da produção capitalista

1.º Concentração dos meios de produção nas mãos de alguns indivíduos. Esses meios cessam, assim, de aparecer como propriedade dos trabalhadores imediatos e se transformam em potências sociais da produção. Estas potências são, então, na verdade, propriedade privada dos capitalistas, que delas embolsam todos os benefícios.

2.º Organização do trabalho como trabalho social, pela cooperação, a divisão do trabalho, a ligação do trabalho e das ciências naturais. No segundo sentido, o modo de produção capitalista suprime, bem que sob formas inversas, a propriedade privada e o trabalho privado.

3.º Estabelecimento do mercado mundial.

A enorme força produtiva, em relação à população, que se desenvolve no quadro do modo de produção capitalista e, bem que não nas mesmas proporções, o aumento dos valores-capital (e não somente de sua base material) que crescem bem mais rapidamente que a população, está em contradição com a base que, relativamente à riqueza crescente, torna-se cada vez mais estreita, base para a qual trabalha esta enorme força produtiva, e as condições de *mise en valeur* desse capital crescente. Esta a origem das crises. (MARX: *Capital*, págs. 218/219, X.)

Capital comercial

O capital de comércio tem duas formas: o capital comercial propriamente dito, e o capital de troca. (...) Uma parte do capital total da sociedade acha-se sempre composto de elementos variáveis e diferentes, no mercado, sob forma de mercadorias, para ser convertido em dinheiro; uma parte acha-se sob a forma de dinheiro, para ser convertido em mercadorias. É um vaivém contínuo. Na medida que essa função do capital engajado no processo de circulação torna-se função particular de um capital particular e se cristaliza como função designada pela divisão do trabalho a uma categoria especial de capitalistas, o capital-mercadoria se transforma em capital comercial.

Mostramos, igualmente, como a indústria do transporte, a conservação e a repartição de mercadorias de forma a que possam ser distribuídas são consideradas como processos de produção que se prolongam no processo de circulação. Confunde-se em parte esses incidentes da circulação do capital-mercadoria com as funções particulares do capital comercial; e, na prática, há ligação entre esses incidentes e essas funções, se bem que, com a divisão social do trabalho, a função do capital comercial se afirme cada vez mais dis-

tintamente e ocupe lugar independente. Desde que se trata, aqui, de determinar a diferença específica dessa forma particular do capital, não nos ocuparemos daquelas funções. Na medida em que o capital que não funciona senão no processo de circulação, e sobretudo o capital comercial, une em parte as suas funções àquelas, não se apresenta sob forma pura. Ele não adquire esta forma senão depois de ter rejeitado e despojado daquelas funções. (...)

Ora, o capital comercial não é senão a forma modificada de parte desse capital de circulação; que se acha constantemente no mercado, engajado no processo de transformação. Dissemos: parte. Com efeito, parte da venda e da compra de mercadorias opera-se sempre diretamente entre os próprios capitalistas industriais. (...)

Qual a relação entre este capital comercial e o capital-mercadoria, considerado como simples forma de existência do capital industrial? (Quando o comerciante paga a mercadoria ao produtor — por exemplo). (...) Vê-se aqui, muito nitidamente, que as operações do comerciante são todas necessárias para converter em dinheiro o capital-mercadoria do produtor e para permitir as funções do capital-mercadoria no processo de circulação e de reprodução. (...) O capital comercial não é, portanto, mais que o capital-mercadoria ao produtor — por exemplo). (...) Vê-se aqui, muito nitidamente, em dinheiro, cumprir no mercado sua função especial, mas tal função não é mais função acessória do produtor, é operação exclusivamente reservada a uma categoria particular de capitalistas, aos comerciantes, e se resume numa colocação especial de capital. (MARX: *Capital*, págs. 7/12, XI.)

Capital na circulação O capital comercial não é mais que capital funcionando na esfera da circulação. O processo de circulação é uma fase do processo total de reprodução. Mas no processo de circulação, não há produção de valor nem, por consequência, de mais-valia. A mesma massa de valor sofre, simplesmente, mudanças de forma. Não há senão uma metamorfose que não pode nem criar nem modificar o valor. Se a mais-valia é realizada pela venda da mercadoria produzida é que ela já existia na mer-

cadoria. No segundo ato, a reconversão do capital-dinheiro em mercadoria (elementos de produção), o comprador não realiza, portanto, mais-valia; trocando dinheiro contra meios de produção e de força de trabalho, ele não faz mais que preparar a produção de mais-valia. Na medida em que essas metamorfoses demandam tempo de circulação — e, durante esse tempo, o capital não produz nem valor nem mais-valia — há limitação da criação de valor, e a mais-valia sobre o preço de produção, que é o preço de compra pelo comerciante; que o preço real da mercadoria é, portanto, igual ao seu preço de produção, mais o lucro comercial. Assim como o capital industrial não realiza senão o lucro contido já como mais-valia no valor da mercadoria, o capital comercial não realiza senão porque a totalidade da mais-valia ou do lucro não está ainda realizada no preço da mercadoria realizado pelo capital industrial. O preço de venda do comerciante é, assim, superior ao preço de compra unicamente porque este último é inferior ao valor total. (...)

No curso da análise científica, a formação da taxa de lucro geral aparece como tendo o seu ponto de partida nos capitais industriais e sua concorrência, mas retificada, completada, modificada, mais tarde, pela intervenção do capital comercial. Na marcha do desenvolvimento histórico, foi justamente o contrário o que ocorreu. É o capital comercial que determina, então, os preços das mercadorias, mais ou menos segundo os seus valores; e é na esfera da circulação, intermediária do processo de reprodução, que se forma, então, a taxa de lucro geral. O lucro comercial determina, primitivamente, o lucro industrial. Não é senão no momento em que o modo de produção capitalista se implanta e que o produtor é ele próprio feito comerciante que o lucro mercantil se reduz à parte alíquota da mais-valia total que pertence ao capital comercial como a uma parte alíquota do capital total ocupado no processo de reprodução social. (...)

O capital industrial realiza lucro vendendo o trabalho contido nas mercadorias, trabalho que não lhe custou equivalente; da mesma forma, o capital comercial realiza lucro não pagando integralmente ao capital produtivo o trabalho não pago contido na mercadoria e se faz pagar, quando vende, por seu turno, as mercadorias. A mais-valia acha-se com o capital comercial numa relação diferente que com o capital

industrial. Este produz a mais-valia, apropriando-se, diretamente, do trabalho alheio não pago. Aquêlle apropriaria-se de uma parte dêste valor, fazendo-a ceder pelo capital industrial. (MARX; *Capital*, págs. 39/51, XI.)

Capital financeiro

Os movimentos puramente técnicos que o dinheiro faz, no processo de circulação do capital industrial e, como podemos acrescentar agora, do capital comercial, pois êste assume, por sua própria conta, parte do movimento de circulação do capital industrial — êsses movimentos, tornados funções de um capital particular, que os exerce, com exclusão de qualquer outro, como suas operações particulares, transformam êsse capital em capital financeiro. Em certa parte, o capital industrial e mesmo o capital comercial não teriam somente a forma permanente de capital-dinheiro em geral, mas de capital-dinheiro engajado em suas funções técnicas. Do capital total, determinada parte se destaca agora para tomar a forma de capital-dinheiro, tendo como função exclusiva executar essas operações para tôda a classe de capitalistas industriais e comerciais. Tal como para o capital comercial, parte do capital industrial, engajado sob a forma de capital-dinheiro no processo de circulação, destaca-se e cumpre, para todo o resto do capital, estas operações do processo de reprodução. Os movimentos dêsse capital-dinheiro não são, portanto, senão os movimentos de uma parte independente do capital industrial engajado em seu processo de reprodução. (MARX; *Capital*, págs. 88/89, XI.)

Traços do capital comercial

De acôrdo com o que precede, nada seria mais absurdo do que ver no capital comercial, sob uma de suas formas, uma espécie particular do capital industrial, semelhante a agricultura, a criação, às manufaturas, à indústria de transporte. Para fugir a essa concepção grosseira, seria suficiente lembrar que todo capital industrial engajado na fase de circulação de seu processo de reprodução, cumpre, como capital-mercadoria e como capital-dinheiro, absolutamente, as funções que aparecem como as funções exclusivas do capital co-

mercial sob essas duas formas. No capital comercial e no capital financeiro, ao contrário, as diferenças entre o capital comercial produtivo e êste mesmo capital engajado na esfera da circulação, se concretizam em que as formas e as funções determinadas que o capital assume momentaneamente aparecem como as formas e as funções particulares de uma parte especial do capital e delas não pode sair. (MARX; *Capital*, pág. 100, XI.)

Capital e mais-valia Entre os fisiocratas, a dificuldade muda de natureza. Primeiros intérpretes sistemáticos do capital, êles se esforçaram por analisar a natureza da mais-valia. Para êles, esta análise se confunde com a da renda, a única forma sob a qual a mais-valia existe, aos seus olhos. O capital produtivo de renda, isto é, o capital agrícola, é, portanto, o único que produz mais-valia, e o trabalho agrícola, que o põe em movimento, é o único que produz mais-valia, por consequência, do ponto de vista capitalista, o único produtivo. É por justa razão que êles não encaram a produção de mais-valia. Êles têm, entre outros, o grande mérito de não se deber no capital comercial, que não funciona senão na esfera da circulação, e de remontar ao capital produtivo. Distinguem-se, assim, do sistema mercantil que, em seu realismo grosseiro, forma a verdadeira economia vulgar dessa época, e que, por seus interesses de ordem prática, relega a segundo plano as tentativas de Petty e de seus sucessores de chegar a uma análise científica. Fazemos notar, de passagem, que, nessa crítica do sistema mercantil não se trata senão de suas idéias sobre o capital e a mais-valia. Já indicamos, antes, que o sistema monetário anuncia a produção para o mercado mundial, a transformação do lucro em mercadoria, por consequência o dinheiro como condição prévia da produção capitalista. No sistema mercantil, continuação do sistema monetário, não é mais a transformação do valor mercadoria em dinheiro que decide, é a produção de mais-valia, mas do ponto de vista abstrato da esfera da circulação, e de tal modo que esta mais-valia se apresenta como sobrelucro, como excedente na balança comercial. Mas encontramos aí outro elemento, que caracteriza exatamente os comerciantes e os fabricantes de então, e

responde perfeitamente a esse período do desenvolvimento capitalista: na transformação das sociedades agrícolas dos tempos feudais em sociedades industriais, na luta industrial das nações sobre o mercado mundial, é necessário um desenvolvimento acelerado do capital, e essa aceleração não se pode obter pelos meios naturais, mas por medidas coercitivas. A diferença é muito grande, conforme os processos empregados: o capital nacional pode se transformar, gradualmente e lentamente, em capital industrial; ou bem essa transformação é acelerada pelos impostos, pelas cargas que as tarifas protecionistas fazem pesar sobretudo sobre os proprietários territoriais, os pequenos ou médios agricultores, os artifices, pela expropriação mais rápida dos produtores imediatos independentes, pela acumulação e a concentração violenta de capitais, numa palavra, pelo acelerado estabelecimento das condições do modo de produção capitalista. Isto provoca, igualmente, uma diferença considerável na exploração capitalista e industrial da produtividade natural nacional. O caráter nacional do sistema mercantil tem portanto, um sentido, na boca de seus defensores. Sob pretexto de não se ocupar senão da riqueza da nação e das fontes de renda do Estado, declaram que os interesses da classe capitalista e o enriquecimento constituem a meta final do Estado e opõem a sociedade burguesa ao Estado de direito divino. Mas percebe-se, ao mesmo tempo que, na sociedade moderna, o desenvolvimento dos interesses do capital e da classe capitalista, o desenvolvimento da produção capitalista, tornou-se a base da potência nacional e da preponderância nacional.

Os fisiocratas estão ainda com a verdade, quando afirmam que toda a produção de mais-valia, todo o desenvolvimento de capital, portanto, repousa naturalmente sobre a produtividade do trabalho agrícola. Se os homens não fossem capazes de produzir, numa jornada de trabalho, mais meios de subsistência, por consequência, no sentido mais estreito da palavra, mais produtos agrícolas do que necessita cada trabalhador para sua reprodução pessoal; se a despesa cotidiana de toda sua força de trabalho não fosse suficiente ao trabalhador senão para produzir os meios de subsistências indispensáveis às suas próprias necessidades, não surgiria o problema nem de sobreproduto nem de mais-valia.

Uma produtividade do trabalho agrícola superior às necessidades individuais do trabalhador é a base de toda a sociedade, a base sobretudo da produção capitalista, que leva uma parte cada vez maior da sociedade à produção de meios de subsistência imediatos e a torna disponível para a exploração em outras esferas. (MARX: *Capital*, págs. 60/63, XIV.)

Sociedade e Estado É sempre a relação direta entre o proprietário das condições de produção e o produtor imediato, relação que, em sua forma, corresponde, sempre e naturalmente, a um desenvolvimento determinado do trabalho e de sua produtividade social, relação em que encontramos o segredo íntimo, o fundamento escondido de toda organização social e, por consequência, da forma política da relação de soberania e de dependência, numa palavra, de toda a forma específica do Estado. (MARX: *Capital*, pág. 72, XIV.)

Terra e escravo O preço da terra não é mais que renda capitalizada e por fim antecipada. Se a exploração é capitalista e o proprietário imobiliário não toca senão na renda e, além dessa renda, o rendeiro nada tem a pagar pela terra, é evidente que o capital consagrado à compra da terra traz lucro ao proprietário imobiliário, mas nada tem de comum com o capital colocado na própria agricultura. Ele não entra nem no capital em função nem no capital circulante. Tudo o que faz é conferir ao comprador um título sobre a renda anual, mas ele não intervém na produção dessa renda. O comprador da terra dá o capital àquele que a vende, e o vendedor renuncia a todo direito de propriedade sobre a terra. Este capital não existe, portanto, mais como capital do comprador, que não o tem; mas não faz também parte do capital que ele pode, de um modo qualquer, colocar na terra. Que a terra seja cara, bom negócio ou gratuito, o capital colocado na exploração mesma não muda, assim como a renda; o que muda é que esta renda seja ou não lucro do rendeiro, e que esse lucro seja mais ou menos elevado.

Tome-se, por exemplo, o sistema escravista. O preço pago pelo escravo não é mais que mais-valia antecipada e

capitalizada ou o lucro que trará. Mas esse preço não faz parte do capital que permite obter essa mais-valia, esse lucro. É, ao contrário, capital de que o senhor de escravo se desfez, antecipado sobre o capital de que ele dispõe, na produção própria dita. Este capital não existe mais para o senhor, assim como o capital empregado na compra da terra cessou de existir para a agricultura. A melhor prova é que não existe de novo para o proprietário senão quando vende o escravo ou a terra. Mas, então, é o comprador que se acha em situação idêntica. Não é suficiente que tenha comprado o escravo; ele não o pode explorar senão adiantando novo capital para o trabalho. (MARX: *Capital*, págs. 97/99, XIV.)

Relações capitalistas

Vimos que o processo de produção capitalista é uma forma histórica determinada do processo de produção social. Este último é, por sua vez, processo de produção das condições materiais da vida humana, e processo específico, operando-se em condições de produção histórico-econômicas, produzindo e reproduzindo estas condições de produção e, por consequência, as representações desse processo, suas condições materiais e suas relações, isto é, sua forma social econômica. Com efeito, o conjunto das relações que existem entre as representações dessa produção e a natureza constitui precisamente a sociedade, considerada em sua estrutura econômica. Como todos os seus predecessores, o processo de produção capitalista se efetua em condições materiais determinadas, em que se encontram os indivíduos no processo de sua reprodução. Estas condições, como estas relações, são, de uma parte, os resultados e as criações do processo de produção capitalista. Assim, o capital, pois que o capitalista não é senão o capital personificado, que ele representa no processo de reprodução, extorpe, no processo social de produção que lhe corresponde, extrai do operário, isto é, do produtor imediato, certa quantidade de sobretrabalho, apossa-se dele sem dar o equivalente, se bem que, malgrado as aparências do contrato livremente consentido, esse sobretrabalho permaneça trabalho forçado. Este sobretrabalho se exprime numa mais-valia, que

existe num sobreproduto. O sobretrabalho não poderia ser suprimido. No modo capitalista, como no sistema escravista, é a afeta, simplesmente, a forma de antagonismo, pois que tem por complemento a ociosidade absoluta de parte da sociedade. Certa quantidade de sobretrabalho é exigida para a segurança contra os acidentes, para a extensão progressiva, correspondente ao desenvolvimento das necessidades e aos progressos da população, do processo de reprodução, pelo que, do ponto de vista capitalista, chama-se acumulação. Um dos lados civilizadores do capital consiste em fazer produzir esse sobretrabalho de maneira e em condições que são mais favoráveis que a escravidão e a servidão ao desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais e da constituição de elementos devendo servir a novos progressos. Chega-se, assim, a um grau de desenvolvimento em que parte da sociedade não pode mais explorar e monopolizar a força de trabalho da outra, nisso compreendidas as vantagens materiais e intelectuais; e, de outra parte, os meios materiais são criados, assim como o germe de um estado de coisas que, em grau mais avançado da sociedade, permitirão aliar esse sobretrabalho a uma redução maior do tempo consagrado ao trabalho material. O sobretrabalho pode, com efeito, segundo o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ser considerável, ainda que a jornada total de trabalho seja pequena ou relativamente fraca, ainda que a jornada total de trabalho seja grande. (MARX: págs. 112/114, XIV.)

Terra e trabalho

O trabalho em si, como atividade produtiva com fim determinado, liga-se aos meios de produção considerados não sob sua forma específica social, mas em sua substância material, enquanto matéria e meios de trabalho; e estes dois elementos, por sua vez, não diferem materialmente, na qualidade de valores de uso: a terra é um meio de trabalho improdutivo, e os outros meios de trabalho são produtivos. Quando o trabalho coincide, portanto, com o trabalho assalariado, a forma social determinada, sob a qual as condições de trabalho se opõem agora ao trabalho, coincide com sua existência social. Nesse caso, os meios de trabalho são, em si, capital, e a terra é, em si, propriedade imobiliária. A forma independente que as condi-

ções de trabalho revestem, em face do trabalho, e a forma especial que elas assumem, face ao trabalho assalariado, tornam-se, então, a propriedade que lhes é inerente do fato mesmo de que elas são coisas, condições materiais de produção, um caráter imanente, inato, que elas são necessariamente, em sua qualidade, elementos de produção. O caráter social, fixado por uma época histórica determinada, que elas têm no processo de produção capitalista, lhes é, naturalmente e forçosamente, inata de toda eternidade, pela única razão de que elas são elementos do processo de produção. A parte respectiva que a terra, campo primitivo de exploração do trabalho, receptáculo das forças naturais, arsenal todo preparado por todos os objetos de trabalho, e a parte respectiva que os meios de produção produzidos (instrumentos, matérias-primas, etc.) assumem no processo de produção em geral, devem então achar sua expressão aparente nas quotas respectivas que, sob a forma de lucro e de renda, trazem ao capital e à propriedade imobiliária seus representantes sociais, do mesmo modo que o operário toca em seu salário a quota parte que seu trabalho toma no processo de produção. A renda, o lucro e o salário parecem, assim, resultar do papel que a terra, os meios de produção produzidos e o trabalho desempenham no simples processo de trabalho, mesmo se considerarmos esse processo como limitado entre o homem e a natureza e sem nenhuma fixidez histórica. (MARX: *Capital*, págs. 122/124, XIV.)

Trabalho e máquina O crescente emprêgo de máquinas e a divisão do trabalho, despojando o trabalho do operário de seu caráter autônomo, tiram-lhe todo atrativo. O produtor passa a simples apêndice da máquina e só se requer dêle a operação mais simples, mais monotona, mais fácil de aprender. Dêsse modo, o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de manutenção que lhe são necessários para viver e perpetuar sua existência. (MARX-ENGELS: *Manifesto*, pág. 32.)

Propriedade privada Horrорizai-vos porque queremos abolir a propriedade privada. Mas, em vossa sociedade, a propriedade privada está abolida

para nove décimos de seus membros. E é precisamente porque não existe para êstes nove décimos que ela existe para vós. Acusai-nos, portanto, de querer abolir uma forma de propriedade que só pode existir com a condição de privar de toda propriedade a imensa maioria da sociedade. (MARX-ENGELS: *Manifesto*, pág. 42.)

Evolução da propriedade Todos os povos civilizados partem da propriedade comum sobre o solo. E em todos os povos, ao desenvolver-se sobre determinada fase primitiva, essa propriedade comum, com o desenvolvimento da agricultura, converte-se em entrave à produção. A propriedade comum se destrói, se nega, convertendo-se, por etapas sucessivas, mais curtas ou mais longas, em propriedade privada. Mas, ao atingir fase mais alta de progresso no desenvolvimento da agricultura, fase que se alcança precisamente graças à propriedade privada sobre o solo, esta se converte, por sua vez, em obstáculo à produção, que é o que acontece hoje, o mesmo com a grande que com a pequena propriedade do solo. Aparece, com força de necessidade, a reivindicação de negá-la, igualmente, de transformação da não em propriedade comum. Mas esta reivindicação não significa a restauração da primitiva propriedade comum, mas a implantação de forma muito superior e mais desenvolvida de propriedade comum que, longe de se levantar como barreira ante a produção, a livrará, precisamente, dos entraves e permitirá explorar integralmente os descobrimentos químicos e os inventos mecânicos modernos. (ENGELS: *Anti-Dühring*, págs. 167/168.)

Produção e distribuição A distribuição, pois, não é mero produto passivo da produção e da troca; reage sobre a produção ou de troca é freado, no início, não só pelas formas tradicionais e as instituições políticas correspondentes, como também pela velha forma de distribuição. Tem de lutar duramente e durante muito tempo, até conquistar o sistema de distribuição adequado. Mas quanto mais dinâmico, quanto mais suscetível de aperfeiçoamento e desenvolvimento seja

determinado modo de produção e de troca, com tanto maior rapidez a distribuição alcançará também um grau em que supera o seu progenitor, um grau em que entra em conflito com o regime antigo de troca e de produção. (...) A conexão entre a distribuição vigente e as condições materiais de existência de determinada sociedade é algo tão enraizado na natureza das coisas que costuma refletir-se, habitualmente, no instinto popular. Enquanto um modo de produção se encontra em escala ascensional de desenvolvimento, conta, inclusive, com a adesão e a homenagem entusiastas dos que, menos beneficiados, saem pelo regime de distribuição que lhes corresponde. Assim ocorreu com os operários ingleses, ao surgir a grande indústria. Inclusive, enquanto este regime de produção continua sendo um regime social normal, continua imperando, em geral, o contentamento com a forma de distribuição, e se alguma voz de protesto se alça, sai das filas da classe dominante (Saint-Simon, Fourier, Owen) sem encontrar mínimo eco na massa explorada. Só quando a forma de produção dada percorreu boa parte de seu caminho descendente, quando se acha meio superada, quando desapareceram, em grande parte, as condições que justificam a sua existência, e chama já às portas a sua sucessora, unicamente então a distribuição, cada vez mais desigual, se reputa injusta, e se apela dos fatos caducos ante o fóro da chamada justiça eterna. Claro está que este apelo à moral e ao direito não nos faz avançar cientificamente nem uma polegada; a ciência econômica não pode encontrar na indignação moral, por muito justificada que seja, razões nem argumentos, mas simplesmente um sintoma. Sua missão consiste, antes, em demonstrar os novos males sociais como consequências necessárias do modo de produção vigente, ao par que como indícios de sua iminente dissolução, pondo a descoberto os elementos da nova organização futura da produção e da troca, em que esses males terão de desaparecer, e que já se alojam no seio do regime econômico que caminha para sua dissolução. A cólera que causa ao poeta está bem colocada quando se trata de descrever esses males, ou de atacar os harmonizadores que os pretendem negar ou embelezar, a serviço da classe dominante; mas para compreender o pouco que a cólera prova, em cada caso, basta fixar-se em

que, até hoje, em todas as épocas da história houve matéria de sobra para alimentar os seus impulsos. (ENGELS: *Anti-Dühring*, págs. 182/183.)

Propriedade e trabalho Pois bem: em *O Capital* Marx demonstrou com clareza meridiana — e o Sr.

Dühring se guarda muito de não aludir a isso para nada — que, ao alcançar certo grau de desenvolvimento, a produção de mercadorias se converte em produção capitalista e que, ao chegar a essa fase, "a lei da propriedade privada, lei que repousa na produção e circulação de mercadorias, troca-se, pela sua própria dialética interna e inexorável, no contrário do que é. A troca de valores equivalentes, que parecia ser a operação original, se tergiversa de tal modo que o intercâmbio é só aparente, pôsto que, de um lado, a parte de capital que se troca por força de trabalho não é mais que uma parte do produto do trabalho alheio apropriado sem equivalente e, de outro lado, seu produtor, o operário, não se limita a repô-lo, mas tem que repô-lo com novo *superavit*... Num princípio, parecia que o direito de propriedade se baseava no próprio trabalho... Agora (ao final do estudo de Marx), a propriedade, vista do lado do capitalista, converte-se no direito a apropriar-se de trabalho alheio não retribuído, ou seu produto e, vista do lado do operário, como a impossibilidade de fazer seu o produto de seu trabalho. Dêsse modo, o divórcio entre a propriedade e o trabalho converte-se, em consequência obrigada de uma lei que parecia basear-se na identidade desses dois fatores. (ENGELS: *Anti-Dühring*, págs. 198/199.)

Fundo social de produção

Todos os progressos da sociedade humana, a partir do momento em que se remonta sobre a fase da barbaria animal, começam com o dia em que o trabalho da família cria mais produtos do que os que são necessários para o seu sustento, com o dia em que uma parte do trabalho pode inverter-se, não já em produzir simples meios de vida, mas em criar meios de produção. A formação de um remanescente de produto do trabalho, depois de cobrir os gastos de susten-

to deste, e a formação e incremento, com esse remanescente, de um fundo social de produção e de reserva era e continua sendo a base de todo progresso social, político e intelectual. Na história, até hoje, esse fundo social foi sempre patrimônio de uma classe privilegiada que, com êle, tem também em suas mãos o poder político e a direção espiritual. A revolução que se avizinha converterá, pela primeira vez, este fundo social de produção e reserva, quer dizer, a massa global das matérias-primas, instrumentos de produção e meios de vida, em verdadeiro fundo social, arrancando-o das mãos dessa classe privilegiada, que hoje dêle dispõe, entregando-o, como patrimônio comum, a toda a sociedade. (ENGELS: *Anti-Dühring*, págs. 235/236.)

Renda da terra A teoria da renda do solo é capítulo especificamente inglês da economia, e é natural que o seja, já que só na Inglaterra existia um regime de produção em que a renda se havia separado, na realidade, do lucro e do crédito. Como é sabido, na Inglaterra imperam o grande latifúndio e a agricultura em grande. Os terra-tenentes arrendam suas terras em grandes, às vezes imensas, extensões, a arrendatários dotados de capital suficiente para explorá-las, e que não as trabalham diretamente como nosos lavradores, mas por meio de empregados e jornaleiros, como autênticos empresários capitalistas. No campo inglês, nos encontramos, pois, com três classes da sociedade burguesa e a forma de ingressos característica de cada uma delas: o terra-tenente, com a sua renda do solo; o capitalista, com o seu lucro; e o operário, com o seu salário. (ENGELS: *Anti-Dühring*, págs. 272/273.)

O sistema e as crises O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. De que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-

las. (MARX-ENGELS: *Manifesto*, pág. 31.) (...) Nas crises, estala em violentas explosões a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista. A circulação de mercadorias fica, pelo momento, paralisada; o meio de circulação, o dinheiro, converte-se em obstáculo à circulação; todas as leis da produção e da circulação de mercadorias voltam-se ao revés. A colisão econômica alcança seu apogeu: o modo de produção se rebela contra o modo de intercâmbio, as forças produtivas se rebelam contra o modo de produção que as engendrou. (ENGELS: *Anti-Dühring*, página 336.)

Conceito de valor O conceito de valor é a expressão mais geral e portanto mais ampla das condições econômicas que presidem a produção de mercadorias. No conceito de valor encerra-se, por conseguinte, não só o germe do dinheiro, mas ainda o de todas as demais formas de envoltivas da produção e troca de mercadorias. No fato de que o valor seja a expressão do trabalho social contido nos produtos privados reside já a possibilidade da diferença entre este e o trabalho privado que se contém no mesmo produto. Se um produtor privado, portanto, continua produzindo, pelos métodos antigos, enquanto o regime social de produção continua progredindo, logo sentirá dolorosamente os efeitos dessa diferença. E o mesmo acontecerá, quando o conjunto dos produtores privados de determinado tipo de mercadorias produzam uma quantidade do mesmo que exceda as necessidades sociais. No fato de que o valor de uma mercadoria só se pode expressar em outra mercadoria e realizar-se trocando-se com ela reside a possibilidade de que, em resumidas contas, a troca não se chegue a efetuar ou, pelo menos, não realize o verdadeiro valor. E, finalmente, ao aparecer no mercado a mercadoria específica força de trabalho, seu valor se determina, nem mais nem menos que o de outra mercadoria qualquer, pelo tempo de trabalho necessário para sua produção. Na forma de valor dos produtos, portanto, contém-se já em germe toda a forma capitalista de produção, o antagonismo entre capitalistas e operários assalariados, o exército industrial de reserva, as crises. (ENGELS: *Anti-Dühring*, pág. 377/378.)

Estado e finanças

Ao contrário, o *incremento da dívida do Estado* do *interessava diretamente* à fração burguesa que governava e legislava através das câmaras. O *deficit do estado* era precisamente o verdadeiro objeto das suas especulações e a fonte principal de seu enriquecimento. Cada ano, novo *deficit*. Cada quatro ou cinco anos, novo empréstimo. E cada novo empréstimo dava à aristocracia financeira nova ocasião de espoliar um Estado que, mantido artificialmente à beira da bancarrota, era obrigado a assumir compromissos com os banqueiros nas condições mais desfavoráveis. Cada novo empréstimo oferecia nova oportunidade para saquear o público que investe seus capitais em títulos do Estado, mediante operações da Bolsa, em cujos segredos estavam iniciados o Governo e a maioria da Câmara. (MARX: *Lutas*, págs. 112/113, I.)

Aristocracia financeira

A aristocracia financeira, tanto em seus métodos de aquisição como nos seus prazeres, não passa do *renascimento do lupemproletariado nas culminâncias da sociedade burguesa*. (MARX: *Lutas*, pág. 114, I.)

Função do capital

Vimos, desde o começo, que essa pretensa "produtividade do capital" não é mais que a sua qualidade inerente (nas relações sociais atuais, sem as quais o capital não existiria) de poder apropriar-se do trabalho não pago dos assalariados. (...) O juro do capital-dinheiro não constitui senão parte do lucro, quer se trate do capital industrial ou comercial, não representa senão parte da mais-valia que, sob a forma de trabalho não pago, a classe capitalista arranca à classe operária. As leis econômicas que regulam a taxa de juro são tão independentes das leis que fixam a taxa de mais-valia como podem ser entre si, em geral, as leis de uma mesma e única forma de sociedade. No que concerne à divisão da mais-valia entre os capitalistas individuais, fica claro que, para os industriais e comerciantes que têm em seus negócios muitos capitais adiantados por outros capitalistas, a taxa de lucro

deve elevar-se na mesma medida — mantendo-se iguais todas as demais circunstâncias — em que desce a taxa de juro. (ENGELS: *Habitação*, pág. 131, II.)

Gastos na produção

Mas qualquer redução dos gastos de produção da força de trabalho, isto é, toda redução, por longo período, dos meios de manutenção do operário, equivale, em virtude das "férias leis da doutrina da economia nacional", a uma redução igual do valor da força de trabalho e leva, no fim de contas, a uma baixa correspondente do salário. O salário desceria, assim, em média, numa proporção igual à economia realizada sobre o aluguel corrente, isto é, o operário pagaria o aluguel não como antes, em dinheiro, ao proprietário, mas sob a forma de trabalho não pago apropriado pelo fabricante para o qual trabalha. Dessa maneira, as economias invertidas pelo operário na casinha se converteriam, em certa medida, no capital, mas não para ele e sim para o capitalista de quem é assalariado. (ENGELS: *Habitação*, pág. 143.)

Distribuição e consumo

A distribuição dos meios de consumo é, em cada momento, corolário da distribuição das próprias condições de produção. É esta é característica do modo de produção. Por exemplo, o modo capitalista de produção repousa no fato de que as condições materiais de produção são entregues aos que não trabalham, sob a forma de propriedade do capital e propriedade do solo, enquanto a massa é proprietária apenas da condição pessoal de produção, a força de trabalho. Distribuídos desse modo os elementos de produção, a atual distribuição dos meios de consumo é consequência natural. Se as condições materiais de produção fóssem propriedade coletiva dos próprios operários, não determinaria, por si só, uma distribuição dos meios de consumo diferente da atual. (MARX: *Gotha*, pág. 217, II.)

Imposto e classe

O imposto sobre a renda pressupõe as diferentes fontes de receita das diferentes classes sociais, isto é, a sociedade capitalista. (MARX: *Gotha*, pág. 224, II.)

Família e capital

A escravidão, muito rudimentar, todavia, certamente latente na família, é a primeira forma de propriedade que, além do mais já corresponde aqui perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual é o direito de dispor da mão-de-obra de outrem. Ademais, divisão do trabalho e propriedade privada são termos idênticos; um deles diz, referido à escravidão, o mesmo que o outro, referido ao produto desta. (MARX-ENGELS: *Ideologia*, págs. 32/33.)

Origem da propriedade

A primeira forma da propriedade foi, tanto no mundo antigo como na Idade Média, a propriedade tribal, condicionada, entre os romanos, principalmente pela guerra e, entre os germanos, pelo gado. Entre os povos antigos, tendo em conta que numa mesma cidade conviviam diversas tribos, a propriedade tribal aparece como propriedade do Estado, e o direito do indivíduo a desfrutá-la como simples *possessio* que, no entanto, limita-se, como a propriedade tribal em todos os casos, à propriedade sobre a terra. A verdadeira propriedade privada, entre os antigos como nos povos modernos, começa com a propriedade imobiliária. (MARX: *Ideologia*, págs. 67/68.)

Colônia na América

Em troca, em países como a América do Norte, que já começam em época histórica muito avançada, o processo de desenvolvimento marcha muito rapidamente. Estes países não têm mais premissas naturais que os indivíduos que ali se instalaram como colonos, movidos a isso pelas formas de intercâmbio dos velhos países, que já não correspondem às suas necessidades. Começam, pois, com os indivíduos mais progressistas dos velhos países e, portanto, com a forma de intercâmbio mais desenvolvida, correspondente a esses indivíduos, antes mesmo

que esta forma de intercâmbio tenha podido impor-se nos velhos países. Tal é o que acontece com todas as colônias, quando não se trata de simples estações militares ou feitorias comerciais. (MARX-ENGELS: *Ideologia*, pág. 81.)

Conceito de propriedade

Na realidade, só é propriedade privada minha o que posso vender ou de que posso dispor, o que não acontece com muito do que é meu. Minha jaqueta, por exemplo, só é propriedade privada minha sempre e quando possa dela dispor, vendê-la ou empenhá-la, sempre e quando seja negociável. Se perde esta qualidade, se se converte em farrapo pelo qual ninguém daria nada, a jaqueta poderá ter quantas qualidades se queira, que a fazem valiosa para *mim*; poderá, inclusive, ser algo meu, que faça de *mim*, vestido com esse andrajo, um indivíduo andrajoso, mas a nenhum economista ocorrerá classificar-me como proprietário, dizer que é propriedade privada esse farrapo, que não me permite dispor nem da mais insignificante quantidade de trabalho alheio. É possível que o jurista, o ideólogo da propriedade privada continue charlando de propriedade, ainda neste caso. A propriedade privada não aliena somente a individualidade dos homens, mas a das coisas. A terra nada tem que ver com a renda que o terra-tenente percebe, a máquina não tem nada que ver com o lucro que o fabricante obtém. Para o terra-tenente, a terra não significa mais que a renda percebida por ela, que embolsa ao arrendar sua quinta; a terra pode perder essa qualidade ou propriedade de proporcionar renda sem perder nenhuma das qualidades que lhe são inerentes, parte de sua fertilidade, por exemplo: a qualidade ou propriedade de proporcionar renda depende, quanto à sua quantia e à existência mesma, de relações sociais que se criam e se destroem sem que nisso intervenha para nada o terra-tenente individual. E o mesmo ocorre com a máquina. (...) Numa palavra, a renda do solo, o lucro, etc., quer dizer, as modalidades reais de existência da propriedade privada, são *relações sociais*, que correspondem a determinada fase da produção, e que só se podem considerar *individuais* enquanto não se convertem em travas das forças produtivas existentes. (MARX-ENGELS: *Ideologia*, págs. 251/252.)

Capitalismo e mercantilismo

Marx notava, por exemplo, que os mercantilistas que, segundo sua expressão, haviam ensaiado dar a primeira formulação teórica do modo de produção capitalista, não haviam ultrapassado o nível das conexões externas e superficiais. Viam no comércio exterior a única fonte da riqueza e o lucro como simples majoração do preço de compra da mercadoria. Não alcançavam o liame entre o comércio e a produção. Não alcançavam mais que a relação externa pura e simples, o que um deles expressou na fórmula: o dinheiro cria o comércio e este multiplica o dinheiro. As concepções dos mercantilistas correspondiam ao período de desenvolvimento do capitalismo em que o capital comercial desempenhava ainda o papel principal. (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 21.)

Limitações do capitalismo

O capital não está nulamente interessado em economizar o trabalho vivo e em aumentar a quantidade de trabalho passado, enquanto é nisso precisamente que se exprime o crescimento da produtividade. (...) Sob o imperialismo, como Lênin indicou, os monopólios que mantêm os preços em nível vantajoso para os magnatas do capital entravam o progresso técnico. Isto demonstra que o capitalismo completou o seu tempo, o caráter progressivo de todo modo social de produção medindo-se pela sua capacidade de crescer a produção do trabalho. (...) O emprêgo das máquinas não conhece limitações, na sociedade capitalista em que, diferentemente do modo de produção socialista, elas distribuem e economizam o trabalho para a sociedade e aliviam o dos operários. (ROSENAL: *Dialectique*, págs. 74/75.)

Movimento do capital

O que confere todo alcance à análise marxista do movimento do capital é que põe à luz a unidade da produção e da circulação e ultrapassa o ponto de vista exclusivo dos economistas burgueses, de que uns não consideravam senão a circulação e ignoravam a produção (os mercantilistas) e os outros (como Smith e Ricardo) não tinham em conta senão a

produção, ignorando a circulação, a conexão entre uma e outra. e passa de umas a outras.

O processo total, diz Marx, apresenta-se como unidade dos processos de produção e de circulação; o processo de produção serve de meio ao processo de circulação, e reciprocamente. Nessa reciproca mediação, é a produção que tem o papel decisivo e, na unidade das três formas cíclicas, é o capital produtivo, porque, como Marx mostrou no primeiro Livro de sua obra, o processo de produção é o único em que se cria a mais-valia. Tomada separadamente, cada uma das três formas cíclicas não seria suficiente para definir o movimento, o ciclo do capital em seu conjunto. Cada uma delas se caracteriza, com efeito, por sua descontinuidade. O capital-dinheiro, por exemplo, deixa a forma dinheiro para revestir a de capital produtivo. Esta "mudança de libré" supõe interrupção do movimento; uma fase se converteu em outra e o capital funciona ora sob uma forma, ora sob outra. Não há continuidade aqui: cada estado supõe o outro mas, ao mesmo tempo, nega-o, porque no ciclo do capital-dinheiro, a passagem do estado de moeda ao de capital-produtivo implica a negação do primeiro pelo segundo. "O processo cíclico do capital — escreveu Marx — é uma perpétua interrupção, saída de um estado e entrada no seguinte, abandono de uma forma e aparição sob uma outra; cada um desses estados não é apenas a condição do outro, êle o exclui, ao mesmo tempo. (...)

Esta continuidade resulta, precisamente, da unidade das três formas cíclicas. O capital industrial tomado em seu conjunto ocupa simultaneamente seus diversos estados, e cada parte do capital passa igualmente de uma fase a outra, de uma forma a outra. A forma sob a qual funciona cada parte do capital num momento dado não é uma forma congelada mas, como disse Marx, uma forma fluida, uma forma que se converteu em outra. (...) Marx, em suma, aplicou a concepção dialética do movimento a uma de suas formas concretas: o movimento do capital. Assim como um corpo que se move deve achar-se simultaneamente em diferentes pontos do espaço, sem o que êle não teria movimento, o capital, que não pode existir senão em movimento, ocupa simultaneamente

taneamente todas as suas fases, toma todas as suas formas, e passa de umas a outras. (ROSENAL: *Dialectique*, págs. 121/123.)

Capital e trabalho

A parte de capital dispendido para a compra de meios de produção não pode mudar de grandeza no curso da produção, e não poderia constituir fonte de acréscimo de valor. Seu valor se conserva, sem mais, no novo produto, e é o que Marx chama "parte constante do capital", "capital constante". A outra parte do capital, a que é despendida para a compra da força de trabalho, é a única fonte de valor adicional, de acréscimo de valor, e é porque Marx a chama "parte variável do capital", ou simplesmente "capital variável". (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 200.)

Capitalismo e crises

Marx nos oferece um exemplo brilhante dessa transformação, ao estudar o problema do caráter inevitável da crise sob o capitalismo. Com a passagem da economia natural à economia monetária e ao utilizar-se o dinheiro como meio de circulação, cria-se já, como Marx assinala, certa possibilidade de crise, que se encerra na metamorfose que sofre a mercadoria (mercadoria-dinheiro-mercadoria) e no desdobramento do processo único de troca em dois atos independentes: compra e venda. Assim, por exemplo, um possuidor de mercadorias vende sua mercadoria a outro mas, por sua vez, não lhe compra ou a outros possuidores; nesse caso, não se produz, portanto, a realização de suas mercadorias. A utilização do dinheiro como meio de circulação cria, desse modo, segundo Marx, a primeira forma de crise.

O desenvolvimento posterior das relações mercantis monetárias conduz a que o dinheiro não só opere como meio de circulação, mas ainda como meio de pagamento. Surge, então, a possibilidade de apropriar-se, de fato, da mercadoria, antes que seja paga com dinheiro; isto é, "... a alienação de mercadorias separa-se, no tempo, da realização de seus

preços. E, assim, aparece a obrigação do crédito. Com o fim de cumprir a obrigação assumida com o crédito, o credor tem que vender sua mercadoria em determinado prazo, para poder entregar, em forma de pagamento, a soma necessária de dinheiro; se não o faz, quebra, e o credor, que não recebeu o dinheiro no prazo fixado, não poderá cumprir suas próprias obrigações, nas quais é devedor, etc. Nas condições da superprodução e da falta de venda de mercadorias, essa cadeia de dívidas pode provocar, por sua vez, uma cadeia de quebras". (ROSENAL-STRAKS: *Materialismo*, pág. 237.)

Categories do Capitalismo

Lei da correspondência

Para conhecer o curso real do desenvolvimento social, certas leis gerais, como a da correspondência necessária entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas, são primordiais. (...) Se a ciência não levasse em conta senão as leis específicas e abandonasse as leis gerais do movimento da matéria, a natureza nos apareceria não como um todo único e coerente, como é na realidade, mas como um conjunto de domínios isolados uns dos outros. (...) A unidade do mundo consiste em sua materialidade. (...) O conhecimento das leis gerais não é menos importante para as ciências sociais que para as ciências da natureza. As leis específicas do desenvolvimento da sociedade exprimem o que diferencia qualitativamente uma formação social de outra.

(...) Tomemos, por exemplo, a lei da correspondência necessária entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas. Ela significa que todo modo de produção implica relações recíprocas determinadas entre as forças produtivas e as relações de produção. Sabe-se que estas se retardam em relação às forças produtivas que se desenvolvem e avançam, o que provoca contradição entre elas. O novo caráter das forças produtivas requer mudança nas relações de produção existentes, sem a qual não se poderiam desenvolver. É como, por força da ação da lei da correspondência necessária, as relações de produção não podem atrasar muito tempo das forças produtivas, as antigas relações cedem lugar às novas, finalmente. (ROSENAL: *Dialectique*, págs. 78/80.)

Lei e classe Ao inverso das leis da natureza e da sociedade, as leis econômicas são independentes da vontade e da consciência dos homens. A verdadeira liberdade dos homens não consiste em modificar as leis à sua vontade, mas em conhecê-las e, pela atividade consciente, apoiando-se nelas, em utilizá-las no interesse do desenvolvimento da sociedade. É por isso que Marx frisa que as particularidades das leis, nas diversas épocas históricas, afetam a forma sob as quais se manifestam, e não seu caráter objetivo. (...) Uma das particularidades das leis sociais é que os interesses das classes reacionárias, que completaram seu tempo, entram em contradição com as leis objetivas do desenvolvimento progressivo da sociedade. Ainda que as leis da natureza sejam descobertas e aplicadas mais ou menos sem entrave, as da evolução social sofrem a resistência das classes condenadas pela história, dessas classes cuja atividade, longe de favorecer o progresso social, freiam-no, ao contrário. Dito de outro modo, a utilização das leis da sociedade tem caráter de classe. (ROSENAL: *Dialectique*, págs. 98/99.)

Lei e azar Em regime capitalista, as leis necessárias abrem caminho através de inumeráveis contingências. O azar tem aí livre curso e a necessidade se manifesta através e por meio do azar. Só a análise dessas contin-

gências permite descobrir, atrás delas, a lei escondida que as rege e constitui. É por isso que um traço característico das leis econômicas, em regime capitalista, é, como Marx indica, sua manifestação extremamente complexa e confusa. (ROSENAL: *Dialectique*, págs. 103/104.)

Dialética do desenvolvimento Marx escreveu, por exemplo, a propósito das contradições da troca, que o processo da troca de mercadorias compreende relações contraditórias e exclusivas uma de outra. O desenvolvimento da produção mercantil não faz desaparecer essas contradições, mas cria uma forma para o seu desenvolvimento. Tal é o processo graças ao qual as contradições reais se resolvem, e Marx formula aqui uma lei geral da dialética: o desenvolvimento dos fenômenos de natureza contraditória é um deslocamento das contradições, uma luta de contradições, que finda pela sua solução concreta na vida real. Esta definição marxista da lei do desenvolvimento foi formulada em termos lapidários por Lênin: "O desenvolvimento é uma luta de contrários". (ROSENAL: *Dialectique*, págs. 176/177.)

Contradição fundamental Marx devia analisar, então, as contradições da mercadoria e do trabalho, depois as da mercadoria e da moeda, etc. para poder chegar, em seguida, à contradição fundamental do capitalismo: a do caráter social da produção e da forma privada da apropriação. (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 179.)

Trabalho e mais-valia Deduz-se daí que Marx entende por contradições internas uma relação entre dois ou vários fenômenos, de que uns são causas e os outros são efeitos necessários. Tal é, por exemplo, o liame entre o trabalho do operário, fonte da mais-valia, e as diversas espécies de riqueza capitalista: o lucro, a renda, o juro, etc. Há ali, verdadeiramente, uma correlação interna, porque sem exploração do operário, sem o trabalho do operário que cria a mais-valia, não há e não pode haver nem lu-

cro, nem renda, nem juro, não representando êstes nada mais que variedades, formas concretas de mais-valia. Nessa conexão, um dos fenômenos intervêm, realmente, como causa, e o outro como efeito. Sua relação não é fortuita, mas necessária. Importa frisar isso porque todo azar, toda relação fortuita entre os fenômenos tem, também, sua causa. Mas se cometeria erro dos mais grosseiros se se tomasse os liames fortuitos dêles por relações internas e necessárias. (ROSEN-TAL: *Dialectique*, págs. 32/33.)

Trabalho produtivo Por que Marx presta atenção tão grande ao problema do trabalho produtivo? Porque, em primeiro lugar, esse problema está relacionado diretamente com a teoria da mais-valia, é a continuação e o desenvolvimento desta. A análise crítica das concepções dos economistas burgueses e a elaboração positiva dessa questão tinham, portanto, grande importância. Em segundo lugar, as manifestações de Smith sobre o trabalho produtivo e o não-produtivo provocavam acirrada polémica entre os economistas, o que obrigou Marx a fazer uma apreciação crítica dessa polémica.

Marx examina a questão do trabalho produtivo em ligação com a crítica às opiniões de Smith e outros economistas. Segundo sua expressão, esse é o último ponto controvertido cujo exame é necessário na análise das concepções econômicas de Smith, nas quais coexistiam duas definições de trabalho produtivo: a primeira — produtivo é o trabalho que produz lucro, e a segunda — produtivo é o trabalho que produz mercadoria. Expressando os interesses da burguesia em desenvolvimento, Smith conclamava à redução do consumo improdutivo. Ao mesmo tempo, afirmava que a poupança é a causa da acumulação do capital. Essa tese tornou-se, posteriormente, uma das bases da Economia Política vulgar.

A propósito da crítica às concepções dos economistas burgueses sobre o trabalho produtivo, Marx faz, em *Teorias*, uma análise própria, profunda e científica desse problema. A compreensão da diferença entre trabalho produtivo e outros tipos de trabalho era considerada por êle de extrema importância, uma vez que todo o modo de produção capitalista se fundamenta no trabalho produtivo.

Marx formula o conceito de trabalho produtivo correspondente às relações capitalistas da seguinte maneira: "Trabalho produtivo, no sentido da produção capitalista, é o trabalho assalariado que, sendo trocado pela parte variável do capital (pela parte do capital aplicada em salários), não apenas produz esta parte do capital (ou seja o valor de sua própria força de trabalho), mas, além disso, produz mais-valia para o capitalista." Esta definição revela o sentido da produção capitalista, seu motivo determinante, seu objetivo — a percepção de mais-valia. Marx observa que se deve abordar a questão do trabalho produtivo tal como outras categorias da Economia Política, ou seja, como uma categoria econômica que expressa uma relação social. A categoria de trabalho produtivo na sociedade capitalista é a expressão das relações de produção entre o capitalista e o operário, ou seja, as relações de exploração, e difere, por seu caráter, do trabalho produtivo em outras formações econômico-sociais. Marx polemiza com os economistas que vinculam a compreensão do trabalho produtivo com os aspectos exteriores do trabalho (natureza do produto e propriedade do trabalho concreto). Marx observa que a caracterização do trabalho segundo seu aspecto concreto de modo nenhum se liga à sua propriedade de ser trabalho produtivo. "O caráter dêste ou daquele trabalho, e conseqüentemente de seu produto — esse creveu Marx — por si mesmo nada tem em comum com essa diferenciação entre trabalho produtivo e trabalho não-produtivo". (TUCHINOV: *Teorias*, págs. 176/178.)

Fôrça de trabalho A *fôrça de trabalho* é o conjunto das aptidões físicas e mentais possuídas pelo homem e de que êle faz uso sempre que produz riqueza material. Em tôdas as sociedades, a fôrça de trabalho é elemento essencial à produção. Todavia, torna-se mercadoria no capitalismo, isto é, quando o trabalhador está despojado dos meios de produção e substância. Tudo quanto êle pode levar para o mercado, nessas circunstâncias, é a sua fôrça de trabalho.

Como tôdas as outras mercadorias, a fôrça de trabalho deve ter, e tem realmente, um valor e um valor de uso. O valor da fôrça de trabalho é determinado, como no caso de

qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua reprodução. A força de trabalho é a capacidade do homem para trabalhar. Só existe enquanto seu proprietário vive. É, para manter-se, um trabalhador precisa de quantidade definida de meios de subsistência. Conseqüentemente, o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência imprescindíveis à manutenção do próprio trabalhador.

A quantidade e a qualidade dos meios de subsistência necessários ao trabalhador dependem, em cada país, de certos fatores: o nível de desenvolvimento econômico, as circunstâncias em que a classe operária tomou forma, a extensão do tempo em que essa classe vem lutando por seus próprios interesses e o êxito alcançado por essa luta. O valor da força de trabalho abrange, também, o valor das exigências sociais e culturais do operariado, que se desenvolveram num dado país durante determinado período da História. Marx salientou que "em contraposição, portanto, ao caso de outras mercadorias, entra na determinação do valor da força de trabalho um elemento histórico e moral". A família do trabalhador reabastece a força de trabalho. Por êsse motivo, o valor da força de trabalho deve abarcar também o valor dos meios de subsistência exigidos pelos membros da família do trabalhador.

Por fim, ninguém nasce trabalhador apto. Para que haja força de trabalho habilitada deve haver despesa com treinamento. Essa despesa também se inclui no valor da força de trabalho. Em outras palavras, o *valor da força de trabalho* é determinado pelo valor das necessidades vitais exigidas em determinado país para restaurar a força física do trabalhador, satisfazer-lhe os requisitos sociais e culturais e os de sua família e cobrir as despesas de aquisição de qualificações. O *valor da força de trabalho expresso em termos de dinheiro* é o *preço da força de trabalho*. No capitalismo, os *salários* constituem o preço da força de trabalho. Sendo uma mercadoria, a força de trabalho possui também um valor de uso, que consiste na capacidade do assalariado, durante o trabalho, para criar valor maior do que o valor de sua força de trabalho. É essa propriedade que tem a força de trabalho de ser a fonte da *mais-valia*, que interessa ao capitalista. (NIKITIN: *Fundamentos*, págs. 64/65.)

Tempo de trabalho

Na empresa capitalista, a jornada de trabalho divide-se em duas partes: tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho suplementar. Por conseguinte, o trabalho do operário divide-se em trabalho necessário e suplementar. O *tempo de trabalho necessário* e o *trabalho necessário* são as parcelas do tempo de trabalho e do trabalho despendidos pelo operário e exigidos para a reprodução do valor de sua força de trabalho, i. e., do valor dos meios de subsistência que lhe são indispensáveis. O capitalista remunera o tempo de trabalho necessário sob a forma de salários.

O *tempo de trabalho suplementar* e o *trabalho suplementar* são as parcelas do tempo de trabalho e do trabalho que são despendidas na produção de produto suplementar. No capitalismo, o produto suplementar assume a forma da *mais-valia* apropriada pelo capitalista. A relação entre o trabalho suplementar ou tempo de trabalho suplementar e o trabalho necessário ou tempo de trabalho necessário exprime o *grau de exploração* do operário. Conseqüentemente, o tempo de trabalho suplementar e o trabalho suplementar exprimem uma relação social definida, que é característica da exploração da classe operária pelos proprietários dos meios de produção, os capitalistas. A propriedade capitalista dos meios de produção e a exploração do trabalho assalariado dividem a sociedade burguesa em duas classes antagônicas. (NIKITIN, *Fundamentos*, págs. 69/70.)

Mais-valia

Mais-valia absoluta — Do exposto, conclui-se que, no capitalismo, a jornada de trabalho divide-se em duas partes: 1) o tempo de trabalho necessário para produzir uma quantidade de mercadorias que é igual em valor à força de trabalho empregada, e 2) o tempo de trabalho suplementar, durante o qual o operário está trabalhando para o capitalista e criando *mais-valia*. (...) A *mais-valia* produzida pelo alongamento da jornada de trabalho Marx denominou *mais-valia absoluta*. (...) Nos primórdios do capitalismo, o Estado promulgava leis especiais, visando prolongar a jornada de trabalho, no interesse da burguesia. Mais tarde, com a disseminação da produção automática e o crescimento do desemprego desapareceu a necessidade de

legislação para prolongar a jornada de trabalho. O capitalista pôde então valer-se da pressão econômica para compelir o operariado a trabalhar o maior número possível de horas. (...) A luta operária redundou na adoção, por parte da maioria dos países capitalistas, de legislação que reduzia a jornada de trabalho. Como, então, o capitalista solucionou o problema de obter grande soma de mais-valia, se a jornada de trabalho não pode ser prolongada indefinidamente?

Mais-valia relativa — O segundo método de aumentar a mais-valia consiste em encurtar o tempo de trabalho necessário, mantendo inalterada a duração da jornada de trabalho de modo a ampliar assim a quantidade de tempo de trabalho suplementar. Como se faz isso? Recordemos que o valor da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho que se deve despendar na produção dos meios de subsistência do operário. Se há aumento da produtividade do trabalho nas indústrias produtoras de bens de consumo, o valor destes diminui. Isso significa redução do valor da força de trabalho e, conseqüentemente, redução do tempo de trabalho necessário, o que responde pela ampliação do tempo de trabalho suplementar. (...) A mais-valia proveniente de uma redução do tempo de trabalho necessário e do correspondente aumento do tempo de trabalho suplementar, resultante da produtividade ampliada do trabalho, chama-se *mais-valia relativa*. Em certas condições, os capitalistas também obtêm mais-valia extra.

Mais-valia extra — A *mais-valia extra* (ou *adicional*) é uma variedade da mais-valia relativa. Cada capitalista procura ter o maior lucro possível. Com esse objetivo, adota maquinaria e tecnologia novas e, assim, garante mais alta produtividade do trabalho. O resultado líquido é que o valor individual dos artigos produzidos em sua empresa é mais baixo do que o valor médio das mercadorias produzidas no mesmo ramo industrial. Como o preço de mercado de um artigo é determinado pelas condições médias predominantes na produção, o capitalista obtém uma taxa mais alta de mais-valia, em comparação com a taxa habitual.

A mais-valia extra é a diferença entre o valor social da mercadoria e seu valor individual mais baixo. Tem duas ca-

racterísticas específicas: em primeiro lugar, é obtida pelos empregadores que tomaram a iniciativa de instalar equipamento novo e mais produtivo. Em segundo lugar, a mais-valia extra é obtida apenas temporariamente pelo capitalista em questão, pois, mais cedo ou mais tarde, a nova maquinaria será introduzida nas empresas de outros capitalistas, e quem quer tenha sido o primeiro a fazer uso do novo equipamento perderá sua vantagem e deixará de obter mais-valia extra. Mas, desaparecendo de uma empresa, esse tipo de mais-valia aparece em outra, onde nova e mais moderna maquinaria foi introduzida.

A mais-valia extra desempenha papel importante no desenvolvimento do capitalismo. O impulso para obtê-la resulta numa evolução espontânea da tecnologia. Desde que cada capitalista tem em mira o próprio enriquecimento, procura fazer de sua nova maquinaria e tecnologia de produção um segredo, retardando, dessa maneira, a introdução da novidade em outras empresas. Isso intensifica a concorrência entre os capitalistas e agrava as contradições entre eles. O resultado é que alguns empregadores se arruinam, enquanto outros enriquecem. Em outras palavras, embora contribua para o desenvolvimento das forças produtivas, a busca da mais-valia extra retarda-lhes o progresso. (NIXTIN: *Fundamentos*, págs. 75/79.)

Produtividade do trabalho

A mais-valia relativa tem sua fonte no crescimento da produtividade do trabalho. Uma análise desse valor, portanto, revela três etapas históricas, no advento da produtividade sob o capitalismo: cooperação simples, manufatura e produção automática. A forma primeira e mais elementar de produtividade do trabalho foi a *cooperação capitalista simples*. Sua essência residia no fato de o capitalista empregar simultaneamente em sua oficina número razoavelmente grande de operários, todos os quais executavam o mesmo tipo de trabalho.

Quando muitos operários realizam um só e mesmo tipo de trabalho, o capitalista tem oportunidade de comparar a produtividade do trabalho dos operários individuais e fazer com que acelerem o ritmo de trabalho. O resultado líquido

é o aumento da produtividade do trabalho. A produtividade total de cinco operários simultaneamente empregados é muito mais alta do que sua produtividade total quando trabalham afastados uns dos outros. Essa nova produtividade nada custa ao capitalista, uma vez que ele paga a mesma quantia que pagava antes pela força de trabalho de cada operário de per si; mas já que a produção é maior, ele obtém mais lucro. Além disso, onde o trabalho é executado por muitos operários em conjunto, o capitalista economiza em instalações, iluminação, aquecimento, etc. Descobre-se também, desse modo, que algumas pessoas são melhores numa dada operação e outras se distinguem em operações diferentes. E assim o capitalista considera mais vantajoso confiar ao operário a tarefa que mais lhe agrada. Dessa maneira, estabelece-se paulatinamente a divisão do trabalho na oficina. As empresas capitalistas baseadas na divisão do trabalho e na técnica do trabalho manual denominam-se *manufaturas*.

A divisão do trabalho dentro da manufatura conduziu a um grande incremento da produtividade do trabalho. (...) As condições de trabalho na manufatura eram das mais árduas. A contínua repetição de uma única série simples de movimentos estropiava física e moralmente o operário. Sua jornada de trabalho chegava a 18 horas ou mais e os salários eram extremamente baixos. A manufatura preparou as condições necessárias ao trânsito para a produção automática em larga escala, a saber: 1) a simplificação das operações de trabalho possibilitou a substituição das mãos dos operários por máquinas; 2) a execução de operações separadas redundou na especialização das ferramentas de trabalho, dando resultado a passagem das ferramentas operadas manualmente para as máquinas; 3) a manufatura preparou multidões de operários qualificados para a indústria automática. Nesse sentido, a manufatura representou um papel histórico.

A manufatura foi a forma transitória que levou à fábrica. Primeiro surgiu o que se conhece pela designação da máquina de trabalho. Esta executava as mesmas operações anteriormente levadas a cabo pelo homem. Mas estava acionada pela força muscular do operário pôr tal máquina em funcionamento. Inventou-se, então, um mecanismo acionador: a máquina a vapor. Esta servia para colocar em movimento

uma multidão de máquinas de trabalho. Posteriormente, tudo isso redundou no advento da *fábrica capitalista*, a unidade que empregou uma série coordenada de máquinas na produção de mercadorias.

O uso das máquinas e seu aprimoramento revelaram possibilidades novas de elevar a produtividade do trabalho e tornar as mercadorias mais baratas. Em consequência do emprêgo cada vez maior das máquinas, vasta massa de pequenos produtores de mercadorias arruinaram-se e as oficinas que utilizavam trabalho manual tiveram de fechar as portas. A fábrica capitalista assinalou nova etapa na escravização do trabalho pelo capital. Aqui o operário desempenha o papel de apêndice da máquina. O uso capitalista das máquinas conduziu a um dia de trabalho mais longo, ao emprêgo de mulheres e crianças na produção, à formação de um exército de desempregados e à piora das condições do proletariado.

Nem sempre o capitalista faz uso da maquinaria. Os limites ao emprêgo desta são estabelecidos pelo fato de que o capitalista só adota uma máquina onde seu preço é menor do que o salário dos operários deslocados por ela. O capitalista só a utiliza quando lhe é vantajoso. A produção automática, portanto, não elimina o trabalho feito à mão. (NIKITIN: *Fundamentos*, págs. 79/81.)

Teoria do valor

A teoria do valor fundado no trabalho ocupa lugar especial na teoria econômica marxista-leninista em geral e, em particular, na análise do modo de produção capitalista. A compreensão das leis da produção mercantil é a condição mais importante para a análise científica das relações de produção capitalistas como etapa superior do desenvolvimento da produção mercantil. Foi essa precisamente a razão pela qual Marx prestou tão acurada atenção ao estudo do problema da teoria do valor. Pode-se dizer, sem qualquer exagero, que a descoberta da lei da mais-valia, a teoria científica do capitalismo, toda a doutrina econômica do marxismo seriam impossíveis sem a criação da teoria verdadeiramente científica do valor fundado no trabalho.

A conclusão de Marx, segundo a qual as relações mercantis representam não só as relações elementares, univer-

sais, do modo burguês de produção, como ainda simultaneamente representam a base histórica deste modo de produção, permitiu-lhe descobrir a significação extraordinariamente importante da teoria do valor fundado no trabalho, na pesquisa da economia capitalista. Essa conclusão significou, ao mesmo tempo, que o método histórico e lógico, como método geral de pesquisa de todas as formações econômico-sociais, devia concretizar-se levando em conta as particularidades do sistema de relações de produção de cada modo de produção em separado, das ligações mútuas entre as relações iniciais (elementares), básicas, e as demais relações. É claro que a teoria do valor fundado no trabalho não pode ser utilizada com a economia natural dominante neste, ou do socialismo, que se caracteriza pelo desenvolvimento da fase superior do comunismo, onde está excluída a produção mercantil. Aplicado ao capitalismo, porém, é representativa o único caminho possível para a descoberta de suas regularidades internas, profundas.

A teoria do valor fundado no trabalho, elaborada pelos antecessores de Marx, não podia ser utilizada no estudo científico do modo de produção capitalista porque numerosos problemas importantes das relações mercantis foram apenas indicados, nos trabalhos dos clássicos da Economia Política burguesa, que não os elaboraram e nem sequer colocaram uma série de outros problemas essenciais. A teoria do valor dos clássicos da Economia Política burguesa continha não poucas teses inteiramente erradas, cuja aplicação à análise do capitalismo proporcionava um quadro deformado desse modo de produção. Continha uma série de contradições não solucionadas, que punham em dúvida a correção inclusive das teses científicas que a escola clássica soube levantar. Tudo isto exigia com premência a criação de uma teoria verdadeiramente científica do valor fundado no trabalho, o que foi feito por Marx.

Em que consistia a teoria do valor fundado no trabalho na escola burguesa clássica da Economia Política, a qual, como se sabe, assentou a base dessa teoria? Os antecessores de Marx estabeleceram que o valor das mercadorias é determinado pelo trabalho dispendido na sua produção. Essa análise limitava-se, porém, principalmente ao aspecto quantitativo da questão. A própria questão da natureza social do valor

não foi resolvida, uma vez que o valor era representado simplesmente como dispendio de trabalho humano, como expressão das propriedades naturais do homem, como algo eterno e natural, e não como um fenómeno social histórico transitório. O problema da magnitude do valor da mercadoria não foi de modo algum solucionado satisfatoriamente. Ricardo que, dentre os clássicos da Economia Política burguesa, foi o que apresentou a melhor análise da magnitude do valor, determinou-o pelo dispendio de trabalho na produção da mercadoria nas piores condições de produção, e não nas condições médias, socialmente necessárias. Tampouco foi solucionado o problema do carácter do trabalho que cria o valor da mercadoria. Por força da limitação burguesa de seu campo de visão, os economistas anteriores a Marx não descobriram a divisão do trabalho em concreto e abstrato, o que, por sua vez, não lhes permitiu solucionar uma série de questões muito importantes e complexas da teoria do valor e da teoria do capitalismo em geral. Não souberam ver e compreender o carácter específico, social, histórico do trabalho que gera o valor das mercadorias.

A análise científica das relações mercantis realizada por Marx e Engels não pode ser caracterizada senão como uma mudança revolucionária na teoria do valor. A elucidação do carácter dúplice do trabalho que gera a mercadoria constituiu a maior descoberta de Marx na teoria do valor, cuja importância para a pesquisa científica das leis, tanto da produção mercantil simples como, principalmente, da produção capitalista, é inapreciável. Marx escreveu que toda a compreensão dos fatos do desenvolvimento do modo de produção capitalista gravita em torno do problema do carácter dúplice do trabalho. "Essa natureza dúplice do trabalho contido na mercadoria foi, pela primeira vez, demonstrada de maneira crítica por mim" ... "este ponto", escreveu ele, "é o ponto de partida, do qual depende a compreensão da Economia Política..." A doutrina sobre a natureza dúplice do trabalho foi, pela primeira vez, exposta por Marx em seu trabalho *Crítica à Economia Política*, e foi posteriormente desenvolvida e aplicada de modo coerente à análise das leis da economia capitalista em *O Capital*. "O melhor em meu livro, escreveu Marx em 24 de agosto de 1867 a Engels, por ocasião da entrega ao público do tomo I de *O Capital*, "é: 1) o carácter

dúplice do trabalho, acentuado já no primeiro capítulo, e examinado em sua manifestação, seja no valor de uso, seja no valor de troca (nisto funda-se toda a compreensão dos fatos); 2) a pesquisa da *mais-valia independentemente de suas formas particulares*: o lucro, os juros, a renda da terra, etc."

Marx, pesquisando as relações mercantis, descobriu que o trabalho dos produtores de mercadorias tem uma natureza *dúplice*, que aparece, por um lado, como forma profissional do trabalho, como trabalho útil, concreto e, por outro lado, como dispêndio de força física e intelectual humana, desligado da forma concreta desse dispêndio, como trabalho abstrato. Marx mostrou que o trabalho abstrato é a forma histórica determinada do trabalho humano, que é característica para as condições da produção mercantil, e que deve ser diferenciada do trabalho como condição eterna da vida da sociedade humana. Escreveu que o "trabalho que cria o valor de troca é a forma social específica do trabalho". A abstração da forma concreta do trabalho era encarada por Marx como um processo econômico real, que se realiza diariamente no lugar em cada ato de troca, quando os produtores de mercadorias medem o dispêndio de seu trabalho, quando se manifesta o que as mercadorias têm de comum, inerente a elas, independentemente de seus diversos valores de uso, consequentemente, do trabalho concreto despendido em sua produção. Esse algo comum está em que a mercadoria é o portador externo do trabalho humano universal, abstrato, que constitui a substância do valor e determina a magnitude deste. Marx escreveu que "a relação de troca entre as mercadorias caracteriza-se precisamente pela abstração de seus valores de uso". (AFANASSIEV: *Mudança*, págs. 140/143.)

Lei do valor

A lei do valor é uma lei econômica da produção de mercadoria, segundo a qual a troca de mercadorias se efetua de acórdio com a quantidade de trabalho socialmente necessário empregado em sua produção. Em outras palavras, a lei do valor indica que uma mercadoria é trocada por outra de acórdio com o valor de ambas, i.e., as mercadorias trocadas contêm quantidade idêntica de trabalho socialmente necessário e são equivalentes

tes. Por conseguinte, o preço pago por determinada mercadoria (recordemos que o preço é a expressão monetária do valor) deve corresponder ao seu valor. Mas, na verdade, os preços das mercadorias são mais altos ou mais baixos do que o valor das mercadorias, em razão da influência da oferta e da procura. É um fato bem conhecido que quanto menor é a quantidade de um artigo no mercado, e quanto mais a procura excede a oferta, mais alto será o preço, e vice-versa. Dir-se-á, então, que a lei do valor não opera? Não. A operação de cada lei só pode ser compreendida após o exame de grande número de fatos. Se analisarmos os diferentes preços pagos durante um longo período por qualquer mercadoria, verificaremos que as oscilações para cima e para baixo do seu valor se cancelam, de modo que *em média* os preços coincidem com o valor.

Apesar da desordem, da anarquia da produção predominante na sociedade mercantilista fundada na propriedade privada dos meios de produção, chega-se de tempos em tempos, entre os diversos ramos da economia, a um estado de equilíbrio, ou de proporção conveniente. A economia baseada na mercadoria deve isso à lei do valor, que é o *regulador da produção* e opera mediante a concorrência no mercado. Engels assinalou que "a concorrência, ao colocar em operação a lei do valor da produção de mercadoria numa sociedade de produtores que permutam seus artigos, promove desse modo a única organização e ajuste de produção que é possível nas circunstâncias. Só através da subestimação ou superestimação dos produtos poderão os produtores individuais de mercadoria entender que coisas e que quantidade delas são exigidas ou não pela sociedade".

A atuação da lei do valor na produção de mercadoria baseada na propriedade privada dos meios de produção torna-se evidente da seguinte maneira: 1) *A lei do valor regula espontaneamente a distribuição dos meios de produção e trabalho entre os diversos ramos da produção.* (...) 2) *A lei do valor impõe os produtores particulares de mercadorias a desenvolverem as forças produtivas.* (...) 3) *Em circunstâncias precisas, a atuação da lei do valor conduz ao aparecimento e desenvolvimento das relações capitalistas.* (NIKITIN: *Fundamentos*, págs. 56/58.)

Troca e valor Numa sociedade em que domina a propriedade privada, a estrutura do trabalho social não se pode realizar senão por meio da troca dos produtos individuais do trabalho. Nessas condições, o produto torna-se mercadoria, e uma mercadoria pode trocar-se com outra, uma e outra sendo portadoras de valor. Em tal sociedade, a lei geral da repartição do trabalho em certas proporções, lei inerente a toda formação social, toma a forma de lei do valor. E a forma, escreveu Marx a Kugelmann, sob a qual esta repartição proporcional do trabalho se realiza, num estado social em que a estrutura do trabalho social se manifesta sob a forma de *troca privada* de produtos individuais do trabalho, esta forma é, precisamente, o *valor de troca* desses produtos. (ROSENAL: *Dialectique*, págs. 36/37.)

Preço e valor O essencial é que a soma dos preços de produção coincide plenamente com a soma dos valores criados em todos os ramos da produção. A concorrência não poderia criar um só átomo de valor. Ela se limita a redistribuir a mais-valia já criada. A concorrência não determina, também, a taxa de lucro, ela tem por único efeito igualizar-lhe o nível. A taxa de lucro não é determinada que pela grandeza da mais-valia. O preço de produção também torna-se totalmente inexplicável, irracional, se abandona o fato de que ele tem por base concreta o valor e a mais-valia, que é uma forma modificada do valor. (ROSENAL: *Dialectique*, págs. 290/291.)

Capitalismo e valor A base do modo de produção capitalista não é, evidentemente, o valor. Esta base, esta lei fundamental, é a mais-valia extraída da exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. Mas ali, precisamente, vamos compreender porque Marx começa por esta abstração muito geral que é o valor. O valor é trabalho incorporado na mercadoria, na coisa. Marx estuda esse fato em todos os seus detalhes, porque é determinante para a compreensão das leis da produção capitalista. Sem este estudo, teria sido impossível surpreender o mistério da mais-valia. Para descobrir a fonte real da mais-valia era prèvia-

mente necessário admitir que as mercadorias, aí compreendidas da essa mercadoria específica que é a força de trabalho, são trocadas pelo seu valor, quer dizer, segundo o trabalho que elas contêm, e que se vê, ao mesmo tempo, aparecer um sobretabalho, uma mais-valia, que o capitalista embolsa. A lei do valor existiu e pode ainda existir sem a lei da mais-valia. Mas o contrário seria inconcebível. Sem a lei do valor, não se pode compreender, ainda, as categorias desenvolvidas da produção capitalista: o lucro, o preço de produção, etc. A impotência dos economistas burgueses devia-se, igualmente, ao fato de que não podiam conciliar estas categorias concretas desenvolvidas com a base: a definição do valor pelo trabalho. (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 352.)

Fim da lei A passagem ao comunismo e a substituição da circulação de mercadorias pela repartição direta marcará o fim da lei do valor. (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 92.)

Teoria da acumulação A doutrina de Marx sobre o capital constante e o capital variável derrubou as teorias burguesas sobre a "produtividade" do capital. Ao mesmo tempo, constituiu a base da doutrina sobre a composição orgânica do modo capitalista de produção. Ela permitiu a Marx, partindo da lei da mais-valia, descobrir todo um grupo de leis relacionadas com a dependência quantitativa de uma série de importantes processos e fenômenos econômicos, face ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, pesquisar o mecanismo de atuação de uma série de leis econômicas do capitalismo (a reprodução simples e ampliada, a taxa média de lucro e o preço de produção, a tendência decrescente da taxa de lucro, a renda da terra diferencial e absoluta, e várias outras.)

A teoria da mais-valia, a doutrina sobre a composição orgânica do capital estão à base da análise da lei geral da acumulação capitalista. Os antecessores e contemporâneos de Marx apenas esboçaram os resultados, as manifestações exteriores dessa lei, não compreenderam seu caráter objetivo e

o mecanismo de sua atuação. Os precursores do marxismo, antes de tudo os socialistas utópicos, colocaram o problema da situação miserável da classe operária, descreveram as condições pesadas de seu trabalho e sua vida, mas não souberam descobrir as causas reais do sofrimento dos operários, o caminho efetivo do aniquilamento da escravidão assalariada. O mérito da solução desses problemas, colocados pelo pensamento social de vanguarda, pertence a Marx e Engels, que expressaram no terreno teórico os interesses da classe operária e proporcionaram a esta um poderoso instrumento de transformação do mundo.

Marx demonstrou que a acumulação do capital se faz necessariamente acompanhar de uma redução relativa do capital: o peso específico do capital constante cresce, e diminui o do capital variável. O aumento da composição orgânica do capital, por um lado, e os ritmos lentos de desenvolvimento econômico do capitalismo, determinados pela própria natureza da produção capitalista, por outro lado, geram forçosamente o desemprego, o exército de reserva do trabalho, conduzem ao pioramento da situação do proletariado. A acumulação de riqueza num campo e o crescimento do desemprego, da miséria, dos tormentos do trabalho, no outro campo — essa a lei geral da acumulação capitalista. (AFANASSIEV: *Mudança*, págs. 160/161.)

Lei geral da acumulação capitalista

A deterioração da posição da classe operária e o crescimento do desemprego não se devem à atuação de leis naturais, mas explicam-se pelas leis da produção capitalista. "Quanto maiores são a riqueza social, o capital em funcionamento, a extensão e a energia de seu crescimento e, portanto, também a massa absoluta de proletariado e a produtividade de seu trabalho, maior é o exército da reserva industrial. (...) Mas quanto maior é esse exército de reserva em proporção com o exército de trabalho ativo, maior é a massa de superpopulação consolidada, cuja miséria está na proporção direta do trabalho feito. Quanto mais vastas, finalmente, são as camadas lazaristas da classe operária e o exército da reserva industrial, mais

pauperismo oficial haverá. Esta é a lei universal absoluta da acumulação capitalista", escreveu Marx.

A lei geral da acumulação capitalista subentende que a acumulação do capital determina o crescimento da riqueza num pólo, i.é., nas mãos da classe capitalista e, no outro, o crescimento do desemprego e da insegurança no interior da classe operária. A lei geral da acumulação capitalista é a expressão concreta da atuação da lei econômica básica do capitalismo: a lei da mais-valia. É a procura de mais-valia que conduz à acumulação de riquezas, luxo, parasitismo e extravagância por parte da burguesia. Quanto maior é a acumulação de riqueza pela burguesia, maior se torna o exército dos desempregados, mais alto é o grau de exploração dos operários empregados e pior é a sua situação material. Portanto, a acumulação do capital e a deterioração da posição do proletariado são dois aspectos inseparáveis da sociedade capitalista. (NIKITIN: *Fundamentos*, pág. 100/101.)

Acumulação do capital

Em seguida, o que é novo e extremamente importante em Marx é a análise da *acumulação do capital*, quer dizer, da transformação de uma parte da mais-valia em capital e de seu emprego, não para satisfazer as necessidades pessoais ou os caprichos do capitalista, mas de novo para a produção. Marx mostrou o erro de toda Economia Política clássica anterior (desde Adam Smith), segundo a qual toda a mais-valia transformada em capital reverte ao capital variável. Na realidade, ela se decompõe em *meios de produção* mais capital variável. O acréscimo mais rápido da parte do capital constante (no conjunto total do capital) em relação à do capital variável é de considerável importância no processo de desenvolvimento do capitalismo e de sua transformação em socialismo.

Acelerando a substituição dos operários pela máquina e criando, num pólo, a riqueza e, no outro, a miséria, a acumulação do capital dá ainda nascimento ao que se chama "exército operário de reserva", "excedente relativo" de operários ou "superpopulação capitalista", que reveste formas extremamente variadas e permite ao capital desenvolver muito rã-

pidamente a produção. Esta possibilidade, combinada com o crédito e a acumulação de capital em meios de produção, nos dá, entre outras, a explicação das crises de superprodução, que ocorrem periodicamente nos países capitalistas, aproximadamente a cada dez anos, de início, depois a intervalos mais próximos e menos fixos. É preciso distinguir entre a acumulação do capital à base do capitalismo e a acumulação dita primitiva: separação, pela violência, do trabalhador dos meios de produção, expulsão dos camponeses de suas terras, roubo das terras comunais, sistema colonial, dívidas públicas, tarifas protecionistas, etc. A "acumulação primitiva" criou, em um pólo, o proletário "livre", no outro, o detentor de dinheiro, o capitalista. (LÊNIN: *Marxismo*, pág. 29.)

Lei da acumulação

A lei geral de acumulação capitalista é inseparável das condições históricas do capitalismo. Ela não poderia agir em outras formações econômicas e sociais. O acréscimo do exército industrial de reserva, isto é, o número de desempregados, resulta da produtividade do trabalho, do aperfeiçoamento da técnica dos instrumentos de produção e de seu emprego pelos capitalistas. Marx indica que a lei em virtude da qual uma quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser utilizada com um dispêndio sempre menor de força humana, graças à elevação do rendimento, é uma lei geral, válida para todas as épocas. (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 87.)

Taxa de lucro

O valor da mercadoria produzida numa empresa capitalista decompõe-se em duas partes: 1) c — o valor do capital constante (parte do valor da maquinaria e imóveis, o valor das matérias-primas, combustível, etc.); 2) v — o valor do capital variável; e 3) m — mais-valia. Dessas três partes, o capitalista pagou apenas as duas primeiras, e estas formam seu preço de custo. O preço de custo do capitalista, portanto, consiste nas somas gastas como capital constante e capital variável ($c + v$). Quando o capitalista vende um artigo que foi produzido em sua fábrica, a mais-valia aparece como sendo o excedente do preço de custo do capitalista. Ao determinar o lucro de sua

empresa, o capitalista compara esse excedente com o capital despendido, ou adiantado, i.e., com seu preço de custo. A mais-valia, colocada em relação com o capital global, assume a forma de lucro. O lucro é a mais-valia tomada em relação ao capital global investido na produção, e aparece como algo produzido por esse capital. Na realidade, o lucro é a mais-valia e é produzido exclusivamente pela parte variável do capital. (...)

Desde que o preço das mercadorias é determinado por seu valor de mercado, as empresas que têm alto nível de tecnologia e produtividade do trabalho encontram-se forçosamente, numa posição favorável. Recebem *lucro adicional*, ou *superlucro*. Mas, na livre concorrência, essa situação não dura muito. Os lucros elevados fascinam todo mundo. Os proprietários capitalistas das empresas em que o nível da técnica não é tão alto tentarão fazê-lo subir; introduzirão melhoramentos técnicos, aumentarão a produtividade e intensificarão o trabalho dos operários. Então, o valor das mercadorias produzidas nessas empresas cairá, até igualar-se ao das mercadorias das empresas mais destacadas, e é esse valor que se transforma agora em valor social ou de mercado. As empresas que anteriormente obtinham superlucros já não os obtêm. Mas os novos melhoramentos técnicos tornam a criar as condições para que essas e outras empresas alcancem lucros adicionais. Além da concorrência dentro do mesmo ramo, a sociedade capitalista conhece também a *concorrência entre ramos*; i.e., entre capitalistas que invertem seu capital nos diferentes ramos da indústria. Esse tipo de concorrência faz com que a taxa de lucro nos diversos ramos da indústria se uniformize, ou, o que dá no mesmo, capitais de igual volume alcancem *igual montante de lucro*. (...)

Assim, o fluxo de capital de um ramo da indústria para outro conduz a um nivelamento das diferentes taxas de lucro, dando uma taxa média de lucro. O *lucro médio* é um *lucro igual produzido pelos capitais da mesma magnitude invertidos nos diferentes ramos da indústria*. (...) Os operários, portanto, são explorados não somente pelos capitalistas que os empregam, mas também pelo conjunto da classe capitalista. A classe capitalista, globalmente considerada, tem interesse em elevar a taxa de exploração dos operários,

já que isso conduz ao aumento da taxa média de lucro. (...) Como vimos, no capitalismo, as mercadorias são vendidas não pelo valor, mas de acordo com os preços de produção. Isso, porém, não indica que a lei do valor tenha deixado de atuar. O preço de produção é forma modificada do valor. Alguns capitalistas vendem suas mercadorias a preços mais altos do que o valor delas, outros a preços abaixo do valor, mas todos os capitalistas em conjunto recebem o valor integral de suas mercadorias, e os lucros de toda a classe capitalista coincidem com a massa total da mais-valia produzida na sociedade. Na escala de toda a sociedade, a soma dos preços de produção é igual à soma dos valores das mercadorias, e a massa de lucro é igual à massa de mais-valia. Dêsse modo, a lei do valor opera por meio dos preços de produção. (NIKITIN: *Fundamentos*, págs. 111/115.)

Taxa média de lucro

Depois, o que é extremamente importante e novo, é a análise, feita por Marx, no Livro II, do *Capital* da reprodução de conjunto do capital social. Aqui, ainda, é encara não um fenômeno individual, mas um fenômeno geral, não uma fração da economia social, mas a totalidade desta. Retificando o erro dos clássicos, mencionados antes, Marx divide a produção social em duas grandes seções: I) a produção de meios de produção e II) a produção de meios de consumo; depois do que, operando com cifras, estuda minuciosamente a circulação de conjunto do capital social, tanto na reprodução simples como no caso da acumulação. No Livro III do *Capital*, acha-se resolvido, segundo a lei do valor, o problema da taxa média de lucro. A obra de Marx constitui considerável progresso na ciência econômica pelo fato de que sua análise parte dos fenômenos econômicos de massa, do conjunto da economia social e não de casos isolados ou do aspecto exterior, superficial, da concorrência, aos quais se limitam, quase sempre, a economia política vulgar ou a moderna "teoria da utilidade marginal". Marx examina, desde logo, a origem da mais-valia e não encara senão em seguida sua decomposição em lucro, juros e renda imobiliária. O lucro é a relação da mais-valia ao conjunto do capital engajado numa empresa. O capital de "composição orgânica elevada" (isto é, em que o

capitalista constante ultrapassa o capital variável em proporção superior à média social) dá uma taxa de lucro inferior à média. O capital de "composição orgânica baixa" dá uma taxa de lucro superior à média. A concorrência entre os capitais, sua livre passagem de um ramo a outro, levam, nos dois casos, a taxa de lucro à taxa média. A soma dos valores de todas as mercadorias em dada sociedade coincide com a soma dos preços das mercadorias mas, em cada empresa e em cada ramo da produção, tomada à parte, a concorrência faz com que as mercadorias sejam vendidas, não pelo seu valor, mas pelo preço de produção, que é igual ao capital despendido aumentado do lucro médio.

Assim, a diferença entre o preço e o valor e a igualização do lucro, fatos incontestáveis e conhecidos de todos, são perfeitamente explicados por Marx, graças à lei do valor, porque a soma dos valores de todas as mercadorias é igual à soma de seus preços. Todavia, a redução do valor (social) aos preços (individuais) não se opera de modo simples e direto, mas de maneira muito complicada: é natural que, numa sociedade de produtores dispersos de mercadorias, que não são ligados entre si que pelo mercado, as leis não se possam expressar que sob forma média, social, geral, pela compreensão recíproca das diferenças individuais de uma parte e de outra dessa média. (LÊNIN: *Marxismo*, págs. 31/32.)

Lucro e exploração

A formação do preço de produção, a venda de mercadorias não segundo seu valor imediato, mas segundo os custos de produção mais o lucro médio, implicam em que os capitais individuais sejam estreitamente ligados entre si, e que o lucro de todos os capitalistas, obtido pela exploração de todos os operários, seja lançado numa espécie de reservatório comum, no qual cada capitalista individual encontra um lucro correspondente à importância de seu capital. A taxa média do lucro é o índice de exploração dos operários não por um capitalista individual mas pelo conjunto do capital social, por toda a classe dos capitalistas. (ROSENAL: *Dialectique*, pág. 57.)

Relações agrárias no capitalismo

De onde vem a renda da terra, quem a cria e como chega ela ao proprietário de terras? Ao responder a essas perguntas, o marxismo-leninismo toma como ponto de partida a existência da agricultura *capitalista*, levada a cabo pela exploração do trabalho assalariado. Presume-se, também, que o proprietário fundiário e o capitalista sejam duas pessoas diferentes. O dono da terra não se ocupa, ele mesmo, da agricultura. Arrenda a terra a um capitalista que resolveu inverter seu capital na produção agrícola. O capitalista aluga trabalhadores rurais que, durante o processo de produção, criam mais-valia. Essa mais-valia vai, em primeiro lugar, para o capitalista arrendatário do latifúndio, que a divide em duas partes: uma parte é seu lucro, igual ao lucro médio sobre o capital investido; a outra parte é a mais-valia sobre e acima do lucro médio e é apropriada pelo dono da terra. É esta segunda parte da mais-valia que forma a renda da terra. Por que e com que fundamento o dono da terra toma para si parte da mais-valia criada pelos trabalhadores alugados pelo rendeiro capitalista? Exclusivamente com base no fato de que ele é o *proprietário* da terra e que sem a sua permissão ninguém tem o direito de cultivá-la. É por isso que se diz que a renda da terra é a forma econômica pela qual a propriedade privada da terra se realiza. Se o proprietário capitalista é o dono da terra, apodera-se de toda a mais-valia criada pelos trabalhadores rurais.

O fóro capitalista difere do fóro feudal. No feudalismo, a renda em todas as suas formas (renda do trabalho, renda em espécie, renda em dinheiro) exprime as relações feudais de produção entre duas classes principais: os proprietários de terras e os servos da gleba. No capitalismo, a renda da terra exprime as relações que vinculam três classes: os latifundiários, os rendeiros capitalistas e os trabalhadores agrícolas assalariados. No feudalismo, a renda da terra representava todo o produto suplementar criado pelos camponeses. No capitalismo, a mais-valia se distribui entre duas classes exploradoras: o rendeiro capitalista e o latifundiário. É necessário distinguir entre os dois tipos de renda: *renda diferencial* e *renda absoluta*. A existência desses dois tipos de renda está ligada, como Lênin demonstra, à natureza dual do monopólio: monopólio da terra, como objeto da atividade

de econômica, que dá origem à renda diferencial, e monopólio da propriedade privada da terra, que dá origem à renda absoluta.

Na indústria, o valor de uma mercadoria e o preço de produção são determinados pelas condições médias de produção. Na agricultura, o preço de produção dos produtos agrícolas não é determinado pelas condições médias de produção, mas pelas condições de produção nas terras *menos produtivas*. Uma vez que a área de terra é limitada e não pode ampliar-se indefinidamente, os rendeiros que têm a terra melhor ou a de qualidade média estão em posição mais favorável do que os rendeiros das terras pouco produtivas. Esse monopólio, o dos rendeiros que dispõem de diferentes lotes de terra como objetos de atividade econômica, dá margem a discrepâncias de rendas. *A renda diferencial é o lucro extraordinário, sobre e acima do lucro médio, obtido pelas fazendas que operam em condições mais favoráveis de produção.* Mas não é a própria terra que é a fonte de renda. O trabalho aplicado à terra boa é mais produtivo e produz lucro adicional. Há três fatores que possibilitam a obtenção de renda diferencial. São: 1) a *diferença na fertilidade do solo em diversos tratamentos de terra*; 2) a *diferença na localização dos lotes de terra em relação ao mercado*; 3) a *diferença na produtividade derivada do capital adicional investido na terra*. A renda diferencial ligada às variações de fertilidade e localização da terra Marx dá o nome de *renda diferencial I*. (...)

Conclui-se que a renda diferencial é o excesso além e acima do lucro médio. É criada pelo trabalho dos assalariados agrícolas. O trabalho dos assalariados varia em produtividade quando aplicado a terras de diferentes graus de fertilidade e por esse motivo produz quantidades divergentes de mais-valia. A origem da renda diferencial I está ligada, também, à localização das fazendas. A distância que as separa das cidades, dos grandes rios, do litoral e das ferrovias tem seu efeito aqui. As fazendas que estão mais próximas dos centros de comércio poupam os consideráveis recursos e trabalhos gastos no transporte de produtos com que têm de arcar as fazendas mais afastadas. Vendem seus produtos pelos mesmos preços obtidos pelas fazendas mais distantes e assim obtêm lucro adicional. A renda diferencial tam-

bém surge quando se inverte capital adicional na terra (emprêgo de adubos, artificiais, melhoria da terra, maquinaria aperfeiçoada, etc.) O lucro adicional resultante do cultivo intensivo chama-se renda diferencial II. Além das rendas diferenciais I e II, o proprietário de terra também tem renda absoluta.

No capitalismo, a terra é propriedade privada de alguns indivíduos. Assim, antes de aplicar o capital na agricultura, é necessário obter o consentimento do dono da terra. O monopólio da propriedade privada da terra exclui o livre fluxo de capital da indústria para a agricultura. Por causa disso, a composição orgânica do capital é mais baixa na agricultura do que na indústria. Isso quer dizer que, pelo mesmo capital invertido, é produzido maior montante de mais-valia na agricultura do que na indústria. Se houvesse livre fluxo de capital da indústria para a agricultura, a mais-valia extra criada na agricultura, em virtude da mais baixa composição orgânica do capital, seria repartida entre a indústria e a agricultura. Mas a propriedade privada da terra impede a redistribuição entre os capitalistas. Os proprietários de terra tiram sua mais-valia extra dos capitalistas que investem na agricultura. Os capitalistas não podem organizar a produção agrícola sem pagar ao proprietário pelo uso da terra. O tributo recebido pelo proprietário, com base em seu direito à propriedade privada da terra, é o que se chama *renda absoluta*. (...) Onde se conclui que o monopólio da propriedade privada da terra é a causa responsável pela existência da renda absoluta paga por cada lote de terra, independentemente de sua fertilidade ou localização. (...)

A terra é uma dádiva da natureza e carece de valor, mas, no capitalismo, a terra é comprada e vendida, i. e., converte-se em mercadoria. O que é, então, que determina o preço da terra quando é vendida? (...) Por conseguinte, o preço da terra é *foro capitalizado*, i. e., fóro transformado em capital, que proporciona uma renda, sob a forma de juro. Com o desenvolvimento do capitalismo, o preço da terra aumenta em conexão com o incremento dos foros e a diminuição da taxa de juro sobre empréstimos. (Nikrún: *Fundamentos*, págs. 125/131.)

Renda da terra

É muito importante a tese de Marx de que o monopólio privado da terra constitui a condição de existência da renda absoluta. Ele observa que "a *propriedade privada* da terra, das minas, dos cursos d'água, etc., nas mãos de determinadas pessoas dá a estas a possibilidade de colher, agarrar, abocanhar, um *excedente de mais-valia* além do lucro (lucro médio, ou o lucro determinado segundo a taxa média de lucro) contido nas mercadorias produzidas nessa esfera particular da produção, essa esfera particular de aplicação de capital, e impedir que tal excedente caia no processo geral através do qual se forma a taxa média de lucro". A propriedade da terra é uma espécie de outorga do direito de apropriar trabalho não pago. Marx demonstra incisivamente a natureza parasitária da renda da terra, aponta a contradição entre os proprietários de terra e os capitalistas, bem como o entrelaçamento de seus interesses nas fases mais adiantadas do desenvolvimento do capitalismo. Por isso, apesar das contradições com os proprietários de terra, a burguesia não atua realmente em favor da eliminação da propriedade privada. O radical burguês, observa Marx, chega teoricamente à negação da propriedade privada da terra, mas na prática falta-lhe ardor para chegar à nacionalização da terra, uma vez que o ataque a uma forma de propriedade (propriedade da terra) seria perigosa para as demais formas.

Marx vincula a existência da renda absoluta com a propriedade privada da terra, e da renda diferencial com a produção capitalista na agricultura. Onde não há propriedade privada da terra não há renda absoluta, e a renda diferencial deixará de existir apenas com a liquidação da produção. "Permanecerá em vigor", acentua Marx, "apenas a circunstância de que o *trabalho social lava solos de fertilidade diferente*, mas, apesar da diferença de quantidade de trabalho aplicado, esse trabalho pode tornar-se mais produtivo em todos os tipos de solo. A maior massa de trabalho, que forma o custo do produto de pior solo, de modo nenhum terá, porém, o efeito que tem sob o regime burguês, ou seja, o de que também o produto do melhor solo deva ser pago segundo o custo do maior dispêndio de trabalho". O trabalho produzido nos solos mais férteis pode ser utilizado para a melhor

ria dos solos menos férteis, e isto diminuirá a quantidade total de trabalho aplicado na terra. (TUCHNOV: *Teorias*, págs. 182/183.)

Renda imobiliária

Passamos pelos capítulos extremamente interessantes do Livro III, consagrados ao capital usurário, ao capital comercial e ao capital-dinheiro, e abordemos o essencial: a teoria da *renda imobiliária*. A superfície do solo sendo limitada e, nos países capitalistas, inteiramente ocupada pelos proprietários, o preço de produção dos produtos agrícolas é determinado segundo os custos de produção numa terra não de qualidade média mas da pior qualidade, e segundo condições de transporte ao mercado, também não médias, mas as mais desfavoráveis. A diferença entre esse preço e o preço de produção em terra de qualidade superior (ou nas melhores condições) fornece a *renda diferencial*. Pelo estudo detalhado desta renda, demonstrando que provém da diferença de fertilidade das terras e da diferença de fundos investidos na agricultura, Marx pôs a nu (ver, também, as *Teorias da Mais-valia*, onde a crítica de Rodbertus merece particular atenção) o erro de Ricardo, pretendendo que a renda diferencial não se obtém senão pela conversão gradual das melhores terras em terras de qualidade inferior. Ao contrário, mudanças inversas se produzem igualmente, terras de certa categoria se transformam em terras de outra categoria (em razão do progresso da técnica agrícola, do crescimento das cidades, etc.), e a famosa "lei da fertilidade decrescente do solo" é erro profundo que tende a levar em conta da natureza as falhas, as limitações e as contradições do capitalismo. Assim, a igualdade do lucro em todos os ramos da indústria e da economia nacional em geral supõe uma liberdade completa de concorrência, a livre transferência de capital de um ramo a outro. Mas a propriedade privada do solo cria um monopólio e um obstáculo a essa livre transferência. Em virtude desse monopólio, os produtos da agricultura, que se distingue por uma composição orgânica inferior do capital e, em consequência, por uma taxa de lucro individual mais elevada, não entram no livre jogo de igualização da taxa de lucro; os proprietários podem usar de seu monopólio imobiliário para man-

ter o preço acima da média, e este preço de monopólio engendra a *renda absoluta*. A renda diferencial não pode ser abolida, em regime capitalista; ao contrário, a renda absoluta *pode ser*, por exemplo com a nacionalização do solo, quando êste se torna propriedade do Estado. Esta passagem do solo ao Estado minaria o monopólio dos proprietários privados e abriria caminho a uma liberdade de concorrência mais conseqüente e mais completa na agricultura. Eis porque, diz Marx, os burgueses radicais formularam mais de uma vez na história essa reivindicação burguesa progressista da nacionalização do solo que apavora, entretanto, a maioria da burguesia, porque ela "toca" de muito perto em outro monopólio que é muito importante em nossos dias e "sensível": o monopólio dos meios de produção em geral. (Esta teoria do lucro médio referido ao capital e à renda imobiliária absoluta foi exposta por Marx, em linguagem notavelmente popular, consisa e clara, em sua carta a Engels, datada de 2 de agosto de 1862. Ver *Correspondência*, t. III, págs. 77-81. Ver igualmente sua carta de 9 de agosto de 1862, *ibid.*, págs. 86-87.) Importa igualmente assinalar, a propósito da história da renda imobiliária, a análise de Marx mostrando a transformação da renda-trabalho (quando o camponês cria um sobreproduto, trabalhando a terra do senhor) em renda-produto ou em natura (quando o camponês cria, em sua própria terra, um sobreproduto que entrega ao proprietário em virtude de "constrangimento extra-econômico"), depois em renda-dinheiro (esta mesma renda-natura se transformando em dinheiro — na antiga Rússia, o *obrok* — em conseqüência do desenvolvimento da produção mercantil) e, enfim, em renda capitalista, quando, em lugar do camponês, intervêm na agricultura o empresário, que faz cultivar sua terra por trabalhadores assalariados. (LÊNIN: *Marxisme*, págs. 31/34.)

Lucro comercial

A mais-valia é criada no processo de produção, pelo trabalho da classe operária. É apropriada, em primeiro lugar, pelo capitalista industrial que possui a empresa. É dêle que todos os outros grupos da classe exploradora, inclusive os capitalistas comerciais, recebem a mais-valia. Porque o capitalista

industrial entrega parte de sua mais-valia ao comerciante? Na sociedade capitalista, as mercadorias são produzidas para venda. Não basta que a mercadoria seja produzida; é preciso vendê-la. Regra geral, o capitalista industrial vende sua mercadoria ao comerciante, o qual toma então providências para que a mercadoria chegue ao consumidor.

A função do capitalista comercial é transformar o capital-mercadoria em capital-dinheiro. Se não houvesse capitalista comercial, o industrial precisaria dispor de capital extra para equipar instalações comerciais, contratar vendedores, etc. Mas o industrial deixa tudo isso para o comerciante. Na escala da sociedade, o capital comercial representa o capital adicional, separado do capital industrial, e enfrenta-o sob a forma do capital dos capitalistas comerciais, que recebem parte dos lucros. O lucro que vai para eles chama-se *lucro comercial*.

O *lucro comercial* é aquela parte da mais-valia que o fabricante entrega ao comerciante, em troca da venda de suas mercadorias. Os capitalistas industriais vendem suas mercadorias aos comerciantes por preços mais baixos do que o preço de produção. Os comerciantes vendem-nas, então, pelo preço de produção. Ao apropriar a diferença, eles, da mesma forma que os industriais, obtêm lucro médio sobre seu capital. Se o lucro do comerciante é inferior ao lucro médio, o comércio torna-se uma atividade não lucrativa, e o comerciante transfere seu capital para a indústria. Tanto os industriais quanto os comerciantes recebem lucro médio. Mas isto não significa que obtêm *quantidades* iguais de lucro. Naturalmente, o industrial, que gasta muito mais capital na produção do que o comerciante na venda de mercadorias, recebe quantidade maior de lucro. Mas, por parcelas iguais de capital aplicado, obtêm lucros iguais. Quando toma a forma do lucro comercial, a mais-valia torna-se ainda mais camuflada. O capital do comerciante não participa da produção, e cria-se a impressão de que o lucro provém do próprio comércio, isto é, do processo de circulação. (NIXTIN: *Fundamentos*, págs. 117/118.)

Agonia do Capitalismo

Imperialismo

Monopólios e imperialismo Assim, pois, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) 1860 a 1880, ponto culminante do desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais que germes apenas perceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, que constituem, todavia, apenas exceção, não são ainda sólidos, ainda representam fenômeno passageiro. 3) Auge dos fins do Século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis convertem-se numa das bases de toda a vida econômica. O capitalismo se transformou em imperialismo. (LÊNIN: *Imperialismo*, pág. 20.)

Concorrência e monopólio

À concorrência se converte em monopólio. Disso resulta gigantesco progresso de socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o processo das invenções e aperfeiçoamentos técnicos.

Isto já nada tem a ver com a antiga livre concorrência de padrões dispersos, que não se conheciam, que produziam para um mercado ignorado. A concentração chegou a tal ponto que se pode fazer um cálculo aproximado de todas as fontes de matérias-primas (jazidas de minério de ferro, por exemplo) de um país e ainda, como veremos, de vários países e de todo o mundo. Não só se realiza este cálculo como associações monopolistas gigantescas se apoderam de ditas fontes. Efetua-se o cálculo aproximado da capacidade do mercado que, segundo estipulam as mencionadas associações, "repartem-se" entre si. Monoliza-se a mão-de-obra capacitada, contrata-se os melhores engenheiros e as vias e meios de comunicação — as ferrovias, na América, e as companhias de navegação, na Europa e na América — vão parar nas mãos dos monopólios. O capitalismo, em sua fase imperialista, conduz plenamente à socialização da produção em seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e consciência, a certo novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa.

A produção passa a ser social, mas a apropriação continua sendo privada. Os meios sociais de produção continuam sendo propriedade privada de reduzido número de indivíduos. Conserva-se a marca geral de livre concorrência, formalmente reconhecida e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população se torna cem vezes mais duro, mais sensível, mais insuportável. (LÊNIN: *Imperialismo*, págs. 24/25.)

Nóvo papel dos bancos

A operação fundamental e primordial que os bancos realizam é a de intermediários para os pagamentos. Em relação a isso, os bancos convertem o capital monetário inativo em ativo, isto é, em capital que rende juros; reúnem toda classe de ingressos metálicos e os colocam à disposição da classe capitalista.

À medida que vão aumentando as operações bancárias e que se concentram em número reduzido de estabelecimentos, de modestos intermediários que eram antes os bancos se convertem em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital monetário de todos os capitalistas e produtores e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Essa transformação dos numerosos e modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista e, por isso, devemos nos deter, desde logo, na concentração bancária. (LÊNIN: *Imperialismo*, págs. 30/31.)

Contrôle bancário

Estas simples cifras mostram, talvez com mais evidência do que longas razões, como a concentração do capital e o aumento do giro dos bancos transformam radicalmente a importância destes últimos. Os capitalistas dispersos vêem a formar um capitalista coletivo. Ao abrir uma conta corrente para vários capitalistas, o banco realiza, ao que parece, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce, até alcançar proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, ficando em condições — por meio de suas relações bancárias, das contas-correntes e outras operações financeiras — primeiro, de *conhecer com exatidão* a situação dos diferentes capitalistas, depois, de *controlá-los*, de exercer influência sobre eles, mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o e, finalmente, de *decidir intencionalmente* seu destino, de determinar sua rentabilidade, de privá-los de capital ou de permitir-lhes acrescentá-lo rapidamente e em imensas proporções, etc. (LÊNIN: *Imperialismo*, pág. 35/36.)

Banco e indústria Quanto à estreita relação existente entre os bancos e a indústria, é precisamente nessa esfera que se manifesta, acaso com mais evidência do que em outra qualquer parte, o nóvo papel dos bancos. Se o

banco desconta as letras de um padrão, abre-lhe conta-corrente etc., essas operações, consideradas isoladamente, não diminuem de forma alguma a independência de dito padrão e o banco não passa de modesto intermediário. Mas se essas operações se fazem, cada vez mais freqüentes e mais firmes, se o banco "reúne" em suas mãos imensos capitais, se as contas correntes de uma empresa permitem ao banco — e é isso que acontece — conhecer de modo cada vez mais detalhado e completo a situação econômica de seu cliente, o resultado é uma dependência cada dia mais completa do capitalista industrial em relação ao banco. (LÊNIN: *Imperialismo*, págs. 42/43.)

Capital financeiro "Uma parte cada dia maior do capital industrial — escreve Hilferding — não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por mediação do banco, que representa, em relação a eles, os proprietários de dito capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a colocar na indústria uma parte cada vez maior de seu capital. Graças a isto, se converte, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário — capital em forma de dinheiro, por conseguinte — que, por esse procedimento, se torna, de fato, capital industrial, é o que chamo capital financeiro". "Capital financeiro é o capital que se acha à disposição dos bancos e que os industriais utilizam". Esta definição não é completa, porquanto não se indica, nela, um dos aspectos mais importantes: o aumento da concentração da produção e do capital em grau tão elevado que conduz e já conduziu ao monopólio. Mas, em toda a exposição de Hilferding, em geral, e em particular nos dois capítulos que precedem aquele que tratamos esta definição, se sublinha o papel dos *monopólios capitalistas*. (LÊNIN: *Imperialismo*, págs. 49/50.)

Capital e democracia Com efeito, a experiência demonstra que basta possuir 40% das ações para dispor dos negócios de uma sociedade anônima, pois certa parte dos pequenos acionistas, que se acham dispersos,

não têm, na prática, possibilidade alguma de assistir as assembleias gerais, etc. A "democratização" da posse de ações, de que os sofistas burgueses e os oportunistas "que também são social-democratas" esperam (ou afirmam que esperam) a "democratização do capital", o acrescentamento do papel e da importância da pequena produção etc., é, em realidade, um dos meios de reforçar o poder da oligarquia financeira. Por isso, entre outras coisas, nos países capitalistas mais adiantados ou mais velhos e *ditchos*, as leis autorizam a emissão de ações menores. Na Alemanha, a lei não permite ações de menos de mil marcos e os magnatas financeiros do país voltam os olhos, com inveja, para a Inglaterra, onde a lei consente ações até de uma libra esterlina (quer dizer, de 20 marcos, em torno de 10 rublos). Siemens, um dos "reis financeiros" e industriais mais poderosos da Alemanha, manifestou, em 7 de julho de 1900, no Reichstag que "a ação de uma libra esterlina é a base do imperialismo britânico". (LÊNIN: *Imperialismo*, págs. 52.)

Balancos e filiais Os balanços de muitas sociedades anônimas parecem-se aos palimpsestos da Idade Média, dos quais eram necessário apagar o que estava escrito para descobrir os sinais escritos de baixo e que representavam o conteúdo real do documento (o palimpsesto era um pergaminho no qual o texto primitivo havia sido apagado para se escrever o novo). O meio mais simples e por isso mais comumente empregado para tornar indecifrável um balanço consiste em dividir uma empresa em várias partes, por meio da criação de filiais ou da incorporação de estabelecimentos desse gênero. As vantagens deste sistema, do ponto de vista dos diversos fins — legais e ilegais — são tão evidentes que, na atualidade, constituem verdadeira exceção as grandes sociedades que não o adotaram. (...)

Nenhuma regra de controle, de publicação de balanços, de estabelecimento de esquemas precisos para os mesmos, de instituição de inspeção etc., com que distraem a atenção do público professores e funcionários bem intencionados, isto é, que têm a boa intenção de defender e de embelezar o capitalismo, pode ter, nesse ponto, a menor importância, pois a

propriedade privada é sagrada e ninguém a pode proibir de comprar, vender, permutar, hipotecar ações etc. (LÊNIN: *Imperialismo*, págs. 54/55.)

Lucro financeiro

O capital financeiro, concentrado em muito poucas mãos e que goza do monopólio efetivo, obtém lucro enorme, que cresce sem cessar, com a constituição de sociedades, a emissão de valôres, o empréstimo do Estado etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda sociedade um tributo, em proveito dos monopolistas. (...) O monopólio garante lucros monopolistas das emissões. Ao fazer-se os empréstimos, o país que os negocia não percebe, habitualmente, mais que 90% do total; os 10% restantes vão parar nos bancos e demais intermediários. (...) Os lucros excepcionais que a emissão de valores proporciona, como uma das operações principais do capital financeiro, contribui muito para o desenvolvimento e consolidação da oligarquia financeira. "No interior do país, não há nenhum negócio que dê, nem aproximadamente, lucro tão elevado como o de servir de intermediário para a emissão de empréstimos estrangeiros", diz a revista alemã *Die Bank*. "Não há nenhuma operação bancária que produza lucros tão elevados como as emissões. (...) "Em dez anos, de 1891 a 1900, a emissão de valôres industriais proporcionou um lucro de mais de mil milhões". (LÊNIN: *Imperialismo*, págs. 58/60.)

Exportação de capitais

O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, em que impera o monopólio, é a exportação de capitais.

O capitalismo é a produção de mercadorias no grau mais elevado de seu desenvolvimento, quando inclusive a mão-de-obra se converte em mercadoria. O incremento da troca, tanto no interior do país como, particularmente, no campo internacional, é o traço característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países, é inevi-

tável, sob o capitalismo. A Inglaterra é a primeira que se converte em país capitalista e, até meados do Século XIX, ao implantar o livre câmbio, pretendeu ser a "oficina de todo o mundo", a provedora de artigos manufaturados para todos os países, que lhe deviam fornecer, em troca deles, matérias-primas. Mas este monopólio da Inglaterra se viu rompido, já no último quartel do Século XIX, pois outros países, defendendo-se por meio de barreiras "protecionistas", se haviam desenvolvido, até converter-se em estados capitalistas autônomos. No umbral do Século XX, assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas, em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países ricos, nos quais a acumulação de capital havia alcançado proporções gigantescas. Produziu-se enorme "excedente de capital", nos países avançados.

Naturalmente, se o capitalismo tivesse podido desenvolver a agricultura, que se acha hoje em dia por toda parte enormemente atrasada em relação à indústria; se tivesse podido elevar o nível de vida das massas da população, que continua arrastando, apesar do vertiginoso progresso da técnica, uma vida de fome, de miséria, não haveria motivo para falar de excedente de capital. Este "argumento" é o que esgrimem sem cessar os críticos pequenos burgueses do capitalismo. Mas, então, o capitalismo deixaria de ser capitalismo, pois o desenvolvimento desigual e o nível de vida das massas famintas são condições e premissas básicas e inevitáveis desse modo de produção. Enquanto o capitalismo seja capitalismo, o excedente de capital não se consagra à elevação do nível de vida das massas do país, já que isto significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao acrescentamento desses lucros pela exportação de capitais ao estrangeiro, aos países atrasados. Nesses países atrasados, o lucro é, habitualmente, elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra relativamente pouco considerável, os salários baixos e as matérias-primas baratas. A possibilidade de da exportação de capitais é determinada pelo fato de que uma série de países atrasados foram já incorporados à circulação do capitalismo mundial, foram construídas as principais ferrovias ou sua construção foi iniciada, assegurou-se as condições elementares de desenvolvimento da indústria etc. A

necessidade de exportação de capitais obedece ao fato de que, em alguns países, o capitalismo "amadureceu excessivamente" e o capital (atendido o desenvolvimento insuficiente da agricultura e a miséria das massas) não dispõe de campo para sua colocação "lucrativa". (LÊNIN: *Imperialismo*, págs. 67/68.)

Partilha do mundo

As associações monopolistas de capitalistas — cartéis, sindicatos, trustes — partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se, de modo mais ou menos completo, da produção do país. Mas, sob o capitalismo, o mercado interno está, inevitavelmente, entrelaçado com o externo. Faz já muito tempo que o capitalismo criou o mercado mundial. E, à medida em que aumentou a exportação de capitais e se foram inserindo em todas as formas as relações com o estrangeiro e com as colônias e as "esferas de influências" das maiores associações monopolistas, a marcha "natural" das coisas levou ao acórdio universal entre as mesmas, à constituição de cartéis internacionais. (LÊNIN: *Imperialismo*, págs. 73/74.)

Partilha colonial

Como nem na Ásia nem na América há terras desocupadas, quer dizer, que não pertençam a nenhum Estado, é preciso ampliar a conclusão de que nos ocupamos é a partilha definitiva do planeta, definitiva não no sentido de que seja impossível reparti-lo de novo — ao contrário, novas partilhas são possíveis e inevitáveis — mas no de que a política colonial dos países capitalistas já terminou a conquista de todas as terras não ocupadas que havia em nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo se encontra já partilhado, de modo que o que se pode efetuar, daqui por diante, são *unicamente* novas partilhas, quer dizer, a passagem de território de um "proprietário" a outro, e não a passagem de um território sem proprietário a um "dono".

Vivemos, por conseguinte, numa época peculiar da política colonial do mundo, que se acha intimamente relacionada com a "fase contemporânea de desenvolvimento do capi-

talismo", com o capital financeiro. Por isso, é necessário deter-se mais detalhadamente, antes de tudo, nos dados, para formarmos uma idéia mais precisa possível da diferença existente entre esta época e as precedentes, assim como da situação atual. Em primeiro lugar, surgem duas questões concretas: Observa-se uma acentuação da política colonial, uma exacerbação da luta pelas colônias, na época do capital financeiro? Como se acha repartido o mundo, na atualidade, desse ponto de vista? (...)

Para a Inglaterra, o período de intensificação enorme das conquistas coloniais corresponde aos anos de 1860 a 1880 e é muito considerável durante os últimos vinte anos do Século XIX. Para a França e a Alemanha, corresponde justamente a estes vinte anos. Vimos, antes, que o período de desenvolvimento máximo do capitalismo pré-monopolista, o capitalismo em que predomina a livre concorrência, abarca de 1860 a 1880. Vemos, agora, que é *justamente depois desse período* quando começa o enorme auge das conquistas coloniais, se exacerba até grau extraordinário a luta pela partilha territorial do mundo. É indubitável, por conseguinte, que a passagem do capitalismo à fase de capitalismo monopolista, ao capital financeiro, se *acha relacionada* com a exacerbação da luta pela partilha do mundo.

Hobson destaca, em sua obra sobre o imperialismo, os anos que vão de 1884 a 1900 como um período de intensa "expansão" dos principais Estados europeus. Segundo seus cálculos, a Inglaterra adquiriu, durante esse tempo, 3.700 milhas quadradas, com uma população de 57 milhões de habitantes; a França, 3.600.000 milhas quadradas, com 36,5 milhões de habitantes; a Alemanha, 1.000.000 milhas quadradas, com 14,7 milhões de habitantes; a Bélgica, 900.000 milhas quadradas, com 30 milhões de habitantes; Portugal, 800.000 milhas quadradas, com 9 milhões de habitantes. Nos fins do Século XIX, sobretudo desde a década de 80, todos os Estados capitalistas se esforçaram por adquirir e ampliar suas colônias, o que constitui fato universalmente conhecido da história da diplomacia e da política exterior.

Na época de maior florescimento da livre concorrência na Inglaterra, de 1840 a 1860, os dirigentes políticos burgue-

ses dêsse país eram *adversários* da política colonial e consideravam útil e inevitável a emancipação das colônias e sua separação completa da Inglaterra. M. Beer indica, em artigo publicado em 1898, sobre o "imperialismo inglês contemporâneo", que, em 1852, um estadista britânico como Disraeli, tão inclinado em geral ao imperialismo, dizia que "as colônias são uma roda de moínho que carregamos atada ao pescoço". Em troca, nos fins do Século XIX, os heróis do dia eram, na Inglaterra, Cecil Rhodes e Joseph Chamberlain, que pregavam abertamente o imperialismo e mantinham uma política imperialista com o maior cinismo!

Não falta interesse assinalar que esses dirigentes políticos da burguesia inglesa viam, já então, clara a ligação existente entre as raízes puramente econômicas, para assim dizer, do imperialismo moderno, e suas raízes sociais e políticas. Chamberlain pregava o imperialismo como uma "política justa, prudente e econômica", assinalando, sobretudo, a concorrência com que a Inglaterra deparava, agora, no mercado mundial, da parte da Alemanha, dos Estados Unidos e da Bélgica. A salvação está no monopólio, diziam os capitalistas, ao fundar cartéis, sindicatos e trustes. A salvação está no monopólio, repetiam os chefes políticos da burguesia, apressando-se em apropriar-se das partes do mundo ainda não repartidas. E Cecil Rhodes, segundo conta intimamente amigo seu, o jornalista Stead, dizia a este, em 1895, a propósito de suas idéias imperialistas: "Ontem estive no *East-End* (bairro operário) e assisti a uma assembléia de desempregados. Ao ouvir ali discursos exaltados, cuja nota dominante era pão! pão! e ao refletir, de volta à casa, sobre o que ouvira convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo... A idéia que acaricio representa a solução do problema social: para salvar os quarenta milhões de habitantes do Reino Unido de uma guerra civil funesta, nós, os políticos coloniais, devemos nos apossar de novos territórios; a eles enviaremos o excesso de população e nêles encontraremos novos mercados para os produtos de nossas fábricas e de nossas minas. O império, eu o disse sempre, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis converter-vos em imperialistas". (LÊNIN: *Imperialismo*, págs. 84/88.)

Monopólio e matérias-primas

Ditos monopólios alcançam solidez máxima quando reúnem em suas mãos *todas* as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor os grupos internacionais de capitalistas se esforçam para arrebatá-lo ao adversário tódia possibilidade de concorrência, para adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, jazidas de petróleo, etc. A posse de colônias é a única que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra tódas as contingências da luta com o adversário, sem excluir que o adversário deseje defender-se com lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se faz a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a busca de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela conquista de colônias. (...)

Para o capital financeiro, não têm importância apenas as fontes de matérias-primas já descobertas mas também as possíveis, pois a técnica, em nossos dias, avança com incrível rapidez, e as terras hoje inservíveis podem ser convertidas amanhã em terras úteis se se descobrem novos processos (para cujo efeito um banco importante pode enviar expedição especial de engenheiros, agrônomos, etc.) se se invertem grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais os quais matérias-primas, etc., etc. Dai a tendência inevitável do capital financeiro a ampliar seu território econômico e ainda seu território em geral. Do mesmo modo que os trustes capitalizam seus bens, atribuindo-lhes o *dóbro* ou o triplo do seu valor, calculando os lucros "possíveis" no futuro (e não os lucros presentes) e levando em conta os resultados ulteriores do monopólio, o capital financeiro manifesta a tendência geral a apoderar-se das maiores extensões possíveis de território, seja qual seja, ache-se onde se ache, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas e temeroso de ficar para trás na luta raivosa para alcançar as últimas porções do mundo ainda não repartidas ou para conseguir nova partilha das já repartidas. (...)

Os interesses da exportação de capitais impulsionam, do mesmo modo, a conquista de colônias, pois no mercado co-

lonial é mais fácil (e, às vezes, só nele é possível), utilizar dos meios monopolistas, suprimir o competidor, garantir pedida, consolidar as "relações necessárias", etc. À superestrutura extra-econômica que se levanta à base do capital financeiro — a política, a ideologia d'êste — reforça a tendência a conquistas coloniais. "O capital-financeiro não quer a liberdade", diz com razão Hilferding, "mas a dominação". E um escritor burguês da França, como se ampliasse e completasse as idéias de Cecil Rhodes, que mencionamos antes, afirma que há que acrescentar as causas de ordem social às causas econômicas da política colonial contemporânea. "Em consequência das complicações crescentes da vida, que não afetam só as multidões operárias mas também as classes médias, em todos os países de velha civilização, estão se acumulando impaciências, rancores e ódios, que ameaçam a paz pública, energias oriundas de suas raízes de classe, a que há que captar para empregá-las fora do país, se se deseja evitar uma explosão no interior". (LÊNIN: *Imperialismo*, págs. 92/95.)

Imperialismo e independência

Falando da política colonial da época do imperialismo capitalista, é preciso fazer notar que o capital financeiro e a política internacional correspondente, que se traduz na luta das grandes potências para a partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicas não só os dois grupos fundamentais de países — os que possuem colônias e as colônias — mas também as formas variadas de países dependentes que, do ponto de vista formal, gozam de independência política mas que, em realidade, acham-se envolvidos nas rédes da dependência financeira e diplomática. Uma dessas formas, a semi-colônia, já indicamos antes. Modelo de outra forma é, por exemplo, a Argentina. (...) O exemplo de Portugal nos mostra forma um pouco diferente de dependência financeira e diplomática, ainda conservando a independência política. Portugal é um Estado independente, soberano, mas, na realidade, tem mais de duzentos anos, desde a Guerra de Sucessão da Espanha (1701-1714), sob protetorado da Inglaterra. A Inglaterra o defendeu e defen-

deu as possessões coloniais portuguesas, para reforçar suas próprias posições, na luta com seus adversários: Espanha e França. A Inglaterra obteve, em troca, vantagens comerciais, melhores condições para a exportação de mercadorias e, sobretudo, para a exportação de capitais a Portugal e suas colônias, pôde utilizar os portos e as ilhas de Portugal, seus cabos, etc. (LÊNIN: *Imperialismo*, págs. 94/96.)

Caracterização do imperialismo

Se fôsse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Esta definição compreenderia o principal, pois, de um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital dos grupos monopolistas industriais, e, de outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial, que se amplia sem obstáculos a regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista, à política colonial de dominação monopolista dos territórios do globo inteiramente partilhado.

Mas as definições excessivamente breves, se bem que cômodas, pois recolhem o principal, resultam insuficientes, já que é necessário extrair, além delas, outros traços muito essenciais do que é preciso definir. Por isso, sem esquecer o convencional e relativo de todas as definições, em geral, que jamais podem abarcar, em todos os seus aspectos, as relações do definido em seu desenvolvimento completo, convém dar uma definição do imperialismo que contenha os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital, atingido grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios que desempenham papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o industrial e a criação, à base d'êsse "capital financeiro", da oligarquia financeira 3) a exportação de capitais, diferente da exportação de mercadorias, adquire importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que repartem o mundo, e 5) a conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que tomou corpo

a dominação dos monopólios e do capital financeiro, conquistou importância assinalada a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.

Mais adiante, veremos como se pode e se deve definir de outro modo o imperialismo, se se leva em conta não só as noções fundamentais puramente econômicas (às quais se limita a definição que demos), mas ainda o lugar histórico dessa fase, com relação ao capitalismo em geral ou a relação do imperialismo e das duas tendências fundamentais do movimento operário. O que é preciso frisar agora é que, interpretado nesse sentido, o imperialismo representa, em si, indubitavelmente, uma fase particular do desenvolvimento do capitalismo. (LÊNIN: *Imperialismo*, págs. 98/100.)

Imperialismo e guerra

O capital financeiro e os trustes não atenuam, mas acentuam, a diferença entre o ritmo de crescimento dos diferentes elementos da economia mundial. E se a correlação de forças mudou, como podem resolver-se as contradições, sob o *capitalismo*, senão pela força? (...) Ante isso, cabe perguntar: *no terreno do capitalismo*, que outro meio poderia haver, que não a guerra, para eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, de um lado, e a partilha das colônias e das "esferas de influência" do capital financeiro, de outro? (LÊNIN: *Imperialismo*, págs. 108/110.)

Imperialismo e estagnação

Convém, agora, que nos detenhamos em outro aspecto muito importante do imperialismo, ao qual, nas considerações sobre este tema, não se concede a devida atenção, na maior parte dos casos. Um dos defeitos do marxista Hilferding consiste em que deu um passo atrás, em comparação com o não marxista Hobson. Referimo-nos ao parasitismo, próprio do imperialismo.

Segundo vimos, a base econômica mais profunda do imperialismo é o monopólio. Trata-se de monopólio capitalis-

ta, isto é, que nasceu do capitalismo e se encontra no ambiente geral deste, no ambiente da produção mercantil, da concorrência, em contradição constante e insolúvel com dito ambiente geral. Mas, não obstante, como todo monopólio, o monopólio capitalista engendra, inevitavelmente, uma tendência à estagnação e à decomposição. Na medida em que se fixa, ainda que seja temporariamente, preços monopolistas, desaparecem, até certo ponto, as causas estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte, de todo progresso, de todo avanço, surgindo, assim, ademais, a possibilidade econômica de conter artificialmente o progresso técnico. (LÊNIN: *Imperialismo* págs. 111/112.)

Imperialismo e trabalho

Entre as particularidades do imperialismo, relacionadas com os fenômenos de que falamos, figura o declínio da emigração dos países imperialistas e o aumento da imigração (afluência de operários e migrações) nestes últimos; a massa humana que a eles chega procede dos países mais atrasados, onde o nível dos salários é mais baixo. (...) O imperialismo tem a tendência a formar categorias privilegiadas também entre os trabalhadores e a divorciá-las das grandes massas do proletariado. É preciso notar que, na Inglaterra, a tendência do imperialismo a cindir os operários e a acentuar o oportunismo entre eles, a engendrar uma decomposição temporária do movimento operário se manifestou muito antes dos fins do Século XIX e começos do Século XX. Isto se explica porque, desde meados do século passado, existiam na Inglaterra dois traços importantes característicos do imperialismo: imensas possessões coloniais e situação de monopólio no mercado mundial. (...) Aqui figuram, claramente indicadas, as causas e as consequências. Causas: 1) exploração do mundo inteiro por este país; 2) sua situação de monopólio no mercado mundial; 3) seu monopólio colonial. Consequências: 1) aburguesamento de uma parte do proletariado inglês; 2) uma parte dele permite que o dirija gente comprada pela burguesia ou, quando menos, paga pela burguesia. (LÊNIN: *Imperialismo*, págs. 119/121.)

Imperialismo e exploração

Os monopólios, a oligarquia, a tendência à dominação em vez da tendência à liberdade, a exploração de número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes, tudo isso originou os traços característicos do imperialismo, que obrigam a classificação de capitalismo parasitário ou em estado de decomposição. Cada dia se manifesta com mais relêvo, como uma das tendências do imperialismo, a formação de "Estados rentistas", de Estados usurários, cuja burguesia vive cada dia mais à custa da exportação de capitais e do "corte do cupão". Seria um erro crer que essa tendência à decomposição exclui o rápido crescimento do capitalismo. Não; certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países manifestam, na época do imperialismo, com mais ou menos intensidade, já uma, já outra dessas tendências. Em seu conjunto, o capitalismo cresce com rapidez incomparavelmente maior que antes, mas esse crescimento não só é cada vez mais desigual como a desigualdade se manifesta ainda assim, de modo particular, na decomposição dos países de capital mais forte (Inglaterra). (LÊNIN: *Imperialismo*, págs. 140/141.)

Imperialismo e agonia

De tudo o que dissemos sobre a essência econômica do imperialismo, deduz-se que é preciso qualificá-lo como capitalismo de transição, ou, mais apropriadamente, como capitalismo agonizante. (LÊNIN: *Imperialismo*, págs. 142/143.) (...) Compreende-se porque o imperialismo é um capitalismo agonizante, que assinala a transição para o socialismo: o monopólio, que surgiu do capitalismo, é já a agonia do capitalismo, o começo de sua transição para o socialismo. A socialização prodigiosa do trabalho pelo imperialismo (o que os apologistas, os economistas burgueses chamam a "interpenetração") tem a mesma significação. (LÊNIN: *Marxismo*, pág. 258.)

Face histórica do imperialismo

Cada modo de produção percorre diferentes fases, que marcam necessariamente, com os seus traços, o jôgo das

leis. Por exemplo, a lei da produção de mais-valia, sob o capitalismo manufatureiro, manifesta-se sobretudo sob a forma da luta dos capitalistas pelo prolongamento da jornada de trabalho, pelo acréscimo de mais-valia absoluta. No período do maquinismo, esta lei se exprime essencialmente na luta pelo aumento da mais-valia relativa.

A análise leninista das alterações sofridas pelo capitalismo quando se torna capitalismo monopolista, imperialista, mostra tôda importância do método histórico, mesmo quando se trata de leis de uma só e mesma formação. Lênin assinalou que certos traços fundamentais do capitalismo — a livre concorrência, por exemplo — converteram-se em seu contrário direto, o monopólio. Descobriu a forma e o caráter nôvo da lei do desenvolvimento desigual na época do imperialismo, e observou os resultados de sua ação nas condições modificadas. Sabe-se que a descoberta da lei do desenvolvimento desigual sob o imperialismo permitiu a Lênin elaborar uma nova teoria da revolução socialista. Sem a análise histórica da alteração sofrida em nossa época pelas leis do modo de produção capitalista, não se teria podido armar o proletariado da Rússia e seu partido da teoria da possibilidade da vitória do socialismo inicialmente num só país. (ROSENAL: *Dialectique*, págs. 90/91.)

Crise Geral

Definição da crise A Grande Revolução Socialista de Outubro na Rússia, em 1917, representou o início da crise geral do capitalismo. O capitalismo deixou de ser um sistema único, abarcando o mundo inteiro. Sobre a sexta parte do globo surgiu um Estado que não se baseava na propriedade privada dos meios de produção mas na propriedade socializada, socialista. A vitória da Revolução proletária na Rússia indicou que havia começado a era do ocaso do capitalismo e da vitória do socialismo. Aqui estava a plena confirmação da teoria exposta por Lênin, durante a Primeira Guerra Mundial, de que na etapa imperialista o socialismo seria vitorioso nos diferentes países, não simultaneamente, mas de tempos em tempos, no curso de longo período, através da sucessão dos países que passavam por revoluções

e abandonavam, um depois do outro, o sistema mundial do capitalismo.

Em capítulo anterior, referimo-nos à natureza da crise econômica. A crise econômica, no capitalismo, é a da superprodução de mercadorias. Só se desenvolve na esfera econômica, embora evidentemente tenha efeito definido sobre a vida política da sociedade. A *crise geral do capitalismo* tódas as esferas da vida nos países capitalistas, tanto a econômica quanto a política; é uma crise geral de todo o sistema capitalista mundial. Sua característica é a luta entre o capitalismo moribundo e o socialismo nascente. *A transição do capitalismo para o socialismo é o ponto básico da crise geral do capitalismo.*

A crise geral do capitalismo passou por duas fases e entrou na terceira. A *primeira etapa* começou na época da Primeira Guerra Mundial e tornou-se mais acentuada em consequência da Revolução de Outubro. A *segunda etapa* desenvolveu-se durante a Segunda Guerra Mundial e as revoluções socialistas em diversos países da Europa e da Ásia. Na segunda metade da década de 50, o capitalismo internacional entrou na *terceira etapa* da crise geral. O traço mais importante dessa terceira etapa é que ela não evoluiu em consonância com guerra mundial, mas numa situação de competição e luta entre dois sistemas, quando a posição das forças se alterou em favor do socialismo.

As características fundamentais da crise geral do capitalismo são: a rebelião de número cada vez maior de países contra o capitalismo; o enfraquecimento das posições do imperialismo na competição econômica com o socialismo; a crise e desintegração do sistema colonial do imperialismo; o agravamento das contradições imperialistas em circunstâncias de capitalismo monopolista estatal e crescente militarismo; a ampliação da instabilidade interna e da decadência da economia capitalista, observada na incapacidade do capitalismo para fazer pleno uso das forças produtivas (baixa taxa de crescimento econômico, crises periódicas, permanente produção abaixo da capacidade, desemprego crônico em massa); intensificação da luta entre trabalho e capital; exacerbação das contradições da economia capitalista mundial; aumento inusitado da reação política em toda a linha, abandono das liberdades burguesas e instituição de regimes fascistas em

numerosos países; profunda crise na política e ideologia da burguesia. (NIKITIN: *Fundamentos*, págs. 188/189.)

Premissas da crise A crise geral do capitalismo não pôde surgir de repente. Começaram a brotar e acumular-se suas premissas na época do imperialismo, antes ainda da Primeira Guerra Mundial. As premissas da crise geral do capitalismo consistiram, em primeiro termo, em que se foram tornando mais agudas, progressivamente, as contradições entre o trabalho e o capital, à base do domínio dos monopólios e de seu esforço por obter lucros máximos. (...) As premissas da crise geral do capitalismo consistiram, em segundo lugar, em que cada vez mais se agravavam as contradições entre os povos das colônias e o imperialismo das metrópoles. (...) As premissas da crise geral do capitalismo consistiram, em terceiro lugar, em que continuavam se agravando as contradições entre as potências imperialistas e acentuando-se a luta entre elas pelas fontes de obtenção dos crescentes lucros monopolistas. (DRAGULEV: *Crisis*, págs. 18/20.)

Traços da crise

Os traços fundamentais da crise geral do capitalismo alinharam-se já em sua primeira etapa. O primeiro e principal, na característica da crise geral do capitalismo, assenta em que, ao triunfar a Grande Revolução Socialista de Outubro, o mundo se dividiu em dois sistemas opostos: o do socialismo, em crescimento e o do capitalismo em decomposição. A cisão do mundo em dois sistemas, a coexistência, a interação, a emulação e a luta entre os dois sistemas constituem o traço determinante da crise geral do capitalismo, o conteúdo fundamental da história da humanidade, desde a Grande Revolução Socialista de Outubro. (...) O segundo traço fundamental da crise geral do capitalismo é a estreiteza crônica relativa dos mercados de venda de mercadorias da produção capitalista. (...) O quarto traço fundamental da crise geral do capitalismo é a incompleta utilização crônica do potencial das empresas capitalistas. (...) O quinto traço fundamental da crise geral do capitalismo é a transformação do extér-

cito industrial de reserva em exército crônico de massas de operários parados. (DRAGUILEV: *Crisis*, págs. 24/45.)

Primeira etapa

A história da primeira etapa da crise geral do capitalismo se divide em três períodos. O primeiro período se prolongou desde o começo da crise geral do sistema capitalista mundial, quer dizer, desde a Grande Revolução Socialista de Outubro, até ao ano de 1923 e se distinguiu por um auge revolucionário em vários países. O segundo período (1924-1929) se caracterizou por uma estabilidade parcial, temporária, precária do capitalismo e uma firme estabilização da União Soviética. Por último, o terceiro período, que abarcou desde 1929 até à Segunda Guerra Mundial, foi um período de quebra da estabilização capitalista, de crises econômicas de superprodução, sem precedentes por profundas e catastróficas. Durante este período, amadureceram rapidamente as causas que motivaram a Segunda Guerra Mundial. (DRAGUILEV: *Crisis*, pág. 77.)

Segunda etapa

A Segunda Guerra Mundial surgiu à mesma base econômica e social que a primeira. No Século XX, o imperialismo, sua economia e sua política, engendram as guerras. A Primeira Guerra Mundial foi preparada pela ação das forças econômicas e políticas do imperialismo, antes ainda do começo do período da crise geral do capitalismo; a Segunda Guerra Mundial foi preparada pelos imperialistas e eclodiu já nas condições da crise geral do sistema capitalista mundial. E esta circunstância exerceu influência determinante tanto nas causas imediatas da guerra como em seu caráter. (...) Antes ainda da Primeira Guerra Mundial, existiam vínculos entre os monopólios norte-americanos e alemães da indústria eletrônica e outras. Terminada a guerra, estes vínculos se ampliaram à base da exportação de capital norte-americano para a Alemanha.

Desde 1924, iniciou-se a afluência de empréstimos norte-americanos à Alemanha. Krupp recebeu empréstimos de 10 milhões de dólares, o consórcio *Vereinigte Stahlwerke* obteve empréstimos norte-americanos no valor de 100 mi-

lhões de dólares. Só o banco norte-americano *Dillon, Read and Co.* concedeu, em 1925-1930, às companhias alemãs *Thyssen-Hütte, Rhein-Elbe-Union* e a outras quatro empréstimos no total de 182 milhões de dólares. A Alemanha recebeu dos bancos norte-americanos e ingleses, em virtude do plano Dawes, empréstimo de 800 milhões de marcos ouro. Um grupo de monopólios norte-americanos fez grandes inversões, a largo prazo, em companhias alemãs, assegurando-se, com isso, a participação nas mesmas. Assim, a companhia norte-americana de automóveis *General Motors* comprou ações das fábricas alemãs de automóveis *Opel* no valor de 100 milhões de marcos; a companhia de automóveis *Ford* se tornou dona de 52% do capital social da *Ford-Werke* na Alemanha. Segundo alguns cálculos, só em seis anos, de 1924 a 1929, a afluência de capitais estrangeiros à Alemanha representou de 10.000 a 15.000 milhões de marcos, em inversões a longo prazo e 6.000 milhões de marcos, em inversões a curto prazo. Nada menos de 70% dos empréstimos a longo prazo procedia dos Estados Unidos. Ao forçar a exportação de capitais para a Alemanha, os monopólios norte-americanos admitiam que esta, debilitada depois da guerra, era uma das áreas mais rentáveis de inversão de capitais e que dita exportação de capital norte-americano a colocaria na dependência dos Estados Unidos. Mas o objetivo principal consistia em ajudar aos monopolistas alemães a restabelecerem a indústria de guerra e as forças armadas da Alemanha e lançá-las contra a URSS. Por temor a outra crise revolucionária no país, a burguesia monopolista alemã chegou à conclusão de que não podia continuar dominando com os métodos velhos, de que, para conservar seu domínio, devia dispensar as liberdades democráticas e passar à ditadura terrorista descarada, ao fascismo. Os monopólios alemães levaram os hitleristas ao poder. Mas tampouco foi insubstituível o papel que nisso desempenharam os monopólios estrangeiros, sobretudo os norte-americanos. (DRAGUILEV: *Crisis*, págs. 134/136.)

Sistema colonial

A crise do sistema colonial apresenta-se como parte sumamente importante da crise geral do capitalismo. (...) À base da crise do sistema

colonial, que surgiu e se desenvolveu como parte integrante da crise geral do capitalismo, encontra-se o agravamento de uma das três contradições internas mais importantes do capitalismo: a contradição entre as potências imperialistas dominantes — de população comparativamente pouco numerosa — e os centenaes de milhões que habitam os países coloniais e dependentes, escravizados pelo capital monopolista. (AVARIN: *Sistema*, págs. 16/18.)

Decomposição do sistema — Já na primeira etapa da crise geral, verificou-se que, em todas as esferas da economia capitalista, a decomposição do sistema se acentuava. Reduziu-se o ritmo de crescimento da produção e do comércio mundial, enquanto cresciam extraordinariamente os gastos não produtivos, gastos militares, gastos de preparação e manutenção das guerras imperialistas. Cresceram acentuadamente, também, os gastos destinados a satisfazer os objetivos parasitários das classes governantes. Aumentou o dispêndio das forças produtivas e foi reforçada a relação de rapina do monopólio face à força produtiva fundamental: face às massas trabalhadoras. Como resultado de exploração implacável, parte do proletariado se viu privada da possibilidade de reprodução normal da força de trabalho, e parte do campesinato perdeu a possibilidade de reprodução simples. Esses fenômenos se desenvolveram de forma desigual e com traços peculiares nos diferentes países capitalistas, mas ocorreram por toda a parte. A decomposição do capitalismo não significa que já não se possa desenvolver. A intensificação do processo, entretanto, desgastou cada vez mais os fundamentos do capitalismo, agravou suas contradições e, ao enfraquecê-lo, preparou condições cada vez mais insuportáveis para as massas trabalhadoras que, de forma mais decidida, viram-se forçadas a procurar uma saída, pela eliminação do sistema capitalista de produção. (AVARIN: *Sistema*, págs. 18/19.)

Crise financeira — A parte dos lucros que permanece sem re-partir deve ser dedicada, de acordo com a discriminação, a acumulações, cujo elemen-

to primordial é a ampliação do capital fixo, quer dizer, a criação de novos potenciais de produção mediante obras básicas e a montagem de novas instalações. Determinada parte dos dividendos, que vai parar à mão dos dirigentes dos monopólios poderia ser destinada também à acumulação. Mas, nas atuais condições, as dificuldades na venda das mercadorias e a incompleta utilização crônica das empresas dificultam, em grande medida, tal emprêgo dos lucros. Só uma parte dos lucros não distribuídos pode ser colocada pelos monopólios na indústria, na forma de novas inversões de capital. No que se refere à outra parte, que não pode ser utilizada pelos monopólios para a ampliação do capital fixo, devido às dificuldades indicadas, da mesma forma que a dos dividendos que não é desperdiçada pelos monopólios, passa à esfera do crédito, onde figura como capital de empréstimo. Os monopólios acumulam grande massa de capital "superfluo". Uma parte deste é exportada e o resto colocado nos bancos como depósitos ou invertido em valores do Estado.

É significativo que, no período entre 1937 e 1957, a produção industrial da Inglaterra teve incremento de 49%. Durante esses mesmos anos, a produção industrial dos Estados Unis cresceu em 134% e a soma dos recolhimentos aos bancos, como depósitos, em 362%. Mas tampouco os bancos podem encontrar objetivos em quantidade suficiente para colocar vantajosamente na produção todos os capitais em moeda que a eles afluem. Em seu afã de conseguir superlucros, exportam parte dos capitais concentrados e, com a outra, fazem o mesmo que os monopólios industriais: investem-na em valores do Estado.

O fato de que os monopólios comprem valores do Estado em volume crescente constitui o ponto de convergência dos dois processos já assinalados: em primeiro lugar, a passagem do capital da esfera da produção material à esfera improdutiva e, em segundo lugar, o crescimento da dívida do Estado. Enquanto o primeiro desses processos revela a decomposição geral da economia capitalista, o segundo deixa clara a transformação parasitária do sistema financeiro dos países capitalistas. Dado o enorme exagêro dos compromissos do Estado — característica do atual período — com a corrida armamentista e manutenção de enorme aparelho de violência e submissão das massas trabalhadoras e o finan-

monopólios e dos capitalistas atua, também, no mesmo sentido. Devido a que os fundos das contas-correntes dos capitalistas são utilizados por estes para o pagamento, mediante o sistema de documentos de crédito, valendo-se da circulação de cheques na esfera do comércio, o crescimento dos depósitos bancários aumenta a hipertrofia inflacionista da circulação monetária. A inflação, por último, ocorre, também, devido a que os monopólios aproveitam a grande demanda de material de guerra para vender ao Estado petrechos, com destino ao Exército, a preços muito elevados. Os monopólios, por sua vez, produzem meios de produção necessários à fabricação de armamento, elevam o preço de suas mercadorias. De acordo com a alta dos preços, o Estado deve aborçar aos monopólios somas crescentes de dinheiro pelas mercadorias que, por serem destinadas a efeitos militares, não figuram na circulação geral de mercadorias. (DRAGULEV: *Crisis*, págs. 260/264.)

Condições internas

O estado instável da produção capitalista constitui testemunho do enfraquecimento crescente do capitalismo. Isto confirma, também, a agudização das contradições entre as potências imperialistas. Nas relações entre os países capitalistas observa-se duas tendências opostas. Uma delas consiste na criação de tipos distintos de blocos econômicos e de alianças políticas. Nas atuais condições, as coalizões imperialistas se acham enfileiradas, antes de tudo, contra o sistema socialista. Mas, qualquer que seja a união internacional dos grupos financeiros, está cheia, por seu próprio caráter, de choques de interesses imperialistas, de rivalidades, concorrências, contradições insanáveis e insuperáveis discrepâncias. Todo acórdão entre os imperialistas é consequência e expressão de suas lutas recíprocas. A isso se deve a que, no mundo capitalista de nossos dias, dividido por agudos conflitos sociais, simultaneamente com a tendência de ação conjunta dos imperialistas, contra o campo do socialismo antes de tudo, manifeste-se, também, uma tendência à cisão entre as potências imperialistas. Não existe esfera das relações econômicas ou da política exterior, no campo do imperialismo, em que não se choquem os grupos monopolistas dos diversos Estados ca-

ciamento dos monopólios, muito poucas vezes conseguem os governos burgueses cobrir os orçamentos sem *deficit*.

A inflação constitui uma das manifestações da decomposição do sistema financeiro dos Estados burgueses. Já antes do início da crise geral do capitalismo observava-se, nos países capitalistas, a sobrecarga de abundante massa de dinheiro-papel nos canais da circulação monetária. Mas, então, esse fenômeno tinha caráter esporádico e aparecia apenas em determinados países. No período da crise geral do capitalismo, a inflação passou a ser fenômeno crônico e se estendeu por toda a parte. A inflação, que é reflexo da caducidade de todo o sistema das relações de produção capitalistas, consequência das profundas contradições do capitalismo e resultado do afã dos monopólios para conseguir superlucros, exerce, por sua vez, ação inversa, porque atua de modo destruidor na economia capitalista, aumenta a anarquia da produção capitalista, exacerbando todas as suas dificuldades e torna agudas as desproporções e as contradições que lhe são inerentes.

A particularidade da inflação atual consiste em que se desenvolve devido à circulação dos meios creditícios de pagamento e não por efeito da circulação do dinheiro-papel. A emissão de dinheiro-papel não é efetuada diretamente pelo Fisco. O processo de inflação se desenvolve mediante o mecanismo de crédito do Estado. O *deficit* do orçamento nacional, que se deve aos enormes gastos militares, cobre-se com empréstimos. Os bancos de emissão adquirem os títulos dos empréstimos do Estado e, com a garantia deste, colocam em circulação bilhetes de banco. Em vista de que, nos países capitalistas, há muito tempo, os bilhetes de banco, não se convertem em ouro, tendo se transformado em papel moeda, que não tem garantia alguma real, sua desmedida emissão, provocada pelo financiamento da corrida armamentista e não pelas necessidades da circulação de mercadorias, dá lugar à inflação.

As sociedades anônimas e determinados capitalistas, possuidores de obrigações depositadas nos bancos, recebem, por conta destas, empréstimos importantes para continuar seus ágios. As obrigações dos empréstimos do Estado podem, desse modo, converter-se em dinheiro, o que incrementa a inflação. O incremento dos depósitos bancários dos mo-

pitalistas. Inclusive os blocos políticos-militares, criados pelos imperialistas com a finalidade de preparar a guerra contra os países socialistas, convertem-se em arena de lutas constantes entre os componentes desses blocos.

Na atual etapa da crise geral do capitalismo surgem diversas circunstâncias que tornam mais agudas as contradições entre os Estados imperialistas. Encarniça-se, sobretudo, a luta econômica e política entre os imperialistas, devido à redução da área de exploração capitalista. Ao perder o capitalismo mundial, depois da guerra, os mercados de venda, fontes de matérias-primas, objetivos de inversões de capitais, recursos humanos, bases e comunicações, que antes possuía, em países da Europa e da Ásia, desligados, na atualidade, do sistema capitalista, tornou-se mais aguda a luta entre os imperialistas por aquelas fontes que ainda estão à sua disposição e lhes proporcionam elevados lucros monopolistas.

As contradições interimperialistas também se tornaram mais agudas devido à decomposição do sistema colonial. O imperialismo perdeu já os recursos materiais e humanos das queelas colônias e países dependentes que se separaram do sistema capitalista e se incluíram no socialista. O imperialismo perde, também, a possibilidade de aproveitar as riquezas das que foram colônias e que, apesar de não se acharem incorporadas ao sistema socialista, conquistaram sua independência política e criam, agora, sua economia nacional. O auge do movimento de libertação nacional nos países que continuam sendo ainda colônias dificulta e, em certos casos, impede que os imperialistas aproveitem, inclusive, aqueles recursos que ainda se encontram nos territórios que permanecem dominando. Tudo isso incrementa a luta entre os imperialistas, para apoderar-se das colônias existentes. (DRAGUILEV: *Crisis*, págs. 232/235.)

Decadência econômica O sistema capitalista é, portanto, minado, ao mesmo tempo, pelas tendências centristas fugas dos povos dos países coloniais e dependentes, pela luta sempre mais intensa entre os pretendentes à dominação dos mercados e por uma luta de classes cada vez mais aguda em todos os países capitalistas. Em quase todos estes, os fatores temporários que provocaram o

aumento da produção industrial começam já a desaparecer. Desde alguns anos, a agricultura está em crise. As condições amadurecem para que os sintomas de crise, que se manifestam no desenvolvimento interno de diferentes países capitalistas e são intensificados pelo processo de decomposição que se desenrola no sistema capitalista mundial, leve a uma crise econômica mundial. (KAIGL: *Particularidades*, pág. 32.)

Emulação pacífica No período de após-guerra, isto é, em condições novas — as da emulação pacífica — o imperialismo perdeu bom número de suas posições mundiais. Isto constitui o traço mais característico da nova etapa no desenvolvimento da crise geral do capitalismo: éle perdeu posições nas condições de paz e não de guerra mundial. Se bem que possua ainda enorme potencial de produção e disponha de grandes reservas materiais, assim como de grande força militar, o imperialismo perdeu, irrevogavelmente, entretanto, sua posição dominante no mundo. O sistema socialista tornou-se o fator decisivo da evolução da sociedade humana. (GOMULKA: *Competição*, págs. 33/34.)

Desenvolvimento desigual “Se desejai preservar o capitalismo nos países mais adiantados, deveis manter vossas colônias e mantê-las em situação de atraso econômico”, proclamaram, ainda recentemente, seus economistas. (...) Os países adiantados, que dispunham de embriões de indústria, concentraram-se, evidentemente, na produção industrial, enquanto os outros (quer dizer, a maioria) desenvolveram a agricultura, notadamente a produção de matérias-primas. Mas a expansão da produção industrial e da produção agrícola não prosseguia no mesmo ritmo. O peso específico da indústria na economia crescia cada vez mais rapidamente; a modificação das necessidades da sociedade acarretou a multiplicação várias vezes da produção industrial; a agricultura não a acompanhou senão de longe. Este fato é a base das diferenças que marcam o desenvolvimento econômico dos diversos países do mundo.

Mais tarde, no próprio seio da indústria, apareceu uma diferenciação: a indústria leve desenvolvendo-se menos rapidamente que a indústria pesada. (...) Mas a liberdade comercial não foi o único motor da divisão internacional do trabalho; esta foi, em parte muito grande, produto de pressões políticas e de violências militares. O mercado internacional nos fornece a prova: segundo a ONU, e em relação a 1870, os países subdesenvolvidos sofreram uma perda de 30 a 40% no valor de suas exportações, apenas em consequência da evolução em sentido inverso dos preços internacionais, de um lado, os industriais, de outro, os agrícolas e matérias-primas. É possível, a esse propósito, falar de verdadeira transferência da renda nacional. (...) Os laços estabelecidos com os países subdesenvolvidos pelos Estados imperialistas tiveram, para estes, os efeitos mais felizes. Na divisão internacional do trabalho, eles puderam concentrar, na produção que utilizam os progressos da ciência e da técnica. E seu progresso foi financiado, precisamente, em parte, do exterior, pelos países pobres, e sobretudo pelos mais atrasados. (...)

Esta divisão internacional do trabalho entre países desenvolvidos e países atrasados, que o capitalismo engendrou e tenta perpetuar, entrou em conflito com o desenvolvimento ulterior das forças produtivas. A diferença acentuou-se, nestes últimos anos, com o rápido ritmo de crescimento da produção industrial e o progresso mais lento, às vezes a queda, da produção especial dos países subdesenvolvidos. No volume global das trocas internacionais, a parte dos produtos metalúrgicos aumenta rapidamente, enquanto a das mercadorias oferecidas pelas colônias decresce constantemente. Numerosas matérias-primas naturais são substituídas por produtos sintéticos. Os países subdesenvolvidos são obrigados a esforços energéticos para modificar a orientação deficiente de sua economia; em consequência do atraso industrial, não chegam a levar seus produtos alimentícios ao nível das necessidades de uma população em crescimento constante.

No que concerne ao desenvolvimento das forças produtivas, a concepção segundo a qual as relações mais frutuosas para os países avançados são as que se estabelecem com os países de economia agrária está hoje superada. Com efeito, um parceiro mantido na situação de subdesenvolvimento não

pode comprar senão quantidade reduzida do equipamento mecânico e industrial que constitui hoje a quota mais importante da exportação dos países mais avançados. As trocas entre países industriais ocupam lugar cada vez mais importante no comércio internacional, enquanto a parte do comércio capitalista entre países industrializados e subdesenvolvidos está em declínio. Nessa ordem de idéias, pode-se citar exemplo interessante e demonstrativo: é o caso da desigualdade de desenvolvimento econômico entre os Estados Unidos e os países europeus, desigualdade bem menos acentuada do que a que separa os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas que freia, portanto, o surto econômico dos primeiros Estados Unidos. (...) O desenvolvimento das forças produtivas exige industrialização impulsionada por todos os países, a fim de que possam apresentar os seus recursos em nova divisão internacional do trabalho, estabelecida em nível superior. O estado atual das forças produtivas dos países mais avançados apresenta já exigências nesse sentido. Mas o capitalismo pode se desenvolver de outro modo que não acatando as diferenças? Seria ingênuo identificar as necessidades do impulso interior das forças produtivas com as possibilidades do capitalismo. (KOSTKA: *Problema*, págs. 3/7.)

Comércio não equivalente

Os países subdesenvolvidos perdem cada ano somas enormes nessas trocas ditas não-equivalentes. Os monopólios dos Estados Unidos, da Inglaterra e dos outros países capitalistas vendem seus produtos aos países subdesenvolvidos aos preços elevados que lhes permite seu domínio exclusivo do mercado, mas obrigam estes últimos a lhes vender suas matérias-primas e seus produtos alimentícios a baixo preço e, em regra geral, abaixo de seu verdadeiro valor. Segundo os cálculos de que se dispõe, os monopólios dos Estados Unidos tiram, somente da América Latina, perto de dois bilhões de dólares por ano de superlucros, pelo jôgo das trocas não-equivalentes.

As bruscas oscilações dos preços no mercado mundial das matérias-primas e dos produtos alimentícios, têm repercussões as mais desastrosas na economia ainda mal segura

dos países subdesenvolvidos; elas lhes impedem a estabilização indispensável à realização de planos de desenvolvimento de certa duração e os privam das reservas de divisas necessárias à compra de meios de produção. (...) Os países subdesenvolvidos são países agrários, em que 70 a 80% da população vive no campo e se ocupa da agricultura. Isto não quer absolutamente dizer que eles produzam gêneros alimentícios em quantidade suficiente. Ao contrário. A maioria esmagadora da população é cronicamente subalimentada e se torna presa da fome a cada seca ou a cada inundação. A quantidade média de calorias alimentares consumida por habitante, nesses países, não representa senão um terço do que consome o habitante dos países economicamente desenvolvidos. A relação cai ainda mais baixo, quando se trata de produtos tais como a carne, o leite, a manteiga, etc.

A despeito das considerações dos neomaltusianistas e dos seus dados tendenciosos, a fome e a subalimentação das massas, nos países subdesenvolvidos, não resultam do superpovoamento. Os países mais populosos da Ásia, como a Índia e a Indonésia, não têm população de densidade nitidamente inferior à dos países industrialmente desenvolvidos da Europa ocidental — Inglaterra, Holanda, Bélgica — em que a agricultura não ocupa senão percentagem muito mais fraca da população? (...) Aliás, nos países subdesenvolvidos, e em particular na Índia até à liquidação do domínio britânico, o rendimento médio das culturas cerealíferas ia diminuindo e era inferior, no Século XX, ao que era 400 anos antes, sob o imperador mongol Akbar. (RUBINSTEIN: *Problemas*, págs 15/16.)

Exploração comercial A enorme superioridade econômica dos países altamente desenvolvidos sobre os outros países do mundo capitalista permite-lhes ditar os preços nos mercados mundiais. Os países subdesenvolvidos são obrigados a vender seus produtos e comprar as mercadorias que lhes são necessárias a preços fixados pelos grandes monopólios capitalistas. A parte do leão das exportações dos países subdesenvolvidos é constituída pelas matérias-primas minerais e os produtos de sua agricultura; importam, em troca, produtos manufaturados acabados. Os

monopólios capitalistas aumentam constantemente a desproporção entre os preços das matérias-primas e os produtos acabados, alcançando, assim, enorme tributo aos países subdesenvolvidos, que são forçados a vender seus produtos a preços que não cobrem mesmo os seus custos. A baixa no curso de matérias-primas aprofunda-se sobretudo durante as crises econômicas que, sucessivamente, afetam os países capitalistas altamente desenvolvidos e sobretudo os Estados Unidos. Dêsse modo, os monopólios capitalistas preservam sua economia, fazendo recair os ônus da crise sobre os países subdesenvolvidos, reduzindo a renda nacional deles, sem isso já modesta, assim com suas possibilidades de acumulação e, por isso, seus investimentos.

Segundo dados da ONU, em consequência da baixa nas cotações das matérias-primas, durante a recessão que afetou os Estados Unidos, no curso dos anos de 1957-58, os países exportadores de matérias-primas perderam, anualmente, cerca de 2 bilhões de dólares, isto é, o equivalente dos empréstimos que lhes foram concedidos pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento durante seis anos. (GOMULKA: *Competição*, pág. 40.)

Atresos e ajuda Dois grupos de países entram na composição do sistema mundial capitalista: os países altamente desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, em diversos graus de seu progresso. Em 1959, o mundo contava 2.905 milhões de habitantes. Os países do sistema socialista eram habitados por 1.018 milhões de homens, ou seja, 35,1% do conjunto da população mundial, e os países do sistema capitalista por 1.886 milhões de homens, ou seja, 64,9%. 29,3% somente (552 milhões) do número total da população dos países do sistema capitalista habitavam os países altamente desenvolvidos e 70,7% (1.334 milhões) habitavam os países subdesenvolvidos. (...) A estimativa aproximada da renda nacional, em 1958 (calculada aos preços médios dos anos de 1952-1954) *per-capita*, de 17 países altamente desenvolvidos, elevava-se a 1.050 dólares, enquanto, para os outros países do sistema capitalista não se conta mais que 125 dólares, ou seja 8,5 vezes menos. O primeiro grupo de países, que representa cerca de 30% da

população, apropriar-se de 77% da renda nacional produzida em todo o sistema capitalista; resta para o segundo grupo, que conta mais de 70% da população, apenas 23%. Este grupo é, além disso, notavelmente diferenciado. Conta-se, por habitante da América Latina, com efeito, cerca de 300 dólares; da África, cerca de 90 dólares; do Oriente Médio, cerca de 190 dólares; e da Ásia (sem o Oriente Médio e o Japão), cerca de 70 dólares. Avaliada por habitante desta zona asiática, que compreendia, em 1958, 718 milhões de habitantes, ou seja 39% do total da população do sistema capitalista, a renda nacional era, por consequência, 16 vezes menor que nos países altamente desenvolvidos e, em relação exclusivamente aos Estados Unidos, essa diferença era 27 vezes menor (...)

Aspirando a sair da miséria e do atraso, esses países indagam se podem fazê-lo continuando na via capitalista do desenvolvimento. O problema do desenvolvimento dos países atrasados solicita, hoje, a atenção de numerosos economistas burgueses, e inquieta profundamente os governos dos Estados imperialistas. Como se explica que os Estados imperialistas, para os quais esse problema era, no passado, de todo indiferente — viam mesmo interesse em manter esses países em situação de atraso — manifestem, atualmente, "profunda inquietação" pelo seu desenvolvimento econômico?

Não é difícil encontrar resposta: em razão do rápido ritmo de desenvolvimento dos países do sistema socialista, a situação atual, nos países atrasados do sistema capitalista, ameaça a estes da separação continuada de novos países. O ritmo rápido do desenvolvimento dos países socialistas, no momento em que se registra fraco ritmo de desenvolvimento dos países atrasados do sistema capitalista, pode tornar-se poderoso estimulante destes para o caminho do mundo socialista. É este, precisamente, o motivo da crescente inquietação dos Estados imperialistas. (...) A história dos países do sistema socialista que, na sua maior parte, eram mais ou menos atrasados — e de que alguns, como a República Popular da China, ainda o são hoje — provou quanto rapidamente pode-se abandonar o atraso, engajando-se na via socialista do desenvolvimento. O ritmo de desenvolvimento dos países socialistas é inacessível aos países atrasados do sistema capitalista. Por três razões:

Primeiro, porque grande parte de sua renda nacional passa, sob diversas formas, ao bolso dos monopólios e de seus Estados; segundo, porque, nas condições sociais desses Estados, é impossível mobilizar as imensas reservas de energia criadora dos povos, o que é indispensável para aumentar a acumulação e os fundos de investimento; e, enfim, porque grande parte da renda nacional desses países é empregada imprudentemente pelas camadas parasitárias da sociedade.

Os cálculos estimativos da Organização das Nações Unidas nos mostram que, se os países subdesenvolvidos do sistema capitalista colocassem a tarefa, extremamente modesta, de elevar a renda nacional, fásse de 2% por habitante em ano, levando em conta o índice de sua progressão demográfica, os fundos de investimento destinados, cada ano, deveriam atingir a soma de 19 a 20 bilhões de dólares, em preços correntes. Ora, a acumulação anual líquida de todos esses países representa valor de 6 a 7 bilhões de dólares. Assim, para atingir os 2% de acréscimo da renda nacional calculada por habitante falta a esses países a soma de 13 a 14 bilhões de dólares por ano, necessária à realização dessa tarefa modesta.

Se, mesmo por milagre, se conseguisse atingir esses dois por cento, então os países cuja renda por habitante não ultrapassa atualmente 100 dólares por ano — e eles englobam cerca de um bilhão de habitantes do mundo capitalista — teriam necessidade de mais de 70 anos para atingir a renda nacional dos habitantes da Polónia, sem falar dos países mais desenvolvidos que a Polónia. Mas mesmo esse modesto sonho é irreal. Segundo os dados da Organização das Nações Unidas (*United Nations World Economic Survey 1955* — New York, 1956), a situação, no domínio da produção industrial e agrícola de todos os países subdesenvolvidos não melhorou muito, porque, adotando o índice 100 para a produção de 1938, ela não se elevou, em 1954, em 16 anos, portanto, que de 5%, calculada por habitante. E, o que é mais grave é que nos países do sudeste da Ásia a produção calculada por habitante baixou, durante período análogo, de 10%. Os anos seguintes não trouxeram nenhuma melhora nesse domínio. (...)

Durante os anos de 1950-1959, o ritmo anual de crescimento da produção industrial, na República Popular da Chi-

na, era de 29%, contra cerca de 5% apenas na Índia. A China desenvolvia, portanto, a sua indústria, seis vezes mais depressa do que a Índia. A agricultura chinesa se desenvolvia, igualmente, durante esse período, bem mais depressa do que na Índia. (...) Segundo os cálculos de M. Hoffman, que exerce as funções de diretor geral do Fundo Especial das Nações Unidas, o valor da ajuda econômica concedida, durante o ano financeiro de 1957-58, pelos Estados imperialistas à zona dos países subdesenvolvidos elevou-se a cerca de 4 bilhões de dólares; sobre esses bilhões, cerca de 2,4 bilhões de dólares representava ajuda dita governamental, proveniente de diversas instituições internacionais, dependentes dos governos das potências imperialistas, e o resto, ou seja 1,6 bilhões, provinha dos monopólios capitalistas internacionais, enquanto capital privado. Ao mesmo tempo — sempre segundo os cálculos de M. Hoffman — a partir de 1955, a União Soviética concedeu ajuda aos países subdesenvolvidos da zona capitalista elevando-se a cerca de 700 milhões de dólares por ano. Como resulta desses dados, falta ainda aos países subdesenvolvidos uma soma de cerca de 8 a 9 bilhões de dólares por ano para atingir os 2% de crescimento da renda nacional calculado por habitante. (...)

Assim, por exemplo, os fundos de investimento destinados à extração de uma tonelada de petróleo bruto, durante os anos de 1949-1958, elevaram-se a 12,3 dólares, nos Estados Unidos, mas no Oriente Médio a 1,18 dólares apenas. Em consequência, os monopólios americanos atiraram-se ao petróleo do Médio e Próximo Oriente porque o capital que ali investiam era amortizado dez vezes mais depressa do que nos Estados Unidos. Os fundos de investimento dos monopólios capitalistas nos países subdesenvolvidos são amortizados, em média, no curso de 3 a 4 anos, depois do que os monopólios entram na renda nacional desses países, sem nenhuma contrapartida. (...) O economista argentino J. Fuchs, em sua obra intitulada *A Penetração dos Trustes Americanos na Argentina*, nos ensina que os investimentos e reinvestimentos efetuados na América Latina pelos monopólios dos Estados Unidos passaram de 754 milhões, em 1908, a 6.556 milhões de dólares, em 1955, e que os lucros realizados pelos Estados Unidos, de 1945 a 1955, seja no curso de dez anos, elevaram-se a 5.610 milhões de dólares. Convém

observar que se deve juntar cerca de dois terços da soma destinada aos investimentos que provinha dos reinvestimentos, isto é, dos lucros que não foram transferidos pelos monopólios. (...) Nas ferrovias da Guatemala, os monopólios americanos investiram, de 1910 a 1952, cerca de 19 milhões de dólares, enquanto os lucros que retiraram delas subiram a 98 milhões de dólares. (GOMULKA: *Competição*, págs. 35/42.)

Ajuda e atraso De 1945 a 1953, o total de investimentos a longo prazo dos Estados Unidos no exterior atingiu 6,3 bilhões de dólares; enquanto, no mesmo período, os lucros foram de 11,6 bilhões de dólares, ou seja, uma transferência líquida de 5,3 bilhões para os Estados Unidos. De sua parte, os monopólios britânicos investiram, em 1955, nas colônias, 45 milhões de libras, e retiraram delas um lucro de 200 milhões de libras. (...) A exploração direta e a violência são, em certos casos, substituídas, de alguns anos a esta parte, por diferentes formas de "ajuda". Para apreciar exatamente a situação atual, é preciso analisar o conteúdo dessa "ajuda" e sua amplitude. São os Estados Unidos que ocupam nisso o primeiro lugar. Para 1957-58, o projeto de orçamento apresentado ao Congresso por Eisenhower previa 4.400 milhões de dólares de "ajuda", dos quais 2.450 para "ajuda militar" (que tem a tendência de aumentar rapidamente) e somente 1.950 para "ajuda econômica". Mas esta última é determinada pela procura de benefícios políticos. O Conselho Nacional do Comércio Exterior dos Estados Unidos (que agrupa os grandes monopólios) frisa, aliás: 'A ajuda governamental aos países estrangeiros não se justifica senão quando traz aos Estados Unidos vantagens políticas ou estratégicas', reafirmando, assim, o que foi dito e repetido por personalidades oficiais americanas. (KOSTKA: *Problema*, pág. 9.)

Imperialismo e subdesenvolvimento Em 1945, sobre os 2,3 bilhões de habitantes do globo terrestre, mais de 700 milhões, isto é, 30%, viviam em territórios que eles próprios não administravam (colônias e protetorados); na hora atual, esse número não é mais

do que 160 milhões sobre 2,7 bilhões, ou seja, 6%. Na Ásia, estas transformações foram as mais acentuadas. Até a Segunda Guerra Mundial, 48% da população da Ásia não-soviética pertenciam às colônias, e protetorados das potências imperialistas, e 46% a países semicoloniais ou dependentes. Na hora atual, as colônias e protetorados não agrupam mais que 1% da população da Ásia, e os países semicoloniais e dependentes 16%; o campo socialista engloba 44% da população, o Japão, país capitalista desenvolvido, 6%, enquanto que 33% se repartem entre nações que ascenderam à independência depois da guerra e se engajaram na via de desenvolvimento político e econômico autônomo (Índia, Birmânia, Indonésia, Ceilão, Síria, etc...) (...)

"A anexação econômica — escrevia Lênin — é plenamente realizável sem a anexação política e é encontrada constantemente nos fatos". (...). Jawaharlal Nehru deu, em janeiro de 1953, em carta à sua filha, eloquente definição dessas anexações econômicas, de que o imperialismo americano era costumeiro: "Não te passe pela imaginação que o império dos Estados Unidos se reduz ao arquipélago filipino. Na aparência, surge este como sua única possessão mas, levando em conta a experiência e as dificuldades das outras potências imperialistas, eles souberam aperfeiçoar os métodos antigos. Quando se atiram a um país, não se dão ao trabalho de anexá-lo, como a Grã-Bretanha anexou a Índia. Tudo o que os interessa é o lucro; eis porque se esforçam por controlar as riquezas do país. Obtido esse resultado, não lhes é difícil assegurar o controle da população e do país inteiro. Assim, sem grandes tropeços e sem se chocar com o nacionalismo ativo, controlam um país e apoderam-se de suas riquezas. Este método astucioso chama-se imperialismo econômico. As cartas geográficas não o denunciam. O país, a julgar pelos manuais de Geografia ou pelos Atlas, pode parecer livre e independente. Mas se se vai um pouco mais ao fundo das coisas, descobre-se que está preso nas mãos de outro país ou, mais exatamente, de seus banqueiros e de seus grandes capitalistas. É sobre esse império invisível que reinam os Estados Unidos da América". (...)

As potências imperialistas se esforçam por manter seu domínio sobre os países subdesenvolvidos, concedendo-lhes, por vezes, uma independência política puramente formal, em

tudo os mantendo pelo laço da finança e da política militar em estado de sujeição colonial. No número de métodos utilizados podem citar-se: controle das principais fontes de matérias-primas, da organização bancária, das indústrias-chaves, do comércio exterior, monopólio do fornecimento de armamentos, criação de bases militares em território estrangeiro, inclusão em blocos militares, etc. (...)

Os países subdesenvolvidos compreendem dois terços da população do globo terrestre. Sua contribuição à produção industrial mundial, entretanto, reduz-se a pouca coisa. (...) Somente alguns possuem siderurgia. Na produção mundial de fonte, não concorrem senão com 4%; na de aço, com 3% somente, se bem que a capacidade de produção de suas acia-rias tenha triplicado, de 1938 a 1951. (...) Para a energia elétrica, tão importante no desenvolvimento econômico, a parte dos países subdesenvolvidos na produção mundial era, em 1952, de cerca de 6%. (...)

É assim que na Ásia (não compreendidos o Japão e a China) oito espécies de mercadorias constituem, elas somente, 60% do valor global das exportações. São a borracha, o chá, o arroz, os óleos vegetais, o estanho, o açúcar, a juta e o algodão. Em numerosos casos, dois tipos de matérias-primas ou de produtos alimentícios representam 70 a 80% do valor total de suas exportações. Por exemplo, em 1955, 82% das exportações da Maláia eram constituídas por borracha e estanho; 81% das exportações do Ceilão, por chá e borracha; 81% das exportações da Birmânia, por arroz e borracha; 78% das exportações do Paquistão, por juta e algodão; 74% das exportações da Tailândia, por arroz e borracha. (...)

Assim, o extremo retardo da economia nacional nos países da Ásia, da África e de outras partes do mundo, a miséria e a fome que esmagam as massas populares, a manutenção de vestígios feudais e semif feudais, são a consequência direta do longo domínio exercido pelos Estados imperialistas. (...) No Século XIX, a Índia viu morrer de fome mais de 32 milhões de pessoas, e a fome foi mais terrível na segunda do que na primeira metade do século. As coisas se agravaram no Século XX. Em 45 anos, o número de mortos de fome ultrapassou 30 milhões de pessoas. (...)

Estes ideólogos levantam-se em termos categóricos contra a tese segundo a qual "a industrialização constitui o caminho essencial, permitindo aos países subdesenvolvidos atingir sua independência econômica e melhorar sua posição no mercado mundial". Em oposição aos esforços desenvolvidos por esses países, para desenvolver sua indústria nacional, esses benévolo tutores americanos se empenham em vencer os governantes dos países subdesenvolvidos a afastar toda idéia de industrialização e concentrar seus esforços no desenvolvimento da agricultura e obtenção de matérias-primas. Recomendamos com insistência não encorajar senão os ramos da indústria que não exigem nem oneroso equipamento, e complexo, nem grande número de operários especializados. "As atividades que melhor correspondem a estas exigências — escrevem — são as indústrias alimentícias e têxteis, as de vestuário, de materiais de construção, de mobiliário, de utensílios agrícolas simples e de fabricação de objetos de uso corrente. (...)

O *brain trust* da política externa americana, quanto a isso, não tem o que esconder e faz jus a essa fama. "O governo dos Estados Unidos, — lemos, no livro antes citado — outorga a outros países empréstimos ou donativos em dinheiro porque estes constituem meios eficazes e moralmente justificados de atender os fins visados pela política externa americana. Toda ajuda que corresponde a estes critérios é bem fundamentada, a que não corresponde não deve ser concedida". A "ajuda" americana aos países subdesenvolvidos (como, de resto, a todo outro país), é, antes de tudo, uma ajuda militar que os Estados Unidos concedem aos Estados Unidos. Foi assim que, no exercício financeiro 196-57, a ajuda militar direta e a "defesa militar" abrangeram 85% das despesas americanas com a "ajuda" aos países estrangeiros. (RUBINSTEIN: *Problemas*, págs. 16/21.)

Submissão colonial A crise de 1929-1933 reduziu de forma inaudita os preços da produção colonial, enquanto, ao mesmo tempo, decrescia a exportação dos países coloniais: alargava-se, assim, cada vez mais, o abismo entre os preços das mercadorias coloniais e os dos artigos manufaturados, entravam em ruína massas

imensas do campesinato colonial, ao mesmo tempo que eram reduzidas as jornadas dos operários, em detrimento de toda a economia dos países coloniais, no qual se acentuava o domínio do capital estrangeiro. (...) Servindo-se de seu poderio econômico, de seu predomínio político e das medidas que privaram as colônias e semicolônias de sua independência aduaneira, os monopólios imperialistas frearam deliberadamente o desenvolvimento da indústria pesada em tais países. (AVARIN: *Sistema*, págs. 28/35.)

Colonialismo e população O lento desenvolvimento do capitalismo nos países subdesenvolvidos, coloniais e semicoloniais teve como resultado a formação de um "excesso" de população. Por outro lado, o emprego de máquinas desalojou da produção aos artesãos e a obrigação de importar artigos manufaturados dos grandes países industriais levou à ruína, em não poucos casos, as indústrias locais e as emprêsas artesanais que despediram seus operários. Nesta situação a superpopulação, tanto transitória como permanente, e todas as formas de desocupação alcançaram — nas condições criadas pela segunda fase da crise geral do capitalismo, em muitos países subdesenvolvidos — níveis até então desconhecidos. (AVARIN: *Sistema*, pág. 156.)

Colonialismo e renda Uma das causas fundamentais do nível sumamente baixo da renda nacional, nos países coloniais e dependentes, como também nos subdesenvolvidos, devemos encontrá-la na ação dos monopólios estrangeiros, que extraem lucros máximos desses países e, por meio da espoliação impositiva e de outros métodos, ficam com parte dessa mesma renda nacional. Ao subtrair porção considerável da renda nacional, os imperialistas impedem que os povos submetidos desenvolvam e incrementem sua produção agrícola e industrial. (AVARIN: *Sistema*, pág. 175.)

Neocolonialismo

O velho colonialismo clássico, de dominação política direta, tal como foi aplicado pelos britânicos e pelos franceses, tendo sido vencido, os colonialistas americanos o substituem pela ajuda econômica, pactos militares de defesa contra a pretendida ameaça do comunismo, missões técnicas, etc. Estas formas de ajuda, em lugar de realmente favorecer o desenvolvimento da economia atrasada desses países recém-independentes, obstruem em realidade sua própria via para a independência e os obrigam a aceitar a dominação ou o controle desses imperialistas generosos e atentos.

Em numerosos países, a burguesia nacional, como o povo, estimam necessário que o desenvolvimento econômico seja empreendido por meio de diferentes graus e formas de *propriedade do Estado do capital*. Tal propriedade ajuda o povo a exercer certo controle democrático sobre as atividades do capital e põe os trabalhadores e seus sindicatos diretamente em contato com as atividades de seu governo, no domínio da economia nacional e na vida da população.

Os imperialistas estrangeiros ficam irritados por essa expansão e esse desenvolvimento do setor nacional da economia nesses países. Ficam descontentes de toda limitação ou restrição imposta às atividades do capital estrangeiro. Eis porque, quando esses governos os pressionam por ajuda econômica, exigem garantias para a propriedade de seu capital contra toda nacionalização próxima ou futura, exigem liberdade de exportar seus lucros e estatuto especial para seus técnicos; tudo isso conduz a uma discriminação contra o capital, os técnicos e os trabalhadores do país. (DANGE: *Luta*, pág. 36.)

Teorias do desenvolvimento

O problema do desenvolvimento econômico reside no estudo dos fatores e condições que determinam o ritmo da reprodução ampliada. Este problema ocupa lugar destacado tanto na economia capitalista quanto na socialista. Mas é focalizado, como qualquer outro problema econômico, de modo inteiramente diverso pela Economia Política burguesa e marxista. Na literatura econômica burguesa contemporânea, êle é alçado ao primeiro plano e com frequência apre-

sentado como uma espécie de nova Economia Política. Nos Estados Unidos, por exemplo, é amplamente difundida a expressão "Economia Política do Desenvolvimento". Nesse sentido, pode-se falar do desenvolvimento econômico como corrente particular da ciência econômica. Tal formulação é adotada, também, por alguns economistas estrangeiros progressistas, muito próximos do marxismo. Não existe, porém, uma teoria única do desenvolvimento e, em nossa opinião, o assunto deve ser tratado como um problema particular, uma seção especial, e não uma corrente determinada da Economia Política.

Existem grandes divergências entre os numerosos autores que estudam esse problema. Não existe uma teoria única do desenvolvimento econômico em virtude das mesmas causas pelas quais não existe e não pode existir, digamos, uma teoria única do lucro, da acumulação de capital ou das crises. O conhecido crítico soviético da Economia Política burguesa contemporânea, I. G. Blumin, a propósito das teorias burguesas sobre o desenvolvimento econômico, escreveu: "O estudo da literatura dedicada ao problema da dinâmica econômica permite chegar a duas conclusões gerais: em primeiro lugar, entre os autores que se ocupam desse problema existe grande discordância. Cada autor focaliza à sua própria maneira a dinâmica econômica. Em segundo lugar, as tentativas teóricas de analisar essa dinâmica pecam pela impotência". A divergência de opiniões reflete a diferença de interesses entre as diversas classes e grupos sociais.

A maioria das teorias econômicas sobre o desenvolvimento econômico reflete os interesses do capital monopolista, como um todo, ou de seus agrupamentos mais reacionários, e serve como fundamentação à política econômica dos Estados imperialistas. O objetivo dessa política é assegurar, através da intervenção estatal, o funcionamento da economia capitalista, que perdeu sua capacidade de auto-regulação. Paralelamente, existem teorias que contêm uma crítica ao capital financeiro, do ponto de vista da burguesia pequena e média. Essas teorias refletem o crescente descontentamento das massas de pequenos e médios capitalistas com a dominação dos trustes todo poderosos e sua aspiração a atenuar a opressão insuportável dos monopólios, por meio de algumas reformas sociais que não afetem as bases do capital monopolista, a

retirar um pouco da força gigantesca dos monopólios capitalistas, que entravam o desenvolvimento econômico.

A discordância entre os diversos autores de teorias burguesas sobre o desenvolvimento é reflexo natural, embora deformado, da desigualdade do desenvolvimento econômico e político dos diversos países capitalistas, que se acentua sob as condições da crise geral do capitalismo mundial; é reflexo das particularidades do desenvolvimento econômico dos diversos países nas diferentes etapas da crise geral do capitalismo. A discordância entre as opiniões dos economistas burgueses reflete as condições da própria realidade capitalista, as mudanças essenciais que ocorrem no processo do desenvolvimento econômico, nos diferentes países e nos diferentes períodos da crise do capitalismo mundial. As teorias burguesas sobre o desenvolvimento econômico foram mais difundidas no período entre as duas guerras mundiais, e, especialmente, depois da Segunda Guerra Mundial. (Vicoski: *Desenvolvimento*, págs. 378/379.)

Decomposição colonial Sob a influência da Revolução de Outubro na Rússia, a luta dos povos das colônias por sua libertação nacional tomou impulso considerável: teve início a crise do sistema colonial do imperialismo. A crise significa sério agravamento das contradições entre as potências imperialistas e as colônias e países dependentes. A expansão da luta pela emancipação nacional teve como consequência a libertação de colônias e países dependentes do jugo imperialista. As forças de libertação nacional tomaram forma e se expandiram. As fileiras do proletariado — a classe mais revolucionária da sociedade contemporânea — começaram a crescer. O proletariado levou o campesinato, que constituía o grosso da população colonial, para a luta contra o imperialismo. A burguesia nacional, cujos interesses colidiam com o domínio dos monopólios estrangeiros, também se ampliou.

Durante a Primeira Guerra Mundial, as metrópoles imperialistas não puderam abastecer as colônias de artigos manufaturados, uma vez que suas indústrias estavam preocupadas com as encomendas de guerra. Isso provocou o rápido crescimento, em especial da indústria têxtil, nas colônias. As

fábricas ampliaram-se e instalaram-se novas fábricas. Baseando-se no desenvolvimento econômico das colônias e sob a influência da Revolução de Outubro, o movimento de emancipação nacional assumiu dimensões e formas que não existiam antes da Primeira Guerra Mundial. (...) Depois da Segunda Guerra Mundial, os povos de muitas colônias e países dependentes libertaram-se do regime colonial e enveredaram pelo desenvolvimento independente. A *desintegração* do sistema colonial do imperialismo começou então. (Nikitin: *Fundamentos*, págs. 190/192.)

Contração do mercado

Um dos traços característicos da crise geral do capitalismo é o *agravamento do problema dos mercados e das esferas de investimento de capital*. A causa desse agravamento é a *impossibilidade de vender mercadorias*. O fato de um país como a Rússia se ter desligado do sistema capitalista, na primeira etapa da crise geral do capitalismo, intensificou a luta entre os países capitalistas pelos mercados e esferas de investimento de capital. Na segunda etapa da crise geral do capitalismo, com a formação do sistema socialista mundial, o capitalismo perdeu outros grandes mercados e esferas de investimento de capital. O estabelecimento da economia socialista mundial redundou na formação de um mercado socialista mundial. Surgiram dois mercados internacionais opostos: o mercado dos países socialistas e o dos países capitalistas.

A contração da esfera de exploração capitalista, a atual *desintegração do sistema colonial do imperialismo*, a *deterioração da posição das massas trabalhadoras e a militarização da economia* combinam-se para tornar particularmente profundas, hoje em dia, as *contradições observadas no mercado capitalista internacional*. A *competição orlunda do capitalismo* que agora se desenvolve nas nações é outra razão para a *exacerbação da luta pelos mercados*. Essas nações estão cada vez mais competindo contra os países industrialmente desenvolvidos pela venda de suas mercadorias. Isso se aplica em especial à produção das indústrias leves.

A luta por mercados e esferas de investimento de capital conduz a conflitos entre as associações monopólicas ca-

pitalistas e entre os Estados imperialistas. Intimamente ligados ao agravamento do problema de mercados e esferas de investimento de capital estão o *crônico funcionamento, abai-xo da capacidade, das empresas industriais* e o *permanente desemprego em massa*. (...) Em muitos países, o desemprego em massa tornou-se verdadeira calamidade nacional. (NIKITIN: *Fundamentos*, págs. 194/195.)

Economia keynesiana

Keynes foi defensor resolutivo dos interesses do capital monopolista. Ao mesmo tempo, compreendia toda a seriedade do problema que se coloca diante do capitalismo contemporâneo... "O mundo — escreveu ele — de modo nenhum tolera o desemprego que... acompanha, inevitavelmente, o individualismo capitalista contemporâneo". Keynes critica os economistas burgueses contemporâneos, cujas conclusões teóricas não correspondem à observação dos fatos. Em particular, crítica a infeliz lei da igualdade entre a oferta e a procura, observando com mordacidade a seus colegas e mestres universitários que eles passavam a desempenhar o papel de cãndidos, que se alheam do mundo no cultivo de seus jardins, ensinam que tudo vai pelo melhor dos mundos, bastando que se deixe as coisas andarem por si mesmas. Èle recusava-se a crer na força auto-reguladora do mecanismo capitalista. Recomendava insistentemente "a ampliação das funções do governo relacionadas com a tarefa de coordenação da produção a consumir e dos incentivos à inversão... como o único meio prático possível de evitar a completa ruína das formas econômicas existentes e como condição de êxito do funcionamento da iniciativa privada".

Nessa tese de Keynes, entrelaçam-se, caprichosamente, duas idéias contraditórias. De um lado, êle como que sente a situação crítica do capitalismo, compreende que as formas econômicas vigentes, ou seja, o sistema capitalista contemporâneo, em consequência do desarranjo do seu mecanismo econômico, encontram-se à beira da ruína. De outro lado, êle se esforça por difundir a opinião de que existe a possibilidade de assegurar as condições necessárias ao funcionamento com êxito do sistema capitalista. Para isso, afirma êle, é

bastante, por meio da intervenção estatal, pressionar a produção ao consumo e reforçar os incentivos à inversão.

Na literatura burguesa e, particularmente, na reformista, fala-se com frequência de uma "revolução keynesiana". Em essência, trata-se de tentativa de sanear o sistema capitalista com a ajuda da regulação da economia pelo Estado. As recomendações de Keynes reduzem-se à conservação dos investimentos em nível adequado, por meio do contróle sobre a taxa de juro, à orientação dos recursos do Estado para investimentos ou trabalhos sociais, e, finalmente, à "regularização" da desvalorização da moeda, a fim de baixar a taxa de juro e o salário real. (NIGOBSKI: *Desenvolvimento*, págs. 382/383)

Monopólio e estagnação

Tem-se a impressão de que os "grandes negócios" não estão de modo algum interessados na utilização completa do potencial produtivo, uma vez que os custos da sua subutilização, através dos preços de monopólio, são transferidos para os consumidores, e o volume de produção contido em determinados limites permite sustentar os altos preços de monopólio, não só nos períodos de conjuntura alta como também nos períodos de queda de produção. Bastaria que os monopólios americanos pusessem em movimento o potencial produtivo existente, para que o volume de produção, de golpe, aumentasse significativamente e o desemprego se reduzisse de modo substancial. Mas, nesse caso, a curva dos salários iria seguramente desviar-se para cima, e a curva dos preços para baixo. Isso é precisamente o que temem os monopólios capitalistas, precisamente por isso apóiam a todo custo a permanente subutilização do potencial produtivo e o desemprego crônico.

Só aparentemente o grande capital suporta resignado a carga da subutilização, depositada sobre êle pela concorrência impiedosa. A época da livre concorrência não conheceu a subutilização do potencial produtivo como fenômeno permanente. Os potenciais de reserva são instrumentos nas

mãos dos "grandes negócios", para a conquista de posições novas no mercado de oferta, e para sua utilização como diques para conter a torrente de mercadorias que podem arruinar o sistema dos preços de monopólio. Com a ajuda do sistema dos preços de monopólio, o custo dos potenciais produtivos paralisados transfere-se para a sociedade, reduzindo-se o salário real dos operários, a renda dos agricultores, as rendas e lucros da pequena e média burguesias. (VIGODSKI: *Desenvolvimento*, pág. 407.)

Inutilidade da técnica Na verdade, a revolução técnico-científica atual não pode ser completada e aproveitada por toda a humanidade, se se conservarem as relações capitalistas de produção. É impossível avaliá-las corretamente, do ponto de vista sócio-econômico, sem levar em conta as relações de produção nos quadros das quais se desenvolvem as forças produtivas. As mudanças que têm curso na economia dos países capitalistas só podem ser compreendidas se se focalizam as relações de produções e as forças produtivas como elementos interrelacionados e como um único conjunto. Mas é precisamente esse tipo de análise que não agrada à esmagadora maioria dos economistas burgueses. Um reconhecimento indireto de determinada influência das relações de produção capitalistas no curso e nas consequências sócio-econômicas do progresso técnico atual está implícito nas manifestações acima citadas de economistas burgueses sobre as supostas mudanças qualitativas ocorridas no sistema do capitalismo, que permitem, segundo eles, utilizar agora em proveito do "bem estar geral" as conquistas dos braços e da razão humanos. Tais concepções teóricas não se distinguem pela originalidade. (GROMEKA: *Revolução*, págs. 416/417.)

Desemprego crônico Contudo, a causa real da enfermidade do capitalismo não é o "ócio excessivo", e sim o desemprego crônico, que atinge proporções colossais. Causa hilaridade o falatório sobre "ócio" em relação aos operários que têm tempo livre, seja porque estão parcialmente desempregados, seja porque são

obrigados a procurar um segundo emprego, uma vez que o primeiro não lhes assegura o mínimo necessário à subsistência. Em 1963, nos Estados Unidos, havia cerca de 2,5 milhões de desempregados parciais (dados de março). O número de pessoas obrigadas a trabalhar em dois ou mais lugares era superior a 3,3 milhões. Para eles, e para milhões de desempregados completos, a tragédia está em que não podem ocupar seu "tempo livre" com um trabalho que lhes permita satisfazer suas necessidades materiais, mesmo mínimas. O desemprego, nos países capitalistas, assumiu tais proporções que muitos economistas burgueses são obrigados a reconhecer a necessidade da adoção de certas medidas para atenuá-las. Compreendem que "os operários politicamente conscientes não suportarão os sofrimentos" que lhes causa o progresso técnico no capitalismo, se não forem tomadas determinadas medidas para alívio de sua situação. O Secretário do Trabalho dos Estados Unidos, W. Urtz, manifestou o temor de que o desemprego, especialmente alto entre os jovens, "pode transformar-se num dos problemas dotados de maior força explosiva da nossa história nacional". (GROMEKA: *Revolução*, 422/423.)

Alterações do ciclo Recordemos que o ciclo é o período que vai do início de uma crise econômica ao início de outra. O ciclo compõe-se de quatro fases: crise, depressão, recuperação e prosperidade. No período da crise geral do capitalismo, também ocorrem mudanças no ciclo capitalista: a duração do ciclo encurta, de sorte que as crises se tornam mais freqüentes. Antes da Primeira Guerra Mundial, as crises econômicas ocorriam com intervalo de 8-12 anos. No período entre as guerras mundiais (1918-1938) houve três crises econômicas, i. e., uma crise em cada intervalo de 6-7 anos. Ao mesmo tempo, as fases de crise e depressão se prolongaram, e a fase de prosperidade tornou-se menos estável. As crises, anteriormente duravam de dez a quinze meses a dois anos, mas a crise de 1929-33 estendeu-se por quatro anos. Finalmente, no período da crise geral do capitalismo, as crises econômicas ocorrem em freqüência cada vez maior. (NIKITIN: *Fundamentos*, págs. 195/196.)

Desenvolvimento desigual

O desenvolvimento desigual de emprêsas, industriais e países, considerados individualmente, é típico de toda a era capitalista. O desenvolvimento desigual provém da concorrência e da anarquia da produção capitalista. No período pré-monopolista, o capitalismo pôde desenvolver-se com relativa tranquilidade. Alguns países foram superados por outros, durante longo intervalo de tempo. Mas a natureza do desenvolvimento desigual do capitalismo alterou-se com a transição para o imperialismo. Os países passaram a desenvolver-se aos trancos e barrancos. O progresso inaudito da tecnologia deu a alguns países a oportunidade de ultrapassarem os rivais. Os que tomaram a dianteira trataram de apoderar-se da maior quantidade possível de matérias-primas, novos mercados e esferas de investimento de capital. Mas já não havia territórios a tomar, de vez que a divisão do mundo estava concluída. A alteração da posição das forças econômicas e militares entre as potências imperialistas conduziu ao conflito. (NIKITIN: *Fundamentos*, págs. 185/186.)

Capitalismo monopolista de Estado

As raízes históricas desse desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado são complexas e não tentarei discutí-las aqui. Em larga parte, residem nos conflitos internacionais do imperialismo. É de se notar que os primeiros reparos em relação às concepções liberais (*de laissez faire*) da função do Estado, caras ao Século XIX foram suscitadas por considerações de rivalidade imperialista, e que o capitalismo monopolista de Estado conheceu o seu maior desenvolvimento no curso das duas guerras mundiais. A política econômica do governo preocupou-se muito, desde 1945, em impulsionar as exportações e controlar o valor da libra no mercado de trocas e o movimento dos capitais no estrangeiro; é possível sustentar que a manutenção, em tempo de paz, de tal grau de intervenção estatal e de nível tão elevado de despesas governamentais, está estreitamente ligando à guerra fria e à "militarização da economia". (DOBB: *Transformações*, pág. 45.) (...)

O que me parece, nem pode ser negado, é que vivemos um período de alterações técnicas fundamentalmente revo-

lucionárias, no curso do qual as forças produtivas sofreram transformação fundamentalmente crucial, um "salto" qualitativo. Se assim foi, não poderia deixar de ter profundas repercussões nas relações de produção e no funcionamento geral do capitalismo. Não será talvez inexacto estabelecer um laço (mesmo indireto) entre essas alterações nas forças produtivas e a aceleração das tendências ao capitalismo monopolista de Estado de que falamos. (DOBB: *Transformações*, págs. 51.) (...)

O capitalismo monopolista de Estado já existia na América: tornou-se, hoje, característica fundamental. Ele é provavelmente mais desenvolvido do que era em qualquer país antes da Segunda Guerra Mundial. De um lado, disso resulta luta mais intensa entre os diferentes grupos monopolistas, pelo contróle do aparelho central do Estado. De outro lado, o "capitalismo monopolista de Estado é a preparação material mais completa do socialismo, a antecâmara do socialismo, a etapa histórica que *nenhuma outra etapa intermediária separa do socialismo*". (Lênin: "A catástrofe iminente e os meios de conjurá-la". In *Obras*, ed. francesa, t. 25, pág. 390) (PERLO: *Fisionomia*, págs. 214/215.)

Militarização da economia

A rigorosa militarização da economia, nos países capitalistas, após a Segunda Guerra Mundial, representa uma tentativa dos monopólios para obter, em tempo de paz ou num período sem grandes conflitos, certos "fatores de impulso" e de "crise" inerentes às guerras. (...) A extensão considerável da produção de armamentos, que começou em 1949-1950, no quadro da militarização da economia, tem isto de particular, que *esta exclusão do processo da reprodução não se faz somente temporariamente no quadro da economia de guerra, mas torna-se uma característica da economia "de paz" nos diversos países imperialistas*. (SCHMIDT: *Problemas*, pág. 704) (...)

A militarização da economia implica a passagem de parte considerável da indústria da produção civil para a produção de armamentos e a estocagem de valores materiais, sob a forma de reservas estratégicas. Nos E.U.A., por exemplo, a despesa militar direta da administração federal, às vés-

peras da Segunda Guerra Mundial, correspondia a 14% da despesa orçamentária global, mas de 1953 para cá a despesa militar direta por ano compreende dois terços do orçamento federal anual. Em 1964-65, essa despesa importou em 51.200 milhões. Na Grã-Bretanha e na França, a despesa militar no período do após-guerra representou um terço do orçamento anual. A militarização da economia e a corrida armamentista criam o perigo da guerra. Por esse motivo, a União Soviética, os outros países socialistas e toda a humanidade que ama a paz estão empenhados numa permanente *luta pelo desarmamento geral e completo*.

As potências imperialistas, contudo, não se mostram inclinadas a levar avante o desarmamento geral e completo. Por quê? Porque a corrida armamentista conduz a um aumento sem precedentes dos lucros dos monopólios. Os lucros dos monopólios norte-americanos, por exemplo, passaram, entre 1938 e 1962, de 3.300 milhões de dólares para 51.000 milhões de dólares, i.e., aumentaram mais de quinze vezes. Os lucros totais de 250 corporações passaram de 7.500 milhões de dólares, em 1961, para 8.800 milhões de dólares, em 1962, i.e., tiveram um aumento de 16,4%. Além disso, afirmam os ideólogos do capitalismo que a militarização da economia nacional e a corrida armamentista libertam a economia capitalista das crises econômicas e do desemprego. Na realidade, a militarização da economia, aprofundando a disparidade entre as potencialidades produtivas e a decrescente demanda efetiva da produção, conduz inevitavelmente a uma nova e mais profunda crise econômica.

A corrida armamentista constitui ónus terrível para o operariado e todos os trabalhadores. Nos E.U.A., por exemplo, a despesa militar *per capita* foi de 3,5 dólares, no ano fiscal de 1913/14; 7 dólares, em 1929/30 e 250 dólares, em 1954/55, i.e., aumentou mais de setenta vezes durante esse período. Na Grã-Bretanha, a despesa militar *per capita* passou de £1.14x, em 1913/14, para £29,6x, em 1954/55. Esse dispêndio imenso exige a elevação contínua dos impostos diretos e indiretos. Nos E.U.A., a taxação direta aumentou 15 vezes no ano fiscal de 1959/60, em comparação com 1937/38, chegando mesmo a permitir a depreciação do valor da moeda. Na Itália, os impostos diretos duplicaram, e na Grã-Bretanha e França triplicaram durante esse mesmo período. A

corrida armamentista, depois da guerra, provocou o aumento da inflação nos países capitalistas, redondando na queda brusca da capacidade aquisitiva do papel-moeda. A quantidade de papel-moeda em circulação nos E.U.A. elevou-se a 27.400 milhões de dólares, no princípio de 1958, em comparação com 5.600 milhões de dólares em 1937. Na Grã-Bretanha, o papel-moeda em circulação elevou-se a 1.850 milhões de libras, no princípio de 1958, em comparação com 460 milhões de libras, em 1937. Na Itália, o papel-moeda circulante, em 1958, alcançou a cifra astronômica de 1.852.000 milhões de libras, contra 18.000 milhões, em 1937. Apesar do fardo cada vez maior dos impostos e da inflação crescente, os monopólios logram "congelar" os salários nominais, i.e., mantê-los em nível fixo. Isso implica redução dos salários reais, degradação da situação das massas operárias, levando a classe trabalhadora a lutar com maior ênfase contra a opressão capitalista. (NIKITIN: *Fundamentos*, págs. 198/200.)

A ilusão da militarização

Ao destinar enormes somas para fins militares, o Estado gera, com isso, grande demanda temporária de armamentos e diversos artigos de aproveitamento militar. Porquanto, nessas condições, o Estado põe em circulação recursos monetários adicionais e, mediante os métodos da inflação e valendo-se de impostos e empréstimos, mobiliza os recursos monetários da população, cresce temporariamente a demanda solvente geral. A demanda cresce, também, devido ao incremento da produção. Aos monopólios se oferece situação muito favorável para os negócios. Os pedidos estatais de produção militar se distribuem entre os monopólios, em condições extraordinariamente vantajosas, a preços muito elevados. Só em dois anos — desde o princípio da guerra da Coreia até meados de 1952 — o governo dos Estados Unidos abonou aos monopólios, à conta de pedidos de guerra, soma suplementar de 12.000 milhões de dólares, em relação aos preços que regiam no mercado, para esse tipo de produção, antes de começar a guerra da Coreia. O Estado estabelece condições favoráveis, em proveito dos monopólios, para amortização de edifícios e instalações. Isto permite,

praticamente, aos monopólios assentar na parcela de amortização de seus balanços a parte de lucros que obtêm, examinando-se, com isso, do pagamento de impostos de utilidades. Reveste especial importância a circunstância de que a realização da produção militar não se acha limitada aos marcos estreitos que o modo capitalista de produção oferece ao mercado geral e que aquela conta com mercado excepcional de venda: as compras oficiais. Isto se reflete, na atividade dos monopólios, entre outras coisas, em que podem economizar gastos na realização de mercadorias ao não ter que pagar a propaganda comercial, os intermediários, etc., pôsto que a produção militar é entregue ao Estado conforme contratos previamente estabelecidos.

É natural que os monopólios que produzem material de guerra procurem aproveitar ao máximo as circunstâncias excepcionalmente favoráveis que as destinações militares do governo criam. Ao incrementar sua produção, eles, por sua vez, fazem pedidos de preparação de matérias-primas, materiais, combustíveis e instalações, imprescindíveis à ampliação das empresas de material de guerra. Assim, a militarização origina certo auge de fabricação de meios de produção. O incremento da produção militar e a fabricação de meios de produção exige a incorporação ao trabalho de quantidade complementar de operários. Isto implica em certo aumento da demanda de artigos de consumo. Assim, a demanda centralizada do Estado de armamento e material militar dá lugar a um impulso da produção militar, que se transmite a outros ramos da produção e provoca elevação geral da conjuntura. Mas tal efeito da militarização é só temporário. Quanto maior envergadura alcança a militarização e maior é sua duração, com mais vigor se manifestam suas consequências negativas na economia capitalista.

A reprodução ampliada só se pode efetuar se se restabelecer constantemente, por seu valor e em sua forma natural, os meios de produção consumidos e se adquirem determinado incremento. A militarização da economia, entretanto, faz com que sejam cada vez maiores os meios de produção que se dedicam à indústria de guerra. Da esfera de produção que proporciona bens materiais à sociedade, desloca-se mais e mais mão-de-obra. Em 1953, nas forças armadas dos Estados Unidos e na produção de armamento estavam ocupa-

das 10.890.000 pessoas. A militarização transforma parte das forças produtivas da sociedade em forças destrutivas. Grande percentagem do produto social é criada como meio de guerra, como meio de destruição. Esta parte não pode ser utilizada nem para o consumo produtivo nem para o pessoal, pois é retirada do ciclo de reprodução pelo consumo militar. Em 1948-1954, as inversões do Estado inglês em mercadorias e serviços, quer dizer, nessa parte que se retira do conjunto do produto social, principalmente na corrida armamentista, constituíram de 17 a 21% do valor do produto nacional. Nos Estados Unidos, em 1957, as inversões do governo em mercadorias e serviços foram a 20% do valor do produto nacional. A militarização deforma em grande parte o caráter da reprodução ampliada. Enquanto a reprodução ampliada dos meios de produção incrementa o capital real que a sociedade possui, a de armamento supõe a destruição daquela parte do capital real que, ao ser transformado em canhões, tanques, aviões de guerra, petrechos, etc., ou bem se destrói nos campos de batalha ou bem fica inservível como armamento antiquado. Referindo-se à guerra, Marx dizia que "... no aspecto estritamente econômico, é o mesmo que se a nação atirasse à água uma parte de seu capital..." A militarização somente aumenta as proporções do capital fictício, concentrado em mãos dos monopolistas, sob a forma de ações e obrigações; aumenta, também, a quantia do capital pecuniário, porquanto os monopólios elevam os preços das mercadorias e, assim, concentram em suas mãos a equivalência monetária do encarecimento de ditas mercadorias. Isso determina, por sua vez, aumento da massa de papel-moeda em circulação, quer dizer, produz a inflação, que desorganiza a vida econômica dos países capitalistas. (DRAGULEV: *Crisis*, págs. 282/284.)

ESTA OBRA FOI EXECUTADA NAS OFICINAS
DA COMPANHIA GRÁFICA LUX, RUA FREI
CANECA, 224 — RIO DE JANEIRO, PARA A
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.

Lux
Caneca